



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Relatório de Atividades Biênio 2018-2020

Brasília
Dezembro de 2020



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Relatório de Atividades Biênio 2018-2020

Brasília
Dezembro de 2020



2020 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. O CNDH disponibiliza, na íntegra, o conteúdo desta e de outras obras através do link:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

Tiragem: 1º edição - 2020 - versão digital

Elaboração, distribuição e informações:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

SCS-B, Quadra 09, Lote C - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º Andar.

CEP: 70.308-200 - Brasília/DF.

Site: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>

E-mail: cndh@mdh.gov.br

Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Presidência

2020: Renan Sotto Mayor - Defensoria Pública da União - DPU

2019: Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil

Vice-Presidência

2020: Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil

2019: Deborah Duprat - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal - MPF

Mesa Diretora

2020:

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos – União Brasileira de Mulheres

Helder Salomão - Minoria da Câmara dos Deputados

Herbert Borges Paes de Barros - Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos - MMFDH

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil

Renan Sotto Mayor - Defensoria Pública da União - DPU

2019:

Deborah Duprat - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal - MPF

Fabiana Galera Severo - Defensoria Pública da União - DPU

Herbert Borges Paes de Barros - Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos - MMFDH

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil

Sandra Elias de Carvalho - Plataforma Dhesca Brasil (até novembro de 2019)

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres (a partir de novembro de 2019)

Conselheiras e conselheiros do Biênio 2018-2020
(posição em dezembro de 2020)

Poder Público

Procuradoria-Geral da República/Ministério Público Federal - MPF

Titular: Antônio Augusto Brandão de Aras

1º Suplente: Ailton Benedito de Souza

2ª Suplente: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Defensoria Pública da União - DPU

Titular: Jair Soares Júnior, em exercício

1º Suplente: Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

2º Suplente: Lígia Prado da Rocha

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Titular: Flávia Moreira Guimarães Pessoa

1º Suplente: Valter Shuenquener de Araújo

2º Suplente: Jorsenildo Dourado do Nascimento

Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos - MMFDH

Titular: Alexandre Magno Fernandes Moreira

1º Suplente: Maíra de Paula Barreto Mira

2º Suplente: Herbert Borges Paes de Barros

Ministério das Relações Exteriores

Titular: João Lucas Quental Novaes de Almeida

1º Suplente: Marcelo Ramos Araújo

2º Suplente: Daniel Leão Sousa

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Titular: Natália Camba Martins

1º Suplente: Luiz Alberto Matos dos Santos

2º Suplente: vago

Departamento de Polícia Federal

Titular: Daniel Daher

1º Suplente: Joziel Brito de Barros

2º Suplente: Joselito de Araújo Sousa

Câmara dos Deputados

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): Helder Salomão (PT/ES)

Senado Federal

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): Fabiano Contarato (Rede/ES)

Organizações da Sociedade Civil**Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**

Titular: Everaldo Bezerra Patriota

Suplente: Marcelo Feijó Chalréo

Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União

Titular: Luísa de Marillac Xavier dos Passos

Suplente: Márcia Regina Ribeiro Teixeira

Titulares eleitas/os:

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil

Iêda Leal de Souza - Movimento Negro Unificado

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres

Ismael José César - Central Única dos Trabalhadores

Sandra Elias de Carvalho - Plataforma Dhesca Brasil

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Cristina de Castro - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Rogério Gianini - Conselho Federal de Psicologia

Suplentes eleitas/os:

Paulo Tavares Mariante - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Camila Lissa Asano - Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas

Maria Ribeiro da Conceição - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Cibele Kuss - Fundação Luterana de Diaconia

Leonildo José Monteiro Filho - Movimento Nacional de População de Rua

Philip Carvalho Ferreira Leite - Centro Popular de Formação da Juventude

Marcelo Kimati Dias - Associação Brasileira de Saúde Mental

Ayala Lindabeth Dias Ferreira - Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra

Lívia Ferreira da Silva - União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Secretaria-Executiva do CNDH **(posição em dezembro de 2020)**

Coordenação-Geral

Silvia Mekler

Assessoria Administrativa

Claudia de Almeida Soares

Kátia Aparecida Lima de Oliveira

Kell Adorno Rodrigues Porto

Rosane Farias Silva

Assessoria de Comunicação

Cecília Bizerra de Sousa (em licença para doutorado)

Luiza de Andrade Penido

Marcela Alcantara Noman

Assessoria Técnica

Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia

Ana Cláudia Beserra Macedo

Ana Cristina Barbosa Barreto

Bárbara Roberto Estanislau (em licença para doutorado)

Débora Freitas de Oliveira Pinheiro

Luiza Lobato de Andrade

Raíssa Pereira Maciel Comini Christófaro

Taia Duarte Mota

Thaís Soboslai

C755

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Relatório de atividades: Biênio 2018-2020 / Conselho Nacional dos
Direitos Humanos – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
2020.

277 p.

Direitos Humanos. 2. Participação Social. 3. Democracia. 4. Relatório de
atividades. I. Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

CDU. 342.7

SUMÁRIO

CARTA DOS PRESIDENTES	12
1. ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO CNDH	14
a) Composição CNDH (Biênio 2018-2020)	15
b) Comissões Permanentes, Subcomissões e Grupos de Trabalho	19
c) Secretaria-Executiva	20
· Equipe	22
· Memória Institucional e Documentação	23
· Orçamento	24
· Espaço Físico	26
· Transparência e Divulgação	27
d) CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH	33
2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO - BIÊNIO 2018-2020	35
Janeiro/2019	35
Fevereiro/2019	36
Março/2019	41
Abril/2019	46
Maio/2019	51
Junho/2019	57
Julho/2019	61
Agosto/2019	65
Setembro/2019	72
Outubro/2019	77
Novembro/2019	84
Dezembro/2019	88
Janeiro/2020	95
Fevereiro/2020	96
Março/2020	100
Abril/2020	107

Maio/2020	110
Junho/2020	114
Julho/2020	121
Agosto/2020	127
Setembro/2020	134
Outubro/2020	141
Novembro/2020	150
Dezembro/2020	158
3. BALANÇO DE ATUAÇÃO NO BIÊNIO 2018-2020	160
a) Reuniões da Mesa Diretora	165
b) Reuniões Plenárias Ordinárias	166
c) Reuniões Plenárias Extraordinárias	166
d) Reuniões das Comissões	167
· Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua	169
· Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade	173
· Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão	177
· Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais	180
· Comissão Permanente Direito à Cidade	182
· Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada	183
· Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários (Comissão Terra e Água)	185
· Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos	193
· Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social	196
· Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental	197
· Grupo de Trabalho sobre EAPs	201
· Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Empresas	203
· Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos	204

· Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo	208
· Comissão Especial sobre Participação Social	210
· Comissão Permanente de Litigância Estratégica	213
· Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos	213
e) Missões do CNDH	215
f) Caso sobre Indígena no STF e na CIDH/OEA	218
g) Eleições Para a Nova Composição do CNDH (Biênio 2020-2022)	219
h) Termos de Designação	221
i) Resoluções	225
j) Recomendações	231
k) Notas Públicas	237
l) Relatórios	242
m) Representações	243
n) Pareceres	243
o) Documentação	243
p) Denúncias	243
q) Processo Apuratório	243
r) Cursos, Seminários e Webnários Realizados	244
s) Encontro de Conselhos de Direitos Humanos	246
t) Impacto na Imprensa - Clipping de Notícias	248

CARTA DOS PRESIDENTES

CNDH em defesa intransigente de sua autonomia e independência

O Relatório de Atividades do Biênio 2018-2020 que apresentamos ao final deste mandato é uma síntese de todo o trabalho do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH na defesa de uma agenda de progressividade dos direitos econômicos, sociais, ambientais e políticos da sociedade brasileira.

O CNDH enfrentou, ao longo dos últimos dois anos, inúmeros desafios diante da transição de governo, do avanço de uma agenda de regressividade dos direitos humanos, dos ataques ao funcionamento dos conselhos de direitos e das diversas tentativas de enfraquecer sua autonomia e independência como órgão de Estado. Em todas essas situações, mostrou-se ativo, conseguindo garantir a autonomia e independência na tomada de decisões, na construção de notas, recomendações, resoluções, incidências no STF e em missões realizadas a diversas localidades de nosso país.

A autonomia e independência também foram evidenciadas na composição orçamentária do CNDH. Afinal, o colegiado conseguiu garantir o empenho de emendas parlamentares, a partir de uma forte incidência junto ao Poder Legislativo federal, para complementar os recursos garantidos pelo Executivo, que seriam insuficientes para a manutenção e ampliação da atuação do conselho.

O CNDH também qualificou sua incidência internacional, atuando junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - CIDH/OEA, realizando pedido de medidas cautelares à representação da ONU no Brasil e construindo agendas junto às diversas embaixadas e à representação da União Europeia no Brasil.

A atuação interconselhos foi outra marca do CNDH no biênio. Diante do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que destituiu mandatos, paralisou e alterou composições de diversos conselhos, foi constituída a Comissão de Participação Social, com representantes da sociedade civil de diversos conselhos. A Rede de Conselhos reuniu conselhos estaduais de direitos humanos de todas as regiões do país e permitiu, também, dar passos concretos para o avanço na construção de um Sistema Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, desafio que precisa ser consolidado na próxima gestão.

O conselho atuou prontamente, ainda, em diversas denúncias de violações de direitos humanos de repercussão nacional, como no rompimento de barragem em Brumadinho - MG; ameaças a indígenas de diversas etnias como Tupinambá, Xingu e Yanomami, inclusive devido à covid-19;

crise de segurança pública no Ceará e no Rio de Janeiro; violências contra pessoas em situação de rua; entre tantas outras.

O Relatório de Atividades demonstra como o CNDH vem dando passos progressivos para se consolidar como Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH, cumprindo os Princípios de Paris. Nesse sentido, o Plenário aprovou a Resolução nº 22, em 15 de junho de 2020, com um conjunto de medidas centrais para garantir sua efetivação como INDH. Entre os pontos, destaca-se a necessidade de obter um CNPJ próprio e de garantir a autonomia do colegiado na escolha da pessoa nomeada para o cargo de coordenador/a-geral da Secretária-Executiva, o que se tornou um grande embate com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH. Assim, para a próxima gestão, evidencia-se a primordialidade de asseverar a autonomia na nomeação pelo colegiado da Secretaria-Executiva e também a independência dos mandatos de conselheiras e conselheiros, constituindo desafios fundamentais para que o CNDH seja consolidado enquanto INDH.

Queríamos, com essa breve introdução, mostrar o caminho que o CNDH tem percorrido para sua plena autonomia e independência. Além disso, gostaríamos de agradecer a todas/os conselheiras/os da sociedade civil e do poder público que garantiram o pleno funcionamento do conselho, mostrando a força da colegialidade. Também gostaríamos de agradecer, de maneira muito especial, a todas as trabalhadoras do CNDH, pois sem a imensa dedicação de vocês o CNDH não poderia cumprir sua missão.

Leonardo Pinho

Presidente do CNDH em 2019 como representante da sociedade civil

Renan Sotto Mayor

Presidente do CNDH em 2020 como representante do poder público

1. ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO CNDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH é um órgão colegiado de composição paritária que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil. O colegiado atua por meio de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação de direitos previstos na Constituição Federal e em tratados e atos internacionais ratificados pelo país. Instituído inicialmente pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, o colegiado foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

O CNDH desempenha sua missão institucional tendo como orientação os Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípio de Paris), definidas pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1992, marcados pelo pluralismo e pela autonomia. Ao CNDH compete, entre outras atribuições, fiscalizar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, podendo sugerir e recomendar diretrizes para sua efetivação, articular-se e manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas ou privadas, municipais, estaduais, do Distrito Federal, além de nacionais ou internacionais, em especial com os órgãos integrantes dos Sistemas Internacional e Regional de Direitos Humanos.

Também cabe ao CNDH opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos de interesse da Política Nacional de Direitos Humanos, elaborar propostas legislativas e atos normativos relacionados à matéria de sua competência, além de acompanhar processos administrativos e judiciais que estejam relacionados, direta ou indiretamente, a graves violações de direitos humanos. Compete ainda ao CNDH expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos e dar especial atenção às áreas de maior ocorrência de violações de direitos humanos, podendo nelas promover a instalação de representações do CNDH pelo tempo que for necessário.

A lei que instituiu o CNDH prevê que o conselho pode instaurar procedimentos apuratórios de condutas contrárias aos direitos humanos. Caso necessário, o colegiado pode aplicar sanções como advertências, censura pública, recomendação de afastamento de cargo e recomendação de que não sejam concedidos verbas, auxílios ou subvenções a entidades violadoras de direitos humanos.

As reuniões ordinárias do Plenário e das comissões permanentes do CNDH são realizadas tradicionalmente a cada mês, em geral na segunda semana. As reuniões são públicas, exceto

quando é estabelecido seu caráter sigiloso por deliberação do Plenário, especialmente para resguardar interesses e direitos de pessoas e coletividades ameaçadas. Em caso de iniciativa da/o presidente ou de 1/3 das conselheiras e conselheiros, o CNDH também pode se reunir extraordinariamente, ressaltando que o Plenário é a instância máxima do colegiado.

Durante o ano de 2020, diante do desafio colocado pelo cenário de emergência sanitária causada pela covid-19 (Sars-Cov-2) – classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde e que motivou a decretação de estado de calamidade pública no Brasil –, o Plenário do CNDH deliberou pela realização de reuniões extraordinárias. Assim, foi elaborada e votada a Resolução nº 12, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo CNDH, regulamentando a incidência durante o período de crise, em caráter excepcional. Para tanto, foram necessárias significativas inovações no modo de funcionamento do conselho, abrangendo todas as reuniões da Mesa Diretora, Plenário, comissões, grupos de trabalhos e da equipe da Secretaria-Executiva, que passaram a ser organizadas e realizadas de modo virtual, muitas delas com transmissão ao vivo. Da mesma forma, a eleição de representantes da sociedade civil para o Biênio 2020-2022 foi realizada remotamente, com inscrições e realização de um grande encontro nacional via internet.

a) Composição CNDH (Biênio 2018-2020)

Com a Lei nº 12.986/2014, o CNDH tornou-se mais democrático e ampliou a participação social, passando a ter 11 representantes da sociedade civil e 11 do poder público. Duas organizações da sociedade civil possuem assento permanente no colegiado: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos estados e da União – CNPG, As demais são definidas em assembleia das próprias entidades, durante o período de eleições do biênio.

O processo eleitoral ocorre por meio da publicação de edital de convocação e realização de encontro nacional, em que são eleitas, para o mandato de dois anos, organizações da sociedade civil de abrangência nacional e relevante atuação na defesa dos direitos humanos. São eleitas nove titulares e nove suplentes, com representações que buscam assegurar a representatividade de raça e etnia, de gênero e geracional.

Para o Biênio 2018-2020, foram eleitas as seguintes organizações:

Titulares: 1) Unisol Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários; 2) Movimento Negro Unificado - MNU; 3) União Brasileira de Mulheres - UBM; 4) Central Única dos Trabalhadores - CUT; 5) Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil; 6) Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB; 7) Fórum Nacional pela Democratização da

Comunicação - FNDC; 8) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMR; 9) Conselho Federal de Psicologia - CFP.

Suplentes: 1) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT; 2) Conectas - Direitos Humanos; 3) Associação Nacional do Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - Anced; 4) Fundação Luterana de Diaconia; 5) Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR; 6) Centro Popular de Formação da Juventude; 7) Associação Brasileira de Saúde Mental - Abrasme; 8) Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra; 9) União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Ainda conforme a Lei nº 12.986/2014, integram o CNDH representando o poder público os seguintes órgãos ou autoridades: 1) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); 2) Ministério Público Federal (MPF); 3) deputado/a federal (maioria da Câmara dos Deputados); 4) deputado/a federal (minoridade da Câmara dos Deputados); 5) senador/a da República (maioridade do Senado Federal); 6) senador/a da República (minoridade do Senado Federal); 7) Entidade de Magistrados - Conselho Nacional de Justiça (CNJ); 8) Ministério das Relações Exteriores; 9) Ministério da Justiça e Segurança Pública; 10) Departamento da Polícia Federal; 11) Defensoria Pública da União (DPU).

Dessa forma, no Biênio 2018-2020 atuaram como conselheiras/os nacionais de direitos humanos, conforme composição atual:

Poder Público

Procuradoria-Geral da República/Ministério Público Federal - MPF

Titular: Antônio Augusto Brandão de Aras

1º Suplente: Ailton Benedito de Souza

2ª Suplente: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Defensoria Pública da União - DPU

Titular: Jair Soares Júnior, em exercício

1º Suplente: Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

2º Suplente: Lígia Prado da Rocha

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Titular: Flávia Moreira Guimarães Pessoa

1º Suplente: Valter Shuenquener de Araújo

2º Suplente: Jorsenildo Dourado do Nascimento

Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos
- MMFDH

Titular: Alexandre Magno Fernandes Moreira

1º Suplente: Maíra de Paula Barreto Mira

2º Suplente: Herbert Borges Paes de Barros

Ministério das Relações Exteriores

Titular: João Lucas Quental Novaes de Almeida

1º Suplente: Marcelo Ramos Araújo

2º Suplente: Daniel Leão Sousa

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Titular: Natália Camba Martins

1º Suplente: Luiz Alberto Matos dos Santos

2º Suplente: vago

Departamento de Polícia Federal

Titular: Daniel Daher

1º Suplente: Joziel Brito de Barros

2º Suplente: Joselito de Araújo Sousa

Câmara dos Deputados

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): Helder Salomão (PT/ES)

Senado Federal

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): Fabiano Contarato (Rede/ES)

Organizações da Sociedade Civil

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Everaldo Bezerra Patriota

Suplente: Marcelo Feijó Chalhéo

Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União

Titular: Luísa de Marillac Xavier dos Passos

Suplente: Márcia Regina Ribeiro Teixeira

Titulares eleitas/os:

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil – Unisol Brasil

Iêda Leal de Souza - Movimento Negro Unificado

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres

Ismael José César - Central Única dos Trabalhadores

Sandra Elias de Carvalho - Plataforma Dhesca Brasil

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Cristina de Castro - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Rogério Gianini - Conselho Federal de Psicologia

Suplentes eleitas/os:

Paulo Tavares Mariante - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Camila Lissa Asano - Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas

Maria Ribeiro da Conceição - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Cibele Kuss - Fundação Luterana de Diaconia

Leonildo José Monteiro Filho - Movimento Nacional de População de Rua

Philip Carvalho Ferreira Leite - Centro Popular de Formação da Juventude

Marcelo Kimati Dias - Associação Brasileira de Saúde Mental

Ayala Lindabeth Dias Ferreira - Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra

Lívia Ferreira da Silva - União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Mesa Diretora e Presidência

A Mesa Diretora do CNDH é composta, de forma paritária, por conselheiras/os do poder público e da sociedade civil, considerando um assento para a presidência, um para a vice-presidência, dois para conselheiras/os da sociedade civil e dois para conselheiros/as do poder público, propondo-se a observar a paridade de gênero.

A presidência e vice-presidência são exercidas por uma/um representante do poder público e uma/um representante da sociedade civil, que alternam as funções após um ano do mandato. Ambos são eleitos pelo Plenário para mandato de dois anos, também sendo observada a paridade de gênero no processo eleitoral.

Em 2019, a presidência e a vice-presidência do CNDH foram exercidas, respectivamente, por Leonardo Pinho, representante da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - Unisol Brasil e Deborah Duprat, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do

Cidadão/Ministério Público Federal. Os demais componentes da Mesa Diretora no período foram:

Fabiana Galera Severo - Defensoria Pública da União - DPU

Herbert Borges Paes de Barros - Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos - MMFDH

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Sandra Elias de Carvalho - Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil, substituída em novembro por Eneida Canêdo Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres

Em 2020, a presidência e a vice-presidência do CNDH foram exercidas, respectivamente, por Renan Sotto Mayor, representante da Defensoria Pública da União - DPU e por Leonardo Pinho, representante da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - Unisol Brasil. Os demais componentes da Mesa Diretora no período foram:

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres

Helder Salomão - Câmara dos Deputados

Herbert Borges Paes de Barros - Secretaria Nacional de Proteção Global/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/MMFDH

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

b) Comissões Permanentes, Subcomissões e Grupos de Trabalho

O CNDH atua com 14 comissões permanentes, coordenadas por conselheiras/os e compostas por integrantes que têm afinidade com a temática da comissão, além de representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos públicos e profissionais especializados. Ao longo de 2019, as comissões reuniram-se bimestralmente, mas passaram a adotar periodicidades variadas em 2020, em decorrência de adaptações realizadas durante a pandemia de covid-19. Listamos a seguir as comissões permanentes, subcomissões e grupos de trabalho do CNDH:

- a) Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua (Resolução nº 06, de 3 de setembro de 2015);
- b) Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade (Resolução nº 07, de 3 de setembro de 2015);
- c) Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (Resolução nº 08, de 3 de dezembro de 2015);
- d) Comissão Permanente de Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais (Resolução nº 09, de 3 de dezembro de 2015);
- e) Comissão Permanente de Direito à Cidade (Resolução nº 10, de 3 de setembro de 2015);
- f) Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários (Resolução nº 13, de 3 de dezembro de 2015);

- g) Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social (Resolução nº 02, de 3 de fevereiro de 2017);
- h) Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental, no âmbito da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social (Resolução nº 05, de 22 de junho de 2017);
- i) Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos (Resolução nº 06, de 22 de junho de 2017);
- j) Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada (Resolução nº 09, de 6 de dezembro de 2017);
- k) Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo (Resolução nº 01, de 01º de fevereiro de 2018);
- l) Comissão Especial sobre Participação Social
- m) Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos (Resolução nº 11, de 10 de outubro de 2019);
- n) Comissão de Litigância Estratégica (Resolução nº 36, de 18 de setembro de 2020).

Ao longo do biênio de 2018-2020, além das comissões permanente, o CNDH criou quatro grupos de trabalho com atribuições e objetos mais específicos, a saber:

- o) Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários (Resolução nº 03, de 13 de março de 2019);
- p) Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas, no âmbito da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social (Resolução nº 04, de 13 de março de 2019);
- q) Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM (Resolução nº 31, de 14 de agosto de 2020);
- r) Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Resolução nº 33, de 17 de setembro de 2020).

Com a finalidade de coordenar a eleição de organizações da sociedade civil de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o CNDH, referente ao Biênio 2020-2022, foi instituída a:

- t) Comissão Eleitoral (Resolução nº 29, de 7 de agosto de 2020).

O CNDH integra ainda a:

- s) Frente de deslocamentos compulsórios.

c) Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva está prevista na estrutura organizacional como órgão do CNDH, conforme o art. 7º, IV, da Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014. A norma atribui à Secretaria-

Executiva do colegiado a responsabilidade de realizar serviços de apoio técnico e administrativo, secretariar as reuniões do colegiado e providenciar o cumprimento de suas decisões.

Tendo em vista a autonomia imprescindível ao CNDH para consolidar-se como Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH no Brasil, a Secretaria-Executiva atua para fortalecer a autonomia administrativa relacionada aos recursos humanos, materiais, financeiros e orçamentários para o pleno funcionamento do conselho. Nesse sentido, o colegiado aprovou, em 19 de outubro de 2020, a Resolução nº 41, que prevê a aprovação do Plenário para a indicação da Coordenação-Geral da sua Secretaria-Executiva, após realização de seleção pública.

As atividades da equipe da Secretaria-Executiva envolvem a organização e viabilização das reuniões do Plenário, das comissões e subcomissões permanentes, dos grupos de trabalho e de missões a municípios e estados para acompanhar a ocorrências de situações e condutas contrárias aos direitos humanos, além de organizar audiências públicas, seminários e audiências com autoridades, de acordo com a decisão do colegiado. Para tanto, a assessoria administrativa realiza toda a atividade logística para realização de dezenas de reuniões ao ano, com o necessário processo de emissão de passagens e diárias, elaboração de convites, confirmação de presença, contando com a estrutura pública do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Por meio de sua equipe de assessoria técnica, a Secretaria-Executiva executa as deliberações e encaminhamentos de todas as instâncias do conselho, elaborando ofícios, representações e documentos de solicitação de informações, além de produzir relatos, atas e manter a organização de pautas e documentos de reuniões. A equipe presta ainda apoio técnico especializado para a construção de notas, resoluções, recomendações, relatórios e consultas públicas do CNDH, de modo a possibilitar a efetividade e qualidade das decisões.

Articulado ao trabalho da assessoria técnica e administrativa para garantir a preservação da memória institucional, está o trabalho da assessoria de comunicação, que visa à publicidade e à transparência da atuação do CNDH, com foco na imprensa e na sociedade brasileira como um todo. Além de divulgar as reuniões e seus resultados, a assessoria de comunicação produz conteúdo jornalístico, como notícias e peças gráficas para alimentar veículos próprios do conselho, pautar e assessorar a imprensa para garantir a visibilidade dos temas nos quais o CNDH atua.

As inúmeras atribuições descritas evidenciam a importância da Secretaria-Executiva do CNDH para o cumprimento da missão institucional do colegiado, assim como dos princípios constitucionais que orientam a administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Fundamentada na Lei nº 12.986/14, a Secretaria-Executiva do CNDH vem buscando seu fortalecimento como órgão do CNDH, refletindo uma composição plural de servidoras públicas e colaboradoras, que atuam com o apoio dos órgãos do poder

público que integram o conselho, inclusive em relação aos fluxos institucionais cujas autorizações e deliberações devem advir da Presidência, da Mesa Diretora e do Plenário do conselho.

- **Equipe**

Com o objetivo de fortalecer sua autonomia administrativa, o CNDH identificou a necessidade de ampliação da equipe que compõe a Secretaria-Executiva, de modo a possibilitar a execução das profusas deliberações do maior órgão de participação social sobre direitos humanos do Brasil. Para tanto, partiu-se da importância de ter servidoras/es das carreiras de Estado lotadas no órgão, formando uma equipe multidisciplinar e qualificada para dar apoio técnico e administrativo ao conselho.

Com todas as comissões e subcomissões permanentes do CNDH em pleno funcionamento, além do Plenário e Mesa Diretora, e com uma rotina institucional já estabelecida, chegou-se ao entendimento de que a Secretaria-Executiva do CNDH deve ser composta por uma equipe mínima de 15 pessoas, destacando a importância de uma assessoria administrativa com funcionárias/es terceirizadas/es e de uma assessoria técnica e uma assessoria de comunicação com servidoras/es de Estado.

Ao longo do ano de 2019 houve uma redução significativa no número de integrantes da equipe, que, felizmente, foi recomposta no segundo semestre de 2020, após a realização da oferta de vagas – ainda que sem gratificação ou cargo em comissão – de servidoras/es públicas/os com cargo efetivo interessadas/os em trabalhar no conselho. Foram realizadas entrevistas pelo presidente do colegiado e do então coordenador-geral da Secretaria-Executiva, resultando na integração de cinco novas servidoras.

Atualmente, a Secretaria-Executiva conta com uma equipe de 17 pessoas no total, das quais 13 são servidoras de carreira com vínculo com o Estado brasileiro (duas delas estão afastadas para cursar o doutorado) e quatro são funcionárias terceirizadas. Assim, a equipe apresenta a seguinte composição em dezembro de 2020:

Coordenação-Geral

Silvia Mekler

Assessoria Administrativa

Claudia de Almeida Soares

Kátia Aparecida Lima de Oliveira

Kell Adorno Rodrigues Porto

Rosane Farias Silva

Assessoria de Comunicação

Cecília Bizerra de Sousa (afastada para licença capacitação)
 Luiza de Andrade Penido
 Marcela Alcantara Noman

Assessoria Técnica

Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia
 Ana Cláudia Beserra Macedo
 Ana Cristina Barbosa Barreto
 Bárbara Roberto Estanislau (afastada para licença capacitação)
 Débora Freitas de Oliveira Pinheiro
 Luiza Lobato de Andrade
 Raíssa Pereira Maciel Comini Christófaro
 Taia Duarte Mota
 Thaís Soboslai

- **Memória Institucional e Documentação**

Dentro do trabalho desenvolvido pela Secretaria-Executiva do CNDH, a preservação da memória institucional e a organização dos documentos são consideradas funções de caráter estruturante para o fortalecimento do conselho.

O Regimento Interno do CNDH define que a Secretaria-Executiva deve manter e organizar a documentação e informações referentes aos trabalhos do colegiado, bem como informar sobre o monitoramento das recomendações aprovadas pelo colegiado. Essas funções são centrais para subsidiar a atuação do CNDH na fiscalização da Política Nacional de Direitos Humanos e na análise do cumprimento das recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos.

Assim, a Secretaria-Executiva tem priorizado a organização dos documentos e se empenhado na elaboração, expedição e tramitação de cerca de 3.500 ofícios a cada ano, mil a mais que nos anos dos biênios anteriores. A assessoria tem realizado também a catalogação das respostas às recomendações e às solicitações de informações, a sistematização do conteúdo das respostas aos relatórios do CNDH para análise da efetividade das providências adotadas pelos órgãos e mantido um fluxo permanente de envio às/aos conselheiras/os, integrantes de comissões e grupos de trabalho para definição de estratégia de atuação do colegiado.

Para gerir seus documentos oficiais, o CNDH utiliza o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, vinculado à administração do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -

MMFDH, com uma caixa de entrada do CNDH, administrada pela Secretaria-Executiva e com acesso à Presidência para assinatura de documentos. Uma iniciativa relevante e simbólica para a autonomia do conselho foi a criação e a utilização da logomarca do CNDH, utilizado no lugar do brasão do governo federal, em todos seus documentos oficiais.

A Secretaria-Executiva desenvolve, ainda, um importante trabalho de garantir a memória das reuniões e eventos do conselho, resguardando a gravação das reuniões Plenárias e elaborando atas e sumários executivos para dar encaminhamento às deliberações. Essa tarefa de preservação da memória institucional, tanto por meio dos documentos quanto da participação em todas as atividades do conselho, para além da importância institucional na história desse órgão, auxilia a decisão das/os conselheiras/os da Mesa Diretora e das comissões na coordenação das atividades e na atuação política do conselho.

As atas, documento de registro das memórias das reuniões plenárias do CNDH, são disponibilizadas para acesso público no site do CNDH (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/reunioes>). Todos os documentos aprovados em Plenário estão no mesmo site, publicados na íntegra.

- **Orçamento**

A Lei nº 12.986/14, de criação do CNDH, estabelece que as despesas decorrentes do funcionamento do órgão correrão à conta de dotação própria do orçamento da União. Entretanto, considerando o processo de transformação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH para CNDH e os trâmites burocráticos da administração pública necessários para construção, a médio/longo prazo, de uma unidade de gestão própria da União, o Regimento Interno previu que o MMFDH proverá os recursos necessários à consecução das finalidades do CNDH.

Em 2018, foi dado um passo significativo com a proposta da criação de uma ação orçamentária própria do CNDH, que foi aprovada pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG e, assim, apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLOA 2019) para aprovação do Congresso Nacional. A ação orçamentária própria (2190 – Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos) tinha previsão de R\$ 540 mil, tendo sido aprovado R\$ 513 mil. O valor logo sofreu um contingenciamento de 29%, que foi sendo desbloqueado ao longo do ano. Ainda que dentro da unidade de gestão do MMFDH, a ação orçamentária própria tem arcabouço legal e simboliza um avanço fundamental na autonomia administrativa.

No intuito de ampliar o orçamento do CNDH, o conselho iniciou em 2018 um projeto de captação de emendas parlamentares. Assim, para o exercício em 2019, foram concedidas duas

emendas parlamentares, uma de R\$ 100 mil pelo deputado Paulão e uma de R\$ 200 mil pela senadora Vanessa Grazziotin.

Dessa forma, o conselho teve um montante de R\$ 813 mil para realização das suas atividades ao longo de 2019. Importa ressaltar que houve inicialmente um bloqueio de 29% do orçamento de LOA e bloqueio de R\$ 50 mil de uma das emendas disponibilizadas. O desbloqueio de 9% destinado ao controle interno do MMFDH foi solicitado em julho e atendido pelo ministério no mesmo mês. Com relação ao restante, o desbloqueio foi realizado somente em setembro de 2019 e seria empenhado no contrato de aquisição de passagens para utilização ao longo de 2020.

Foi executado o valor de R\$ 630.759,54 até 26 de dezembro de 2019 para arcar com os custos de passagens e diárias para deslocamento dos conselheiros/os e colaboradoras/es do CNDH para as atividades realizadas. Foram solicitadas pelo CNDH 314 viagens no total, contabilizando aproximadamente 600 bilhetes emitidos.

A avaliação realizada é de que o orçamento mínimo para manter as atividades básicas do CNDH seja de cerca de R\$ 1 milhão. Assim, no fim de 2019, novamente o conselho dedicou-se arduamente ao processo de captação de emendas parlamentares, já que o MMFDH informou que o montante enviado via Projeto de Lei Orçamentária para 2020 foi R\$ 400 mil – valor insuficiente para manter atividades ordinárias do conselho no ano seguinte.

A partir da dedicação das/os conselheiras/os e da equipe da Secretaria-Executiva, foi realizada uma articulação com parlamentares integrantes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, bem como com parlamentares parceiros do conselho. O resultado foi a captação de R\$ 1,1 milhão destinados ao CNDH pelas/os deputadas/os Glauber Braga (R\$ 200 mil), Helder Salomão (R\$ 100 mil), Maria do Rosário (R\$ 500 mil), Paulão (R\$ 100 mil) e pelo senador Paulo Rocha (R\$ 200 mil).

Assim, em 2019 foram alocados recursos das emendas parlamentares e de inversão financeira para serem utilizadas com a manutenção e ampliação das atividades do CNDH, bem como o funcionamento do conselho e de comissões em um montante de R\$ 989.734,00 (R\$ 700 mil oriundos das emendas parlamentares e R\$ 289.734 oriundos de inversões financeiras).

Tendo em vista que as/os conselheiras/os nacionais de direitos humanos, bem como integrantes de comissões e especialistas convidadas/os, que exercem sua função como serviço de relevante interesse público, sem remuneração, e que grande parte não reside em Brasília, o orçamento tradicionalmente é utilizado, principalmente, para a emissão de passagens e diárias destinadas a viabilizar a atuação do conselho e de suas instâncias, com prioridade para a participação da sociedade civil. Estava previsto também investimento na área de comunicação social para realização de materiais de informação e divulgação.

É fundamental explicitar que 2020 foi um ano excepcional, em virtude da grave crise sanitária, econômica e social causada pela pandemia do covid-19. As medidas sanitárias impossibilitaram a realização da maior parte das reuniões presenciais e das missões *in loco*. Assim, foram gastos R\$ 79.898,17 em bilhetes e R\$ 42.337,45 de diárias, em cerca de 65 viagens e 130 passagens, perfazendo uma execução total de R\$ 122.235,62.

Nesse sentido, foi formalizado pelo conselho junto aos órgãos e setores responsáveis, bem como às/aos parlamentares que destinaram recursos para manutenção do CNDH, autorização para a alteração da destinações orçamentárias, com uso na formalização de um projeto de cooperação, chamado de Prodoc. Trata-se de um instrumento de implementação de compromissos nacionais e internacionais em direitos humanos articulados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para o fortalecimento do PNDH-3.

Uma vez que a Secretaria Nacional de Proteção Global, do MMFDH, já possui o Prodoc BRA-16/020 - "Seguimento e implementação de compromissos nacionais e internacionais em Direitos Humanos fortalecidos", está em andamento a negociação para a realização de Revisão Substantiva, com a inclusão de produto relacionado à atuação do colegiado, com prazo de vigência até janeiro de 2022. O novo produto chama-se “Produto 8 - Fortalecer as ações de promoção e defesa de Direitos Humanos desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos”, e deverá compreender as seguintes atividades:

Atividade 8.1: Desenvolver estudos, diagnósticos e avaliações de políticas de Direitos Humanos em apoio ao trabalho das comissões temáticas do CNDH;

Atividade 8.2: Realizar ações de intercâmbio e mapeamento de boas práticas nacionais e internacionais em políticas de Direitos Humanos.

Atividade 8.3: Realizar estudos de acompanhamento de planos e ações do poder público nacional (executivo, legislativo e judiciário) em temas relacionados aos Direitos Humanos

Atividade 8.4: Promover ações de educação e advocacy em Direitos humanos, especialmente com foco no fortalecimento institucional de atores subnacionais atuando no tema.

Com vistas a garantir orçamento para o Biênio 2020-2020, foram encaminhados ofícios a deputadas/os e senadoras/es federais, solicitando a designação de emendas parlamentares para serem utilizadas pelo CNDH, com objetivo de fortalecimento da participação social como mecanismo necessário para a defesa e a promoção dos direitos humanos nas esferas federal, estaduais e municipais, contribuindo para a formação de rede de proteção a esses direitos, bem como de garantia do seu pleno exercício.

- **Espaço Físico**

Em 2018, com o crescimento da equipe, a Secretaria-Executiva do CNDH precisou se mudar para uma sala maior. Entre as demandas, constava no planejamento a adequação para um novo ambiente, que incluísse uma sala de reuniões que comportasse adequadamente toda a equipe e as novas demandas de estrutura do colegiado, além de sala específica destinada ao uso da Mesa Diretora, tendo em vista a necessidade de realizar atendimento com frequência a pessoas que sofreram violações de direitos, bem como a realização de reuniões de emergência entre seus membros, uma vez que as salas do MMFDH nem sempre estão disponíveis para agendas que surgem em cima da hora.

Ao final de 2020, o ministério que abriga a Secretaria-Executiva do CNDH realizou uma reforma, ampliando a sala utilizada, que passou a contar com 15 baias, um gabinete e uma pequena sala de reuniões.

Permanece o entendimento de que deve ser priorizado, assim que possível, o levantamento e a articulação junto aos órgãos públicos competentes para a cessão de uma espaço próprio do CNDH que cumpra com os requisitos de uma INDH, constantes nos Princípios de Paris. Cabe destacar que, hoje, além da sala da Secretaria-Executiva, o CNDH utiliza as salas de reuniões do MMFDH para as reuniões mensais e audiências e, ainda, o amplo espaço do arquivo central do ministério.

• **Transparência e Divulgação**

A transparência e a divulgação das atividades realizadas pelo CNDH compõem um braço central do colegiado, uma vez que permitem uma comunicação eficiente sobre a atuação ampla de conselheiras, conselheiros, comissões e do próprio Plenário. Dessa forma, a assessoria de comunicação desempenha uma série de atividades com objetivo de informar a sociedade acerca das reuniões, missões e documentos aprovados pelo conselho, produzindo conteúdo jornalístico para alimentar os veículos próprios do CNDH e promover maior visibilidade dos temas abordados junto à imprensa e à população em geral.

Entre as atribuições da área está a apuração, redação e edição de notícias relacionadas à atuação do CNDH; elaboração de peças de comunicação para mídias digitais (*cards*); publicação de notícias nos diversos meios de comunicação próprios e distribuição para a imprensa; atualização dos canais de comunicação do CNDH com relatórios, atas e demais documentos institucionais produzidos pelo conselho; atendimento de demandas da imprensa, agendamento de entrevistas e encaminhamento de documentos solicitados; divulgação junto à imprensa das atividades do CNDH; levantamento da repercussão das atividades do CNDH na imprensa, com organização do clipping; alimentação dos canais de comunicação do conselho.

O CNDH possui hoje, como principais meios de divulgação, uma página no Facebook e no Twitter, um canal no Youtube, página no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de circulação de mensagens pelo aplicativo Whatsapp.

A página do CNDH no Facebook é gerenciada por perfil do próprio CNDH, intitulado Comunica. Atualmente, trata-se da principal fonte de interação do CNDH com o público mais amplo, por meio de compartilhamentos, comentários, citações, dúvidas e encaminhamentos iniciais de denúncias *inbox*. A alimentação da página é feita concomitantemente à veiculação de notícias no site, contando com recurso gráfico-visual sempre que possível, com fotografias ou com os chamados *cards*.

Com cerca de 19 mil seguidores¹, a página do CNDH no Facebook apresentou grandes picos de visualizações, curtidas e comentários no biênio atual, com aumentos expressivos a partir de 2020, embora o recorde de pessoas alcançadas ainda seja de 2019. A ampliação do alcance pode ser explicada pela pandemia de covid-19 que marcou o ano presente, aumentando o tempo do público dedicado às redes sociais e também ao aumento das postagens e eventos transmitidos ao vivo pelo CNDH, incluindo reuniões, webnários e lives.

Para demonstrar, apresentamos posts com picos de mais de 5 mil pessoas alcançadas no período, considerando os dados até novembro de 2020. Em 2019, tivemos seis postagens com mais de 5 mil pessoas alcançadas, ao passo que em 2020, foram 13.

Ano de 2019

Data	Pessoas alcançadas	Título da postagem
17/04/19	7.086	CNDH reúne cerca de 150 membros da Terra Indígena Tupinambá de Serra do Padeiro, na Bahia
09/06/19	29.499	CNDH aprova por unanimidade Recomendação sobre violência obstétrica
04/07/19	54.783	CNDH atua contra violações em despejo no Vale da Ribeira
26/07/19	5.650	Em missão emergencial a Juréia-SP, CNDH recebe relatos de violações de direitos humanos
28/08/19	5.236	CNDH denuncia intervenção na secretaria-executiva do conselho, com desrespeito à sua autonomia e independência
17/09/19	8.538	Ex-presidente Lula é ouvido por conselheiros do CNDH após denúncias de violações

¹ Posição de novembro de 2020.

		de direitos humanos
--	--	---------------------

Ano de 2020

Data	Pessoas alcançadas	Título
18/05/20	13.941	Live Lutas de maio Dia 18 de maio marca o “Dia da Luta Antimanicomial”
15/06/20	8.698	Conferência ao vivo: Lucia Secoti, Presidente Destituída do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (Decreto 9893/2019) reúne representantes do CNDH, CMI-Campinas, pesquisadores, médicos e lideranças do setor.
16/06/20	7.285	Hutukara Associação Yanomami e CNDH ingressam com pedido de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos
23/06/20	8.852	CNDH oficia Assembleia de MT contra PLC 17 do Mato Grosso, que viola direitos dos povos indígenas
25/06/20	6.050	CNDH pede a Rodrigo Maia urgência na votação de projeto de lei que suspende despejos durante pandemia
10/07/20	5.600	4a Reunião Extraordinária CNDH AO VIVO
20/07/20	15.713	Comissão Interamericana de Direitos Humanos emite medida cautelar em favor de povos indígenas Yanomami e Ye'kwana
03/08/20	18.237	Live especial: Adolescente em comunidade terapêutica: acolhimento ou internação? Um diálogo à luz do ECA e da Constituição
21/09/20	10.683	CNDH recomenda que autoridades não autorizem o retorno às aulas presenciais
13/10/20	6.800	Transmissão ao vivo: Webnário sobre desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei
14/10/20	6.430	Resolução inédita com diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua é aprovada por unanimidade
21/10/20	11.970	CNDH recomenda revogação de decreto que ameaça educação inclusiva
03/11/20	9.341	Nota pública: CNDH pede apuração de atuação de magistrado em audiência criminal sobre crime de estupro

Na rede social Twitter, o CNDH possui atualmente 2.660 seguidores e baixa interação. Ele é utilizado exclusivamente para replicar as manchetes das notícias veiculadas e encaminhar o/a leitor/a ao Facebook do CNDH.

O canal de Youtube do CNDH ganhou maior visibilidade ao longo do Biênio 2018-2020, especialmente a partir das transmissões de reuniões extraordinárias ao vivo em 2020. De 41, o canal passou a ter 178 pessoas inscritas, passando do total de 784 visualizações para 2.777 visualizações.

As notícias e todos os documentos deliberados em Plenário são publicados na página do CNDH dentro do portal do MMFDH, a partir de solicitação por meio da assessoria de comunicação do ministério. A falta de um site próprio, sem vínculo com o governo federal, é um dos pontos centrais apontados como impedimento para considerar o colegiado como uma INDH, garantindo a autonomia requisitada pelos Princípios de Paris. Os frequentes equívocos de interpretação atingem, portanto, tanto o CNDH quanto o governo, visto que o colegiado tem, entre outras atribuições, a de fiscalizar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos de todos os entes federados – o que significa que pode sugerir e recomendar diretrizes que, por vezes, criticam decisões governamentais.

Diante disso, o colegiado entende como urgente a criação um espaço de comunicação virtual próprio, que garanta o amplo acesso à informação sobre a atuação desse colegiado e que comunique à imprensa e à sociedade, de maneira clara, acerca da sua autonomia política e administrativa em relação ao governo federal. Assim, no ano de 2017, após deliberação Plenária do CNDH, iniciaram-se movimentações para a criação de um site do CNDH, com domínio “cndh.br” ou “cndh.org.br”. Assim que o domínio e servidor forem adquiridos, espera-se que o site seja construído por meio de parceria com organizações vinculadas ao CNDH que se disponibilizam a executar esse serviço *pro-bono*, conforme previsto na Lei nº 12.986/14, ou por meio de outra solução cabível.

A assessoria de comunicação é responsável também por veicular as notícias produzidas e repercutir as atividades do CNDH nos seguintes grupos de Whatsapp: CNDH 2018-2020 (composto pela equipe da secretaria executiva e conselheiros/as); e SE CNDH (composto apenas pela secretaria executiva do CNDH). Assim, a assessoria técnica e as/os conselheiras/os encaminham as mensagens para suas redes de contato, disseminando a informação. A depender do grau de relevância e do seu apelo junto à grande mídia, as notícias são encaminhadas a atores específicos da imprensa, seja por critério geográfico, em caso de missões, ou de foco de cobertura (editoria internacional, política, etc.).

Outras atividades realizadas são campanhas, como a destinada a publicizar as recomendações da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos (composta por 12 posts com *cards*) e a do Dia Mundial da Saúde Mental (série de seis vídeos de usuárias, usuários e familiares dos serviços de saúde mental, produzidos pela comissão que trata da temática e transformados em *cards* pela comunicação).

Solicitações de entrevistas feitas pela imprensa são direcionadas à/ao presidente do CNDH ou à/ao conselheira/o que acompanha a temática.

Estruturada a partir de setembro de 2016, a assessoria de comunicação ainda encontra-se em consolidação. Ao longo de todo o Biênio 2018-2020, uma única servidora exerceu todas as atribuições da área, que ganhou um reforço em dezembro de 2020, com a chegada de mais uma servidora.

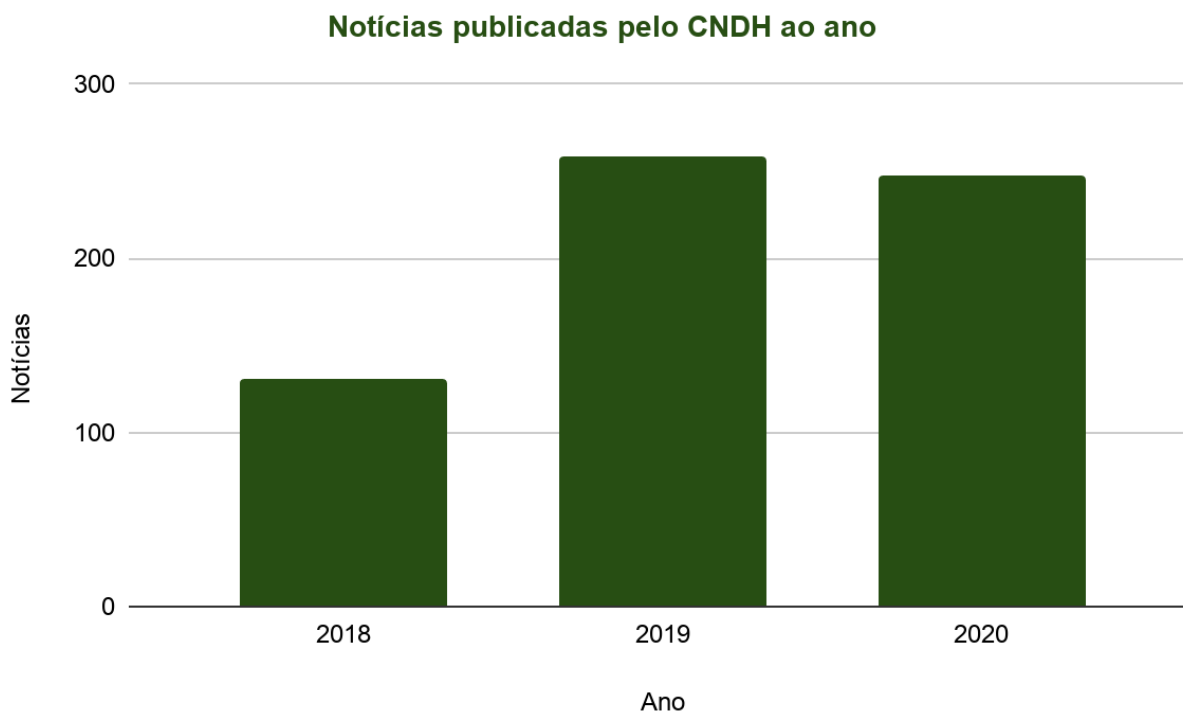
De modo articulado com o trabalho das assessorias técnica e administrativa, a comunicação atua em conjunto para garantir a preservação da memória institucional do colegiado, organizando, divulgando e dando transparência a toda a atuação e aos documentos aprovados, por meio de notícias, *cards*, *releases* e avisos de pauta, que dialoguem com o público interno e externo.

Com a chegada ao Brasil de uma pandemia em março de 2020, o CNDH foi obrigado a se adaptar para manter sua atuação ativa, o que ensejou a necessidade de realizar transmissões ao vivo. Após um breve treinamento com a equipe responsável do Conselho Federal de Psicologia, as assessoras administrativas têm realizado, sempre que possível e com suporte da área de tecnologia do MMFDH e da assessora de comunicação, a veiculação de reuniões extraordinárias do Pleno e de webnários na página do Facebook e no canal do Youtube do CNDH.

Outro passo dado pelo CNDH foi a inclusão de intérpretes de Libras - Língua Brasileira de Sinais nas transmissões de reuniões Plenárias do conselho, a partir de dezembro de 2020. Trata-se de mais uma medida para garantir a participação social equânime, com igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência auditiva.

O trabalho da assessoria de comunicação é organizado de modo próximo à Presidência do conselho, que aprova todo o conteúdo produzido, definindo em conjunto as prioridades. A linha editorial é centrada na atuação do Plenário e de conselheiros/as sempre que estejam representando o colegiado.

A despeito da extrema limitação de pessoal, a atuação da assessoria de comunicação foi expandida ao longo dos anos de 2019 e 2020, conforme os dados. Em 2019, foram produzidas 259 notícias – quase o dobro do que foi produzido em 2018 (131). Em 2020, foram 247 (posição até 27/11/20) notícias sobre o conselho, totalizando 506 no Biênio 2018-2020. O gráfico a seguir demonstra a ampliação de notícias produzidas – o principal produto elaborado pela comunicação.



Obs: Dados de 2020 são parciais, pois referem-se ao acumulado até 27 de novembro.

O incremento é evidenciado pela página do Facebook do conselho, apresentando progressivos picos de pessoas visualizadas no biênio. O recorde de pessoas que visualizaram as publicações pelo menos uma vez atingiu 54.783 em 2019, contra 5.545 em 2018, segundo análise da rede social. Além disso, os dois anos analisados registraram 19 posts com mais de 5 mil pessoas alcançadas, demonstrando a visibilidade que o conselho tem atingido.

O impacto na imprensa com notícias que tratam de ações do CNDH atingiram cerca de 200 notícias na grande imprensa ao longo dos dois anos, incluindo diversas reportagens em veículos como Folha de S.Paulo, revista Época, portais Uol e G1, Jornal Nacional, conforme clipping ao final do relatório.

Meios de comunicação do CNDH:

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>

Site: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

Youtube: https://youtu.be/2GfrK_kBu4M

d) CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH

A busca do CNDH para ser reconhecido como Instituição Nacional dos Direitos Humanos - INDH encontra amparo na Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, que dispõe sobre sua composição, competência, prerrogativas e estrutura organizacional, e também no Regimento Interno do colegiado, que prevê o seguimento à orientação dos Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípios de Paris), estabelecidos na Resolução A/RES/48/134 de 20 de dezembro de 1993 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O colegiado considera ainda o disposto no PNDH-3, que estabelece "apoiar, junto ao Poder Legislativo, a instituição do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, dotado de recursos humanos, materiais e orçamentários para o seu pleno funcionamento, e efetuar seu credenciamento junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como 'Instituição Nacional Brasileira', como primeiro passo rumo à adoção plena dos 'Princípios de Paris'"; e o terceiro ciclo da revisão do Brasil pela Revisão Periódica Universal, com recomendações de diversos países: “6.23. Continuar os esforços para fortalecer as instituições nacionais de direitos humanos (Nepal); 6.24. Continuar trabalhando para garantir que a Instituição Nacional de Direitos Humanos adquira o status ‘A’ de acordo com os Princípios de Paris (Portugal); 6.25. Tornar o Conselho Nacional dos Direitos Humanos de acordo com os Princípios de Paris (Serra Leoa); 6.26. Fornecer ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos os recursos necessários para aumentar sua independência para efetivamente desempenhar suas funções (Uganda); 6.27. Fornecer ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos a necessária independência orçamentária, administrativa e política para implementar plenamente suas funções (Grécia); 6.28. Fornecer ao Conselho Nacional de Direitos Humanos a independência orçamentária, administrativa e política, necessária para exercer seu novo mandato (Guatemala); (...)6.31. Tornar as suas instituições nacionais de direitos humanos, especialmente o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em plena conformidade com os Princípios de Paris (Polônia)”.

Nesse sentido, o CNDH tem atuado por meio de uma série de ações de modo a cumprir todos os requisitos do Princípios de Paris, rumo à sua independência e autonomia administrativa, financeira e orçamentária plena do colegiado. Assim, a já citada estratégia de captação de emendas parlamentares é parte do processo de afirmação do CNDH como INDH. Os recursos próprios garantem o fortalecimento da participação social e permite que o CNDH desempenhe sua missão institucional sem qualquer sujeição financeira.

A aprovação da Resolução nº 22, em 15 de junho de 2020, foi outro importante passo nesse sentido, pois opina por um conjunto de medidas para garantir a efetivação do CNDH como uma INDH, abordando os tópicos mais centrais. Entre esses pontos, é listada a necessidade de um CNPJ próprio do CNDH, demanda negociada desde julho de 2019 com o MMFDH. O processo continua em andamento, com a realização de uma série de articulações presenciais com o ministério e a solicitação à Receita Federal de CNPJ. Em reunião da Presidência do conselho com a ministra do MMFDH, ocorrida em novembro de 2020, foi solicitada celeridade na continuidade dos encaminhamentos para aquisição do CNPJ.

Outra demanda central do CNDH é a existência de um/a ordenador/a de despesas da Secretaria-Executiva; um orçamento do CNDH com composição orçamentária do MMFDH e Congresso

Nacional; e o cumprimento e execução do Planejamento Anual de Atividades CNDH. Quanto à autonomia administrativa, o CNDH demanda a aprovação em Plenária da coordenação-geral e da equipe da Secretaria-Executiva; assim como a gestão do espaço físico do CNDH. Por fim, o colegiado pleiteia uma página eletrônica e redes sociais próprias, além de um espaço no Diário Oficial destinado ao CNDH, de modo a permitir que o conselho dirija-se à opinião pública para divulgar os seus pareceres e recomendações.

A Resolução nº 22, em 15 de junho de 2020, pode ser integralmente conferida em: <https://bit.ly/3lhCegu>

*

2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO - BIÊNIO 2018-2020

Janeiro/2019

Em janeiro de 2019, o conselheiro Leonardo Pinho e a conselheira Deborah Duprat assumiram a presidência e vice-presidência do CNDH. Também foi realizada a primeira reunião da Mesa Diretora eleita para o Biênio 2018-2020 no dia 24 de janeiro. No mesmo dia, os integrantes da Mesa estiveram reunidos com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para apresentar colegiado e discutir ações relacionadas à sua autonomia e independência.

Entre os dias 29 e 31 de janeiro, foi realizada missão emergencial para promover a escuta qualificada e propor ações emergenciais para as populações atingidas pelo crime socioambiental e trabalhista causado pela atividade minerária desenvolvida pela Vale S/A, no Complexo Minerador Córrego do Feijão, localizado no Município de Brumadinho - MG, na Bacia do Rio Paraopeba. A missão foi realizada nas cidades de Belo Horizonte e Brumadinho, e contou com a participação de Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB), indicado para relatar os trabalhos, Eduardo Nunes de Queiroz (DPU) e Camila Asano (Conectas). Também acompanharam algumas atividades da missão Carolina Morishita (DPE), Caio Borges (Conectas), Joana Nabuco (Conectas) e Daniela Fichino (Justiça Global), Cláudia Spranger (Ministério Público Estadual de MG) e Luiz Tarcisio de Paiva Costa (CIMOS – Ministério Público de MG). Nessa missão, os membros do Grupo de Trabalho realizaram reunião com a Força Tarefa conjunta dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, visita à comunidade de Parque das Cachoeiras, oitiva de pessoas atingidas, visita ao local atingido pela lama na comunidade, audiência pública na comunidade de Córrego do Feijão, oitiva de autoridades públicas, visita aos postos de atendimentos aos atingidos e reuniões com seus representantes.

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

24/01/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar – Brasília/DF

25/01/2019 - Reunião do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) com o Presidente do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de reuniões da SNPDDH – Brasília/DF

Principais Notícias

1. Em sua última reunião de 2018, o CNDH lançou o relatório de atividades do Biênio 2016-2018, que presta contas da atuação neste período. Acesse aqui a publicação na íntegra e confira o relato das principais frentes de atuação do órgão nos últimos anos: <https://bit.ly/2QFEy5Z>
2. Leonardo Pinho e Deborah Duprat assumem presidência e vice-presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/2Qy2gNh>
3. CNDH se reúne com presidenta da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e define atuação conjunta na defesa e formação de defensores de direitos humanos LGBTI e monitoramento das políticas. <http://bit.ly/2DqwlV2>
4. CNDH, Nova Frente Negra Brasileira e Fundação Friedrich Ebert se reúnem em São Paulo. <http://bit.ly/2U9Ff5u>
5. Mesa Diretora do CNDH se reúne com ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <http://bit.ly/2FNjG7z>
6. Na última quarta-feira (23), o @conselhodh participou do seminário sobre Direitos Constitucionais Indígenas, realizado pelo Ministério Público Federal. Saiba mais: <https://bit.ly/2RoAYcN>
7. CNDH recebe relatório de atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e discute agendas em comum para 2019. Saiba mais: <https://bit.ly/2Tjr5PI>
8. CNDH realiza missão emergencial a Brumadinho| Equipe relata violação aos direitos à informação e à participação após desastre em barragem da Vale. Saiba Mais: <https://bit.ly/2RTIvVO>
9. CNDH recebe Relatório sobre situação da população de rua em São Paulo. bit.ly/2RuykSC

Fevereiro/2019

Nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2019 ocorreu a 44ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF com a presença de conselheiras/os titulares e suplentes.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura: Presidente Leonardo Pinho

10h-10h30: Apresentação da Secretaria-Executiva do CNDH

10h30-11h30: Apresentação do Manual dos Conselheirxs

11h30-12h: Relato sobre caso Manoel Matos - conselheira Sandra Carvalho

12h-12h30: Calendário das Comissões

12h30-14h: Almoço

14h-15h: Relato e encaminhamento da missão emergencial à barragem Mina do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG) - conselheirxs Leandro Scalabrin, Camila Asano e Eduardo Nunes

15h-15h15: Discussão sobre Medida Provisória nº 870/2019 e povos indígenas - conselheira Deborah Duprat

15h15-15h45: Discussão sobre Medida Provisória nº 870/2019 e monitoramento das ONGs - convidado Nilton Tubino

15h45-16h30: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - Recomendação sobre MP 870/2019 - CONSEA - conselheira Fabiana Galera Severo

16h30-17h15: Crime ambiental na Ilha da Maré, em Salvador (BA) - conselheira Lívia Ferreira

17h15-18h: Situação do Sistema Prisional em geral e do Ceará - presidente Leonardo Pinho e conselheiro Everaldo Patriota

18h-18h15: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2018 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária – presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Fluxo de denúncias, denúncias recebidas e Grupo de Ação Urgente - presidente Leonardo Pinho

10h-10h15: Leitura da Nota Pública em homenagem a Manuel Matos – conselheira Sandra Carvalho

10h15-11h15: Relatório da reunião convocada pelo CNDH com as instituições públicas e as Comunidades Quilombolas do Pará realizada em 06 de novembro passado no INCRA - conselheira Eneida Guimarães

11h15-12h: Livro didático distribuído no Rio de Janeiro que incita o racismo - conselheira Iêda Leal

12h-12h45: Informe sobre o caso GM e Reforma da Previdência - conselheiro Ismael César

12h45-13h30: Apresentação da Comissão Arns de Direitos Humanos – convidados Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro e Paulo Vanucchi

13h30-14h30: Almoço

14h30-15h: Proposta de uma recomendação para a revogação de todas as portarias e decretos da saúde mental/MS, emitidos durante o Governo por violar o Comentário Geral nº 7 da ONU que garante e obriga a participação social dos usuários no processo de elaboração e ou alteração das políticas que o atingem - conselheiro Marcelo Kimati

15h-15h30: Discussão sobre tratamento dispensado aos jornalistas nos eventos oficiais e apresentação de Nota Pública - conselheira Cristina de Castro

15h30-16h: Discussão sobre mudança em regulamentação da Lei de Acesso à Informação e apresentação de Nota Pública - conselheira Cristina de Castro

16h-16h30: Apresentação de Recomendação sobre MP 870 e povos indígenas - conselheiro Leandro Scalabrin

16h30-17h: Apresentação de Recomendação sobre MP 870 e monitoramento de ONGs - conselheira Sandra Carvalho

17h-17h30: Discussão sobre possível aumento do feminicídio com o risco de diminuição de denúncias de violência doméstica diante da facilidade das pessoas possuírem armas de fogo em casa com a assinatura pelo então presidente do Decreto que flexibiliza a venda de armas - conselheira Eneida Guimarães

17h30-18h: Discussão sobre o monitoramento da Revisão Periódica Universal - conselheiro Paulo Mariante

18h: Conclusão do 2º dia e encerramento da 42ª Reunião Plenária do CNDH - presidente Leonardo Pinho

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, que aprova o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após rompimento da Barragem da Vale S/A, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH - <https://bit.ly/39kAnp1>

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, que dispõe sobre a prorrogação de prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração do Processo Apuratório nº 01/2017, do CNDH - <https://bit.ly/3o0n698>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019, que recomenda a recomposição do conselho nacional de segurança alimentar e nutricional para garantia de participação social e efetivo funcionamento da política nacional de segurança alimentar e nutricional. - <https://bit.ly/36lyoi6>

RECOMENDAÇÃO Nº 02, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019, que recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e o licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. - <https://bit.ly/39sDlb9>

Notas Públicas

Nota pública sobre o rompimento da barragem da mina do feijão, em brumadinho (MG) - <https://bit.ly/2CrepPe>

Nota pública do CNDH em repúdio ao cerceamento da liberdade de associação imposto pela medida provisória 870 - <https://bit.ly/2V1w5FN>

Nota pública de homenagem, em memória, a Manoel Mattos - <https://bit.ly/3fTI0ny>

Nota pública do CNDH em defesa da lei de acesso à informação - <https://bit.ly/2JoF3Q6>

Relatórios

Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da Barragem da vale S/A – <https://bit.ly/3oacXH2>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

05/02/2019 - 1ª Reunião Extraordinária (via videoconferência) da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

06 e 07/02/2019 – 44ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

15/02/2019 - Reunião com a finalidade de ser consolidado o "plano de ação" do grupo de trabalho da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGR) para o ano de 2019

Local: Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), localizada na SAUN - Qd. 05, Lote C, Torre A - Brasília/DF

Principais Notícias

1. CNDH recomenda recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). <http://bit.ly/2DVUHgm>
2. Missão emergencial do CNDH apresenta relatório sobre rompimento de barragem da Vale. Saiba mais: <https://bit.ly/2GgjbQ>
3. Cacique Babau, da Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro, e a Cacique Kátia, da Comunidade Indígena Tupinambá Belmonte, da Bahia, também estiveram na

44a Reunião Plenária do CNDH denunciando graves ameaças de violência contra o povo Tupinambá.

4. Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta repúdio ao cerceamento da #LiberdadeDeAssociação imposto pela Medida Provisória 870. <http://bit.ly/2MV4vKq>
5. CNDH recomenda que demarcação e licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneçam como área de competência da FUNAI. <http://bit.ly/2MTG3sE>
6. CNDH pede revisão de Decreto que altera Lei de Acesso à Informação. <https://bit.ly/2TCU8xd>
7. CNDH aprova nota pública em homenagem ao defensor de direitos humanos e advogado popular Manoel Mattos. <https://bit.ly/2IgdA1s>
8. No dia 7 de fevereiro, representantes da Comissão Arns de Defesa dos Direitos Humanos se apresentaram ao Plenário do #CNDH durante a 44ª Reunião Plenária do Colegiado.
9. CNDH integra grupo com foco em melhorias de condições de trabalho para gestantes e lactantes. Leia mais: <https://bit.ly/2UWxFLS>
10. CNDH manifesta preocupação frente a não autorização de realização missão do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) ao estado do Ceará por parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Leia: <https://bit.ly/2BzeyA7>
11. CNDH apoia recomendação do Conselho Nacional de Saúde para rejeição de artigos da MP 870/2019 que fragilizam a garantia de direitos. Ver mais em: <https://bit.ly/2EimBTI>
12. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, e a vice-presidente, Deborah Duprat, participam hoje do lançamento da Comissão Arns, na Faculdade de Direito da USP. Leia mais: <https://bit.ly/2tscJ3N>
13. Representantes do #CNDH visitam hoje o Acampamento Paulo Kageyama, em Mogi Guaçu (SP). A área é ocupada por cerca de 200 famílias, que são ameaçadas de despejo. Leia mais: <https://bit.ly/2Ej1dOg>
14. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho esteve na última terça-feira (19) em reunião com o Defensor Público-Geral da União, Gabriel Faria Oliveira, e com o Defensor Nacional de Direitos Humanos, Eduardo Nunes. Leia mais: <https://bit.ly/2STHTA4>
15. Em visita ao Acampamento Paulo Kageyama/SP, #CNDH se reúne com acampados e prefeito. O presidente do conselho, Leonardo Pinho, e a conselheira Fabiana Severo visitaram local onde 200 famílias são ameaçadas de despejo. Leia mais: <https://bit.ly/2U0df4w>
16. CNDH reuniu-se com a SUDH/BA a fim de dar seguimento ao tratamento das denúncias de ameaças às vidas de Cacique Babau e Cacica Kátia. Leia mais: <https://bit.ly/2BJHJR5>
17. CNDH conclui vistoria à Volta Grande do Rio Xingu, no Pará, com foco na garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da região. Para saber mais clique: <https://bit.ly/2EkwaAo>

Março/2019

Nos dias 13 e 14 de março de 2019 ocorreu a 45ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 13 DE MARÇO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Homenagem à memória de Marielle Franco e Anderson Gomes - presidente Leonardo Pinho

11h-11h30: Apresentação das Denúncias e encaminhamentos - presidente Leonardo Pinho

11h30-12h30: Relato e encaminhamentos sobre Missão de Retorno ao rio Xingu - vice-presidenta Deborah Duprat

12h30-14h30: Almoço

14h30-16h: Discussão sobre participação social no poder executivo federal - presidente Leonardo Pinho

16h-16h45: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - conselheiro Leandro Scalabrin

16h45-17h30: Discussão sobre Missão às Terras Indígenas do sul da Bahia – Cacica Kátia e Cacique Babau - conselheiro Leandro Scalabrin

17h30-18h: Discussão sobre Missão à Terra Indígena Waimiri-Atroari – conselheiro Leandro Scalabrin

18h-18h30: Acompanhamento do caso dos defensores Osvailinda Alves Pereira e Daniel Alves Pereira - conselheiro Leandro Scalabrin

18h30: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 14 DE MARÇO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - presidente Leonardo Pinho

Apresentação do vídeo da Deputada Federal Talíria Petrone

9h-10h: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Privação de Liberdade - conselheiro Everaldo Patriota

Planejamento das atividades do CNDH – presidente Leonardo Pinho

10h-10h30: Informe sobre o Pacto dos Conselhos - presidente Leonardo Pinho, conselheiros Leandro Scalabrin e Herbert Borges

10h30-11h: Relato e encaminhamento sobre Missão no Acampamento Paulo Kageyama, em Mogi Guaçu (SP) - presidente Leonardo Pinho, conselheiros Leandro Scalabrin e Herbert Borges

12h-14h: Almoço

14h-15h: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - conselheiro Ismael César

15h-16h: Fala em referência ao Dia Internacional de Luta contra as Barragens - representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e conselheiro Leandro Scalabrin

16h-17h: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - conselheiras Ieda Leal e Eneida Guimarães, e conselheiro Paulo Mariante

17h-18h: Proposta de uma recomendação para a revogação de todas as portarias e decretos da saúde mental/MS - conselheiro Rogério Giannini

17h30: Conclusão do 2º dia e encerramento da 45ª Reunião Plenária do CNDH - presidente Leonardo Pinho

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 13 DE MARÇO DE 2019, Dispões sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito do CNDH. <https://bit.ly/39udNu6>

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 13 DE MARÇO DE 2019, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. <https://bit.ly/3mnwT8F>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 03, DE 14 DE MARÇO DE 2019, que recomenda que todas as normativas incompatíveis com a estabelecida Política Nacional de Saúde Mental, que subsidiam a Nova Política Nacional de Saúde Mental, elaborada e em execução sem ser legitimamente formulada, sejam suspensas e submetidas ao debate público; e que convoque audiências públicas, com antecedência e ampla convocação, garantindo a plena e efetiva participação dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS - <https://bit.ly/33ujOTY>

Notas Públicas

Nota pública de pesar do CNDH pelos mortos e feridos em Suzano - <https://bit.ly/3fWmtuE>

Nota pública do CNDH que propõe revogação ou rejeição da MP 873, em defesa da liberdade de organização sindical - <https://bit.ly/2Vlw5FN>

Nota pública sobre os riscos do “Pacote de Projetos Anticrime” apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - <https://bit.ly/3lrbhaf>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

11/03/2019 - 15ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

12/03/2019 - 13ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

12/03/2019 – 9ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

12/03/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o Exmo. Sr. Senador, Paulo Paim

Local: Ala Nilo Coelho, sala 04 - A, Senado Federal - Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

13 e 14/03/2019 - 45ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

14/03/2019 - Audiência Pública para debater o tema Segurança de barragens

Local: Anexo II do Senado Federal – Brasília/DF

20/03/2019 - Audiência do CNDH com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, Dep. Helder Salomão

Local: Sala 185-A, Anexo II, Piso Superior Câmara dos Deputados - Brasília/DF

20/03/2019 - Audiência do Presidente do CNDH com a Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, Deputada Professora Marcivânia
Local: Anexo II, Pav.Térreo, Ala C, Sala T50, Câmara dos Deputados - Brasília/DF

27/03/2019 – Reunião da Presidência do CNDH com Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Estado da Bahia e Lideranças Indígenas
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

27/03/2019 - Audiência Pública para construção o plano de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados para o exercício de 2019
Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados - Brasília/DF

Principais Notícias

1. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, se reuniu com a presidente do conselho da pessoa idosa – CNDI, Lucia Secoti. Na pauta, enfraquecimento dos instrumentos de participação social e descontinuidade de funcionamento do CNDI. Leia mais: <https://bit.ly/2XUyww8>
2. CNDH realiza 45ª Reunião Plenária, em homenagem a Marielle Franco e Anderson Gomes. Leia mais: <http://bit.ly/2tZrgE7>
3. Comissões discutem crise do sistema prisional, pacote contra o crime, Política Nacional de Saúde Mental e reforma da previdência durante 45ª Reunião Ordinária do #CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2TyF4og>
4. CNDH realiza hoje e amanhã (13 e 14) sua 45ª Reunião Plenária – Em homenagem a Marielle Franco e Anderson Gomes. Entre as pautas do encontro, está a participação social no Poder Executivo Federal. Leia mais: <http://bit.ly/2Cip674>
5. Em reunião, #CNDH e senador Paulo Paim acertam agenda comum. O CNDH reuniu-se ontem (12) com o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o senador Paulo Paim. Leia mais: <http://bit.ly/2u64iLC>
6. Conselheiras do #CNDH participam do Seminário Nacional Mulheres em Espaços de Poder e Decisão nesta quinta e sexta (14 e 15 de março).
7. Assassinato e legado de Marielle Franco e Anderson Gomes foram tema da abertura da 45ª Reunião Ordinária do #CNDH, nesta quarta (13) em Brasília. Leia mais: <http://bit.ly/2T8vYKd>
8. CNDH aprovou ontem (13) Nota Pública de pesar por mortos e feridos no tiroteio ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil, no município de Suzano, no estado de São Paulo. Leia a Nota na íntegra: <https://bit.ly/2XYL3BJ>

9. Agricultora Osvalinda Pereira participou ontem da 45ª Reunião Ordinária do #CNDH, trazendo um relato emocionante sobre as perseguições sofridas em razão da sua atuação como defensora de direitos humanos. Leia mais: <http://bit.ly/2T35ysZ>
10. #CNDH aprovou a realização de missão e reunião ordinária descentralizada no Ceará. A decisão ocorreu após relatos da Comissão dos Direitos da População em Privação de Liberdade e de peritos do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. Leia mais: <http://bit.ly/2XXA77f>
11. Dia Internacional de Luta contra Barragens foi celebrado ontem (14) durante a 45ª Reunião Ordinária do #CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2HHvV0>
12. CNDH recomenda que Nova Política Nacional de Saúde Mental seja suspensa e discutida em audiências públicas. Leia mais: <http://bit.ly/2Fk0GfD>
13. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, participa agora da audiência pública em “Defesa da participação e controle social das políticas de alimentação, agricultura e nutrição. O debate acontece hoje (18) na Assembleia Legislativa de São Paulo.
14. “A Medida Provisória nº 870 extinguiu o Consea, desestruturando todo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Não podemos aceitar essa violação de direitos humanos, afirmou o presidente do #CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2CkjtWg>
15. CNDH aprova nota sobre riscos do pacote de projetos anticrime apresentado pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Leia mais: <http://bit.ly/2TdyJK1>
16. CNDH debate participação popular e atuação de conselhos com comissões de Direitos Humanos e do Trabalho na Câmara. Leia mais: <http://bit.ly/2TRj6Nt>
17. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, e o conselheiro Marcelo Kimati participaram hoje (21) de encontro com conselheiros do #CNS para entrega de recomendação sobre saúde mental. Leia mais: <http://bit.ly/2HxXE9Z>
18. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, e o conselheiro Marcelo Kimati se reuniram ontem (22) com representantes do Poder Público para apresentar e discutir a Recomendação sobre a “Nova Política Nacional de Saúde Mental”. Leia mais: <http://bit.ly/2Wgjr9l>
19. Em visita a comunidade do Cimento-SP, presidente do #CNDH encontra cenário desolador. Conselho enviou ofício a Prefeitura de SP. Leia mais: <http://bit.ly/2FABQs2>
20. CNDH participa da primeira audiência pública de 2019 aberta organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.
21. Presidente do #CNDH, Leonardo Pinho, visitou ontem (26) o Acampamento Marielle Vive, em Valinhos, São Paulo, onde ouviu denúncias de violações de direitos humanos, como a negação ao acesso à água.
22. A conselheira do #CNDH Fabiana Severo (DPU) representou ontem o conselho em audiência com moradores da comunidade do Cimento (zona leste de SP). Leia mais: <https://bit.ly/2U15Dmp>

Abril/2019

Foi realizada nos dias 10 e 11 de abril na sede da OAB Ceará a 46ª Reunião Plenária do CNDH de forma descentralizada.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 10 DE ABRIL DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

9h-13h: Audiência Pública sobre Segurança Pública no Ceará.

13h-14h30: Almoço

14h30-15h: Homenagem a Mário Miranda de Albuquerque - presidente Leonardo Pinho (CNDH), Deputado Renato Roseno e Presidenta Beatriz Xavier (CEDH)

15h-17h: Relato e encaminhamentos sobre Missão Ceará - Conselheiros/as participantes da Missão e parceiros/as convidados/as

17h-17h15: Relato prévio sobre Missão Sul da Bahia - Conselheira Sandra Carvalho

17h15-17h30: Apresentação das Denúncias e encaminhamentos – presidente Leonardo Pinho

17h30-18h: Relato sobre a situação da Comissão de Anistia - presidente Leonardo Pinho

18h-18h15: Informes sobre Encontros com integrantes do Poder Legislativo - presidente Leonardo Pinho

18h15-18h30: Informe sobre visita à Comunidade do Cimento SP - presidente Leonardo Pinho

DIA 11 DE ABRIL DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Relato sobre a situação do Rio de Janeiro - Conselheira Sandra Carvalho

10h-11h: Discussão sobre Pacote Anticrime - presidente Leonardo Pinho

11h-12h : Relato sobre a situação dos Venezuelanos - Conselheira Eneida Guimarães

12h-12h15: Informe sobre Visita ao Acampamento Marielle Vive

12h15-14h: Almoço

14h-15h: Relato da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - Conselheira Cristina Castro

15h-16h: Relato da Subcomissão de Drogas e Saúde Mental - Conselheiro Rogério Giannini

16h-17h: Relato do GT Empresas e Direitos Humanos - Conselheira Cristina Castro

17h-17h15: Relato sobre visita a Ford - presidente Leonardo Pinho e Conselheiro Ismael César

17h15-17h30: Informe sobre Calendário das Comissões - presidente Leonardo Pinho

17h30-17h45: Informe sobre Reunião do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - Conselheiro Leandro Scalabrin

Documentos Aprovados

Notas Públicas

Nota pública de homenagem a Mário Miranda de Albuquerque - <https://bit.ly/3op7KeL>

Nota pública do CNDH em solidariedade à família de Evaldo dos Santos Rosa - <https://bit.ly/37rT6My>

Nota pública do CNDH sobre a extinção de Conselhos, Comitês, Comissões através do Decreto Federal nº 9.759/2019 - <https://bit.ly/3mws7G8>

Representações

Representação à Procuradora-Geral da República para apurar o discurso de ódio proferido pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson José Witzel, encorajando a criminalização de grupos sociais vulneráveis.

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

01/04/2019 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas do CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões ‘Aquarius’ – Brasília/DF

02/04/2019 - Audiência do CNDH com o Sr. Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha
Local: 6ª Câmara, localizada no Ed. sede da Procuradoria Geral da República - SAF Sul Quadra 4 Conjunto C, Bloco B, 3º andar, sala 306 - Brasília/DF

08 e 09/04/2019 - Missão do CNDH *in loco*, em conjunto com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT, para tratar da Segurança Pública do Estado do Ceará
Local: Fortaleza/CE

08/04/2019 - 15ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

09/04/2019 - 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH
Local: Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com a vice-governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela e convidadxs do Estaduais

Local: Palácio da Abolição - Av. Barão de Studart, 505 - Meireles, em Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Des. Washington Araújo

Local: Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Cambé, 60822-325, Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - ALECE, Deputado José Sarto

Local: Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro - Dionísio Torres - CEP: 60.170-900 Edifício Sede da Assembleia Legislativa, Sala 409 – Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com a Defensora Pública-Geral do Estado, Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

Local: Sede Administrativa da Defensoria Pública, localizada na Avenida Pinto Bandeira 1111 Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com o Procurador-Geral de Justiça, Plácido Barroso Rios

Local: Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, localizado na sede do Ministério Público do Estado do Ceará, Rua Assunção, nº 1100, bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE

09/04/2019 - Audiência do CNDH com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Local: Edifício José Euclides Ferreira Gomes, anexo II da Assembleia Legislativa, 4º andar, última sala do corredor – Fortaleza/CE

10 e 11/04/2019 - 46ª Reunião Ordinária Descentralizada do CNDH

Local: Avenida Washington Soares, 800 - Patriolino Ribeiro, Fortaleza - CE

10/04/2019 - Audiência Pública do CNDH com órgãos e entidades convidadas e Autoridades do Estado do Ceará

Local: Avenida Washington Soares, 800 - Patriolino Ribeiro, Fortaleza - CE

10/04/2019 - Audiência Pública a fim de debater a situação dos Conselhos, Comitês e Comissão vinculadas ao Ministério Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH

Local: Plenário 09 do Anexo II, da Câmara dos Deputados - Brasília/DF

11 e 12/04/2019 - 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT

Local: Auditório da Fundação Nacional do Índio - Funai, localizado no Ed. Parque Cidade Corporate, Torre B, sala 307 - Brasília/DF

14 a 17/04/2019 - Missão do CNDH às Terras Indígenas Tupinambá do sul do Estado da Bahia
Local: sul do Estado da Bahia/BA

15/04/2019 - Audiência do CNDH com Lideranças Indígenas
Local: Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, no sul do Estado da Bahia/BA

15/04/2019 – Audiência do CNDH com o Procurador da República no Estado da Bahia, Fernando Zelada
Local: Procuradoria da República no Município de Eunápolis - Rua Dr. Gravata, nº 46, 2º e 3º andar, Centro – Eunápolis/BA

16/04/2019 – Audiência do CNDH com o Delegado Regional de Polícia do Interior, Moisés Damasceno
Local: 23ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior (Coorpin/Eunápolis) - Delegacia de Polícia Civil de Eunápolis, Estado da Bahia - Rua São Bartolomeu, nº 134, Santa Lúcia - Eunápolis/BA

16/04/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Lideranças Indígenas
Local: Terra Indígena Tupinambá de Olivença na Serra do Padeiro, no sul do Estado da Bahia/BA

16/04/2019 - Audiência do CNDH com Lideranças Indígenas
Local: Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Aldeia Tamandaré), no sul do Estado da Bahia/BA

16/04/2019 - Audiência do CNDH com Lideranças Indígenas
Local: Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Aldeia Igalha) – Ilhéus/BA

17/04/2019 – Audiência do CNDH com o Delegado-Chefe da Polícia Federal (Ilhéus), André Campos de Lavor
Local: Delegacia da Polícia Federal em Ilhéus - Avenida Governador Roberto Santos, nº 11, bairro Esperança - Ilhéus/BA

17/04/2019 – Audiência do CNDH com o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, Carlos Martins de Santana; Superintendente de Direitos Humanos, Emiliano José; e o Coordenador de Inteligência e Monitoramento da Casa Militar do Governador, Major PM Ivã Antônio de Jesus

Local: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 390, 4º andar - Salvador/BA

23/04/2019 – 4ª Reunião Mesa Diretora CNDH, Biênio 2018-2020

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Aquarius – Brasília/DF

23/04/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar – Brasília/DF

25/04/2019 – Reunião do CNDH com a Associação Rosa de Saron para tratar da situação de Acampamentos no Estado do Pará e Estado do Tocantins

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Aquarius – Brasília/DF

30/04/2019 - Reunião Ampliada de Articulação dos Movimentos Sociais contra o fechamento dos conselhos/mecanismos/comitês e outros colegiados de direitos, sob a lógica do decreto 9.759 de 11 de abril de 2019

Local: Sala da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal (anexo II, Ala A, Piso Superior 145 - Congresso Nacional – Brasília/DF

Principais Notícias

1. Lideranças Potiguara, presentes em Brasília para o Acampamento Terra Livre, estiveram hoje no #CNDH para pedir por segurança para as Terras Indígenas Potiguara, na Paraíba. Leia mais: <http://bit.ly/2VrxNHd>
2. CNDH recebe denúncias de ameaças em caso de reintegração de posse no Pará e Rondônia. Leia mais: <http://bit.ly/2Vrm23q>
3. CNDH sai em defesa da permanência e do funcionamento de Conselhos. Leia mais: <https://bit.ly/2VIJHC>
4. CNDH visita Acampamento Terra Livre e participa de negociação entre APIB e PMDF. Leia mais: <https://bit.ly/2UVV11W>
5. CNDH oficiou ontem (04) a Secretaria de Comunicação da Presidência da República acerca do vídeo que exalta da Ditadura Militar, compartilhado pelo WhatsApp oficial do Planalto. Leia aqui: <http://bit.ly/2KbRmf>
6. CNDH realiza semana que vem missão ao Ceará para tratar da crise na segurança pública e no sistema prisional. Em seguida, nos dias 10 e 11, ocorre em Fortaleza a 46ª Reunião Ordinária. Leia mais: <http://bit.ly/2Vv1uUJ>

7. CNDH entrega a Marcelo Freixo e Maria do Rosário nota sobre riscos do pacote anticrime. Leia mais: <https://bit.ly/2UpZPCh>
8. CNDH e PGR debatem estratégias de atuação contra ameaças a indígenas. Veja mais em: <https://bit.ly/2FTETvB>
9. Mesa Diretora do #CNDH se reúne hoje em Brasília.
10. Integrantes do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos, instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos – #CNDH, reúnem-se hoje (01) em Brasília para realizar o planejamento das atividades do grupo.

Maio/2019

Nos dias 08 e 09 de maio foi realizada a 47ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF

Pauta da Reunião Plenária

DIA 08 DE MAIO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-10h15: Apresentação de vídeo em Homenagem à memória de Marcos Vinícius Matraga - Conselheiro Rogério Giannini

10h15- 11h: Nota Pública em Homenagem à memória de Marcos Vinícius Matraga - Conselheiro Rogério Giannini

11h-11h30: Informe Processo Apuratório

11h30-13h: Relato Missão Sul da Bahia - Vice-Presidenta Deborah Duprat, Conselheira Sandra Carvalho e Conselheiro Herbert Barros

12h15-14h: Almoço

14h-15h: Relato Missão Ceará - Conselheiro Everaldo Patriota e Conselheiras Eneida Santos e Sandra Carvalho

15h-15h15: Apresentação das Denúncias e encaminhamentos - Presidente Leonardo Pinho

15h15-16h15: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - Conselheira Fabiana Severo

16h15-16h45: Informe Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - Conselheiro Leandro Scalabrin

Encaminhamentos da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h45-17h15: Discussão sobre o Decreto 9.759/2019 – extinção, diretrizes, regras e limitações para os colegiados - Presidente Leonardo Pinho

17h15-17h30: Nota Pública sobre a extinção de Conselhos, comitês, comissões através do Decreto Federal nº 9.759/2019 (ad referendum) – Conselheiro Leandro Scalabrin

17h30-18h: Informe sobre Reunião Ampliada de Articulação dos Movimentos Sociais contra o fechamento dos órgãos Colegiados – Conselheiro Ismael César

18h-18h15: Informe sobre Audiência Senado sobre Participação Social - Presidente Leonardo Pinho

18h15: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 09 DE MAIO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Privação de Liberdade - Conselheiro Everaldo Patriota

10h-10h30: Apresentação da Proposta de Seminário sobre Segurança Pública - Conselheiro Everaldo Patriota

10h30-10h45: Apresentação da Proposta da Semana de atividades em Agosto - Presidente Leonardo Pinho

10h45-11h45: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários – Conselheiro Leandro Scalabrin

11h45-12h: Informe Acampamento Terra Livre - Presidente Leonardo Pinho

12h-14h: Almoço

14h-15h: Apresentação do “Estudo de Atualização do Relatório FIDH “Brasil: quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e siderurgia em Açailândia” - FIDH

15h-15h30: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Conselheira Eneida Guimarães

15h30- 5h45: Nota de Repúdio às Declarações do Governador do Rio de Janeiro

15h45-16h: Recomendação sobre Violência Obstétrica

16h-16h30: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - Conselheiro Ismael César

16h30-17h: Recomendação sobre revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação, ciência e tecnologia

17h-17h15: Informe Audiência sobre Reforma da Previdência - Conselheira Cristina Castro

17h15-17h45: Relato GT Empresas e Direitos Humanos - Conselheira Cristina Castro, Conselheira Fabiana Severo e Conselheiro Ismael César

17h45-18h: Relato GT Barragens - Conselheiro Leandro Scalabrin

18h: Conclusão do 2º dia de reunião

Documentos Aprovados

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 04, DE 09 DE MAIO DE 2019, que recomenda a revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação, ciência e tecnologia; e a não ingerência à autonomia universitária, liberdade de cátedra, expressão e pensamento, bem como a livre investigação científica; - <https://bit.ly/2JnfLBv>

RECOMENDAÇÃO Nº 05, DE 09 DE MAIO DE 2019, que recomenda ao Ministro da Saúde a desconsideração do despacho SEI SEI/MS – 9087621, por representar um retrocesso nas políticas públicas de saúde da mulher e saúde materna; a garantia da participação social na formulação da Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS e no Programa Humanização do Parto e Nascimento, especificamente, mas não apenas, quanto à tipificação das condutas que representam violência obstétrica. - <https://bit.ly/37gD6Nw>

Notas Públicas

Nota pública em homenagem a Marcus Vinícius de Oliveira (Marcus Matruga) - <https://bit.ly/36ossoz>

Nota do CNDH de reprovação à condução do governador do Rio de Janeiro da Política de Segurança Pública no Estado - <https://bit.ly/3o61Tuq>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/05/2019 – 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos do CNDH
Local: Sede da Defensoria Pública da União em São Paulo/SP, localizada na Rua Teixeira da Silva, 217 - Paraíso/SP

06/05/2019 - Reunião do Grupo de Trabalho Indígena do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco A, sala nº 119 - 1º andar - Brasília/DF

06/05/2019 - 14ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Aquarius – Brasília/DF

06/05/2019 - 3ª Reunião do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

07/05/2019 - 14ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

07/05/2019 - 16ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

07/05/2019 - 6ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

07/05/2019 - 10ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

07/05/2019 - Audiência dos Conselhos Estaduais do Ceará com a Secretária Executiva de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará - SPS/CE

Local: SPS/CE, localizada na Rua Soriano Albuquerque, nº 230, Joaquim Távora - Fortaleza/CE

08 e 09/05/2019 - 47ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

09/05/2019 - Audiência Pública, para debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nos Direitos Humanos

Local: Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal - Brasília/DF

10/05/2019 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre violação de direitos humanos em caso de barragens de rejeitos do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

10/05/2019 - Audiência sobre o caso das famílias da Comunidade Quilombola da Invernada dos Negros a serem despejadas em Santa Catarina/SC

Local: Sede da Subseção Judiciária da Justiça Federal de Joaçaba/SC, Rua Francisco Lindner, 430, 1º andar, Centro - Joaçaba/SC

16/05/2019 - 13ª Reunião da Comissão Permanente de Defensores dos Direitos Humanos e Enfretamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

16/05/2019 - 7ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

22/05/2019 - 15ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

22/05/2019 - Audiência Pública sobre Violência Policial no Estado de São Paulo

Local: Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo (Rua Maria Paula nº 35, Centro - São Paulo/SP)

27/05/2019 - Audiência Pública, para debater sobre: "Participação Social e Fortalecimento dos Órgãos Colegiados"

Local: Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal - Brasília/DF

27/05/2019 - 5ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH (via SKYPE)

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala da Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), 901-B1 – Brasília/DF

29/05/2019 - Reunião (via SKYPE) da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões do Mecanismo Nacional de Proteção e Combate à Tortura (MNPCT) – Brasília/DF

31/05/2019 - Reunião para tratar dos encaminhamentos da vistoria na Volta Grande do Xingu, ocorrida no mês de fevereiro

Local: Procuradoria Geral da República – PGR - SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasília/DF

Principais Notícias

1. CNDH abre consulta pública sobre violações de direitos humanos em áreas de mineração. Leia mais: <http://bit.ly/2Xfjaob>
2. Mesa Diretora do CNDH se reúne hoje.
3. Amanhã completa-se dois anos do massacre de Pau D'Arco, no sul do Pará, que vitimou 10 trabalhadores rurais. Apenas os executores respondem a processo criminal – e nenhum deles foi preso. Leia mais: <http://bit.ly/2VMc5K6>
4. O presidente do CNDH participou dia 17 do #OcupeAlesp como parte das mobilizações do Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Leia mais: <http://bit.ly/2QnOWwF>
5. Senado aprova nova política nacional de drogas; diretrizes são contrárias à Recomendação nº 3 do CNDH. Leia aqui a Recomendação: <https://bit.ly/2W2EsnG>
6. Comissões permanentes do #CNDH sobre defensores de direitos humanos e obrigações internacionais se reúnem hoje em Brasília. Leia mais: <http://bit.ly/2WKU684>
7. CNDH em defesa da educação. Em dia de greve geral da educação, o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, destaca a atuação do conselho em defesa da educação, ciência e tecnologia. Leia mais: <https://bit.ly/2HINnMJ>
8. #CNDH aprova Nota Pública contra condução de Witzel na segurança pública do RJ. Leia a Nota aqui: <http://bit.ly/2vRPcu4>
9. CNDH recomendou ao presidente da República e aos ministros da Economia e da Educação a revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação, ciência e tecnologia. Leia mais: <http://bit.ly/2LAKMTn>
10. Federação Internacional de Direitos Humanos apresenta relato sobre violações de direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia no Maranhão. Leia mais: <http://bit.ly/2H8GwWG>
11. CNDH aprova por unanimidade Recomendação sobre violência obstétrica. <http://bit.ly/2Yny8bR>
12. CNDH irá solicitar admissão como amicus curiae no STF em defesa da demarcação de Terras Indígenas. Leia mais: <http://bit.ly/2vNj62D>

13. Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debatem a reforma da Previdência com foco nos direitos humanos.
14. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou nesta quarta, durante a 47ª Reunião Plenária, Nota Pública contra o decreto nº 9.759/2019, que extingue conselhos do Executivo Federal. Leia mais: <https://bit.ly/2WvYeIZ>
15. CNDH abre Reunião Plenária com homenagem à memória de Marcus Matraga. Leia mais: <http://bit.ly/2PT5exb>
16. O Grupo de Referência instituído pelo CNDH realizou nesta terça (06) sua segunda reunião para tratar do Pacto Nacional de Conselhos de Direitos Humanos. Leia mais: <https://bit.ly/2Lq8bXf>
17. O CNDH inicia hoje sua 47ª Reunião Ordinária, em memória de Marcus Vinícius Matraga. Hoje ocorre a 14ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada e a 3ª Reunião do do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos. Leia mais: <http://bit.ly/2J0KGCp>
18. Grupo de trabalho instituído pelo CNDH sobre empresas e direitos humanos se reúne hoje na sede da Defensoria Pública da União em São Paulo. Leia mais: <http://bit.ly/2WlOtwS>

Junho/2019

Nos dias 12 e 13 de junho foi realizada a 48ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF

Pauta da Reunião Plenária

DIA 12 DE JUNHO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura – Presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Homenagem a Maria do Espírito Santo e José Cláudio – Conselheira Sandra Carvalho

11h-12h: Discussão sobre a situação atual do Orçamento do CNDH - Presidente Leonardo Pinho

12h-12h15: Semana dos Direitos Humanos em agosto - Presidente Leonardo Pinho

12h15-12h45: Informe do Grupo Referencial do Pacto dos Conselhos

12h45-13h: Pedidos de Missões ao CNDH – Conselheiro Leandro Scalabrin

13h-14h: Almoço

14h-14h15: Relato da Audiência Pública sobre Participação Social no Senado Federal – Ação Interconselhos - Presidente Leonardo Pinho

14h15-15h15: Discussão sobre Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019 – Vice-Presidente do CONANDA

15h15-15h45: Discussão sobre a extinção das comissões e sub colegiados dos Conselhos – Vice-Presidenta Deborah Duprat

15h45-16h15: Discussão sobre a extinção da Mesa Nacional de Negociação do SUS - Vice-Presidenta Deborah Duprat

16h15-17h15: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - Conselheira Luísa de Marillac

17h15-17h45: Relato GT Empresas e Direitos Humanos - Conselheira Cristina Castro

17h45-18h15: Resoluções dos GTs Barragens e Empresas e Direitos Humanos - Presidente Leonardo Pinho

18h30: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 13 DE JUNHO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH – Presidente Leonardo Pinho

11h-11h30: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente Direito à Cidade – Conselheira Ieda Souza

11h30-12h: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente de Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais – Conselheira Sandra Carvalho

12h-14h: Almoço

14h-15h: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente Direito à Comunicação - Conselheira Cristina Castro

15h-16h: Relato e Encaminhamento da Subcomissão de Drogas e Saúde Mental - Conselheiro Rogério Giannini

16h-16h30: Relatório Missão Xingu - Vice-Presidenta Deborah Duprat e Presidente Leonardo Pinho

16h30-17h30: Denúncia de seletividade, discriminação e violações de direitos humanos e princípios constitucionais por segmentos da Justiça Brasileira, no processo do ex presidente e pedido de criação de comissão temporária e missão do CNDH – Conselheiro Leandro Scalabrin

17h30-18h: Informe da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - Conselheiro Leandro Scalabrin

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE JUNHO DE 2019, que dispõe sobre a prorrogação de prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração do Processo Apuratório nº 01/2017, do CNDH - <https://bit.ly/39pip4N>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 12 DE JUNHO DE 2019, recomenda acerca da manutenção e importância do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, tal como previsto na lei 12847/2013 - <https://bit.ly/33vYrkV>

RECOMENDAÇÃO Nº 07, DE 13 DE JUNHO DE 2019, recomenda que o tratamento dado a comunicadores por parte dos agentes públicos siga diretrizes estabelecidas em normas internacionais e nacionais que visem garantir o respeito ao exercício profissional, a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e o direito à informação - <https://bit.ly/3mmZTxx>

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 13 DE JUNHO DE 2019, acerca das violações de direitos humanos na região de Volta Grande do Xingu/Pará - <https://bit.ly/2KSprVs>

RECOMENDAÇÃO Nº 09, DE 12 DE JUNHO DE 2019, sobre segurança e moradia da população em situação de rua - <https://bit.ly/36ll8ZI>

Notas Públicas

Nota pública em homenagem aos defensores de direitos humanos Maria do Espírito Santo Silva e José Cláudio Ribeiro - <https://bit.ly/3qiZUEY>

Nota pública de reprovação do Decreto Presidencial das Armas nº 9.797/2019 que agrava a violência letal contra a População em Situação de Rua - <https://bit.ly/2JuK7SO>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

06/06/2019 - 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Empresas e Direitos Humanos do CNDH

Local: Sede da Procuradoria Regional da República, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2020 - Bela Vista - São Paulo – SP

11/06/2019 - 16ª Reunião da Comissão Permanente do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

11/06/2019 - 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

11/06/2019 - 6ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

12 e 13/06/2019 – 48ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

22/06/2019 - 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH, no âmbito do 4º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental: Racismos, desigualdades e injustiças sociais

Local: Universidade Federal da Bahia - Salvador/BA

25/06/2019 – Reunião (via Skype) da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH, para análise do Pacote Anticrime

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

Principais Notícias

1. Presidente do #CNDH participou de reunião hoje (27), a convite do coletivo de representantes dos Estados Membros da União Europeia para assuntos de Direitos Humanos. Leia mais: <http://bit.ly/2LnApAl>
2. CNDH solicita ao STF admissão como amicus curiae em defesa da demarcação de Terras Indígenas. O termo significa “amigo da corte” e é usado para que uma instituição atue em processo judicial de relevância social. Leia: <http://bit.ly/2KJGiZp>
3. CNDH aprova Recomendação contra violações de direitos em Volta Grande do Xingu, no Pará. Leia mais: <http://bit.ly/2RGhYZ3>
4. Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos realiza mapeamento de colegiados do país
5. CNDH publica Nota e Recomendação contra decreto presidencial das armas, que agrava a violência letal contra a população em situação de rua. Leia mais: <https://bit.ly/2XlaDDc>
6. CNDH participa do 4º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental. Leia mais: <https://bit.ly/2XRha5P>

7. CNDH emite Recomendação para que o tratamento dado a comunicadores por parte dos agentes públicos siga diretrizes estabelecidas em normas internacionais e nacionais. Leia mais: <http://bit.ly/2Fa1Fyu>
8. CNDH aprovou ontem Recomendação pela manutenção e importância do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Leia mais: <http://bit.ly/2WEnOQe>
9. Conanda apresenta Nota Pública sobre inviabilidade de atuação durante reunião do CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2F4M3MA>
10. CNDH homenageia ambientalistas assassinados no Pará. Leia a Nota aprovada: <https://bit.ly/2Zi4SUc>
11. A conselheira Eneida Santos e as representantes Ayala Ferreira e Andreia Silverio, da Comissão Terra e Água do #CNDH, participam de audiência para evitar o despejo de mais de 200 famílias que vivem no Pará. Leia mais: <http://bit.ly/2X38z2M>
12. Começa nesta semana a 48ª Reunião Ordinária do #CNDH, a ser realizada em Brasília, com a presença de conselheiras e conselheiros. Leia mais: <http://bit.ly/2KfbTSv>
13. Imprensa repercute Recomendação nº 04 do #CNDH sobre a revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação. Leia mais: <http://bit.ly/2ZkoFm1>
14. Presidente e a vice-presidente do #CNDH, Leonardo Pinho e Deborah Duprat, participaram na última quinta (30) da abertura do 10º Congresso Nacional de Psicologia. Leia mais: <http://bit.ly/2MmTuVn>

Julho/2019

Nos dias 10 e 11 de julho de 2019 ocorreu a 49ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 10 DE JULHO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura – Presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Homenagem a Janaína Romão

11h-11h30: Discussão sobre as Resoluções de criação das Comissões Permanentes - Presidente Leonardo Pinho

11h30-12h: Calendário de Missões - Presidente Leonardo Pinho

12h-12h30: Semana de ativismo Direitos Humanos - CNDH e Apresentação do Desenho do Seminário Direitos Humanos e Empresas - Presidente Leonardo Pinho e Conselheira Cristina Castro

12h30-14h: Almoço

14h-15h: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Conselheira Ieda Souza, Conselheira Eneida Guimarães e Conselheiro Paulo Mariante

15h-16h: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheiro Everaldo Patriota

16h-17h: Relato e Encaminhamento da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental – Conselheiro Rogério Giannini

17h-18h: Denúncia de seletividade, discriminação e violações de direitos humanos e princípios constitucionais pela Justiça Brasileira, no processo que resultou na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contidas na reportagem “As mensagens secretas da Lava Jato”, publicada em 09 de junho de 2019 , pelo Intercept Brasil, a partir de arquivos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima, publicitando conversas de integrantes da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro - Conselheiro Leandro Scalabrin

18h: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 11 DE JULHO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-9h30: Informe sobre as reuniões de discussão sobre participação social e sobre a Comissão Especial deliberada na 48ª Reunião Ordinária - Presidente Leonardo Pinho

9h30-10h30: GT Orçamento - Presidente Leonardo Pinho e Captação de Emendas Parlamentares - Presidente Leonardo Pinho

10h30-11h: Relato e Encaminhamento da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH - Presidente Leonardo Pinho

11h-11h30: Informe sobre Reunião com União Europeia - Presidente Leonardo Pinho

11h30 – 12h Apresentação pelo MRE dos compromissos voluntários do Brasil para a candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (mandato 2020-2022) - Conselheira Bruna de Paula

12h-14h: Almoço

14h-14h30: Criminalização de Lideranças sem teto em São Paulo – Benedito Roberto Barbosa (Advogado da UMM e do Centro Gaspar Garcia Direitos Humanos)

14h30-15h30: Discussão sobre proposta de alteração do Regimento Interno do CNDH - Conselheiro Leandro Scalabrin

15h30-16h: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

16h-16h30: Apresentação do Desenho do Seminário sobre Segurança Pública - Conselheiro Everaldo Patriota

16h30-17h30 Discussão sobre Pacote Anti crime - Conselheiro Everaldo Patriota

17h30-18h: Reiteração da recomendação 02/2019 do CNDH que recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, assim como o licenciamento ambiental nas terras indígenas, permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Conselheiro Leandro Scalabrin

Documentos Aprovados

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 10, DE 11 DE JULHO DE 2019, que recomenda a manutenção da Ação Orçamentária 2019O destinada ao funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos no âmbito da Unidade Orçamentária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/39tJ9RK>

Notas Públicas

Nota pública em homenagem a Janaína Romão - <https://bit.ly/2VquApu>

Nota em saudação ao congresso da UNE - - <https://bit.ly/36sEM7z>

Nota pública de reconhecimento à justiça global - <https://bit.ly/2Vmuzmv>

Nota pública contra a extinção do conselho LGBT - <https://bit.ly/39ssNZz>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/07/2019 - 6ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8H – Brasília/DF

03/07/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o defensor Público-Geral, Gabriel Faria Oliveira

Local: Setor Bancário Sul (SBS), quadra 2, bloco H, lote 14, edifício Cleto Meirelles (ao lado do Banco do Brasil) - Brasília/DF

08/07/2019 - Audiência da Presidência do CNDH com o Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores, Ministro João Lucas Quental Novaes de Almeida

Local: Palácio do Itamaraty, Zona Cívico-Administrativa BL H - Brasília, DF, 70170-900

09/07/2019 - 15ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

09/07/2019 - 7ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

10 e 11/07/2019 - 49ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

23/07/2019 - 7ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

25/07/2019 - Reunião a tratar sobre o requerimento a Marcha e Audiência Pública - Semana Nacional de Luta da População em Situação de Rua

Local: Subsecretaria de Articulação Social e Trabalho, localizada na sala 418, 4º andar, Anexo do Palácio do Buriti – Brasília/DF

Principais Notícias

1. CNDH participa da 5ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Sul, em Bento Gonçalves/RS. Leia mais: <http://bit.ly/2Yq5N50>
2. CNDH atua contra violações em despejo no Vale da Ribeira. A comunidade Caiçara Rio Verde e Grajaúna foi despejada por órgão do governo de São Paulo, já que o território é sobreposto a unidade de conservação. Leia mais: <http://bit.ly/2LF2ByI>
3. Entidades vão ao MPF contra anunciantes de programas policiaiscos. #CNDH já emitiu recomendação sobre o tema. Leia mais: <http://bit.ly/32a4f17>
4. CNDH realiza na próxima semana sua 49ª Reunião Ordinária, em homenagem à Janaína Romão, vítima de feminicídio. Leia mais: <http://bit.ly/32cpyiT>
5. CNDH se reúne com Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Leia mais: <http://bit.ly/2y4QN0K>
6. Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - #CNDH se reúne neste momento, em Brasília, em preparação para a 50ª Reunião Ordinária do conselho.

7. Presidente do #CNDH participa de reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará. Leia mais: <http://bit.ly/2Gte8hr>
8. CNDH realiza nova missão emergencial contra despejo em Juréia-SP. Leia mais: <http://bit.ly/2K33aQt>
9. CNDH e Movimento de População em Situação de Rua se reúnem com GDF. Leia mais: <http://bit.ly/2Mi5V3q>
10. Em missão emergencial a Juréia-SP, #CNDH recebe relatos de violações de direitos humanos. Leia mais: <http://bit.ly/30Z5QFS>
11. CNDH realiza Semana de Ativismo em Direitos Humanos em agosto. Leia mais: <http://bit.ly/2YftyR2>

Agosto/2019

Nos dias 14 e 15 de agosto de 2019 ocorreu a 50ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 14 DE AGOSTO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-10h30: Homenagem a Maria Lúcia e Margarida Alves - Presidente Leonardo Pinho e Conselheira Eneida Santos

10h30-11h: Apresentação da pauta política do Movimento Nacional da População em situação de rua - Representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua

11h-11h10h: Votação do Parecer sobre o Pacote Anti Crime - Presidente Leonardo Pinho

11h10-11h20: Votação da Resolução sobre Saúde Mental - Presidente Leonardo Pinho

12h-12h30: Direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil pede urgente defesa; Denúncia dos Centros de Defesa de todo Brasil à institucionalização das violações de direitos – Representantes da ANCED

12h30-14h: Almoço

14h-14h30: Denúncia da Situação de Altamira/PA - Sadi Flores Machado (MPF)

14h30-15h: Resoluções sobre composição das Comissões Permanentes - Presidente Leonardo Pinho

14h30-15h: Recomendação sobre Reforma da Previdência - Conselheiro Ismael César

15h30-16h: Nota sobre exclusão da Sociedade Civil do CONAD - Presidente Leonardo Pinho e Conselheiro Leandro Scalabrin

16h-16h30: Relato sobre Missão à Região do Vale do Ribeira/SP - Conselheiro Paulo Mariante e Conselheira Fabiana Severo

16h30-17h: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais - Conselheiro Leandro Scalabrin

17h-17h30: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - Presidente Leonardo Pinho

17h30-18h: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - Conselheira Fabiana Severo

18h-18h30: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direito à Comunicação - Conselheira Cristina Castro

18h30-19h: Informe sobre Missão ao Rio de Janeiro - Conselheira Sandra Carvalho

19h: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 15 DE AGOSTO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-12h: Processo Apuratório

12h-14h: Almoço

14h-14h30: Entrega da pauta política da Marcha das Margaridas - Representantes da Marcha das Margaridas

14h30-15h: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos - Conselheira Sandra Carvalho

15h-15h30: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua - Conselheiro Marco Antonio da Silva Sousa

15h30-16h: Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Direito à Cidade - Conselheira Ieda Souza

16h-16h30: Relato e encaminhamentos da reunião da Comissão Especial sobre Participação Social - Presidente Leonardo Pinho

16h30-17h: Informe sobre o Seminário Direitos Humanos e Empresas - Conselheira Cristina Castro e Conselheiro Ismael César

17h-17h30: Informe sobre a visita às lideranças do movimento de moradia de SP - Presidente Leonardo Pinho e Conselheira Fabiana Severo

17h30-17h45: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

17h45-18h: Apresentação da proposta final do Seminário Segurança Pública - Conselheiro Everaldo Patriota e Conselheira Luísa de Marillac

18h: Conclusão do 2º dia de reunião

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que dispõe sobre a composição das Comissões e Subcomissões Permanentes, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/3lnPxfi>

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que dispõe sobre a composição das Comissões e Subcomissões Permanentes para o Biênio 2019-2020, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/3obO8dY>

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas - <https://bit.ly/33wWhl0>

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH realizada em 25 de julho de 2019 após a demolição de casas da Comunidade Caiçara do Rio Verde/Grajaúna/Praia do Una, localizada na Jureia, Município de Iguape, Vale do Ribeira/SP - <https://bit.ly/33tTERa>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 11, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, sobre a rejeição da proposta da Reforma da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados - <https://bit.ly/37nPtqX>

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, sobre a Lei nº 8.887, de 08 de julho de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária de ocupação rurais em terras públicas do Estado do Pará – <https://bit.ly/2JlyqOu>

RECOMENDAÇÃO Nº 13, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, sobre a tramitação da Lei 2788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) - <https://bit.ly/36k0U3I>

RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, sobre a derrubada do veto ao art 24 da Lei 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da recomposição do CONSEA na estrutura básica do Ministério da Cidadania - <https://bit.ly/36k0U3I>

RECOMENDAÇÃO Nº 15, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, sobre a adoção de medidas relacionadas à liberação e ao monitoramento do uso de agrotóxicos - <https://bit.ly/3llgSyT>

RECOMENDAÇÃO Nº 16, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, sobre a suspensão imediata dos efeitos da Portaria nº 666 de 25 de julho de 2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública - <https://bit.ly/3qe70KX>

Notas Públicas

Nota pública em Homenagem a Margarida Alves - <https://bit.ly/39J0cPV>

Nota pública em Homenagem a Maria Lucia Santos Pereira - <https://bit.ly/2Jn23Pi>

Nota pública em Repúdio ao Decreto nº 9.926/2019 do Governo Federal, que excluiu as vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) - <https://bit.ly/37nmsMd>

Nota pública em Repúdio ao Decreto Municipal do Rio de Janeiro nº 46.314/2019 que Institui a Internação como Estratégia de Atendimento às Pessoas que Denomina "Dependentes de Drogas" e à População em Situação de Rua - <https://bit.ly/39C6KzL>

Pareceres

Parecer nº 1 de 14 de agosto de 2019 sobre Projeto de Lei nº 882/2019. “Pacote anticrime” - <https://bit.ly/2Y7Nli4>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

08/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com a ministra do STF, Cármen Lúcia
Local: Gabinete da Ministra, localizada no Supremo Tribunal Federal - STF, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF

12/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o defensor Público-Geral Federal, Gabriel Faria Oliveira
Local: Setor Bancário Sul, Quadra 2 – Bloco H – Lote 14 - Edifício Cleto Meirelles, 15º andar - CEP 70.070-120, Brasília – DF

12/08/2019 - 15ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

12/08/2019 - 17ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

12/08/2019 - 17ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8H – Brasília/DF

12/08/2019 - 8ª Reunião da Comissão Permanente e Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

13/08/2019 - Seminário Direitos Humanos Empresas do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Auditório Ana Paula Crosara – Brasília/DF

13/08/2019 - 14ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, 8G – Brasília/DF

13/08/2019 - 16ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, 8H – Brasília/DF

13/08/2019 - 1ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

13/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Helder Salomão

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

13/08/2019 - 7ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

13/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, Gilmar Mendes

Local: Gabinete do Ministro localizado no Anexo II, 5º andar, sala 531, do Supremo Tribunal Federal - Brasília/DF

14 a 15/08/2019 - 50ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

14/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, Luís Roberto Barroso

Local: Salão Branco do Supremo Tribunal Federal - Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

14/08/2019 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Dias Toffoli

Local: Gabinete da Presidência, 3º andar Edifício Sede do Supremo Tribunal Federal (STF) - Praça dos Três Poderes, Brasília-DF

15/08/2019 - Reunião do CNDH com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN

Local: Setor Comercial Norte - Quadra 3, Bloco B Lote 120 – Edifício Victória. Brasília/DF
CEP: 70.710-000

16/08/2019 - 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

16/08/2019 - Reunião do CNDH, em parceria com vários organismos de defesa de Direitos Humanos e Delegação da União Europeia no Brasil

Local: SHIS QI 07, Bloco A, Lago Sul - Brasília/DF

22/08/2019 – Reunião da Presidência do CNDH com Comunidade Quilombola

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8H – Brasília/DF

27/08/2019 - 8ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

Principais Notícias

1. O CNDH, Leonardo Pinho, participa da mesa de abertura da 16ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorre dia 4 de agosto, em Brasília. Leia mais: <http://bit.ly/33ffHJE>
2. A Semana de Ativismo em Direitos Humanos, que o #CNDH realiza entre os dias 12 e 16 de agosto, começa na segunda (12) com audiência pública sobre Reforma da Previdência e impactos sobre a população preta. Leia mais: <http://bit.ly/2SZkeLr>
3. Ativismo em DH: no dia 13, terça, CNDH realiza seminário sobre Direitos Humanos e Empresas. Leia mais: <http://bit.ly/2GO3YYP>
4. “SUS é o maior sistema de promoção dos direitos humanos no Brasil”, afirma presidente do CNDH durante Conferência Nacional de Saúde. Leia mais: <http://bit.ly/2KxwgYH>
5. CNDH solicita aos EUA entrega de documentos do período da ditadura civil-militar. Leia mais: <http://bit.ly/2M33KRJ>
6. Ativismo em DH: na quarta (14), CNDH abre 50ª Reunião Ordinária. Leia mais: <http://bit.ly/2Ky7qYr>
7. CNDH se reúne com o vice-procurador-geral da República. Leia mais: <http://bit.ly/2YOHr4m>
8. Saúde mental e Direitos Humanos é tema de atividade do CNDH em 16ª Conferência Nacional de Saúde. Leia mais: <http://bit.ly/2YGUk4s>
9. Ativismo em DH: #CNDH tem segundo dia de reunião plenária no dia 15, quinta. Leia mais: <http://bit.ly/2TcjPp7>
10. Ativismo em DH: na sexta (16), #CNDH faz reunião sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos. Leia mais: <http://bit.ly/2KDwNYT>
11. CNDH participa da posse dos membros do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Leia mais: <http://bit.ly/33q7675>
12. CNDH tem audiência com ministra Cármen Lúcia, do STF. Leia mais: <http://bit.ly/33qfF1J>
13. Governo do RN acolhe a resolução sobre despejos do CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2YUs3U3>
14. Semana de Ativismo em Direitos Humanos do #CNDH começa nesta segunda. Leia mais: <http://bit.ly/2OXFbI6>
15. CNDH se reúne com Defensor Público-Geral Federal da DPU. Leia mais: <http://bit.ly/33tTG9V>
16. Semana de Ativismo em DH: #CNDH promove Seminário sobre Direitos Humanos e Empresas. Leia mais: <http://bit.ly/2Z0vywi>
17. Semana de Ativismo em DH: Comissão Especial do CNDH sobre Participação Social se reúne em Brasília. Leia mais: <http://bit.ly/2H4xdqC>
18. Semana de Ativismo em DH: CNDH se reúne com ministro Gilmar Mendes, do STF. Leia aqui: <http://bit.ly/2KM2P59>
19. Semana de Ativismo em DH: Violações a direitos humanos de crianças e adolescentes é denunciada no CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2KL5MTI>

20. Semana de Ativismo em DH: #CNDH aprova parecer pela rejeição integral de pacote anticrime do Poder Executivo. Leia mais: <http://bit.ly/2Ky6WCZ>
21. Semana de Ativismo em DH: Vice-presidente do #CNDH, Deborah Duprah representa neste momento Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH em Mesa Nacional de Diálogo Contra a Violência, na sede da OAB. Leia mais: <http://bit.ly/2N4nTqd>
22. Nota Pública do #CNDH repudia decreto que retira especialistas e sociedade civil do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – Conad. Leia mais: <http://bit.ly/2N63jFY>
23. Semana de Ativismo em DH: CNDH emite recomendação para adoção de medidas para uso de agrotóxicos. Leia mais: <http://bit.ly/2zeeFjf>
24. Semana de Ativismo em DH: #CNDH recomenda ao Senado rejeição da proposta da Reforma da Previdência aprovada na Câmara. Leia mais: <http://bit.ly/2zbucQO>
25. Semana de Ativismo em DH: Resolução do #CNDH orienta políticas de saúde mental e uso problemático de álcool e outras drogas. Leia mais: <http://bit.ly/2Z9TKfV>
26. CNDH recebeu hoje (22) moradores da comunidade do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, que trouxeram denúncias sobre violações de direitos humanos vivenciadas na região. Leia mais: <http://bit.ly/2L3aeNB>
27. Representantes do CNDH estiveram ontem (21) em reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, Alexandre de Moraes. Leia mais: <http://bit.ly/2Z84Sup>
28. CNDH recomenda tramitação urgente de Projeto de Lei que institui Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens – PNAB. Leia mais: <http://bit.ly/2zlvYzj>
29. CNDH realiza missão ao RJ para acompanhar violações de direitos humanos. Leia mais: <http://bit.ly/2LhdtBm>
30. Instituição em defesa dos direitos de crianças e adolescentes entrega denúncia e recomendações ao CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2ZBJM2R>

Setembro/2019

Nos dias 11 de 12 de setembro ocorreu a 51ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF.

Pauta da Reunião

Pauta da Reunião

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-10h30: Homenagem a Antonio da Costa Santos - Conselheiro Paulo Mariante

10h30-11h30: Nota Pública em Repúdio ao Desrespeito à Autonomia e Independência do CNDH ad referendum - Presidente Leonardo Pinho

11h30-12h: Dificuldades operacionais do CNDH - Presidente Leonardo Pinho
 12h-12h15: Atualização do calendário de atividades até o final de 2019 - Presidente Leonardo Pinho
 12h15-14h: Almoço
 14h-14h30: Relato e Encaminhamentos da Subcomissão de Drogas e Saúde Mental - Conselheiro Rogério Giannini
 14h30-15h: Encaminhamentos sobre Altamira/PA - Presidente Leonardo Pinho
 15h-15h30: Informe sobre Missão ao Rio de Janeiro - Conselheiro Eduardo Queiroz
 15h30-16h: Representantes da Comunidade do Cajueiro/MA
 16h-16h30: Manifestação do CNDH sobre ataques à Procuradora Federal Deborah Duprat - Conselheiro Leandro Scalabrin
 16h30-17h30: Apresentação da proposta final do Seminário Segurança Pública - Conselheiro Everaldo Patriota e Conselheira Luísa de Marillac
 18h00-18h30: Convocação do Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais de DH no âmbito do Pacto Nacional de conselhos - Conselheiro Leandro Scalabrin

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho
 9h-11h30: Processo Apuratório
 11h30-11h45: Relato e Encaminhamentos do GT Direitos Humanos e Empresas - Conselheira Cristina Castro e Conselheiro Ismael César
 11h45-12h00: Informe sobre Alcântara/MA - Paulo Maldos (CFP)
 12h00-12h15: Relato sobre as atividades do Movimento da População em situação de rua - Presidente Leonardo Pinho e Vice-Presidenta Deborah Duprat
 12h15-12h30: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho
 12h30-14h: Almoço
 14h-14h30: Informe sobre as atividades relacionadas ao Relatório de Meio Período da RPU e entrega do Relatório Coletivo da RPU Brasil – Presidente Leonardo Pinho e Coletivo RPU Brasil
 14h30-15h: Entrega das Resoluções da 16ª Conferência Nacional de Saúde, com destaque para Saúde e Direitos Humanos - Conselheiros do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
 15h-15h30: Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade - Conselheiro Everaldo Patriota
 15h30-16h: Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e enfrentamento ao Racismo - Conselheira Ieda Sousa, Conselheiro Paulo Mariante, Conselheira Eneida Santos
 16h-16h30: Manifestação e recomendação do CNDH a respeito do desmatamento e queimadas na Amazônia, liberação da mineração em terras indígenas, Fundo Amazônia, conversão de multas ambientais e fragilização do IBAMA, flexibilização do garimpo e da função social da propriedade - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h30-16h45: Convite para Glenn Greenwald participar da 52ª reunião do CNDH, para prestar informações sobre a Denúncia de seletividade, discriminação e violações de direitos humanos e princípios constitucionais pela Justiça Brasileira, no processo que resultou na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contidas na reportagem “As mensagens secretas da Lava Jato” - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h45-17h: Solicitação e recomendação ao MMFDH sobre as ações de responsabilidade do ministério na implantação do PNDH3 - Conselheiro Leandro Scalabrin

Documentos Aprovados

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 03 DE SETEMBRO DE 2019, sobre deliberação ou aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre Brasil e Estados Unidos até que haja conclusão da Consulta Prévia Livre, Informada e de Boa-fé das Comunidades Quilombolas conforme previsto na Convenção 169 da OIT. - <https://bit.ly/2Ox8YVV>

RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019, que recomenda a aprovação do Plano de Ação 2019-2021 para o cumprimento do PNDH-3 e do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3 - <https://bit.ly/35JzvoM>

Notas Públicas

Nota pública em defesa da autonomia e independência do CNDH - <https://bit.ly/3o9CJes>

Nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos em homenagem a Antonio da Costa Santos – Toninho – Prefeito de Campinas - <https://bit.ly/3oqKHQL>

Nota pública sobre material didático recolhido em São Paulo pelo Governo Dória - <https://bit.ly/33u753h>

Nota pública de repúdio a censura de materiais de diversidade sexual da Prefeitura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro - <https://bit.ly/3oawZ4a>

Nota pública sobre material didático recolhido em São Paulo pelo Governo Dória - <https://bit.ly/33u753h>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/09/2019 - Audiência da CNDH com a deputada estadual, Renata Souza

Local: Rua Primeiro de março, s/n - Praça XV - Rio de Janeiro-RJ

02/09/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Des. Cláudio de Mello Tavares

Local: Gabinete do Presidente, localizado na Av. Erasmo Braga, 115, Lâmina I, 10º andar, Rio de Janeiro-RJ

03/09/2019 - Audiência do CNDH com Presidente da Ordem dos Advogados - Seccional Rio de Janeiro, Luciano Bandeira

Local: Av. Marechal Câmara, nº 150, 5º andar - Centro, 20.020-080, Rio de Janeiro-RJ

04/09/2019 - Audiência do CNDH com a Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Cristina Quaresma

Local: Rio de Janeiro-RJ

04/09/2019 - Audiência do CNDH com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, José Eduardo Ciotola Gussem

Local: Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro, 20.020-080, Rio de Janeiro/RJ

09/09/2019 - 8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

10/09/2019 - 16ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

10/09/2019 - 8ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

10/09/2019 - Audiência do CNDH, com o secretário Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará/PA, Ualame Fialho Machado

Local: R. Arcipreste Manoel Teodoro, 305 - Batista Campos - 66023-700, Belém/PA

10/09/2019 - 4ª Reunião do Grupo de Trabalho Empresas e Direitos Humanos, da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, do CNDH

Local: Sede da Defensoria Pública da União em São Paulo/SP, localizada na Rua Teixeira da Silva, 217 - Paraíso/SP

11 e 12/09/2019 - 51ª Reunião Ordinária do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

24/09/2019 - 9ª Reunião Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

25/09/2019 - 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

Principais Notícias

1. Integrantes do CNDH reuniram-se ontem (04) com o procurador-geral da Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, durante a missão do colegiado ao Estado. Leia mais: <http://bit.ly/2m2uuX3>
2. CNDH discute violações a direitos humanos no Rio de Janeiro. Leia mais: <http://bit.ly/2lB9QwL>
3. Em missão ao RJ, CNDH realiza escuta de população da Baixada Fluminense e reúne entidades do movimento negro. Leia mais: <http://bit.ly/2khjjcv>
4. Em visita ao Complexo da Maré, no Rio, CNDH escuta relatos de violações sofridas por moradores. Leia mais: <http://bit.ly/2lV8Pjd>
5. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deferiu no último dia 2 mandado de segurança que garante a conselheiros estaduais de direitos humanos a realizar vistoria após recebimento de denúncia de violação de direitos humanos no estado.
6. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH realiza nesta semana sua 51ª Reunião Ordinária, em Brasília. Leia mais: <http://bit.ly/2lFkRx8>
7. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH participa hoje (10) de audiência pública com o tema “Diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no Brasil” na Câmara dos Deputados. Leia mais: <http://bit.ly/2k9xy2N>
8. A conselheira Fabiana Severo, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, participa hoje (10) de oficina de formação sobre o sistema interamericano de direitos humanos.
9. 51ª Reunião Ordinária do CNDH homenageia ex-prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos. Leia mais: <https://bit.ly/2kEvefL>

10. CNDH aprova nota por defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil
11. Comunidade de Cajueiro apresenta relatos em 51ª Reunião Ordinária do CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/2lIVISn>
12. Conselho Nacional de Saúde entrega orientações da 16ª Conferência ao CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2kfXeLb>
13. O CNDH realiza missão à região da Barragem do Quati, em Pedro Alexandre e Coronel João Sá (BA), após denúncia de violações de direitos humanos decorrentes do rompimento da barragem, em julho. Leia mais: <https://bit.ly/2kIoK4p>
14. CNDH apresenta Recomendação sobre agrotóxicos na Câmara. Leia mais: <http://bit.ly/2kmn8Nv>
15. Na próxima terça, CNDH ouve Lula sobre denúncias de violações de direitos humanos.
16. CNDH repudia censura de temática da diversidade sexual no Rio e em SP. Leia mais: <http://bit.ly/2lLxYNj>
17. CNDH alerta para ameaça à participação social no Brasil em encontro com membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington, nos EUA. Leia mais: <https://bit.ly/2meskEb>
18. CNDH denuncia a execução de crianças pela polícia no Rio de Janeiro, num contexto de violação de direitos humanos. Leia mais: <https://bit.ly/2nRV0mF>
19. Mesa Diretora do CNDH se reúne amanhã, 24, em Brasília.

Outubro/2019

Nos dias 9 e 10 de outubro de 2019 ocorreu a 52ª Reunião Plenária do CNDH na Sala de Reuniões Plenária, 10º andar, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, Brasília/DF.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 09 DE OUTUBRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-10h30: Homenagem à memória de Paulo Freire - Conselheiro Paulo Mariante

10h30-11h: Relatório preliminar com encaminhamentos da Missão ao Rio de Janeiro - Conselheira Sandra Carvalho

11h-11h15: Programação da semana de atividades do CNDH no Rio de Janeiro em novembro - Presidente Leonardo Pinho e Conselheira Sandra Carvalho

11h15-11h30: Recomendação sobre Alcântara ad referendum do Plenário - Presidente Leonardo Pinho

11h30-12h: Relato e Encaminhamentos da Reunião do Grupo de Trabalho sobre mineração, meio ambiente e direitos humanos - Conselheiro Leandro Scalabrin

12h-12h15: Relato sobre inspeção OAB no Pará - Conselheiro Everaldo Patriota

12h-14h: Almoço

14h-14h30: Relato e Encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - Conselheira Cristina Castro

14h30-15h30: Informe sobre as atividades relacionadas ao Relatório de Meio Período da RPU e entrega do Relatório Coletivo da RPU Brasil – Presidente Leonardo Pinho e Coletivo RPU Brasil

15h30-16h: Recomendação sobre Resolução nº 2232 do Conselho Federal de Medicina que estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico paciente— Conselheira Eneida Guimarães

16h-16h30: Resolução sobre os crimes contra a humanidade ocorridos a partir de 05 de novembro de 2014, em Mariana e na Bacia do Rio Doce, os quais devem ser considerados, por suas características e repercussão, como violações a direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processo e julgamento - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h30-17h: Informe sobre atividade realizada, solicitações e outras diligências a respeito da denúncia de seletividade na Operação Lava-jato - Conselheiro Leandro Scalabrin

17h-17h30: Informe sobre Audiência Pública Fechamento de escolas no campo no Estado do Pará - Conselheira Eneida e Vice-Presidente Deborah Duprat

17h30-18h: Recomendação sobre Comunidade do Cajueiro no Maranhão - Conselheiro Paulo Mariante

DIA 10 DE OUTUBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária – Presidente Leonardo Pinho

9h-11h: Processo Apuratório

11h-12h: Posição do CNDH acerca da candidatura do Brasil ao Comitê de Direitos Humanos da ONU - Presidente Leonardo Pinho

12h-12h30: Recomendação sobre a criação do Grupo de Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos – Conselheiro Leandro Scalabrin

12h30-14h: Almoço

14h-14h30: Recomendação a respeito do desmatamento e queimadas na Amazônia, liberação da mineração em terras indígenas, Fundo Amazônia, conversão de multas ambientais e fragilização do IBAMA, flexibilização do garimpo e da função social da propriedade - Conselheiro Leandro Scalabrin

14h30-14h45: Designação de Pedro Serrano e Gisele Cittadino, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Lucia Guerra, como consultores ad hoc do CNDH; e Rafaela Cacenote como colaboradora - Conselheiro Leandro Scalabrin

14h45-15h: Aprovação ad hoc da Agenda de segurança pública e Direitos Humanos proposta no Congresso Nacional - Presidente Leonardo Pinho

15h-15h30: Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais – Conselheira Sandra Carvalho

15h30-16h: Relato e Encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h-16h30: Relato e Encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - Conselheira Fabiana Severo

16h30-17h: Relato e Encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua – Conselheiro Markinhus

17h-17h30: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

17h30-18h: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura traz relato sobre missão realizada nas cidades de Altamira e Belém, no Pará, em setembro – Ribamar Araújo e Adriana Oliveira (MNPCT)

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, Dispõe sobre a aplicação de sanção de Censura Pública em face de Ronaldo Nogueira de Oliveira, em decorrência de prática de condutas contrárias aos direitos humanos, pela resistência à divulgação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e pela edição da Portaria nº 1.129/2017, enquanto Ministro de Estado do Trabalho. - <https://bit.ly/2KKwQpA>

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, Dispõe sobre a criação do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. - <https://bit.ly/36kaK5E>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, recomenda a revogação do § 2º do art. 5º da Resolução 2232 do Conselho Federal de Medicina de 17/07/2019, que considera abuso de direito a recusa terapêutica manifestada por gestante. - <https://bit.ly/3fRIMm4>

RECOMENDAÇÃO Nº 20, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, recomenda a abstenção de procedimentos que gerem a perda do poder familiar no que tange a crianças venezuelanas em situação de rua, especialmente as da etnia Warao - <https://bit.ly/33pDYhN>

RECOMENDAÇÃO Nº 21, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, manifesta e recomenda a respeito da liberação de atividades exploratórias em terras indígenas e flexibilização do garimpo - <https://bit.ly/2VmkIgs>

RECOMENDAÇÃO Nº 22, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, manifesta e recomenda a respeito da mudança de critérios para a caracterização função social da propriedade - <https://bit.ly/3od20Vh>

RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, recomenda ações que façam cessar imediatamente as violações aos Direitos Humanos da Comunidade Tradicional do Cajueiro - <https://bit.ly/33wQ4We>

Notas Públicas

Nota Pública em Homenagem à memória de Paulo Reglus Neves Freire - <https://bit.ly/3fRk2ta>

Nota Pública em Repúdio ao quadro "Miss Infantil" realizado e veiculado pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) - <https://bit.ly/2Jy5D9f>

Nota Pública sobre derrubadas, desmatamentos e queimadas na Amazônia e gestão do Fundo Amazônia - <https://bit.ly/36tX3B6>

Nota Pública que lamenta aprovação da Reforma da Previdência - <https://bit.ly/2VqXbLq>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Juíza Substituta, Marivalda Almeida Moutinho

Local: Sala de Reunião da Assessoria Especial de Magistrados 2 – AEP 2, Sala 303 - Sul, 3º ANDAR, do Prédio Principal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com sede na 5ª Avenida, nº 560, Salvador-BA, CEP 41.745-971

02/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Promotor de Justiça Regional Ambiental em Barreiras, Eduardo Antônio Bittencourt Filho junto com o Promotor de Justiça que responde pela Comarca de Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Souza e Silva

Local: Sede da Promotoria de Justiça Regional de Barreiras, localizada na Rua Guarujá, 920 - Bairro Jardim Imperial (Vila Regina), CEP 47.804-260 – Barreiras-BA

02/10/2019 - Cerimônia Pública de Posse do Subprocurador-Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, no cargo de Procurador-Geral da República

Local: Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República - SAF Sul Quadra 04, Conjunto C, Bloco C - Brasília-DF

07/10/2019 - 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília/DF

08/10/2019 - 15ª Reunião da Comissão Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

08/10/2019 - 18ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G – Brasília/DF

08/10/2019 - 16ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

08/10/2019 - 17ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Auditório Ana Paula Crosara – Brasília/DF

09 e 10/10/2019 – 52ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

15/10/2019 – Audiência da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Senador Paulo Rocha

Local: Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 08 - Brasília-DF

17/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Presidente da Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS, Thiago Ferro

Local: Central de Encaminhamento Social - Rua Francisco Torres, 500 - Centro – Curitiba-PR

17/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Dr. Eduardo Abraão

Local: Rua Mateus Leme, 1908, Curitiba-PR

18/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, Procurador de Justiça Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Local: Gabinete do Caop. de Proteção aos Direitos Humanos, localizado na Rua Marechal Hermes, nº 751, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR

18/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Sr. Juiz Auxiliar Dr. João Manasses, do Tribunal de Justiça do Paraná

Local: Palácio da Justiça Praça Nossa Senhora de Salette, S/N - Centro Cívico Curitiba - PR, CEP: 80030-200

18/10/2019 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Núcleo de Prática da UFPR e representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), com a Vereadora Maria Letícia, Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Local: Sala da Presidência da Câmara Municipal de Curitiba - Rua Barão do Rio Branco, 720 - CEP: 80010-902 - Curitiba-PR

22/10/2019 - 10ª Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master – Brasília/DF

23/10/2019 - Audiência deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Secretário Chefe da Casa Civil – Sr. Marcelo Tavares; Secretário de Segurança Pública – Sr. Jefferson Portela e Secretário de Direitos Humanos e Participação Social – Sr. Francisco Gonçalves

Local: Gabinete da Casa Civil, localizado na Av. Dom Pedro II, S/N, Palácio dos Leões, Centro - São Luís-MA. CEP: 65001-904

30/10/2019 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Tupinambás

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão – Brasília/DF

Principais Notícias

1. CNDH realiza 52ª Reunião Ordinária
2. Em missão ao oeste baiano, CNDH visita Comunidade de Aldeia em Formosa do Rio Preto. Leia mais: <https://bit.ly/2IhYQge>
3. CNDH vai ao oeste baiano para apurar denúncias de violações de direitos. Leia mais: <https://bit.ly/2oROYD0>
4. CNDH e Ministério Público Estadual da Bahia realizaram audiência pública sobre violação de direitos humanos de povos tradicionais do Oeste Baiano, no município de Barreiras. Leia mais: <http://bit.ly/35hlEXy>
5. O Coletivo RPU Brasil, formado por entidades da sociedade civil, entrega Relatório de Meio Período ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, durante a 52ª Reunião Plenária do conselho. Leia mais: <http://bit.ly/2q27rxr>
6. CNDH aprova Recomendação para que Congresso não aprove Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e EUA sem que haja conclusão da Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-Fé de Comunidades Quilombolas. Leia: <http://bit.ly/31ZhMbC>
7. O educador Paulo Freire é o homenageado da 52ª Reunião Plenária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, que ocorre no mês em que se comemora o dia do professor e da professora. Leia mais: <http://bit.ly/2Vu4pxB>
8. CNDH recomenda que Conselho Federal de Medicina revogue trecho em que considera abuso de direito a recusa terapêutica manifestada por gestante. Leia mais: <http://bit.ly/2IJqy5I>
9. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH deliberou hoje (10), por maioria de votos, posicionamento contrário à candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU. Leia mais: <http://bit.ly/2M2oYOA>
10. CNDH aprova Nota Pública sobre derrubadas, desmatamentos e queimadas na Amazônia
11. Conselho também emitiu recomendações sobre atividades exploratórias em terras indígenas e sobre função social da propriedade. Leia mais: <https://bit.ly/2pqbCmw>
12. CNDH aplica censura pública a ex-ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira. Leia mais: <http://bit.ly/35s0dmA>
13. CNDH repudia quadro Miss Infantil, do SBT . Para o conselho, programa expõe meninas de maneira erotizante, promovendo a adultização e a sexualização precoce, além de impor padrões de beleza. Leia mais: <https://bit.ly/2pvc1Us>
14. Neste dia 15 de outubro, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH agradece as professoras e os professores do Brasil, indispensáveis para efetivar o direito à educação – um direito humano fundamental.
15. O CNDH instituiu o Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, com objetivo de animar, facilitar e gerir a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos.

16. CNDH e dezenas de entidades debatem terrorismo, organizações criminosas e sistemas de vigilância com presidente da Câmara. Leia mais: <https://bit.ly/35IpXeq>
17. Presidente do #CNDH abre 4º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação no Maranhão. Leia mais: <https://bit.ly/2MXovfT>
18. CNDH emite Recomendação para que Estado do Maranhão cesse violações à comunidade do Cajueiro. Leia mais: <https://bit.ly/2J2oOVu>
19. Em missão à Bahia e ao Sergipe, #CNDH apura impacto de óleo na vida de povos e comunidades tradicionais do nordeste. Leia mais: <http://bit.ly/2BBoAk6>
20. CNDH realiza missão a Curitiba para apurar violações à população em situação de rua. Leia mais: <http://bit.ly/2MJu5Dz>
21. Missão do CNDH escuta populações atingidas pelo derramamento de óleo no Nordeste. Leia mais: <http://bit.ly/2pmBksh>
22. Presidente do CNDH participa de seminário “30 anos da política de redução de danos no Brasil”. Leia mais: <http://bit.ly/2Nvtwwe>
23. O conselheiro do CNDH Eduardo Nunes participou ontem (30) de reunião com a relatora independente da ONU para albinismo, Ikponwosa Ero, na Casa da ONU em Brasília/DF. Leia mais: <http://bit.ly/2MXsTMW>

Novembro/2019

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2019 ocorreu a 53ª Reunião Plenária de forma descentralizada na Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP: 20.091-060, Rio de Janeiro/RJ.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Homenagem à memória de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento – Conselheira Ieda de Souza

11h-12h: Apresentação do Relatório da Missão ao Rio de Janeiro em setembro/19 – Conselheiro Eduardo Queiroz e Conselheira Sandra Carvalho

12h-12h30: Recomendação sobre direitos do povo Tupinambá de Olivença/BA – Conselheiro Eduardo Queiroz e Conselheira Luisa de Marillac

12h30-14h: Almoço

14h-14h30: Relato de Moradora da Cidade de Deus - Claudete

14h30-15h30: Apresentação do Relatório da Missão realizada à região Alto do Rio Preto/BA – Conselheira Lívia da Silva

15h30-16h30: Apresentação do Relatório da Missão realizada à Curitiba sobre os direitos da população em situação de rua – Conselheiro Leonildo Filho e Conselheira Luisa de Marillac

16h30-17h30: Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Direito da População em Situação de Rua - Conselheiro Leonildo Filho

17h30-18h: Nota Contrária a aprovação da reforma da previdência (Ad referendum) – Conselheiro Leandro Scalabrin

DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária – Presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Resolução sobre crimes contra os direitos humanos de excepcional gravidade ocorridos a partir de 05 de novembro de 2014 em Mariana e na Bacia do Rio Doce - Conselheiro Leandro Scalabrin

10h-10h15: Designação de relatora para Missão sobre Mato Grosso do Sul - Conselheiro Leandro Scalabrin

10h15-10h30: Aprovação de relator para missão dos Geraizeiros do Vale das Cancelas (denúncia recebida) - Conselheiro Leandro Scalabrin

10h30-11h: Nota de Repúdio à declaração do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro sobre “Novo AI-5” (Ad referendum) - Presidente Leonardo Pinho

11h-12h: Relato e Encaminhamentos da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - Conselheiro Ismael César e Conselheira Cristina Castro

12h-12h30 Carta sobre Fundo da Amazônia Oriental – Conselheira Eneida Guimarães

12h30-14h: Almoço

14h-15h: Apresentação do Relatório Parcial da Missão realizada a Região de Alcântara e Comunidade do Cajueiro - Conselheiro Marcelo Chalréo

15h-16h: Relato sobre o Seminário Direitos Humanos e Saúde Mental - Conselheiro Rogério Giannini

16h-17h: Relato sobre o Seminário Desafios da Segurança Pública no Brasil - Conselheiro Everaldo Patriota e Conselheira Luísa de Marillac

17h-17h30: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

17h30-18h: Relato da Reunião com Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - Presidente Leonardo Pinho

Documentos Aprovados

Recomendações

RECOMENDAÇÃO N 24, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019, que recomenda medidas de proteção à integridade física e territorial do povo indígena Tupinambá de Olivença do sul do Estado da Bahia - <https://bit.ly/3mmFGaZ>

Notas Públicas

Nota pública em homenagem à memória de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento - <https://bit.ly/3ly2L9K>

Nota do CNDH Contrária à Posição do Governo Brasileiro sobre o Bloqueio Econômico a Cuba - <https://bit.ly/3ls0Zqg>

Nota Pública do CNDH condenando violência contra protestos sociais na Bolívia - <https://bit.ly/2VjyX5Y>

Relatórios

Relatório Missão Emergencial à região de Formosa do Rio Preto - - <https://bit.ly/2Jsyko9>

Representações

Representação ao Procurador-Geral da República para fins de apurar possível ilícito penal de incitação ao crime, considerando a declaração do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro

Representação ao Presidente da Conselho de Ética da Câmara dos Deputados para fins de reforçar a importância da instauração de procedimento visando à apuração de responsabilidade por quebra de decoro parlamentar pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

11/11/2019 - Seminário Direitos Humanos e Saúde Mental do CNDH

Local: Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP: 20.091-060

11/11/2019 - 11ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

Local: Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP: 20.091-060

11/11/2019 - 18ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP:20.091-060

12/11/2019 - Seminário Desafios da Segurança Pública no Brasil do CNDH

Local: Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP: 20.091-060

13 e 14/11/2019 - 53ª Reunião Ordinária Descentralizada do CNDH no Estado do Rio de Janeiro-RJ

Local: Defensoria Pública da União no Estado do Rio de Janeiro - Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, CEP: 20.091-060

26/11/2019 - 4ª Reunião Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

Local: Auditório da Defensoria Pública da União - Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 2, Bloco H, lote 14, edifício Cleto Meireles, térreo, Brasília/DF

27/11/2019 - 11ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão - Brasília/DF

Principais Notícias

1. CNDH recebe denúncia de caciques Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Leia mais: <http://bit.ly/2pBpk6n>
2. CNDH recomenda que crianças venezuelanas em situação de rua não sejam afastadas de suas famílias sem que sejam observadas todas as medidas do ECA. Leia mais: <http://bit.ly/34i8UhZ>
3. CNDH publica Nota de repúdio à ameaça de reedição do AI-5. Leia mais: <http://bit.ly/32c2Eac>
4. Acompanhe ao vivo o Seminário “30 anos da política de redução de danos no Brasil”: <https://camara.leg.br/evento-legislativo/58191>. O presidente do CNDH e representante da Abrasme, Leonardo Pinho, integra a lista de palestrantes.
5. O presidente do CNDH, Leonardo Pinho, reuniu-se hoje (05) com representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).
6. O #CNDH realizou ontem (11) o Seminário Direitos Humanos e Saúde Mental: a Resolução CNDH nº 08/2019 e o Contexto no Rio de Janeiro. Leia mais: <http://bit.ly/2XhWiFr>
7. O presidente do #CNDH propôs a criação de projeto de lei que institui o Dia Nacional da Redução de Danos, durante o seminário 30 anos da política de redução de danos no Brasil. Leia mais: <http://bit.ly/2WX0B>
8. O #CNDH estará presente ao longo da semana que vem, de 11 a 14 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro para realização de sua 53ª Reunião Ordinária. Leia mais: <http://bit.ly/2WVr2eY>

9. CNDH recomenda medidas de proteção à integridade física e territorial do povo indígena Tupinambá de Olivença / BA. Leia mais: <https://bit.ly/2Orq46k>
10. CNDH recebe representante de catadores de materiais recicláveis da Unicatadores/Unicopas. Leia mais: <http://bit.ly/2KiZF9s>
11. Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento foram homenageados hoje durante a abertura da 53ª Reunião Plenária do #CNDH, realizada no Rio de Janeiro. Leia mais: <https://bit.ly/2qdWjxV>
12. CNDH participa de Terceiro Encontro de Boas práticas para Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH), na Colômbia. Leia mais: <https://bit.ly/2O5U6xK>
13. CNDH condena violência contra protestos sociais na Bolívia. Leia mais: <https://bit.ly/2pwOzGS>
14. Desafios da segurança pública no Brasil é tema de seminário do CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/35hmGln>

Dezembro/2019

Nos dias 10 e 11 de dezembro foi realizada a 54ª Reunião Ordinária do CNDH em Brasília/DF.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2019 (TERÇA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h-11h: Solenidade em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos – Pelo fortalecimento da participação social – Conselheiras Ieda Souza, Eneida Guimarães, representante das Comissões de Direitos Humanos do Congresso Nacional e representante da Comissão Especial de Participação social

11h-11h30: Homenagem a Vladimir Herzog e Lançamento da Campanha Calar Jamais - Conselheira Cristina Castro e Renata Mielli (FNDC)

11h30-12h30: Balanço e Prestação de Contas das Atividades do CNDH em 2019 - Presidente Leonardo Pinho

12h30-14h: Almoço

14h-15h: Apresentação do Relatório da Missão sobre óleo no litoral do Nordeste realizada em outubro de 2019 - Conselheiro Everaldo Patriota e Maria Izaltina Silva

15h-16h: Apresentação do Relatório da Barragem do Quati/Bahia em outubro de 2019 - Conselheira Marcia Teixeira

16h-17h: Apresentação do Relatório da Missão ao Rio de Janeiro em setembro de 2019 - Conselheira Sandra Carvalho e Conselheiro Eduardo Queiroz

17h-17h30 Apreciação da Nota de Homenagem a Vladimir Herzog - Conselheira Cristina Castro

17h30-18h: Apreciação da Resolução sobre Direitos Humanos e Empresas - Conselheira Cristina Castro e Conselheiro Ismael César

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-9h30: Aprovação ad referendum da Nota que condena violência contra protestos sociais na Bolívia - Presidente Leonardo Pinho

9h30-10h: Nota sobre propostas a respeito do Projeto de Lei sobre Operações de GLO e sobre “Novo AI-5” - Conselheiro Leandro Scalabrin

10h-10h30: Indicação de membro da Sociedade Civil na Mesa Diretora do CNDH para a vaga da Conselheira Sandra Elias de Carvalho, em razão de renúncia - Presidente Leonardo Pinho

10h30-11h30: Relato do Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos - Conselheiro Leandro Scalabrin

11h30-12h30: Relato da reunião do GT Mineração e Recomendação sobre Projeto Fosfato Três no Rio Grande do Sul - Conselheiro Leandro Scalabrin e Conselheira Cibele Kuss

12h30-14h: Almoço

14h-15h30: Planejamento 2020 (agenda de reuniões, reuniões descentralizadas, eventos, data da eleição e Encontros Nacionais dos Conselhos de DH), Pendências (missões, relatórios, denúncias), Secretaria-Executiva e equipe - Presidente Leonardo Pinho

15h30-16h30: Resolução sobre crimes contra os direitos humanos de excepcional gravidade ocorridos a partir de 05 de novembro de 2014 em Mariana e na Bacia do Rio Doce - Conselheiro Leandro Scalabrin

16h30-17h: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

17h-17h30: Nota a respeito do PNDH-3 - Conselheiro Leandro Scalabrin

17h30-18h: Relato da Missão ao Pará para averiguar a arbitrariedade nas prisões dos brigadistas - Conselheira Eneida Guimarães

Documentos Aprovados**Resoluções**

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH sobre os impactos do derramamento de petróleo na vida de povos e comunidades tradicionais de Sergipe e Bahia. - <https://bit.ly/37oKiav>

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial aos Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá/BA após o rompimento da Barragem do Quati, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. - <https://bit.ly/3qcSLGg>

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, Dispõe sobre a caracterização de crimes ocorridos em Mariana/MG e na Bacia do Rio Doce, após o rompimento da barragem do

Fundão, como violações a direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processo e julgamento. - <https://bit.ly/3erQTnu>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 25, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre a situação da sociedade civil organizada no Estado do Pará, no Município de Santarém, no contexto da "Operação Fogo do Sairé" da Polícia Civil. - <https://bit.ly/2Viyy1x>

RECOMENDAÇÃO Nº 26, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que recomenda à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM a anulação da Licença Prévia LPER nº 0035/2019 concedida no curso do licenciamento ambiental de lavra de fosfato a céu aberto requerido pela empresa Águia Fertilizantes S/A. - <https://bit.ly/2JkO90c>

RECOMENDAÇÃO Nº 27, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que recomenda o respeito e cumprimento imediato do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3. - <https://bit.ly/3o6W4go>

Notas Públicas

Nota Pública em homenagem a Vladimir Herzog - <https://bit.ly/39vvCc7>

Nota do CNDH a respeito do Projeto de Lei nº 6.125/2019, que estabelece normas aplicáveis aos militares e agentes de segurança pública em operações de garantia da lei e da ordem e manifestações acerca de um "novo AI-5" - <https://bit.ly/37E2EEH>

Relatórios

Relatório da missão emergencial do CNDH sobre os impactos do derramamento de petróleo na vida de povos e comunidades tradicionais de Sergipe e Bahia - <https://bit.ly/3qjaID2>

Relatório da Missão Emergencial nos Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá / BA após rompimento da Barragem do Quati - <https://bit.ly/3llxDdi>

Relatório de Atividades 2019 - <https://bit.ly/3mwUzYA>

Carta do Seminário desafios da Segurança Pública

Carta do Rio de Janeiro - Seminário desafios da segurança pública - <https://bit.ly/393mHfn>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/12/2019 - Lançamento do Relatório de Inspeção Nacional em Hospitais Psiquiátricos

Local: Auditório do 2º andar da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), situado na SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A, Brasília-DF

02/12/2019 - Reunião que com relator da ONU sobre Resíduos Tóxicos realizará com a sociedade civil sobre temas relacionados a indústrias extrativas, agroquímicos, poluição do ar e indústrias químicas e seus impactos nos Direitos Humanos

Local: Casa da ONU, localizada ao Setor de Embaixadas Norte Quadra 80e Conjunto C lote 17, Brasília-DF

03 a 04/12/2019 - I Seminário Internacional sobre Moradia para a População em Situação de Rua

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Auditório Ana Paula Crosara, 8º andar, Brasília-DF

03/12/2019 - Audiência Pública acerca do impacto dos resíduos tóxicos para os direitos humanos

Local: Plenário 9, Anexo II da Câmara dos Deputados, Brasília-DF

04/12/2019 - Audiência Pública que irá discutir a atuação da FTIP e relatórios de missões do MNPCT a unidades de privação de liberdade dos Estados do Pará e Ceará

Local: Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, Brasília-DF

05/12/2019 - Solenidade e Premiação dos Participantes do 5º Concurso de Redação

Local: Auditório de Memorial JK, localizado na Zona Cívico – Administrativa, Praça do Cruzeiro - Lado Oeste, Brasília-DF

06/12/2019 - Sessão Solene em Homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Federal, Brasília-DF

09/12/2019 - 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sala de Reuniões Plenária, 9º andar, Brasília-DF

10/12/2019 e 11/12/2019 - 54ª Reunião Ordinária e Atividade do CNDH do Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Auditório Ana Paula Crosara, 10º andar, Brasília-DF

10/12/2019 - Ato Solene de Entrega da 23ª Edição Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos
Local: Auditório Paulo Kobayashi, andar monumental, da Assembleia Legislativa de São Paulo, São Paulo-SP

11/12/2019 - Solenidade de Lançamento da Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos
Local: Plenário 9 da Câmara dos Deputados, Brasília-DF

12/12/2019 e 13/12/2019 - Diligência Formosa do Rio Preto e Salvador-BA
Local: Formosa do Rio Preto e Salvador-BA

12/12/2019 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH
Local: Plataforma virtual Zoom

12/12/2019 e 13/12/2019 - VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT
Local: SEPN 514, Bloco C - Bairro Asa Norte, Brasília-DF

12/12/2019 - Exibição do filme "Estrada de Terra para a Paz" por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos seguido de debate sobre Direitos Humanos com especialistas
Local: Aliança Francesa de Brasília - SEPS Q 708/908 - Asa Sul, Brasília-DF

14/12/2019 - Solenidade de Posse dos conselheiros efetivos e suplentes do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia - Triênio 2019-2022
Local: Condomínio Solar de Brasília - Quadra 03 AE 05 lotes 01 e 02, Brasília-DF (Localizado na pista da ESAF, em frente ao balão de acesso à Ponte JK)

03 e 04/12/2019 - I Seminário Internacional sobre Moradia para População em Situação de Rua.
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Auditório Ana Paula Crosara – Brasília-DF

09/12/2019 - 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH
Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília-DF

10 e 11/12/2019 - 54ª Reunião Ordinária e Atividade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) do Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Auditório Ana Paula Crosara – Brasília-DF

10/12/2019 - Ato Solene de Entrega da 23ª Edição Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos
Local: Auditório Paulo Kobayashi, andar monumental, da Assembleia Legislativa de São Paulo, São Paulo-SP

11/12/2019 - Solenidade de Lançamento da Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos
Local: Plenário 9 da Câmara dos Deputados, Brasília-DF

12 e 13/12/2019 - Diligência Formosa do Rio Preto e Salvador-BA
Local: Formosa do Rio Preto e Salvador-BA

12 e 13/12/2019 - VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT
Local: SEPN 514, Bloco C - Bairro Asa Norte, Brasília-DF

12/12/2019 - Exibição do filme "Estrada de Terra para a Paz" por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos seguido de debate sobre Direitos Humanos com especialistas
Local: Aliança Francesa de Brasília - SEPS Q 708/908 - Asa Sul, Brasília-DF

14/12/2019 - Solenidade de Posse das/os conselheiras/os efetivadas/os e suplentes do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia - Triênio 2019-2022
Local: Condomínio Solar de Brasília - Quadra 03 AE 05 lotes 01 e 02, Brasília-DF (Localizado na pista da ESAF, em frente ao balão de acesso à Ponte JK)

17/12/2019 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH
Local: Plataforma virtual Zoom

18/12/2019 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH
Local: Plataforma virtual Zoom

Principais Notícias

1. CNDH e CDH OABRJ organizam diligência ao Hospital Federal de Bonsucesso no Rio de Janeiro Leia mais: <https://bit.ly/2qkjLtq>

2. CNDH solicita informações a autoridades paulistas sobre o acolhimento às famílias de vítimas da Operação Pancadão. Leia mais: <https://bit.ly/2Ljv1O5>
3. A integrante da Comissão de Privação de Liberdade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH Ana Paula Guljor participou de audiência pública no Rio de Janeiro, com o tema “A nova política de drogas e suas repercussões”. Leia mais: <https://bit.ly/2DFk1pR>
4. CNDH participa de audiência na Câmara sobre resíduos tóxicos Leia mais: <https://bit.ly/34UcZcQ>
5. CNDH participa de Seminário Internacional sobre Moradia para a População em Situação de Rua Leia mais: <https://bit.ly/34Lr38t>
6. CNDH acompanha violação de direitos na prisão de brigadistas de Alter do Chão. Criminalização e violência contra movimentos sociais preocupam integrantes de missão Foto Ascom Projeto Saúde e Alegria Leia mais: <https://bit.ly/2LuiR54>
7. O #CNDH inicia hoje (09) sua 54ª Reunião Ordinária, em homenagem à memória de Vladimir Herzog. Leia mais: <https://bit.ly/2RBzteO>
8. Conselho Nacional de Saúde entrega Nota de Apoio ao CNDH e à vice-presidenta eleita, Deborah Duprat Leia mais: <https://bit.ly/35jt4ct>
9. CNDH realiza 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social Leia mais: <https://bit.ly/2YyhIUy>
10. CNDH faz solenidade em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos leia mais: <https://bit.ly/2E74yiF>
11. CNDH publica balanço das atividades de 2019 Leia mais: <https://bit.ly/36qmvF8>
12. CNDH aprova Nota Pública em homenagem a Vladimir Herzog
13. Conselheiros apresentam relatório da missão do CNDH sobre impactos do óleo na vida de comunidades tradicionais de SE e BA <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/978081275888623/?type=3&theater>
14. CNDH aprova Nota em discordância às manifestações por novo AI-5 e projeto sobre Garantia da Lei e da Ordem Leia mais: <http://bit.ly/2s6MRxd>
15. Eneida Guimarães é eleita por unanimidade para a Mesa Diretora do CNDH Leia mais: <http://bit.ly/34NMV2o>
16. CNDH recebe agradecimento de cacica Cátia por atuação no sul da Bahia Leia mais: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos/videos/564072234158054/>
17. CNDH recebe Fórum Ecumênico ACT Brasil Leia mais: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/978288059201278/?type=3&theater>
18. CNDH aprova Recomendação Emergencial sobre caso de prisão de brigadistas de Alter do Chão Leia mais: <http://bit.ly/2PK78jU>
19. CNDH recomenda à Presidência cumprimento ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 Leia aqui: <http://bit.ly/2LRwnQk>

20. CNDH aprova Recomendação pela anulação de licença requerida para lavra de fosfato a céu aberto no Rio Grande do Sul Leia mais: <http://bit.ly/2EoSTf6>
21. CNDH reconhece, por unanimidade, como violações de direitos humanos de excepcional gravidade crimes ocorridos em Mariana/MG e na Bacia do Rio Doce, após o rompimento da barragem do Fundão Leia mais: <http://bit.ly/2S31WwS>
22. CNDH visita Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Brasília Leia mais: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=984104008619683&id=249738825389542
23. CNDH publica carta elaborada no “Seminário Desafios da Segurança Pública no Brasil”, realizado em novembro Leia aqui a CARTA DO RIO DE JANEIRO: <http://bit.ly/2SeZtNs>

Janeiro/2020

Documentos Aprovados

Notas Públicas

Nota Pública sobre censura a Porta dos Fundos - <https://bit.ly/2JH7EzG>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

08/01/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

13/01/2020 - Reunião da Presidência do CNDH com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sala de Reuniões do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - Brasília-DF

16/01/2020 - Câmara Técnica sobre a ocupação Anita Gomes Santos

Local: Cidade Administrativa, prédio Minas, 14º andar salas 6 e 7 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte-MG

22/01/2020 - Frente de Trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios no Pará.

Local: Ministério Público do Estado do Pará

28/01/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

29/01/2020 - Audiência da Presidência do CNDH com o defensor Público-Geral Federal, Gabriel Faria Oliveira

Local: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco H, Lote 14 - Edifício Cleto Meirelles, 15º andar - CEP 70.070-120, Brasília-DF

30/01/2020 - 12ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH, Biênio 2018-2020

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Master, Brasília-DF

Principais Notícias

1. CNDH solicita informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre rompimento da barragem no município de Pontalina (GO). Leia mais: <https://bit.ly/36DZujH>
2. CNDH manifesta preocupação com a censura imposta a Produtora Porta dos Fundos. Leia mais: <https://bit.ly/3nvRw2N>
3. CNDH é notícia: Imprensa divulga recomendação do CNDH sobre a tragédia de Mariana. Leia mais: <https://bit.ly/3f98i4L>
4. CNDH atua em defesa dos catadores e catadoras de Sobradinho/DF. Leia mais: <https://bit.ly/35yO2qe>
5. CNDH é notícia: Veículos de imprensa divulgam reunião sobre direitos das catadoras e catadores no SLU: <https://bit.ly/35Bdzix>
6. Presidente do CNDH Leonardo Pinho corrobora dados divulgados pela ONG Internacional Human Rights Watch:
7. CNDH manifesta preocupação com surto de doença não identificada em penitenciária rural de Roraima
8. CNDH participa da criação da Frente de Trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios no Pará. Leia mais: <https://bit.ly/2IFprXQ>

Fevereiro/2020

Nos dias 12 e 13 de fevereiro foi realizada a 55ª Reunião Plenária do CNDH, em homenagem à defensora do meio ambiente e dos direitos humanos Dorothy Stang.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2020 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Leonardo Pinho

10h30: Homenagem à Sra. Dorothy Stang - Conselheira Eneida Guimarães

11h: Planejamento para 2020 - Presidente Leonardo Pinho e Calendário de Comissões

12h30: Almoço

14h: Apresentação do Relatório da Missão às comunidades do Cajueiro e Alcântara no Maranhão. Conselheiro Marcelo Chalreo

14h30: Relato de visita ao Rio dos Macacos; aprovação de Relatório. Conselheiro Marcelo Chalreo e Conselheira Sandra Elias de Carvalho

15h: Relatório Missão Rio de Janeiro - Conselheira Sandra Elias de Carvalho

15h30: Recomendação de Direito à Saúde em Boa Vista-RR - Conselheira Camila Asano

16h: Apresentação da situação dos trabalhadores em Mariana e em Brumadinho. Conselheiro Leandro Scalabrin

16h15: Apreciação da Resolução Direitos Humanos e Empresa. Conselheira Cristina Castro e Conselheiro Ismael César

17h: Denúncias - Presidente Leonardo Pinho

DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2020 (QUINTA-FEIRA)

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Leonardo Pinho

9h-10h: Eleição dos representantes do Estado na Mesa

9h30: Eleição dos representantes do Estado à Presidência do CNDH - Leonardo Pinho

10h: Aprovação de relatoria ad hoc para construção de proposta para atuação relativa à denúncia sobre indígenas isolados.

10h30: Alter do Chão - Aprovação do Relatório preliminar da Missão - Conselheira Eneida Guimarães dos Santos

10h45: Lei sobre partos por cesárea como opção da mulher Conselheira Eneida Guimarães dos Santos.

11h30: Apresentação e aprovação de Resolução da Nomeação da Secretária Executiva

12h: Almoço

14h: Apresentação da nova Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Conselheiro Herbert B.P. de Barros e Ouvidor Fernando C.P. Ferreira

Referência do Pacto Interconselhos. Conselheiro Leandro Scalabrin

14h15: Nota sobre Palestina - Conselheiro Leandro Scalabrin

14h30: Aprovação da Resolução que altera a Coordenação da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada

15h: Atualização do Orçamento do Conselho

16h: Informes: sobre a Agenda de eventos no Pará – Conselheira Eneida; Missão do CNDH sobre população em situação de rua em Curitiba -PR – Conselheiro Leonildo Monteiro Filho

17h: Projetos da Diretoria do MMFDH Sistema prisional de Roraima - Peritos do Mecanismo de Combate e Prevenção à Tortura.

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020, Aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH a Alter do Chão, no Estado do Pará, ocorrida em dezembro de 2019 - <https://bit.ly/3mrVycr>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, que dispõe sobre a relativa à necessidade de se preservar o direito à saúde e a isonomia de pessoas não brasileiras, independentemente de sua condição migratória no Município de Boa Vista/RR - <https://bit.ly/2JznIU8>

Notas Públicas

Nota Pública homenagem à Irmã Dorothy - <https://bit.ly/3qktA4L>

Nota Pública contrária à posição do Governo Brasileiro sobre o Plano de Paz anunciado pelo governo dos Estados Unidos para o conflito Israelense-Palestino - <https://bit.ly/3lykAW7>

Relatórios

Relatório da Missão a Alter do Chão/PA em 2019 - <https://bit.ly/3ltvGf3>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

06/02/2020 - Audiência da Presidência do CNDH, representantes do Movimento Nacional de População de Rua - MNPR e do CIAMP Rua do Distrito Federal com o setor DIRASE e DISSAM da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Local: Superintendência da Região de Saúde Central, localizada no HRAN, localizado no Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 01- Área Especial. CEP: 70.710-905

10/02/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

11/02/2020 - 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão, Brasília-DF

11/02/2020 - Reunião entre representantes de movimentos de catadores com o coletivo de diplomatas dos Estados Membros da União Europeia para assuntos de Direitos Humanos

Local: Sede da Delegação da União Europeia no Brasil - SHIS QI 07, Bloco A – Lago Sul, Brasília-DF

12 e 13/02/2020 - 55ª Reunião Ordinária e Atividade do CNDH do Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária – Brasília-DF

18/02/2020 - Sessão Solene em homenagem aos seus 25 anos de história e para o Lançamento do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal da ONU

Local: Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília-DF

18/02/2020 - Presidência do CNDH recebe o líder indígena Raoni Metuktire

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão, Brasília-DF

21/02/2020 - Audiência da Mesa Diretora do CNDH com a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar - Gabinete, Brasília-DF

Principais Notícias

1. A 55ª Reunião Plenária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH que se realizará nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2020 homenageará a defensora do meio ambiente e dos direitos humanos Dorothy Stang.
2. CNDH participou de uma reunião no dia 4 de fevereiro, na Embaixada do Reino Unido. Leia mais: <https://bit.ly/38PHpSb>
3. Nos dias 12 e 13 de Fevereiro de 2020 ocorreu a 55. Reunião Plenária do CNDH CNDH em Homenagem Dorothy Stang. Leia mais: <https://bit.ly/3nuKWJN>
4. CNDH homenageia Irmã Dorothy Stang, assassinada há 15 anos, em sua 55ª Reunião Ordinária. Leia mais: <https://bit.ly/3ptMeGZ>
5. CNDH elege integrantes da Mesa Diretora e Presidente: Leia mais: <https://bit.ly/3kBMOPd>

6. CNDH participa de reunião entre organizações de catadores de materiais recicláveis e União Europeia. Leia mais: <https://bit.ly/3nmSU7U>
7. O presidente do CNDH recebe o líder indígena Raoni Metuktire. Leia mais: <http://bit.ly/2wqzTMu>
8. CNDH aprova recomendação para preservar direito à saúde de imigrantes em Boa Vista - RR. Leia mais: <http://bit.ly/2vSJifr>
9. CNDH participa da primeira reunião do Conanda após decisão judicial que retomou atividades do conselho. Leia mais: <http://bit.ly/2P7PFIR>
10. CNDH se reúne com ministra Damares. Leia mais: <http://bit.ly/32gglGr>
11. Presidente do CNDH vai ao Ceará acompanhar crise na segurança pública. Leia mais: <http://bit.ly/2wdjECA>
12. CNDH participa de seminário sobre Frente de Trabalho. Leia mais: <http://bit.ly/3a2OegO>
13. CNDH publica nota contrária à posição do governo sobre o conflito israelense-palestino. Leia mais: <http://bit.ly/2HYCq3i>

Março/2020

Nos dias 11 e 12 de março foi realizada a 56ª Reunião Plenária do CNDH, em homenagem a Janaína Dutra e a Fernanda Benvenutty.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 11 DE MARÇO DE 2019 (QUARTA-FEIRA):

10h: Abertura - Presidente Renan Sotto Mayor

10h-10h30: Homenagem a Janaína Dutra e a Fernanda Benvenutty - conselheira Luisa de Marillac

10h30-11h: Informe sobre reunião com a Ministra Damares Alves, autonomia do CNDH, credenciamento enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos - Presidente Renan Sotto Mayor

11h-11h30: Informe sobre ida ao Ceará crise na segurança pública do Estado – Presidente Renan Sotto Mayor

11h30-12h: Relato da reunião da Comissão Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBT, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - conselheira Eneida Guimarães, Conselheira Ieda Souza e Conselheiro Paulo Mariante

12h-12h30: Relato da reunião da Comissão Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários. Tema dos indígenas isolados - Conselheiro Leandro Scalabrin

12h30-14h: Almoço

14h15h: Apreciação da Resolução sobre Direitos Humanos e Empresas - Conselheira Cristina Castro e Conselheiro Ismael César

15h-16h: Comunidade do Cajueiro: Apresentação do Secretário de Direitos Humanos do Maranhão Francisco Gonçalves - Conselheira Eneida Guimarães

16h-16h30: Relato da reunião da Comissão Direitos da População em Situação de Rua - Conselheiro Markinhos

16h30-17h: Relato da reunião da Comissão Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão - Conselheira Cristina Castro

17h-17h30: Apreciação das recomendações do Relatório da Missão ao Rio de Janeiro em setembro de 2019 – Vice-Presidente Leonardo Pinho

17h30-18h: Apreciação das Denúncias - Presidente Renan Sotto Mayor

DIA 12 DE MARÇO DE 2019 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - Presidente Renan Sotto Mayor

9h-9h30: Informe sobre Missão do GT Barragens - Conselheiro Leandro Scalabrin

9h30-10h: Informe sobre Missão a Roraima - Conselheiro Everaldo Patriota

10h-11h: Nota e encaminhamentos sobre ato do Presidente da República apoiando convocação de manifestações contra o Congresso Nacional - Conselheiro Paulo Mariante

11h-11h30: Informe sobre Resolução conjunta entre CNDH e CNJ - Presidente Renan Sotto Mayor

11h30-12h30: Apresentação do relatório da Missão sobre População em situação de rua realizada em outubro de 2019 - Conselheiro Leonildo Monteiro

12h30-14h: Almoço

14h-14h30: Relato da reunião da Comissão Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - Conselheiro Ismael Cesar

14h30-15h: Relato da reunião da Comissão Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade - Conselheiro Everaldo Patriota

15h-15h30 Relato da reunião da Subcomissão de Saúde Mental e Política de Drogas - Conselheiro Rogerio Giannini

15h30-16h30: Informe sobre as atividades da Frente de Trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios - Conselheira Eneida Guimarães

16h30-17h30: Reiteração da Recomendação 13/2019 do CNDH para que o congresso aprove legislação sobre os direitos dos atingidos por barragens, haja vista que 14 de março é dia internacional de luta contra esses empreendimentos - Conselheiro Leandro Scalabrin

17h30-18h: Informe sobre solicitação da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil para apresentação na 57ª Reunião Ordinária do CNDH (abril) do Relatório Emergencial Sobre a Criminalização dos Movimentos de Moradia na Cidade de São Paulo e do Relatório Emergencial sobre Genocídio Negro e Racismo nas Unidades Prisionais e RUCs em Altamira - Presidente Renan Sotto Mayor

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Opina pela rejeição da Medida Provisória nº19, de 10 de dezembro de 2019 - <https://bit.ly/3qhcdSm>

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Aprova o Relatório da Missão a Curitiba, no Estado do Paraná, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH - <https://bit.ly/3ocZ3UG>

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Aprova da Missão ao Estado do Rio de Janeiro, realizada entre os dias 2 e 4 de setembro de 2019 - CNDH – <https://bit.ly/3qc70v7>

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política sobre Direitos Humanos e Empresas - CNDH - <https://bit.ly/3oaCJuM>

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda a aprovação da PEC 309/2013, “altera o § 8º do Art.195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar” e sua aprovação. - <https://bit.ly/3qivrHm>

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda a não aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Mais Brasil com as PECs 186, 187 e 188. - <https://bit.ly/3lp4HRD>

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda que seja revogado o Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020 que muda significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que como consequência extinguiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas. - <https://bit.ly/36teMce>

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 18 DE MARÇO DE 2020, Recomenda à Funai a revogação do art. 4º da Portaria no 419/PRES, de 17 de Março de 2020 e o cumprimento da Portaria Conjunta do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional do Índio no 4.094, de 20 de dezembro de 2018. <https://bit.ly/36pdZbZ>

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2020, Aprova a Recomendação Conjunta nº 01/2020 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que dispõe sobre recomendações

de medidas a respeito da pandemia Covid-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. <https://bit.ly/3mt5pid>

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 19 DE MARÇO DE 2020, Pede providências ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais que indiquem a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse coletivos em áreas urbanas e rurais como medida preventiva à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19. - <https://bit.ly/3fWhYQw>

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 23 DE MARÇO DE 2020, Dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). - <https://bit.ly/2JnBwBq>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01, DE 19 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre recomendações de medidas a respeito da pandemia COVID-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. <https://bit.ly/3ocev3d>

Notas Públicas

Nota Pública em homenagem a Janaína Dutra e Fernanda Benvenutty - <https://bit.ly/33Dj4Me>

Nota Pública de 2 anos de impunidade Marielle Franco - <https://bit.ly/3oc0keo>

Nota Pública de repúdio ao uso da força nacional de segurança pública para garantia da “ordem pública” na Funai - <https://bit.ly/30f0h8e>

Nota Pública contra transfobia - <https://bit.ly/39AMrCI>

Nota Pública pela defesa dos direitos humanos da população em situação de rua em tempos de Coronacrise - <https://bit.ly/2VuFsmA>

Nota Pública conjunta do CNPCT/MNPCT/CNDH nº 1 sobre a COVID-19, de 30 de março de 2020 - <https://bit.ly/2Vtce7w>

Relatórios

Relatório da Missão ao Rio de Janeiro 2019 - <https://bit.ly/3qoiPhV>

Relatório da Missão a Curitiba - População em situação de rua 2019 - <https://bit.ly/3onqhrP>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02 a 08/03/2020 - Audiência temática para o 175º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH

Local: em Porto Príncipe, no Haiti

03/03/2020 - 13ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão, Brasília-DF

05/03/2020 - “Apresentação do Relatório Preliminar da Força-tarefa de Combate aos Feminicídios”

Local: Sala Mauricio Cardoso, 4º andar da Assembleia Legislativa, Porto Alegre-RS

06/03/2020 - Seminário: "Frente de Trabalho: Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios"

Local: Auditório da Escola Municipal Maria Cecília de Vasconcelos Ribeiro, localizada no Centro de Barcarena-PA

09/03/2020 - 9ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G, Brasília-DF

09/03/2020 - 19ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão, Brasília-DF

09/03/2020 - 19ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Aquarius, Brasília-DF

10/03/2020 - 12ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8G, Brasília-DF

10/03/2020 - 17ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 09º andar, Sala de Reuniões Janaína Romão, Brasília-DF

10/03/2020 - 19ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Auditório Ana Paula Crosara, Brasília-DF

10/03/2020 - 09ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 08º andar, Sala de Reuniões 8H, Brasília-DF

11 e 12/03/2020 - 56ª Reunião Ordinária e Atividade do CNDH do Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária, Brasília-DF

13/03/2020 - 3ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 10º andar, Sala de Reuniões Plenária, Brasília-DF

17/03/2020 - Reunião via videoconferência como parte conclusiva da etapa preparatória da Missão conjunta entre Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT e CNDH ao Estado de Roraima-RR

Local: Via videoconferência

23 e 24/03/2020 - Visita Conjunta de Monitoramento entre MNPCT e CNDH em Boa Vista, no Estado de Roraima-RR

Local: Boa Vista, no Estado de Roraima-RR

26/03/2020 - Mesa de Abertura do I Seminário Nacional sobre Mineração em Terra Indígena: pela autodeterminação dos povos e territórios livres de mineração
Local: Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília-DF

Principais Notícias

1. Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal recebe CNDH. Leia mais: <http://bit.ly/2Ih0U7U>
2. CNDH participa de reunião com delegação da União Europeia no Brasil. Leia mais: <http://bit.ly/2Tjv28P>
3. CNDH se reúne com deputado Helder Salomão e senador Fabiano Contarato. Leia mais: <http://bit.ly/2VIS017>
4. CNDH realiza sua 56ª Reunião Ordinária de 09 a 13 de março
5. CNDH realiza 56ª reunião ordinária. Leia mais: <http://bit.ly/2vRnZvi>
6. CNDH abre 56ª reunião ordinária com homenagem unânime a Janaína Dutra e a Fernanda Benvenutty. Leia mais:
7. https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1053931321636951&id=249738825389542
8. CNDH critica por unanimidade morosidade na apuração e julgamento de mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Leia mais: <https://bit.ly/2TUtqla>
9. CNDH recebe indígenas e aprova nota de repúdio pelo uso da Força Nacional contra lideranças na sede da Funai. Leia mais: <https://bit.ly/3cNd7iN>
10. CNDH opina pela rejeição à medida provisória que trata de regularização fundiária de ocupações em terras da União. Leia mais: <https://bit.ly/39GT6IF>
11. CNDH aprova nota contra a transfobia. Leia mais: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1055471661482917&id=249738825389542
12. CNDH recomenda que Congresso Nacional rejeite Plano Mais Brasil. Leia mais: <http://bit.ly/3b1u33o>
13. Vice-presidente do CNDH se reúne com novo ouvidor das Polícias de SP. Leia mais: <http://bit.ly/39Y34FJ>
14. CNDH recomenda aprovação de PEC sobre contribuição à seguridade de catadoras e catadores de material reciclável. Leia mais: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1058270677869682&id=249738825389542
15. CNDH cancela reuniões de abril devido ao corona vírus. Leia mais: <https://bit.ly/2whPLkJ>
16. CNDH critica extinção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Leia mais: <https://bit.ly/2U3oyvv>

17. CNDH pede transparência à Anvisa nota que fundamenta restrição à entrada de pessoas vindas da Venezuela. Leia mais: <https://bit.ly/2J9n6kZ>
18. CNDH, Mecanismo e Comitê de combate à tortura publicam nota pública conjunta sobre covid-19. Leia mais: <https://bit.ly/2R0GTr0>
19. CNDH pede suspensão de reintegrações de posse para prevenir propagação de novo vírus. Leia mais: <https://bit.ly/2xgapCc>
20. Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos publica recomendações sobre corona vírus. Leia mais: <http://bit.ly/397IWj8>
21. CNDH recomenda à Funai que revogue portaria recente sobre comunidades indígenas isoladas. Leia mais: <https://bit.ly/3dd3Ron>

Abril/2020

Foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária no dia 15 de abril de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

1. Resolução n 12, de 23 de março de 2020
2. Calendário CNDH 2020
3. Proposta de resolução para diretrizes de direitos humanos em tempo de crise da covid-19.
Eixos:
 - a) Eixo 1: Renda básica, que engloba a questão da isenção de tarifas. Relatores: conselheiras/os Leandro, Eneida e Leonardo
 - b) Eixo 2: Mundo do trabalho, que inclui questões previdenciárias. Relator: conselheiros Leonardo, Rogério e Ismael
 - c) Eixo 3: Alimentação adequada. Relatora: conselheira Eneida
 - d) Eixo 4: Sistema de restrição/privação de liberdade. Relatores: Conselheiro Renan e Everaldo Patriota
 - e) Eixo 5: Grupos em situação de vulnerabilidade. Relator: Conselheiro Herbert;
 - f) Eixo 6: Proteção de direitos individuais. Relator: Conselheiro Alexandre.
4. Nota do CNDH em apoio à carta “Tributar os ricos para enfrentar a crise”
5. CNDH assina nota contra priorização de bancos em Orçamento de Guerra
6. Proposta de resolução que opina pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 129 nº de 2020, com vistas a sustar o Decreto 10.283/20, que cria a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps
7. Proposta de resolução que opina pela revogação da Portaria nº 340, de 30 de março de 2020 (comunidades terapêuticas)

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Estabelece recomendações quanto aos cuidados de saúde e garantias de direitos de grupos especialmente vulneráveis no contexto da pandemia de Covid-19. - <https://bit.ly/3lqcT47>

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas diante da situação da pandemia de Covid-19 no tocante ao direito à água, esgoto e energia elétrica. - <https://bit.ly/2VuedIx>

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Opina por um conjunto de medidas visando a garantir o direito ao trabalho e à renda e os direitos sociais, econômicos e ambientais na situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2HXduMZ>

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Recomenda um conjunto de medidas visando a garantir o atendimento do direito humano à alimentação adequada e combate à fome em relação à situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2VI3W1x>

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Recomenda um conjunto de medidas visando a garantir os direitos humanos das pessoas em restrição/privação de liberdade diante da situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2Jty73Q>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 02, DE 28 DE ABRIL DE 2020, Recomenda a revogação da IN n 9/2020 da Funai, tendo em vista sua inconstitucionalidade, inconveniência e ilegalidade, em especial com relação ao direito originário dos povos indígenas sobre suas terras. <https://bit.ly/3mtFWFp>

RECOMENDAÇÃO Nº 03, DE 30 DE ABRIL DE 2020, Recomenda à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que leve ao Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da covid-19. <https://bit.ly/2JqE6X1>

Notas Públicas

Nota Pública PEC orçamento de guerra - A absurda priorização do mercado financeiro no contexto da pandemia. <https://bit.ly/3g0MdFV>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

20/04/2020 - 14ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Google Meets

22/04/2020 - Reunião Virtual da Presidência do CNDH, com órgãos e entidades, no intuito de debater a construção de uma proposta em relação a estratégias para alcançar os grupos que atualmente não estão tendo acesso ao Auxílio Emergencial

Local: Plataforma virtual Zoom

24/04/2020 - 20ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

28/04/2020 - Reunião do CNDH com Secretário Especial da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Sr. Bruno Bianco Leal, para debater a construção de uma proposta em relação a estratégias para alcançar os grupos que atualmente não estão tendo acesso ao auxílio emergencial.

Local: Plataforma virtual Zoom

Principais Notícias

1. CNDH solicita ao Senado inclusão de mais categorias no programa de Renda Básica Emergencial. Leia mais: <https://bit.ly/2R26kbG>
2. CNDH requisita à Secom informações urgentes sobre campanha ‘O Brasil não pode parar’ . Leia mais: <https://bit.ly/2JxoBta>
3. CNDH realiza reunião extraordinária na próxima terça; O conselho vai analisar e deliberar sobre a incidência do colegiado durante o período da pandemia do coronavírus e diretrizes de direitos humanos em tempo de crise, em caráter excepcional. A reunião acontece remotamente.
4. A reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, agendada para hoje (07), foi adiada para o próximo dia 15, das 9h à 13h. A reunião do dia 15 ocorrerá em sala de reunião da plataforma "Google Meets".
5. CNDH pede aprovação pela Câmara de projeto que amplia beneficiados da Renda Básica Emergencial. Leia mais: <https://bit.ly/2xhfRVt>
6. CNDH assina nota contra priorização de bancos em Orçamento de Guerra Leia mais: <https://bit.ly/3ccwTTF>
7. CNDH pede a governo informações e reunião sobre auxílio emergencial Leia mais: <https://bit.ly/34Fv27d>
8. Em reunião extraordinária, CNDH delibera sobre diretrizes de direitos humanos durante pandemia; Conselho enfocou grupos vulnerabilizados, emitindo recomendações a

governos, Funai e órgãos de fiscalização de direitos humanos. Leia mais: <https://bit.ly/3eiEAJM>

9. CNDH realiza reunião com Ministério da Economia, OAB e DPU sobre auxílio emergencial para pessoas em vulnerabilidade. Leia mais: <https://bit.ly/2RVVhBq>
10. Presidente do CNDH pede providência à PGR, Comissão de Ética, Câmara e Senado sobre participação em manifestações antidemocráticas. Leia mais: <https://bit.ly/2VVzFX4>
11. CNDH recomenda revogação de Instrução Normativa da Funai que viola direitos originários dos povos indígenas. Leia mais: <https://bit.ly/2yTSFgJ>
12. Nova reunião do CNDH discute acesso de hipervulneráveis a auxílio emergencial. Leia mais: <https://bit.ly/2Ye8mKg>
13. CNDH cobra sanção presidencial a projeto de lei que amplia auxílio emergencial. Leia mais: <https://bit.ly/3bAMQTD>
14. Resolução do CNDH recomenda medidas para garantir direitos de pessoas em privação de liberdade; Colegiado expediu uma série de recomendações destinadas à garantia de direitos durante pandemia de covid-19. Leia mais: <https://bit.ly/3bzRgKJ>
15. Direito humano à alimentação adequada e combate à fome são foco de diretrizes do CNDH; Conselho nacional emite recomendações em meio à pandemia de covid-19. Leia mais: <https://bit.ly/3cE74Mv>

Maió/2020

Foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária no dia 06 de maio de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

06 DE MAIO DE 2020 (QUARTA-FEIRA)

9h: Abertura - Presidente Renan Sotto Mayor

- 1) Proposta de CNDH solicitar ingresso como Amicus Curiae em ação contra Emenda Constitucional 95 no STF - Presidente Renan Sotto Mayor
- 2) Proposta de CNDH solicitar ingresso como Amicus Curiae na ADPF que questiona letalidade e genocídio na política de segurança pública do Rio de Janeiro no STF - Presidente Renan Sotto Mayor
- 3) Processo de reconhecimento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos - Presidente Renan Sotto Mayor
- 4) Proposta de relator para INDH - Valerio de Oliveira Mazzuoli - Presidente Renan Sotto Mayor
- 5) Proposta de Resolução CNDH sobre Proteção aos Direitos individuais (Eixo 6) com novas propostas - conselheiros Herbert Barros e Leandro Scalabrin
- 6) Pedido aos Líderes dos partidos do Congresso e Presidentes das Casas para que não seja colocada em votação a MP 910 - conselheiros Renan Mayor e Leandro Scalabrin

- 7) Termo de Designação para Relatório Pandemia Covid-19 no Amazonas - conselheiro Leandro Scalabrin
- 8) Recomendação 26 do CNS - Utilização de leitos privados pelo SUS (Nota de apoio) - conselheiro Leandro Scalabrin
- 9) Proposta de resolução CNDH sobre fechamento das fronteiras - conselheira Camila Asano
- 10) Nota Pública do CNDH sobre o Dia internacional de imprensa ad referendum - conselheira Cristina Castro
- 11) Informe sobre Reunião Comissão Terra e água - conselheiro Leandro Scalabrin
- 12) Recomendação FUNAI ad referendum - presidente Renan Sotto Mayor
- 13) Proposta de Resolução: Dispõe sobre a situação atual da crise sanitária e social do covid-19 no país e recomenda medidas garantidoras ao direito à renda básica cidadã para manutenção da espécie humana - conselheira Eneida Guimarães
- 14) Nota do CNDH em apoio à decisão do STF e ao papel da educação no combate à violência de gênero - conselheira Eneida
- 15) Informes sobre a incidência Renda Básica e Alimentação escolar - vice-Presidente Leonardo Pinho
- 16) Proposta de live sobre principais resoluções do CNDH sobre a pandemia - elaboração de calendário de lives de conselheiros do CNDH.

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 06 DE MAIO DE 2020, Estabelece recomendações para o pleno respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais no contexto da pandemia do Covid-19. <https://bit.ly/3lluBpu>

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 06 DE MAIO DE 2020, Recomenda a edição de nova Portaria Interministerial para alteração de dispositivos das Interministeriais nº 201/2020, 203/2020 e 204/2020. <https://bit.ly/3fX6hJf>

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 06 DE MAIO DE 2020, Nos termos da Recomendação nº 26, de 22 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Saúde, recomenda ao Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde, às Secretarias Municipais de Saúde que, no âmbito de suas competências, requisitem leitos privados, quando necessário, e procedam à sua regulação única a fim de garantir atendimento igualitário durante a pandemia. <https://bit.ly/2HVCiF5>

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 06 DE MAIO DE 2020, Dispõe sobre a situação atual da crise sanitária e social do Covid-19 no país e recomenda medidas garantidoras ao direito à renda básica cidadã. <https://bit.ly/37EwBV9>

Notas Públicas

Nota Pública do CNDH por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa - <https://bit.ly/3onasBr>

Nota Pública do CNDH sobre a morte do menino João Pedro e o aprofundamento da violência de estado no Rio de Janeiro durante a Pandemia - <https://bit.ly/39I1LNE>

Nota Pública em homenagem a Rogélio Casado - <https://bit.ly/2JuzzTN>

Nota de Agradecimento a Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira - <https://bit.ly/36w0h7c>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

04/05/2020 - Foro Social da Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada sobre a pandemia do COVID-19 (SACROI COVID-19)

Local: Plataforma virtual Webex

05/05/2020 - 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Local: Plataforma virtual Google Meets

06/05/2020 - A partir do termo de designação 1179947, o CNDH acompanhou in loco as situações violadoras direitos humanos em decorrência das contingências sociais e do estado de calamidade pública causados pela pandemia do Covid-19 em Manaus

Local: Amazonas/AM

12/05/2020 - 4ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual *Zoom*

13/05/2020 - 10ª Reunião da Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

13/05/2020 - Reunião com representante do Ministério da Cidadania para tratar do Auxílio Emergencial. Para reunião foram convidados parlamentares e representantes da Caixa Econômica Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Direitos Humanos e da Defensoria Pública da União

Local: Plataforma virtual Zoom

14/05/2020 - 20ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual

14/05/2020 - Reunião virtual com representantes da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia - CAI/ABA, com objetivo de apresentar e entregar um documento que contextualiza os impactos da covid-19 nas Terras Indígenas Yanomami e Ye'kuana

Local: Plataforma virtual

19/05/2020 - 27ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT

Local: Plataforma virtual Zoom

19/05/2020 - 10ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

19/05/2020 - 16ª Reunião da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

22/05/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

22/05/2020 - 3ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

26/05/2020 - 21ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual

26/05/2020 - 11ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

Principais Notícias

1. CNDH solicita audiência com Presidente da Câmara dos Deputados para tratar da Medida Provisória 910/2019 <https://bit.ly/2yGvEy7>
2. CNDH incide sobre Congresso para derrubada do Veto nº 13/20: <https://bit.ly/36EPzKx>
3. CNDH solicita a líderes de bancada que não votem a MP 910/2019. Leia mais: <https://bit.ly/3pCtox8>
4. Live: Lutas de Maio: 17/maio – Dia Internacional Contra a LGBTIfobia; 18/maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; 18/maio – Dia da Luta Antimanicomial
5. A Subcomissão Permanente Política de Drogas e Saúde Mental do Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou uma compilação de atividades, manifestações e debates que acontecem no dia 18 de maio, o Dia da Luta Antimanicomial. Por uma sociedade sem manicômios!
6. Nota em homenagem a Rogélio Casado. Leia mais: <https://bit.ly/35BDiYc>
7. Conselheiros do CNDH publicam texto na Revista dos 30 Anos da Redução de Danos. Leia mais: <https://bit.ly/3e5j0Yp>
8. CNDH homenageia Rogélio Casado. Em um período de pandemia, e principalmente, em um contexto de retirada de direitos e retrocessos na Luta Antimanicomial, fazer essa homenagem é lembrar a importância de conhecer quem está na história desta luta. Em: <https://bit.ly/2AIfnJH>
9. CNDH apresenta sustentação oral como amicus curiae no Supremo Tribunal Federal <https://bit.ly/36iHwTa>
10. Nota de agradecimento: O Conselho Nacional dos Direitos Humanos agradece imensamente a DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA.
11. Presidente do CNDH critica pautar o PL 2633/2020 (PL da Grilagem) em meio à pandemia
12. Nota pública o CNDH sobre a morte do menino João Pedro. Leia mais: <https://bit.ly/2ZoK3Ka>

Junho/2020

Foi realizada a 3ª Reunião Extraordinária nos dias 15 e 16 de junho de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 15 DE JUNHO DE 2020 (SEGUNDA-FEIRA):

9h: Abertura - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h10: Processo de reconhecimento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos. Proposta de relatores para INDH - Valerio de Oliveira Mazzuoli e Paulo Lugon Arantes - Vice-Presidente Leonardo Penafiel Pinho

9h20: Proposta de Resolução que opina por um conjunto de medidas para garantir a efetivação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos como uma Instituição Nacional de Direitos Humanos - vice-Presidente Leonardo Penafiel Pinho

9h30: Apreciação Ad Referendum da RECOMENDAÇÃO No 02, DE 28 DE ABRIL DE 2020, que recomenda a revogação da IN n 9/2020 da Funai - presidente Renan Sotto Mayor

10h00: Transferência da Agenda de Licenciamento Ambiental junto as Comunidades Quilombolas para o INCRA - conselheira Eneida Guimarães

10h15: Proposta de Recomendação MP responsabilidade penal de empresas - vice-Presidente Leonardo Penafiel Pinho

10h30: Consultorias PRODOC - conselheiro Herbert Barros

11h00: Ordenamento Jurídico

11h30: Relatório Emergencial da Missão em Manaus

12h: Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental - conselheiro Rogério Giannini

12h15: Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - Conselheiro Markinhos

12h45 Comissão Permanente de Defensoras/es dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais - conselheira Sandra Carvalho

DIA 16 DE JUNHO DE 2020 (TERÇA-FEIRA):

9h: Apreciação Ad Referendum da Nota Pública do CNDH sobre a Morte do Menino João Pedro e o Aprofundamento da Violência de Estado no Rio de Janeiro Durante a Pandemia

9h15: Apreciação Ad Referendum da Nota de Agradecimento a Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

09h30: Proposta de Nota sobre pressão ao Supremo Tribunal Federal – STF (Bolsonaro e Empresários) – Conselheiro Ismael José

9h45: Nota contra a aprovação de congelamento salarial de servidores conselheiro Ismael José

10h: Apreciação Ad Referendum da Nota em Homenagem a Rogélio Casado - conselheiro Rogério Giannini

10h15: Comissão Permanente Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão - conselheira Cristina Castro

10h30: Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - conselheiro Leandro Scalabrin

10h45: Proposta de Resolução sobre o acesso a cestas básicas aos povos e comunidades tradicionais - conselheiro Leandro Scalabrin

11h: Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - vice-Presidente Leonardo Pinho

11h15h – Proposta de Resolução que dispõe sobre Portaria de Consolidação n. 2/GM/MS, que extingue o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei – conselheiro Rogério Giannini

11h30 Grupo Referência da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos - conselheira Eneida Guimarães

11h45 Comissão Especial sobre Participação Social - vice-presidente Leonardo Pinho

12h Proposta de Recomendação para a adoção de medidas para a manutenção do direito à alimentação adequada dos alunos da rede pública municipal de ensino durante a emergência sanitária decorrente do novo coronavírus, dentre outras providências - vice-presidente Leonardo Pinho

12h15 Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBT, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - conselheiras(os) Eneida Guimarães, Ieda Leal, Paulo Mariante

12h30 Apreciação de Denúncias - Presidente Renan Sotto Mayor

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Opina por um conjunto de medidas para garantir a efetivação do CNDH como uma instituição nacional de direitos humanos.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Designa relator e consultores para elaboração de subsídios técnicos e proposta de credenciamento do CNDH como instituição nacional de direitos humanos.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre a necessidade de adoção de medidas pelo Ministério Público para fins de investigação de eventuais crimes decorrentes da contaminação de trabalhadores pela COVID-19 por empresas.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Aprova o Relatório da missão ao Estado do Amazonas, realizada entre os dias 06 de maio e 12 de Junho de 2020, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, que extingue o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei.

Recomendações

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 04, DE 10 DE JUNHO DE 2020, No dia 08 de junho de 2020, em meio à pandemia, e o contexto de isolamento social, em que as atividades sociais e econômicas contam comum conjunto de restrições a Prefeitura de São Caetano do Sul expediu o Ofício da Divisão Técnica 46/2020 rescindindo o contrato de prestação de serviço da Cooperava de Catadores e Recicladores de São Caetano do Sul – COOPTRESC. <https://bit.ly/37vkhGG>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 05, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda que, durante a pandemia causada pela COVID-19, não sejam emitidas qualquer autorização ou licença para construção da Linha de Transmissão 230 kV Oriximiná – Juruti – Parintins devido à inobservância do procedimento de consulta e consentimento prévio, livre e informado às comunidades quilombolas afetadas, impactadas ou atingidas, conforme determinação da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário. <https://bit.ly/3fTw5WV>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 06, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre o acesso a cestas básicas aos povos e comunidades tradicionais. <https://bit.ly/2JCIXVq>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 07, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda a adoção de medidas para manutenção do direito à alimentação adequada dos alunos da rede pública municipal de ensino (rede pública ESTADUAL de ensino) durante a emergência sanitária decorrente do novo coronavírus, dentre outras providências. <https://bit.ly/33xHk2k>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 08, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda ao Ministério da Saúde a manutenção da Nota Técnica nº 16/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. <https://bit.ly/3ocj2CL>

Notas Públicas

Nota Pública sobre segurança alimentar dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira - <https://bit.ly/3mxijvB>

Relatórios

Relatório emergencial pandemia covid-19 e violações de direitos humanos no estado do Amazonas - <https://bit.ly/37q9BZS>

Panorama de funcionamento dos Colegiados Nacionais no contexto da pandemia da Covid-19 - <https://bit.ly/33EtZFv>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/06/2020 - 1ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Direitos Humanos e a Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

03/06//2020 - 21ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

04/06/2020 - Paineis: Poder Judiciário e pandemia: questões sobre direito penal e encarceramento no “II Fórum Nacional de Direitos Humanos da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE – FONADIRH”, em razão do cenário da epidemia

Local: Plataforma virtual

05/06/2020 - A Comissão de Direitos Humanos e minorias da Câmara dos Deputados convida o Conselho Nacional dos Direitos Humanos para Reunião de trabalho para discussão sobre: a) medidas para enfrentamento ao racismo; b) genocídio da juventude negra e; c) caso do Presidente da Fundação Cultural Palmares

Local: Plataforma virtual *Zoom*

05/06/2020 - Live sobre medidas de combate ao racismo, ao genocídio da população negra e a questão da Fundação Cultural Palmares

Local: Plataforma virtual

05/06/2020 A ONU Brasil convida o CNDH para reunião com organizações da sociedade civil sobre direitos humanos e covid-19

Local: Plataforma virtual

08/06/2020 - 20ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

15 e 16/06/2020 - 3ª Reunião Extraordinária do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19)

Local: Sala de reunião da plataforma "Google Meets"

15/06/20 - LIVE: "Pessoa Idosa, direitos humanos e o que a pandemia nos alerta"

Local: Facebook do CNDH <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos/>

17/06/20 - Webinário sobre desafios impostos pela pandemia do coronavírus, enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios.

Local: <https://youtu.be/NaGXWc7qMX4>

19/06/2020 - 21ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

26/06/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

29/06/2020 - Reunião do CNDH com o Fórum Nacional de Reforma Urbana

Local: Plataforma virtual Zoom

30/06/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

Principais Notícias

1. Integrantes da Comissão dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais, Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Conflitos Fundiários do CNDH realizaram reunião hoje (3).
2. CNDH lança nota pública sobre segurança alimentar dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira/AM. Leia mais: <https://bit.ly/3gT1U1X>
3. ACOMPANHE AGORA: Conselheira Ieda Leal, do CNDH, participa de live sobre medidas de combate ao racismo, ao genocídio da população negra e a questão da Fundação Cultural Palmares
4. Defensores públicos e mais de 100 entidades da sociedade civil pedem revogação de portaria sobre pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Leia mais: <https://bit.ly/2Y4niZD>
5. O ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, Edson Fachin, deferiu decisão liminar que suspende operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19. Leia mais: <https://bit.ly/3f0BOZg>
6. CNDH pede que Direitos Humanos sejam cobrados em concurso para magistratura. Leia mais: <https://bit.ly/3dRc9Sw>
7. #CNDH transmite ao vivo live "Pessoa Idosa, direitos humanos e o que a pandemia nos alerta"; O evento será transmitido na página do CNDH no facebook, no próximo dia 15 (segunda), às 17h30. <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos/>

8. CNDH solicita ingresso como amicus curiae na ação que questiona política de segurança pública do RJ. Leia mais: <https://bit.ly/3hmSUTb>
9. CNDH realiza 3ª Reunião Extraordinária durante pandemia; Plenário discute reconhecimento internacional do conselho como INDH no Brasil. Leia mais: <https://bit.ly/3hxx4MC>
10. CNDH recomenda a Ministérios Públicos que busquem responsabilização penal de empresas que descumprirem recomendações sanitárias durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/3cZOFTD>
11. CNDH recomenda revogação de portaria que extinguiu Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei. Leia mais: <https://bit.ly/2N1CJwL>
12. Hutukara Associação Yanomami e CNDH ingressam com pedido de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Leia mais: <https://bit.ly/3d2LSj2>
13. Frente de Trabalho Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios convida para webinar que abordará os desafios impostos pela pandemia do coronavírus, enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios. <https://youtu.be/NaGXWc7qMX4>
14. O CNDH aprovou o Relatório Emergencial Pandemia Covid-19 e Violações de Direitos Humanos no Estado do Amazonas, realizado após missão realizada entre 06 de maio e 12 de junho, pelas consultoras Luciana Ramos, Luanna Marley e Meirilane Coelho. Leia mais: <https://bit.ly/2YNARwO>
15. CNDH aprova nota contra congelamento salarial de servidoras e servidores. Leia mais: <https://bit.ly/3dc98eE>
16. CNDH recomenda que Ministério da Saúde mantenha Nota Técnica sobre saúde sexual e reprodutiva durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/2YNEL9b>
17. CNDH recomenda que não sejam emitidas autorizações para construção de Linha de Transmissão Oriximiná – Juruti – Parintins. Leia mais: <https://bit.ly/31aGiZR>
18. CNDH acompanha despejo e pede providências para garantir direitos humanos em ocupação no Distrito Federal. Leia mais: <https://bit.ly/3diRhCy>
19. CNDH recomenda que União, estados e municípios distribuam cestas básicas e kits de higiene a povos e comunidades tradicionais durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/3fMnpjF>
20. CNDH recomenda que União, estados e municípios distribuam cestas básicas e kits de higiene a povos e comunidades tradicionais durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/3dw4CrD>
21. CNDH oficia Assembleia de MT contra PLC 17 do Mato Grosso, que viola direitos dos povos indígenas. Leia mais: <https://bit.ly/37W9ghh>
22. Defensores de direitos humanos debatem tortura, trabalho infantil e orgulho LGBTI
23. CNDH pede que Senado não vote PL das Fake News sem debate amplo na sociedade. Leia mais: <https://bit.ly/2AZbOiK>

24. Denuncie violações de direitos na Internet; Link pro questionário: <https://rios.org.br/intervozes/2019/09/30/questionario-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-e-remocao-indevida-de-conteudos-online/>
25. CNDH pede a Rodrigo Maia urgência na votação de projeto de lei que suspende despejos durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/3g0aOK0>
26. CNDH pede informações a município de Niterói-RJ sobre repressão contra ambulantes. Leia mais: <https://bit.ly/3g8KoWn>
27. Mesa Diretora do CNDH se reúne hoje. Encontro virtual prepara 4ª Reunião Extraordinária do colegiado, que acontece nos dias 9 e 10 de julho.

Julho/2020

Foi realizada a 4ª Reunião Extraordinária nos dias 9 e 10 de julho de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 09 DE JULHO DE 2020 (QUINTA-FEIRA):

9h: Abertura - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Informes - residente Renan Sotto Mayor

9h20: Análise de conjuntura e definição de estratégias para o processo eleitoral das organizações da sociedade civil para composição do CNDH, biênio 2020-2022 - presidente Renan Sotto Mayor

09h30 Aprovação da Resolução que cria a Comissão Eleitoral das organizações da sociedade civil para composição do CNDH, biênio 2020-2022 (Sugestões da Mesa Diretora: Herbert Barros (MMFDH), Everaldo Patriota (OAB) e Luísa de Marillac (CNPJ) - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h40 Prodocs - Conselheira Máira Miranda

1. Contratar consultores;
2. Metodologia técnica e sistemática;
3. Monitoramento do PNDH3 pelo CNDH, e
4. Auxílio nos fluxos do CNDH.

10h: Debate estruturado e Proposta de Resolução sobre Segurança Pública inter-comissões (Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade e Comissão Permanente Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais) - vice-presidente Leonardo Penafiel Pinho

10h15: Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - conselheira Luísa de Marillac

10h30: Relatos e encaminhamentos da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - conselheiro Markinhos

10h45: Procedimento de atuação em sistemas internacionais: construção de uma Resolução em forma de fluxo para apresentar a ser debatida na Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais do CNDH - Vice-Presidente Leonardo Penafiel Pinho

11h45: Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - vice-presidente Leonardo Pinho

11h-12h: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 10 DE JULHO DE 2020 (SEXTA-FEIRA):

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária - Presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h15: Informe e encaminhamentos da Reunião (videoconferência) do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Fórum Nacional de Reforma Urbana - vice-presidente Leonardo Penafiel Pinho

9h30: Litigância estratégica de Direitos Humanos - Presidente Renan Mayor

9h45 Relato e encaminhamentos da 22ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - conselheiro Leandro Scalabrin

10h Relato e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH - conselheiras(os) Eneida Guimarães, Ieda Leal e Paulo Mariante

10h45h Informes da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - Conselheiro Cristina Castro 11h30: Informes da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - conselheiro Ismael José

11h30: Informes das atividades e próximas ações, Junho-Agosto/2020, da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios (FGVCES; CNDH; ALEPA e MPPA) - conselheira Eneida Guimarães

11h45: Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios (FGVCES; CNDH; ALEPA; MPPA) Informe de atividades e próximas ações Junho-Agosto/2020

12h30 Apreciação de Denúncias - Presidente Renan Sotto Mayor

13h Conclusão do 2º dia e encerramento da 4ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 09 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a garantia do direito à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade, em especial em regime fechado no sistema prisional e internos(as) do sistema socioeducativo em todo território nacional. <https://bit.ly/33ztHQa>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 09, de 10 de julho de 2020 - Recomenda sobre medidas legislativas de combate às *fake news* (notícias falsas) e sobre a garantia do direito à liberdade de expressão, acesso à informação, à liberdade de imprensa e outros direitos na Internet. <https://bit.ly/303W5Yb>

RECOMENDAÇÃO Nº 10, de 10 de julho de 2020 - Recomenda ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a garantia da autonomia do CNDH quanto à veiculação de releases, notas, notícias assim como a publicização dos relatórios, recomendações e outros instrumentos do órgão como garantia aos Princípios de Paris e aos princípios da transparência e liberdade de imprensa. <https://bit.ly/2ZpBcaH>

RECOMENDAÇÃO Nº 11, de 15 de julho de 2020 - Recomenda ao Incra que receba a posse das áreas reavidas por meio das ações reivindicatórias propostas pela União na Justiça Federal e que dê às terras públicas a destinação prevista na CRFB/88; ao MPF/MT que tome as medidas jurídicas cabíveis para apurar se ocorreu ato de improbidade administrativa nos casos concretos; à DPU/MT que tome as medidas jurídicas cabíveis para garantir a promoção de direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade que vivem nos acampamentos às margens das estradas do estado, garantindo o acesso à terra.

Notas Públicas

Nota de solidariedade às mães Yanomami no cuidar da alma de seus bebês - <https://bit.ly/2OeqSMk>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

01/07/2020 - Live - Remoções forçadas no contexto de pandemia
Local: Youtube da FGVces

02/07/2020 - 17ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

02/07/2020 - 22ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

03/07/2020 - 13ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

03/07/2020 - 22ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

07/07/2020 - 10ª Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

08/07/2020 - 22ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

08/07/2020 - 17ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

Local: Plataforma virtual *Zoom*

09 e 10/07/2020 - 4ª Reunião Extraordinária do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19)

Local: Plataforma virtual *Microsoft Teams*

14/07/2020 - Reunião do CNDH com Parintins Amazonas Transmissora De Energia S.A., Elecnor Do Brasil Ltda., e Celeo Redes Brasil S.A., em conjunto denominadas “Interessadas”

Local: Plataforma virtual *Zoom*

14/07/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

15/07/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

16/07/2020 - 5ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Zoom

17/07/2020 - 14ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

21/07/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

21/07/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

22/07/2020 - 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

22/07/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

30/07/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

27/07/20 - CNDH participa de Live Denúncia sobre a situação dos hospitais psiquiátricos com a presença do Vice Presidente do CNDH, Leonardo Pinho.

10/07/20 - Instrumentos para proteção dos direitos dos atingidos - vice-presidente do CNDH, Leonardo Pinho

Local: Youtube FGVces

Principais Notícias

1. CNDH procura... O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH está com vagas disponíveis para seleção/requisição para assessoria técnica. Leia mais: <https://bit.ly/3dQrkL4>
2. CNDH oficia Prefeitura do Rio contra internação compulsória de pessoas em situação de rua. Leia mais: <https://bit.ly/2O2fq6x>
3. CNDH pede informações ao iFood sobre denúncia de ameaças a entregadoras/es que aderirem à paralisação. Leia mais: <https://bit.ly/3gxYm4z>
4. CNDH realiza 4a Reunião Extraordinária nos dias 09 e 10 de julho; Desde abril o CNDH vem realizando reuniões extraordinárias remotamente devido à pandemia do novo coronavírus. Leia mais: <https://bit.ly/2Z7W71G>
5. CNDH define comissão eleitoral das organizações da sociedade civil para o biênio 2020-2022. Leia mais: <https://bit.ly/2W0N2G2>
6. CNDH recomenda fornecimento de ceia a pessoas em privação de liberdade. Leia mais: <https://bit.ly/3floxv6>
7. CNDH aprova por unanimidade recomendação sobre combate às fake news. Leia mais: <https://bit.ly/3042nXz>
8. CNDH aprova Recomendação pela autonomia para veiculação de notícias e publicização de relatórios, recomendações e outros instrumentos do colegiado. Leia mais: <https://bit.ly/38SCle0>
9. Ministério da Saúde revoga portaria que extinguiu Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei; Decisão considera Recomendação do CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/3fvxZvX>
10. CNDH expede Recomendação para que Incra receba terras da União e realize reforma agrária no MT; CNDH também oficiou a Justiça solicitando a prorrogação da suspensão de as ações de reintegração posse durante a pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/3je09O3>
11. Comissão Interamericana de Direitos Humanos emite medida cautelar em favor de povos indígenas Yanomami e Ye'kwana. Medida foi solicitada pela Associação Hutukara Yanomami e pelo CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/39fqKpr>
12. Mesa Diretora do CNDH se reúne hoje (21)
13. Justiça define prazo de dois anos para conclusão de demarcação de Terra Indígena dos Tupinambás de Belmonte, no sul da Bahia. CNDH atua intensamente no caso desde 2019. Leia mais: <https://bit.ly/3haENJn>

14. CNDH e entidades pedem audiência temática na CIDH sobre violações e direitos humanos no Brasil. Leia mais: <https://bit.ly/3fYeqMY>
15. CNDH protocola pedido de “amicus curiae” em ações de inconstitucionalidade sobre Emenda 95. Leia mais: <https://bit.ly/2OUziZu>
16. CNDH participa de Live Denúncia. Hoje (27), às 19h, o Brasil de Fato RS e a Rede Soberania promovem uma live denúncia sobre a situação dos hospitais psiquiátricos com a presença do Vice Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Leonardo Pinho.
17. CNDH participa de discussões para elaboração de plano de enfrentamento da covid-19 para povos indígenas brasileiros. Leia mais: <https://bit.ly/2PeUsBW>

Agosto/2020

Foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária no dia 7 de agosto de de 2020, na sala de plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 07 DE AGOSTO DE 2020 (SEXTA-FEIRA):

9h: Abertura e informes - Presidente Renan Vinicius Soo Mayor de Oliveira

9h30: Apresentação das propostas e objetivos do Grupo de Trabalho sobre o Plano de Enfrentamento e Monitoramento da covid-19 para os Povos Indígenas , bem como votação em relação aos consultores ad hoc indicados para acompanhar os debates referentes à ADPF nº 709.

10h: Apresentação da Proposta de Resolução Nº 28, DE 29 DE JULHO DE 2020, que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar um Plano de Enfrentamento da covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em virtude da ADPF 709 (1280487)

11h: Deliberações e encaminhamentos

11h30: Processo eleitoral para a sociedade civil para o biênio 2020-2022

12h: Encerramento

Foi realizada também a 6ª Reunião Extraordinária nos dias 13 e 14 de agosto de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

13 DE AGOSTO DE 2020 (QUINTA-FEIRA)

9h: Abertura - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h10: Informes - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h20: Dia Nacional dos Direitos Humanos com a presença da ativista dos direitos humanos - senhora Diva Soares Santana, uma das pessoas com vínculo familiar com desaparecidos políticos e membro titular da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9140/1995) - Conselheira Eneida

9h40: Calendário do segundo semestre de 2020 - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor

10h: Processo eleitoral das organizações da sociedade civil para composição do CNDH, biênio 2020-2022 - Presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

10h30: PRODOCS

10h50: Relatório e Propostas sobre Deslocamentos Compulsórios - conselheira Eneida

11h30: Nota sobre a regulação dos trabalhadoras/es dos aplicativos - conselheiro Ismael

12h: Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade - conselheiro Everaldo Patriota

12h30: Denúncias

14 DE AGOSTO DE 2020 (SEXTA-FEIRA)

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária - Presidente Renan Sotto Mayor

9h10: ADPF 709

9h40: Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos - vice-presidente Leonardo Pinho

10h10: Comissão Direitos da População em Situação de Rua - conselheiro Markinhus

10h40: Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - conselheira Cristina Castro

11h10: Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiário - conselheiro Leandro

11h40: Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Grupo Referência da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - conselheira Eneida

12h10: Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 07 DE AGOSTO DE 2020, Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em virtude da ADPF 709. <https://bit.ly/3lthXF1>

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 07 DE AGOSTO DE 2020, Institui a Comissão Eleitoral de que tratam o §5º do art. 7º, da Resolução nº 01, de 09 de junho de 2015 (Regimento Interno do CNDH). <https://bit.ly/2JB9fXL>

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 17 DE AGOSTO DE 2020, Aprova a Manifestação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre a ADPF 709. <https://bit.ly/39vWetD>

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 14 DE AGOSTO DE 2020, Dispõe sobre Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM. <https://bit.ly/2JCTq3a>

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 31 DE AGOSTO DE 2020, Aprova Manifestação Pública Conjunta nº 01/2020: RETROCESSOS NA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que dispõe sobre sobre retrocessos na participação democrática. <https://bit.ly/36oAWfB>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNS/CONANDA/CNDH Nº 01, DE 04 DE AGOSTO DE 2020, O CNS, CONANDA e CNDH recomendam medidas em sentido contrário à regulamentação do acolhimento de adolescentes em Comunidades Terapêuticas (CTs), entre outras providências. <https://bit.ly/2JnJIHi>

Notas Públicas

Nota do CNDH contra norma da CGU que prevê vigilância a servidoras/es nas redes sociais - <https://bit.ly/3fYTYw4>

Nota Pública do CNDH sobre intimidação de procuradores/as do MPF em decorrência de sua atuação na defesa dos povos indígenas - <https://bit.ly/33yg6Zi>

CNDH manifesta apoio à vida de meninas e mulheres que se encontram em situação de violência - <https://bit.ly/33DQwC9>

Manifestação pública conjunta nº 01/2020: Retrocessos na participação democrática - Os Conselhos de Direitos Humanos por meio da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos se manifestam sobre retrocessos na participação democrática - <https://bit.ly/2VsCgaX>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

03/08/2020 - 15ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

04/08/2020 - 11ª Reunião da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

04/08/2020 - 18ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

05/08/2020 - Reunião virtual do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Relator para o Brasil, Comissário Joel Hernández

Local: Plataforma virtual webex

05/08/2020 - 23ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

05/08/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

07/08/2020 - 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

07/08/2020 - 2ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Direitos Humanos e a Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Zoom

10/08/20 - Live: Por que NÃO acolher crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas? Impedimentos convencionais, constitucionais, estatutários e legais

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

11/08/2020 - Lançamento da Petição Pública "O SUS merece mais em 2021"

Local: Plataforma virtual Zoom

11/08/2020 - 23ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

13 e 14/08/2020 - 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

15/08/2020 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Whatsapp

18/08/2020 - O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) convida a Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para uma atividade relacionada ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, como expositor, apresentando o tema: Direitos Humanos e Pop. Rua

Local: Plataforma virtual

19/08/2020 - 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Meets

19/08/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

20/08/2020 - 6ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Zoom

24/08/2020 - 1ª Reunião da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Forçados

Local: Plataforma virtual

21/08 a 24/08/2020 - Missão a Nova Olinda do Norte/AM - Tratou de uma missão para verificação de denúncias de situações críticas de violações de direitos que relacionam

ribeirinhos, indígenas, policiais militares, agentes públicos e traficantes na região de Nova Olinda do Norte, no Estado do Amazonas.

Local: Nova Olinda do Norte/AM

26/08/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

28/08/2020 - Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

31/08/2020 - 13ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT

Local: Plataforma virtual Zoom

31/08/2020 - A Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, convida o Conselho Nacional dos Direitos Humanos para evento Desaparecimento de pessoas no Brasil: "uma realidade de muitas peças"

Local: Plataforma virtual

31/08/2020 - 2ª Reunião da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Forçados

Local: Plataforma virtual

25/08 - Debate "A escuta traduzida em direitos: resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre a População em Situação de Rua"

Local:

https://twitter.com/conselhodh?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

27/08 - 3º Encontro Virtual do IdeiaSUS/Fiocruz

Participação de representante do CNDH

Principais Notícias

1. CNDH abre consulta pública sobre resolução de diretrizes para promoção, proteção e defesa de direitos humanos de pessoas em situação de rua. Leia mais: <https://bit.ly/31nn3ue>
2. CNDH se reúne com presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Leia mais: <https://bit.ly/33w2ZbJ>

3. CNDH realiza 5ª Reunião Extraordinária nesta sexta-feira (07). Leia mais: <https://bit.ly/3ifMvsG>
4. CNDH, CNS e Conanda assinam Recomendação contra acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas. Leia mais: <https://bit.ly/3gv1ZIJ>
5. Em 5ª Reunião Extraordinária, CNDH aprova Grupo de trabalho e consultoras/es ad hoc para ADPF 709. Leia mais: <https://bit.ly/3gPKXoE>
6. CNDH, Conselho Regional de Psicologia do DF e Escola de Serviço Social da UFRJ abrem inscrições para o curso “Luta Antimanicomial e Feminismos” O prazo para inscrição vai até o próximo dia 23/08/2020 pelo link: <https://forms.gle/Es1eU1dzLzPjGrpB7>
7. CNDH, presidente da Comissão de DH da Câmara e mais de 60 deputados pedem reunião urgente com governador após ação de despejo em Quilombo Campo Grande, MG. Leia mais: <https://bit.ly/2FcNIbe>
8. CNDH recebe a ativista Diva Santana, membra da Comissão de Mortos de Desaparecidos. Leia mais: <https://bit.ly/30QfIEC>
9. Nota pública do CNDH repudia nota técnica da CGU que prevê vigilância a servidoras/es nas redes sociais. Leia mais: <https://bit.ly/30TRSbd>
10. CNDH e parlamentares oficiam comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais sobre violações em despejo de assentados do Quilombo Campo Grande, MG. Leia mais: <https://bit.ly/31VCVES>
11. Ministro da Justiça é convidado a participar da 7ª Reunião Extraordinária do CNDH. Colegiado quer ouvi-lo sobre dossiê de servidores/as integrantes do ‘movimento antifascismo’. Leia mais: <https://bit.ly/3419zas>
12. CNDH lança Nota Pública contra intimidação de procuradoras/es do MPF por atuação na defesa de povos indígenas. Leia mais: <https://bit.ly/3kR8qbJ>
13. CNDH envia ao STF recomendações ao plano de enfrentamento da covid-19 para povos indígenas. Leia mais: <https://bit.ly/2Fxu9VP>
14. Biênio 2020-2022: Edital convoca organizações da sociedade civil e movimentos sociais para eleição de nova composição do CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/3iR4eqt>
15. 1ª Consulta Nacional sobre Tratado Vinculante de Direitos Humanos e Empresas acontece nos dias 25 e 26. Leia mais: <https://bit.ly/2Q5nTGQ>
16. CNDH manifesta apoio à vida de meninas e mulheres que se encontram em situação de violência. Leia mais: <https://bit.ly/318JEMc>
17. Participe da consulta pública sobre resolução de diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua. Envie suas propostas até 31 de agosto em: <https://bit.ly/3fhX0d1>
18. Comissão do CNDH sobre comunicação e liberdade de expressão faz articulações sobre projeto de lei das “fake news”. Leia mais: <https://bit.ly/2Qo1zIQ>
19. O CNDH oficiou o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos - OEA manifestando preocupação com o enfraquecimento da autonomia e independência da CIDH/OEA. Leia mais: <https://bit.ly/32mEjAo>

20. CNDH participa de audiência pública virtual sobre surto de covid-19 em hospitais psiquiátricos de Porto Alegre. Leia mais: <https://bit.ly/2EyS3zQ>
21. Prazo para consulta pública sobre resolução de diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua vai até 07 de setembro. Leia mais: <https://bit.ly/32D5zuC>

Setembro/2020

Foi realizada também a 7ª Reunião Extraordinária nos dias 17 e 18 de setembro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2020 (QUINTA-FEIRA)

9h: Abertura do 1º dia de Reunião Plenária - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Informes - presidente Renan Sotto Mayor

9h30: Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora – Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015 - presidente Renan Sotto Mayor

9h50: Deliberações e encaminhamentos referentes às atividades do CNDH:

10h: Deliberações e encaminhamentos da Comissão Eleitoral, biênio 2020-2022 – conselheira Luisa de Marillac, conselheiros Everaldo Patriota e Herbert Barros. Retificação do edital da eleição de organizações da sociedade civil e movimentos sociais para compor o CNDH

10h10 Aprovação do Encontro Nacional de Direitos Humanos – conselheira

Eneida Canêdo Guimarães dos Santos

10h20: Relato da 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada – conselheira Luísa de Marillac

10h30: Relato da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais - conselheira Sandra Carvalho - Apresentação do Relatório sobre violência política

10h40: Deliberações e encaminhamentos da 12ª Reunião do Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental - conselheiro Rogério Giannini - Informe e divulgação do Curso de extensão "Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira", em ambiente virtual; - Aprovação do Termo de Designação e Definição de ações para Missão do CNDH nos Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS; - Aprovação da Resolução que cria Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP)

10h50: Deliberações e encaminhamentos da 19ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade - conselheiro Everaldo Patriota - Proposta

de Recomendação Medidas para Regulamentação do uso de armamentos menos letais no Sistema Penitenciário Nacional.

11h10: Deliberações e encaminhamentos da 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - conselheiro Leandro Scalabrin - Apresentação da Campanha #DespejoZero – Pela Vida no Campo e na Cidade; - Proposta de Recomendação Emergencial Chacina ocorrida contra Povo Indígena Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, entre as regiões de San Matías, na Bolívia, e de Cáceres no Mato Grosso

11h30: Aprovação do Relatório Preliminar de Atividades, da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios - conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos

12h10: Deliberações e encaminhamentos da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - conselheiro Marco Antônio - Aprovação da Resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua

12h20: Aprovação da Resolução que cria a Comissão de Litigância Estratégica - conselheiro Everaldo Patriota - Composição e Plano de atuação da Comissão

12h30 Deliberações e encaminhamentos da 13ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social – conselheiro Ismael José - Aprovação da Resolução que recomenda às autoridades públicas e solicita às autoridades sanitárias a não autorização do retorno às atividades pedagógicas/acadêmicas presenciais; - Aprovação da Resolução Regulamentação do trabalho das/os condutoras/es e entregadoras/es por aplicativos de entregas ou de logística (Aplicativo IFood)

12h50h Deliberações e encaminhamentos da 24ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - conselheira Cristina Castro - Apresentação da Carta Compromisso sobre Agenda de Direitos Humanos às/aos candidatas/os do processo eleitoral 2020

13h: Conclusão do 1º dia da 7ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

18 DE SETEMBRO DE 2020 (SEXTA-FEIRA)

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Plenária - presidente Renan Sotto Mayor

- Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora – Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015 - presidente Renan Sotto Mayor

- Deliberações e encaminhamentos da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - conselheiro Marco Antônio da Silva Souza - Markhinus

- Aprovação da Resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua

9h10: Informes - presidente Renan Sotto Mayor 09h30: Análise do relatório final da inspeção carcerária no Complexo Regional Feminino em Ananindeua no Estado do Pará/PA, após inúmeras denúncias de violações de direitos humanos

10h: Aprovação pelo Plenário das Publicações Ad Referendum:

- Recomendação conjunta nº 01/2020, de 19 de março de 2020.

- Resolução nº 10, de 19 de março de 2020.

- Resolução nº 12, de 23 de março de 2020.

- Recomendação nº 02, de 28 de abril de 2020.

- Recomendação nº 04, de 10 de junho de 2020.

- Recomendação nº 11, de 15 de julho de 2020.

- Termo de Designação de consultoria nº 06, de 27 de julho de 2020.

- Recomendação conjunta cns/conanda/cndh nº 01, de 04 de agosto de 2020.

12h Conclusão do 2º dia da 7ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

Foi realizada também a 8ª Reunião Extraordinária no dia 29 de setembro de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 29 DE SETEMBRO DE 2020 (TERÇA-FEIRA)

9h: Abertura - presidente Renan Sotto Mayor

9h30: Apresentação da Resolução que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua

11h: Deliberações e encaminhamentos

13h: Encerramento

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. <https://bit.ly/3g37iji>

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Aprova o Relatório Preliminar de Atividades, da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. <https://bit.ly/3fXPG88>

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar emergencialmente em vista da chacina ocorrida contra o povo indígena Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia. <https://bit.ly/3qfD1Cl>

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Dispõe sobre a criação da Comissão de Litigância Estratégica no âmbito no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/3ocXQwp>

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar às autoridades públicas e solicita às autoridades sanitárias a não autorização do retorno às atividades pedagógicas/acadêmicas presenciais e recomenda aos sistemas de ensino que as avaliações pedagógicas/acadêmicas sejam exclusivamente diagnósticas no ano letivo/acadêmico de 2020. <https://bit.ly/3qgLQvR>

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar a regulamentação, em rito de urgência, do trabalho das/os condutoras/es e entregadoras/es por aplicativos de entregas ou de logística. <https://bit.ly/37nU64C>

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar a adoção de Carta Compromisso às/aos candidatas/os do processo eleitoral 2020 adoção das práticas compromisso sobre Agenda de Direitos Humanos. <https://bit.ly/39uVSTY>

Relatórios

Relatório - Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios
Relatório Preliminar de Atividades e Recomendações - <https://bit.ly/2VpHLY2>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

02/09/2020 - 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

02/09/2020 - 19º Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Plataforma virtual

02/09/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

02/09/2020 - A Comisión Interamericana de Derechos Humanos, convida o CNDH sobre “ La situación de los derechos humanos de las personas con discapacidad em el contexto de la pandemia”

Local: Plataforma virtual

02/09/2020 - 15ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

04/09/2020 - 13ª Reunião da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

Plataforma virtual Microsoft Teams

04/09/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

09/09/2020 - 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

09/09/2020 - 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Alimentação Adequada do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

09/09/2020 - 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

11/09/2020 - 12ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

11/09/2020 - 24ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

14/09/2020 - 23ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

14/09/2020 - Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Zoom

16/09/2020 - 3ª Reunião do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Direitos Humanos e a Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

17 e 18/09/2020 - 7ª Reunião Extraordinária do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19)

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

24/09/2020 - 7ª Reunião do Grupo Referência da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

24/09/2020 - Participação em Audiência Pública sobre Pandemia de covid-19 e impactos nos direitos humanos no Brasil - Anistia Internacional

Local: <https://youtube.com/anistiabrasil>

25/09/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

28/09/2020 - 13ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

29/09/2020 - 8ª Reunião Extraordinária do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus referente à aprovação da resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

30/09/2020 - 12ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

30/09/2020 - 19ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

30/09/2020 - 16ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

Setembro - Missão para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre a situação violadora de direitos humanos no caso de adoecimento e óbitos por Covid-19 nos envolvendo funcionários e pessoas internadas nas dependências do Hospital Psiquiátrico São Pedro e Hospital Colônia Itapuã/RS. Designação do Termo 02/20, de 17 de setembro de 2020, aprovada por deliberação do Plenário na 7ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada em 17 e 17 de setembro de 2020 e a designação de PAULO CÉSAR CARBONARI e RAFAEL WOLSKI DE OLIVEIRA como consultores ad hoc.

Local: Porto Alegre/RS

Principais Notícias

1. CNDH, parlamentares, governo, sistema de justiça e sociedade civil debatem políticas para população em situação de rua durante e após pandemia de covid-19. Leia mais: <https://bit.ly/32HVc8Z>
2. Conselhos de direitos humanos lançam manifesto contra retrocessos na participação democrática. Leia mais: <https://bit.ly/2ZcxQrd>
3. Termo de cooperação prevê divulgação de dados abertos e estatísticas sobre atuação do CNDH, CNJ, CNMP, AGU, DPU, Condege e OAB. Leia mais: <https://bit.ly/31Q0obu>
4. CNDH recebe integrantes da campanha Despejo Zero. Leia mais: <https://bit.ly/32XPAYd>
5. CNDH disponibiliza íntegra da 1ª Consulta Nacional sobre Tratado Vinculante de Direitos Humanos e Empresas, ocorrida nos dias 25 e 26 de agosto. Assista aos vídeos dos dois dias da consulta no youtube:
 - a. Dia 01 - <https://youtu.be/B-sx2K-OvLY>
 - b. Dia 02 - <https://youtu.be/ZFo3KRVPvpls>

6. Nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH sobre a missão a Nova Olinda do Norte/AM. Leia mais: <https://bit.ly/33gIvSU>
7. CNDH realiza 7ª Reunião Extraordinária nesta quinta e sexta (17 e 18). Leia mais: <https://bit.ly/35BQBIA>
8. Após solicitação do CNDH, juiz determina suspensão de despejo no RS. Leia mais: <https://bit.ly/3mozaAS>
9. CNDH abre 7ª Reunião Extraordinária com homenagem ao militante Carlão, da luta antimanicomial. Leia mais: <https://bit.ly/36pk6Ms>
10. Terra de Direitos e Justiça Global apresentam ao CNDH pesquisa sobre violência política. Leia mais: <https://bit.ly/32GTJRe>
11. CNDH cria Grupo de Trabalho sobre Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei. Leia mais: <https://bit.ly/3mxNxDi>
12. Comissão de Litigância Estratégica é criada pelo CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/33Jt4CC>
13. CNDH aprova relatório sobre deslocamentos compulsórios no Pará. Leia mais: <https://bit.ly/2FI70jR>
14. CNDH recomenda que autoridades não autorizem o retorno às aulas presenciais. Leia mais: <https://bit.ly/3ciA1OW>
15. Biênio 2020-2022: Já está disponível o formulário de inscrição para eleição de nova composição do CNDH; Saiba mais em: <https://bit.ly/2FPizpm>.
16. CNDH recomenda ao Congresso regulamentação urgente do trabalho de condutoras/es e entregadoras/es por aplicativos. Leia mais: <https://bit.ly/3iUByxp>
17. Eleições 2020: CNDH recomenda carta de compromisso com agenda de direitos humanos. Leia mais: <https://bit.ly/32T0u2y>
18. CNDH debate resolução com diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua. Leia mais: <https://bit.ly/3ihmxVI>
19. Em reunião extraordinária, CNDH debate resolução de diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua nesta terça (29). Leia mais: <https://bit.ly/2HEmlTn>
20. STF mantém liminar que determinou retirada da Força Nacional de municípios baianos sem anuência do governador. Leia mais: <https://bit.ly/2Ucgrf1>
21. CNDH já havia emitido nota de repúdio contra ação. Leia mais: <https://bit.ly/2EJRnYW>
22. CNDH aprova recomendação emergencial por chacina ocorrida contra povo indígena Chiquitano, na fronteira Brasil-Bolívia. Leia mais: <https://bit.ly/2RVKLeS>

Outubro/2020

Foi realizada a 9ª Reunião Extraordinária no dia 13 de outubro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 13 DE OUTUBRO DE 2020 (TERÇA-FEIRA)

9h: Abertura e informes da 9ª Reunião Extraordinária - presidente Renan Sotto Mayor

9h30 Apresentação e Aprovação das propostas e objetivos da Resolução que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação e rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – conselheiro Markinhos

11h: Início das Deliberações e encaminhamentos referentes à 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a ser realizada, no dia 16 de outubro de 2020 (sexta-feira), das 9h às 13h, e no dia 19 de outubro de 2020 (segunda-feira), das 9h às 13h, conforme deliberação da Reunião de Trabalho, realizada no dia 8 de outubro do ano corrente.

13h: Encerramento - presidente Renan Sotto Mayor

Foi realizada também a 10ª Reunião Extraordinária nos dias 16 e 19 de outubro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2020 (SEXTA-FEIRA)

9h: Abertura do 1º dia de Reunião Extraordinária - presidente Renan Sotto Mayor

9h05: Informes - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Aprovação da Nota em Homenagem a Eldécio Vigna - conselheira Luisa de Marillac

09h20: Posicionamento, definição de ações e apresentação da Proposta de Resolução que dispõe sobre os serviços de apoio técnico e administrativo ao Plenário que competem à Secretaria Executiva do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

9h40: Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho da Missão Nova Olinda do Norte-AM - conselheiro Herbert Barros e conselheira Lígia Rocha

9h55: Ad Referendum - presidente Renan Sotto Mayor

10h55: Aprovação da Recomendação que dispõe sobre a adoção de medidas para regulamentação do uso de armamentos menos letais no âmbito do sistema penitenciário nacional - conselheiro Everaldo Patriota

11h15: Deliberações e encaminhamentos da 25ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - conselheira Cristina Castro

11h35: Encaminhamentos da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - conselheiro Leandro Scalabrin

1.1 - Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI

11h55h Relato da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo – conselheira Eneida Guimarães, conselheira Iêda Leal e conselheiro Paulo Tavares Mariante - Proposta de Agenda Eleitoral 2020 sobre Direitos Humanos

12h15: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade - conselheiro Everaldo Patriota

1.1- Leitura da Carta do MNPCT - Relatório sobre a situação da tortura no Brasil, enviado pelo governo ao CAT no ano de 2020

12h45: Relato e encaminhamento da Comissão Especial sobre Participação Social - vice-presidente Leonardo Pinho

13h: Conclusão do 1º dia de reunião

DIA 19 DE OUTUBRO DE 2020 (SEGUNDA-FEIRA)

9h: Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora - Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015 - presidente Renan Sotto Mayor

9h20: Apresentação de relato sobre o Município de Monte Alegre de Goiás - conselheira Iêda Leal

9h35: Proposta de designação de Marcelo Azambuja como colaborador do CNDH, com o objetivo de subsidiar tecnicamente os debates e os estudos temáticos do conselho para:

I - Elaborar proposta de Resolução do CNDH sobre a realização de audiências temáticas e audiências públicas no âmbito do conselho - conselheiro Leandro Scalabrin

9h55: Relato da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - vice-presidente Leonardo Pinho - Aprovação da Nota em Homenagem a Antônio Cançado Trindade e a Sheila de Carvalho

10h25: Relato da Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental - vice-presidente Leonardo Pinho

10h45: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - conselheira Luisa de Marillac

- Aprovação da Recomendação de Rejeição aos vetos presidenciais à Lei nº

14.048, de 24 de agosto de 2020, e

- Aprovação da Recomendação do reforço das estratégias e implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira.

11h05: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais – conselheira Sandra Carvalho

11h25: Relato e encaminhamento do Grupo Referência da Rede Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - conselheira Eneida Guimarães

11h40: Aprovação da Recomendação que pede a revogação do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida - vice-presidente Leonardo Pinho

12h: Apreciação da Resolução que trata do Enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia - conselheiro Leandro Scalabrin

13h: Conclusão do 2º dia de reunião.

Por fim, ocorreu a 11ª Reunião Extraordinária no dia 27 de outubro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2020 (TERÇA-FEIRA)

9h: Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora - Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015 - presidente Renan Sotto Mayor (sigiloso)

9h05: Abertura da 11ª Reunião Extraordinária do CNDH presidente Renan Sotto Mayor

9h15: Informes - presidente Renan Sotto Mayor

9h40: Relato da Comissão Permanente Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - conselheira Eneida Guimarães, conselheira Iêda Leal e conselheiro Paulo Tavares Mariante

- Proposta de Agenda Eleitoral 2020 sobre Direitos Humanos

10h30: Apreciação da Resolução que trata do Enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia - conselheiro Leandro Scalabrin

11h: Definição de ações para Missão do CNDH ao Estado de São Paulo para apurar denúncias de violações de direitos humanos contra a População em Situação de Rua e Apresentação da Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para população em Situação de Rua - conselheiro Markinhus

11h35: Relato da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - vice-presidente Leonardo Pinho

- Aprovação da Nota em Homenagem a Antônio Cançado Trindade e a Sheila de Carvalho

12h15: Relato e encaminhamento da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais - conselheira Sandra Carvalho

13h: Conclusão da 11ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020, Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. <https://bit.ly/37d6ZQe>

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Dispõe sobre o processo de nomeação da Coordenação Geral/ Secretaria-Executiva do CNDH. <https://bit.ly/3jh0bn7>

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, Resolve recomendar ao Estado Brasileiro tomada de providência no enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia. <https://bit.ly/2HVSnur>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda a adoção de medidas para regulamentação do uso de armamentos menos letais no âmbito do sistema penitenciário nacional. <https://bit.ly/2KXScjy>

RECOMENDAÇÃO Nº 13, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Opina que sejam rejeitados os vetos presidenciais à Lei Nº 14.048, de 24 de agosto de 2020. <https://bit.ly/3dSkTsr>

RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda sejam reforçadas as estratégias de implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira. <https://bit.ly/2ILjVTI>

RECOMENDAÇÃO Nº 15, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda a revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. <https://bit.ly/2ISc6LH>

Notas Públicas

Nota Pública em Homenagem a Edélcio Vigna - <https://bit.ly/3oeHX8Q>

Nota Pública por Ocasão do Dia Mundial da Alimentação - <https://bit.ly/3mgGopJ>

Nota Conjunta em Defesa da Liberdade de Expressão e Opinião e da Reforma Psiquiátrica Brasileira - <https://bit.ly/3kGUKPU>

Agenda de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Direitos humanos para as eleições municipais 2020 - <https://bit.ly/3kmIK59>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

01/10/2020 - Audiência Pública: "Participação Social na Defensoria Pública da União: Ouvidoria Externa e outros mecanismos"

Local: Plataforma virtual

01/10/2020 - 25ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas Quilombolas dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

01/10/2020 - 25ª Reunião da Comissão Permanente de Comunicação e Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

02/10/2020 - Reunião da Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, "Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura da Região Centro-Oeste", com representantes do CNPCT e dos Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura da Região Nordeste

Local: Plataforma virtual

02/10/2020 - 20ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

05/10/2020 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

05/10/2020 - 19ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

06/10/2020 - 4ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

06/10/2020 - 2ª Reunião do Ministério Público Federal - MPF, Fundação Nacional do Índio – Funai, Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai e CNDH - Indígenas Isolados das Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

06/10/2020 - 3º ENCONTRO DA REDE NACIONAL DE CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS; 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

08 e 09/10/2020 - 9ª Reunião Extraordinária do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

08/10/2020 - Reunião dos Representantes do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do CNDH com Gabinete do Ministro da Saúde

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

09/10/2020 - Reunião da Apresentação de proposta de metodologia de trabalho do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal com o Deputado Federal e conselheiro do CNDH Helder Salomão

Local: Plataforma virtual Zoom

12/10 a 17/10/2020 - Missão Emergencial aos Indígenas isolados na TI URU EU WAU- Designação de Consultoria nº 01/2020, de 30 de março de 2020, aprovada por deliberação do Plenário na 55ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada em 12 e 13 de fevereiro de 2020, que subsidiou tecnicamente os debates, emitirá parecer e apresentará proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para Indígenas isolados na TI URU EU WAU WAU.

Local: Amazonas-AM

13/10/2020 - A Procuradoria da República em Roraima (PR-RR) convida o CNDH para Reunião com o General de Divisão Manoel Barros, comandante da Operação Acolhida, para tratar da desocupação de imigrantes venezuelanos indígenas Ka'Ubanoko

Local: Plataforma virtual

13/10/2020 - 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

14/10/2020 - Reunião da Campanha sobre Participação Social Conselho Nacional de Saúde - CNS e CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

15/10/2020 - Reunião: emendas parlamentares e violências contra pessoas em situação de rua

Local: Plataforma virtual Zoom

15/10/2020 - Oficinas sobre a Revisão Periódica Universal - RPU

Local: Plataforma virtual Zoom

15/10/2020 - 6ª Reunião do Grupo de Trabalho Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

16 e 19/10/2020 - 10ª Reunião Extraordinária do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

20/10/2020 - Reunião NUIPA Valinhos

Local: Plataforma virtual

20/10/2020 - Reunião da Presidência do CNDH com Lúcia Secoti (mandato do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI)

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

21/10/2020 - Reunião com lideranças Amondawa - Consultor *ad hoc* Fabrício Amorim

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

21/10/2020 - Reunião com família de Rieli Franciscato - Consultor *ad hoc* Fabrício Amorim

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

22 e 23/10/2020 - Webinar "Desaparecimento de pessoas: mecanismos de busca e atenção às famílias dos desaparecidos"

Local: Plataforma virtual

23/10/2020 - 5º Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - FNEEI - Educação como Direito: Insurgências e Resistências Indígenas

Local: Plataforma virtual

26/10/2020 - Reunião representantes Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do CNDH com a Coordenação de Saúde no Sistema Prisional do Estado do Mato Grosso do Sul - Copris/MS

27/10/2020 - 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

27/10/2020 - 11ª Reunião Extraordinária do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

29/10/2020 - Webinário "Impacto do Covid na Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas" do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

30/10/2020 - Reunião do CNDH, Cgriic/Funai e FPE Uru Eu Wau Wau

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

Principais Notícias

1. CNDH busca emendas parlamentares para fortalecer sua autonomia e independência. Leia mais: <https://bit.ly/36rY4dq>
2. CNDH e conselhos de todo o Brasil participam do 3º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos. Leia mais: <https://bit.ly/2GFcQD1>
3. CNDH promove webnário sobre desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Leia mais: <https://bit.ly/3loMDHS>
4. CNDH homenageia defensor de direitos humanos Edélcio Vigna. Leia mais: <https://bit.ly/30MOU7N>
5. Grupo de Trabalho do CNDH sobre Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei se reúne com Ministério da Saúde. Leia mais: <https://bit.ly/3nxs3qp>
6. 9ª Reunião Extraordinária do CNDH é cancelada. Leia mais: <https://bit.ly/3nAY8hl>
7. Resolução inédita com diretrizes de direitos humanos de pessoas em situação de rua é aprovada por unanimidade. Leia mais: <https://bit.ly/3k1AmJ1>
8. Contra tortura, CNDH recomenda regulamentação de armamento menos letal no sistema penitenciário. Leia mais: <https://bit.ly/3j9J5HQ>
9. CIMI apresenta ao CNDH relatório sobre violência a povos indígenas no Brasil. Leia mais: <https://bit.ly/37cHUVR>

10. CNDH aprova resolução pela independência e autonomia do colegiado. Leia mais: <https://bit.ly/3jht6aB>
11. CNDH recomenda ao governo que reforce implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira. Leia mais: <https://bit.ly/3oa9KrW>
12. CNDH recomenda revogação de decreto que ameaça educação inclusiva. Leia mais: <https://bit.ly/3ogtqKq>
13. CNDH recomenda ao Congresso que rejeite vetos à lei sobre medidas emergenciais para agricultura familiar durante pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/35sx0so>
14. STF julga processo que fixa parâmetros para demarcação de terra indígena no Brasil; CNDH participa como "amicus curiae". Leia mais: <https://bit.ly/3ohlI2V>
15. CNDH aprova Agenda de Direitos Humanos para eleições municipais. Leia mais: <https://bit.ly/3owEseW>
16. Resolução do CNDH recomenda ao Estado brasileiro que tome providências contra incêndios florestais. Leia mais: <https://bit.ly/2Jc47cx>
17. CNDH e CNS publicam Nota Conjunta em Defesa da Liberdade de Expressão e Opinião e da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Leia mais: <https://bit.ly/2TCVkt8>
18. Biênio 2020-2022: CNDH lança edital com retificação de datas para resultado das inscrições, prazo para recursos e resultado final. Leia mais: <https://bit.ly/3oGwcJ8>

Novembro/2020

Foi realizada a 12ª Reunião Extraordinária nos dias 12 e 13 de novembro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2020 (QUINTA-FEIRA)

9h: Abertura do 1º dia de Reunião Extraordinária - presidente Renan Sotto Mayor

9h05: Informes - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Apresentação da Nota em homenagem à memória de Zumbi dos Palmares - conselheira Iêda Leal

9h25: Informe da Comissão Eleitoral sobre o processo de eleição das organizações da sociedade civil e movimentos sociais de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o CNDH no Biênio 2020-2022 - conselheira Luisa de Marillac, conselheiros Everaldo Patriota e Herbert Barros

9h45: Informes da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos - vice-presidente Leonardo Pinho

1. Aprovação da Nota em Homenagem a Antônio Cançado Trindade e a Sheila de Carvalho;
2. Processo de reconhecimento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos - relator Paulo Lugon Arantes e vice-presidente Leonardo Pinho;

3. Relatório Revisão Periódica Universal - RPU no contexto da pandemia - vice-presidente Leonardo Pinho. Apresentado pela Fernanda Lapa (IDDH), Antônio Neto (Justiça Global) e Tchenna Maso (MAB)

10h30: Aprovação da Resolução sobre a realização de audiências no CNDH - consultor Marcelo Andrade de Azambuja

10h45: Alteração da utilização da inversão financeira (PRODOC) - presidente Renan Sotto Mayor

11h: Acompanhamento pelo CNDH da Recomendação para o Brasil aderir à Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa com Deficiência - presidente Renan Sotto Mayor
11h15: Relato da 26ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão - conselheira Cristina Castro

1. Deliberação sobre o Grupo de Trabalho de Comunicação

11h25: Deliberações e encaminhamentos Reunião da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais - conselheira Sandra Carvalho

11h35: Encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada - conselheira Luisa de Marillac

11h50: Deliberações e encaminhamentos da Reunião da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - conselheiro Ismael José César

12h: Deliberações e encaminhamentos da Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental - conselheiro Rogério Giannini

12h20: Deliberações e encaminhamentos da Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social - vice-presidente Leonardo Pinho

12h40: Apreciação da Resolução CNDH - conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin

13h: Conclusão do 1º dia da 12ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

13 DE NOVEMBRO DE 2020 (SEXTA-FEIRA)

9h: Encaminhamento e distribuição de denúncias e representações recebidas pelo CNDH e analisadas pela Mesa Diretora – Resolução nº 04, de 03 de setembro de 2015 - presidente Renan Sotto Mayor (sigiloso)

9h15: Abertura do 2º dia da 12ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira

9h30: Apresentação do Relatório de atividade Igualdade Racial no Judiciário do Grupo de Trabalho - Políticas Judiciárias sobre a Igualdade Racial no âmbito do Poder Judiciário - conselheira Flávia Pessoa e juíza Adriana Cruz

9h45: Deliberações e encaminhamentos da 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua - conselheiro Markinhos

10h: Encaminhamentos da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e

Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo - Iêda Leal, Eneida Guimarães, Paulo Mariante

10h15: Relato e encaminhamento da 26ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - conselheiro Leandro Scalabrin

1. Recomendação para a ampla difusão, conhecimento e aplicação da Resolução nº. 287 do Conselho Nacional de Justiça – conselheiro Marcelo Chálreo;

2. Nota do CNDH sobre os cinco anos do rompimento da barragem de Fundão - conselheiro Leandro Scalabrin;

3. Recomendação às empresas Norte Energia e à Worley Parsons sobre o Projeto de Reassentamento Ribeirinho da UHE Belo Monte no Estado do Pará - conselheiro Rogério Giannini;

4. Denúncia apresentada pelo conselheiro Marcelo Chálreo - Informa a grave situação vivida pela Comunidade Indígena Guarani do Rio Pequeno, localizada na cidade de Paraty, sul do estado do Rio de Janeiro, que enfrenta conflitos decorrentes da paralisação no processo administrativo de demarcação do território tradicional. Designação de conselheira/o para realizar audiência pública e definição de ações - conselheiro Marcelo Chálreo, e

5. Criação de GT para apuração de denúncias sobre o caso da Bacia do Rio Doce.

10h30: Lançamento da publicação PNDH-3 - vice-presidente Leonardo Penafiel com Paulo Carbonari e Eneias da Rosa

10h45: Apresentação da Resolução Isolados - presidente Renan Sotto Mayor - informe

11h15: Aprovação de documentação - ad referendum

1. Aprovação da Nota Mariana Ferrer

11h30: Apresentação do Relatório sobre violações de direitos humanos, princípios e garantias constitucionais no curso da Operação Lava Jato e da ação penal que resultou na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva – conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin;

12h: Resoluções e Documentação do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

13h: Conclusão do 2º dia da 12ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

Documentos Aprovados

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020, Dispõe sobre a realização de audiências no âmbito no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/3nuGryZ>

Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 16, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020, Recomenda a retomada da execução da Política Nacional de Reforma Agrária, dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e dos processos de regularização fundiária de áreas públicas federais.
<https://bit.ly/3pMkf5p>

Notas Públicas

Nota em Homenagem a Sheila de Carvalho - <https://bit.ly/38H0Pc2>

Nota Pública em Homenagem a Antônio Cançado Trindade - <https://bit.ly/3krixCr>

Nota Pública em Homenagem a Zumbi dos Palmares - <https://bit.ly/3kvaC7a>

Nota sobre os 5 anos do rompimento da barragem do fundão e seus impactos na bacia do Rio Doce - <https://bit.ly/3fehLI7>

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos

03/11/2020 - Oitiva da Articulação dos Povos Indígenas - APIB e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

03/11/2020 - 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

03/11/2020 - Webinar: Desigualdad y derechos humanos frente a la pandemia - balance del impacto del SIDH

Local: Plataforma virtual

04/11/2020 - 13ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

04/11/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

04/11/2020 - Oitiva do CNDH e Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul - CEDH/RS - Situação de adoecimentos e óbitos por covid-19 no HP São Pedro e Hospital Colônia Itapuã

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

05/11/2020 - Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do CNDH com o Departamento Penitenciário Nacional - Depen

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

06/11/2020 - 26ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

06/11/2020 - 26ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

09/11/20 - Presidente do CNDH participa de Mesa sobre consolidação de direitos da pessoa em situação de rua - Praxis Itinerante IEL

09/11/2020 - V Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental, a live Supervisão clínico-institucional: produzindo saberes no cuidado em liberdade.

Local: Plataforma virtual

10/11/2020 - Vice-presidente do CNDH Leonardo Pinho do CNDH palestrou no Ciclo de Debates de Políticas de Drogas online - NIED 2020

10/11/2020 - 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

10/11/2020 - 2ª Oitiva junto a representantes indígenas para a construção de resolução do CNDH sobre princípios, diretrizes e recomendações para a garantia de direitos dos povos indígenas isolados

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

10/11/2020 - Ciclo de Debates de Políticas de Drogas do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Drogas

Local: Plataforma virtual

11/11/2020 - Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP do CNDH com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

11/11/2020 - Mesa de Diálogo para a construção de resolução do CNDH sobre princípios, diretrizes e recomendações para a garantia de direitos dos povos indígenas isolados

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

12/11/2020 - VII Seminário Internacional de Direitos Humanos e Empresas

Local: De forma online e com tradução simultânea para inglês, espanhol e português

12 e 13/11/2020 - 12ª Reunião Extraordinária do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

12/11/2020 - Audiência do CNDH com a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

12/11/2020- 2ª Roda de Conversa sobre o caso da defensora de direitos humanos Maristela Cizeski, vítima de uma ação de criminalização do Estado brasileiro

Local: Plataforma virtual

13/11/2020 - Reunião "Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura da Região Sul" com representantes do CNPCT, CGCT e dos Comitês Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura da Região Sul

Local: Plataforma virtual

16/11/2020 - Live sobre Resolução CNDH nº 40/2020 Conjuntura / Contexto e histórico de construção da Resolução CNDH nº 40/2020 (como ausência do Censo e Pandemia); e Capítulo I - Diretrizes Gerais da Resolução do CNDH nº 40/2020

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

18/11/2020 - 9º Foro Anual de la ONU sobre Empresas y Derechos Humanos: Dialogo y tendencias regionales en America Latina y el Caribe

Local: Plataforma virtual

19 e 20/11/2020 - Encontro Nacional para a Eleição de organizações da sociedade civil e movimentos sociais habilitados para compor o CNDH, na forma do § 2º do art. 3º da Lei nº 12.986, de 2014

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

24/11/2020 - Reunião do CNDH com o Grupo de Supermercados Carrefour do Brasil, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos ocorridos na noite de 19 de novembro de 2020

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

24/11/2020 - 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

25/11/2020 - 7ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

26/11/2020 - XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda

Local: Plataforma virtual

26/11/2020 - Webinar União Europeia - Brasil de Direitos Humanos com a Sociedade Civil

Local: Plataforma virtual

26/11/2020 - Cerimônia de lançamento do estudo “Bases para uma Estratégia de Longo Prazo do Brasil para a China”, elaborado pela diplomata e economista Tatiana Rosito por solicitação do Conselho Empresarial Brasil-China

Local: Plataforma virtual

26/11/2020 - Ato Público Virtual em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial

Local: Plataforma Facebook

26 a 29/11/2020 - Missão Emergencial aos Indígenas Guarany na Aldeia Rio Pequeno em Paraty- RJ

Local: Paraty-RJ

27/11/2020 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

27/11/2020 - Reunião do CNDH com Relator Especial sobre Derechos de los Pueblos Indígenas de las Naciones Unidas, para presentar casos sobre derechos de los Pueblos Indígenas
Local: Plataforma virtual

Principais Notícias

1. Nota pública: CNDH pede apuração de atuação de magistrado em audiência criminal sobre crime de estupro. Leia aqui a Nota na íntegra: <https://bit.ly/3jTUFHq>
2. Biênio 2020-2022: CNDH divulga organizações da sociedade civil e movimentos sociais habilitados para participar de eleição. Leia mais: <https://bit.ly/3oTJthL>
3. Rompimento de barragem em Mariana-MG completa 5 anos; CNDH reconheceu crimes como violações de direitos humanos de excepcional gravidade. Leia mais: <https://bit.ly/364xa9K>
4. CNDH aprova resolução que normatizam audiências. Leia mais: <https://bit.ly/2Uxamu3>
5. O webnário Resolução CNDH nº 40/2020 - Diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua acontece nesta segunda (16/11) das 11h30 às 13h30, no Facebook do CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/32HdY1>
6. Relatório faz balanço sobre dez anos do PNDH-3. Leia mais: <https://bit.ly/2Ir2B6B>
7. CNDH abre Consulta Pública de resolução sobre direitos humanos de povos indígenas isolados. Leia mais: <https://bit.ly/2K7Bq0X>
8. Sheila de Carvalho e Antônio Cançado Trindade são homenageados pelo CNDH. Leia mais: <https://bit.ly/3lulR11>
9. Nota do CNDH relembra cinco anos do rompimento da barragem de Fundão. Leia mais: <https://bit.ly/2II7CqX>
10. CNDH realiza 12ª Reunião Extraordinária em homenagem a Zumbi de Palmares. Leia mais: <https://bit.ly/3pqu5tp>
11. CNDH divulga resultado da habilitação de entidades após análise de recursos. Leia mais: <https://bit.ly/32Dc7KA>
12. CNDH envia Agenda de Direitos Humanos para Eleições Municipais a todos os partidos TSE e ao Congresso. Leia mais: <https://bit.ly/36rqVNq>
13. ACOMPANHE AO VIVO a 12ª Reunião Extraordinária do CNDH em Homenagem a Zumbi dos Palmares
14. CNDH e outras instituições de defesa de direitos humanos pedem deslocamento de competência para Justiça Federal de caso de mortes de indígenas chiquitanos. Leia mais: <https://bit.ly/2UjybFG>
15. Vice-presidente do CNDH participa de Ciclo de Debates de Políticas de Drogas em 10.nov às 19h
16. Presidente do CNDH participa de Mesa sobre consolidação de direitos da pessoa em situação de rua

17. Rompimento de barragem em Mariana-MG completa 5 anos; CNDH reconheceu crimes como violações de direitos humanos de excepcional gravidade. Leia mais: <https://bit.ly/364xa9K>
18. Biênio 2020-2022: CNDH divulga organizações da sociedade civil e movimentos sociais habilitados para participar de eleição. Leia mais: <https://bit.ly/3oTJthL>
19. Nota pública: CNDH pede apuração de atuação de magistrado em audiência criminal sobre crime de estupro. Leia aqui a Nota na íntegra: <https://bit.ly/3jTUFHq>
20. Sociedade civil apresenta relatório sobre Revisão Periódica Universal no contexto da pandemia. Leia mais: <https://bit.ly/2K7PAPF>
21. CNDH realiza missão a SP sobre direitos da população em situação de rua e convoca sociedade civil para reunião. Reunião será no dia 1º de dezembro, das 14h30 às 18h, pelo link <https://bit.ly/3o49dqA>.
22. Termina amanhã a Consulta Pública do CNDH sobre a resolução de direitos humanos de povos indígenas isolados. Prazo: de 13 a 28 de novembro de 2020. Envie propostas em: <https://bit.ly/3kxSkIH> Acesse a resolução em: <https://bit.ly/32COZvG>.
23. CNDH participa de webinar União Europeia – Brasil de Direitos Humanos. Leia mais: <https://bit.ly/366p7uo>
24. CNDH participa de reunião com Ministério Público do Trabalho sobre igualdade da população negra. Mais informações em: <https://bit.ly/36aGNoO>
25. Após espancamento e morte de João Alberto Freitas, CNDH tem audiência com representantes do Carrefour. Leia mais: <https://bit.ly/311KW2t>

Dezembro/2020

(Dados parciais)

Foi realizada a 13ª Reunião Extraordinária no dia 4 de dezembro de de 2020, em plataforma virtual.

Pauta da Reunião Plenária

DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2020 (SEXTA-FEIRA)

9h: Abertura da 13ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

9h05: Informes - presidente Renan Sotto Mayor

9h10: Apresentação da Resolução sobre a situação dos indígenas isolados - presidente Renan Sotto Mayor

10h30: Apresentação do Relatório sobre violações de direitos humanos, princípios e garantias constitucionais no curso da Operação Lava Jato e da ação penal que resultou na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva – conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin e consultora ad hoc Rafaela

Cacernote;

11h: Recomendação para a ampla difusão, conhecimento e aplicação da Resolução nº. 287 do Conselho Nacional de Justiça – conselheiro Marcelo Chaleiro;

12h: Recomendação às empresas Norte Energia e à Worley Parsons sobre o Projeto de Reassentamento Ribeirinho da UHE Belo Monte no Estado do Pará - conselheiro Rogério Giannini;

13h Conclusão da 13ª Reunião Extraordinária do CNDH - presidente Renan Sotto Mayor

Para o mês de dezembro de 2020, também está prevista a realização da 14ª Reunião Extraordinária, nos dias 10 e 11, para a posse de novas/os membras/os do Biênio 2020-2022, entre outros pontos.

Documentos Aprovados

Reuniões Institucionais / Eventos Públicos realizados e previstos

01/12/2020 - As Nações Unidas no Brasil, por meio do Escritório para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH, convida o CNDH para Reunião virtual sobre o impacto do perfilamento racial no acesso à Justiça no Brasil

Local: Plataforma virtual

02/12/2020 - Reunião do CNDH com Agência Brasileira de Cooperação - ABC

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

04/12/2020 - 13ª Reunião Extraordinária do CNDH, específica para discussão dos Indígenas Isolados e Apresentação do Relatório Lava Jato

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

10 e 11/12/2020 - 14ª Reunião Extraordinária do CNDH

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

15/12/2020 - 8ª Reunião do Grupo Referência do Pacto dos Conselhos de Direitos Humanos

Local: Plataforma virtual Microsoft Teams

*

3. BALANÇO DE ATUAÇÃO NO BIÊNIO 2018-2020

O Biênio 2018-2020 do CNDH foi marcado por uma intensa atuação do colegiado, como demonstram os dados apresentados por este relatório. O aumento expressivo do número de ofícios encaminhados pela Secretaria-Executiva e também de notícias veiculadas pela assessoria de comunicação do conselho é indicativo do incremento de ações, acompanhadas da visibilidade nacional e reconhecimento no período, consolidando o CNDH como órgão nacional de proteção de direitos humanos.

Nesse sentido, destaca-se a admissão do conselho pelo Supremo Tribunal Federal - STF como *amicus curiae* (amigo da corte) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, que debate as violações de direitos fundamentais decorrentes da política de segurança pública implementada no estado do Rio de Janeiro e na ação de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.017.365, que trata da reivindicação de território tradicional do povo Xokleng, em Santa Catarina. Além disso, o conselho ingressou com mais três pedidos de 'amigo da corte' nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5.658, 5.680 e 5.715, as quais têm como objeto a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 95/2016. Com vistas a aperfeiçoar essa frente de atuação, o colegiado criou inclusive a Comissão de Litigância Estratégica no mês de setembro de 2020.

O reconhecimento do colegiado foi evidenciado ainda na indicação do CNDH, pelo STF, para participar da elaboração de um plano de contingência do governo federal para enfrentamento da covid-19 em povos indígenas, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 709. Ainda sobre a temática, o conselho ingressou, pela primeira vez na sua história, com um pedido de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, órgão da Organização dos Estados Americanos - OEA. A decisão ocorreu em face do risco iminente de graves violações de direitos humanos que resultam de situação grave e urgente que pode resultar em danos irreparáveis às populações dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana do Brasil. A petição do conselho ocorreu em parceria e por solicitação da Hutukara Associação Yanomami, organização sem fins lucrativos com objetivo de defender direitos de povos que habitam a Terra Indígena - TI Yanomami.

Com objetivo de estruturar-se para a consolidação plena da autonomia institucional e política do CNDH, seguindo os Princípios de Paris, o conselho aprovou resolução em que prevê um conjunto de medidas necessárias para efetivar a qualificação do conselho como Instituição Nacional de Direitos Humanos - INDH. A publicação da Resolução nº 22, em 15 de junho de 2020, aborda os tópicos mais centrais, criando um passo-a-passo a ser percorrido. Foi realizada ainda uma aproximação com as INDHs do Chile e Uruguai, para aprendizado de experiências. Com base nessas experiências, decidiu-se fazer uma consulta junto às entidades de INDH, para que fosse feita uma avaliação prévia ao pedido de credenciamento oficial.

As ações interconselhos foram outro importante destaque na atuação do CNDH, aprimorando relações com conselhos estaduais, municipais e também com os demais conselhos federais de direitos humanos afetados por normativos. A busca pelo fortalecimento e interação com os conselhos resultou na criação da Comissão Especial sobre Participação Social, em junho de 2019.

A comissão realizou incidência internacional, com apresentação, em setembro de 2019, de relatório sobre as ameaças à participação social no Brasil em encontro com membros da CIDH/OEA, em Washington (EUA). Em maio de 2020, a comissão elaborou documentos centrados nos impactos da covid-19 nos colegiados nacionais, além de um comunicado sobre participação social no contexto de pandemia apresentado para CIDH/OEA, Comitê de Direitos Humanos da ONU e Comissões de Direitos Humanos do Congresso Nacional.

Os profusos avanços obtidos pelo CNDH no biênio ocorreram a despeito da pandemia de covid-19, que assolou o Brasil durante praticamente todo o ano de 2020. Tendo realizado apenas duas reuniões ordinárias no ano (em fevereiro e março), o CNDH elaborou e aprovou a Resolução nº 12, de 23 de março de 2020, no mesmo mês em que foram iniciadas as medidas de isolamento social no país. O normativo regulamenta o estabelecimento de reuniões remotas do Plenário do CNDH, em caráter excepcional. Assim, foi possível o debate entre conselheiras e conselheiros em 16 encontros, dos quais dois foram presenciais e 14 virtuais, superando as 11 Plenárias previstas para o ano. Do mesmo modo, as reuniões de cada uma das comissões, que ocorriam bimestralmente, passaram a ocorrer em uma frequência maior, saltando de 51 em 2019 para 86 em 2020.

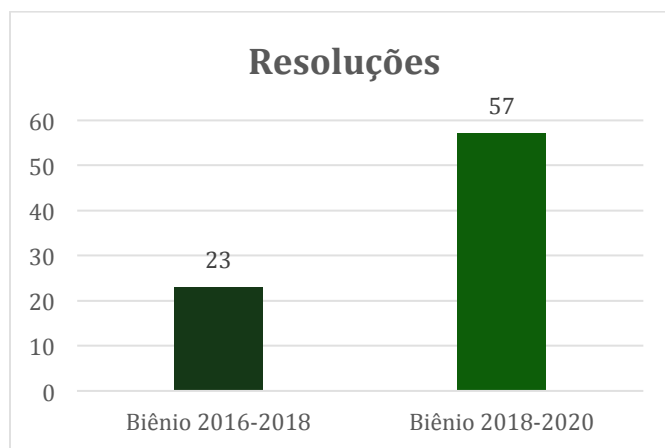
A expansão da atuação em 2020 exigiu um enorme engajamento de conselheiras/os para apreensão das novas tecnologias e também de disponibilização de tempo em um momento conturbado socialmente. O mesmo ocorreu com a equipe da Secretaria-Executiva, que exerceu suas atividades em teletrabalho e também com a equipe reduzida na maior parte do ano, ao passo que precisava organizar, secretariar, produzir documentos e noticiar as diversas reuniões.

Em que pese a capacidade de adaptação e engajamento para acompanhar o volume de trabalho e de demandas relacionadas às violações de direitos humanos – agravadas durante a pandemia –, é imperativo ressaltar as lacunas deixadas por encontros realizados remotamente. A exigência de acesso à internet de alta qualidade e mesmo do domínio de ferramentas como GoogleMeet, Microsoft Teams e Zoom mostrou-se mais uma barreira de acesso em um país extremamente desigual, prejudicando a participação de públicos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e população em situação de rua.

O consolidado de dados do próprio biênio aponta, em resumo, um incremento dos principais indicadores de atuação do conselho² de 2020 em relação ao anterior (2019), como a geração de documentos (7.366 em 2019 e 7.776 em 2020); denúncias recebidas e apreciadas pelo Plenário (166 em 2019 e 147 em 2020); resoluções (14 em 2019 e 43 em 2020); recomendações (27 em 2019 e 16 em 2020); notas públicas (39 em 2019 e 29 em 2020) e notícias (259 em 2019 e 247 em 2020). A exceção restringiu-se ao número de missões, devido às restrições decorrentes da pandemia de covid-19 (17 em 2019; seis em 2020).

O fortalecimento e a expansão da atuação do CNDH ao longo dos últimos anos podem ser verificados por meio da crescente atividade diante de sua competência e missão institucional previstas legalmente. Apresentam-se, a seguir, alguns dados comparativos entre os Biênios 2016-2018 e 2018-2020³, que demonstram a ampliação das ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação de direitos do CNDH.

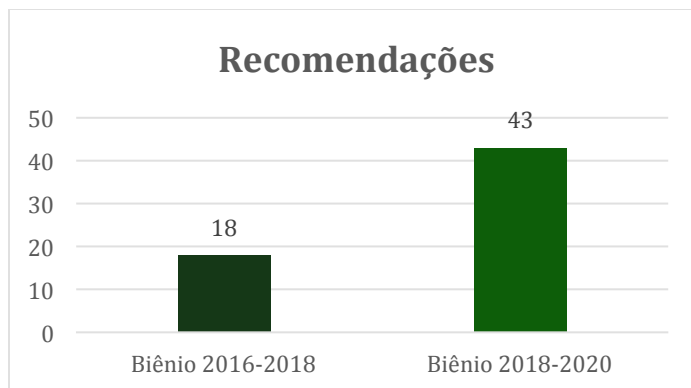
Houve um aumento expressivo de 147% no número de resoluções aprovadas pelo CNDH comparando o Biênio 2016-2018, com 23 resoluções, e o Biênio 2018-2020, com 57 resoluções. Trata-se de instrumentos normativos com teor deliberado por maioria absoluta do Plenário, com objetivo de disciplinar matéria de competência do colegiado.



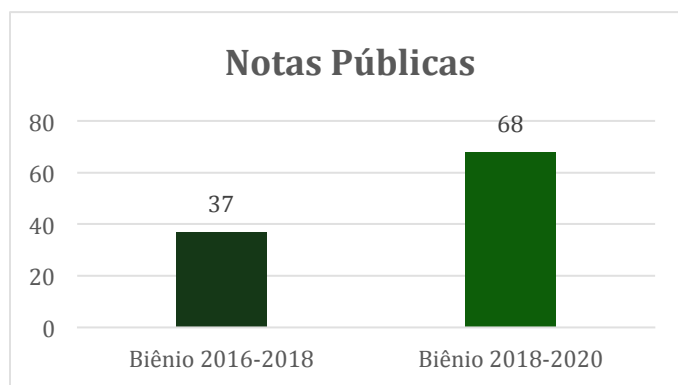
Expressivo também foi o aumento de 138% – comparando os Biênios 2016-2018 (18) e 2018-2020 (43) – das recomendações expedidas a entidades públicas e privadas, fixado prazo para seu atendimento, com objetivo de persuadir a instância destinatária a praticar ou deixar de praticar determinados atos, atuando para a prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

² Dados de 2020 referem-se ao consolidado até o mês de novembro.

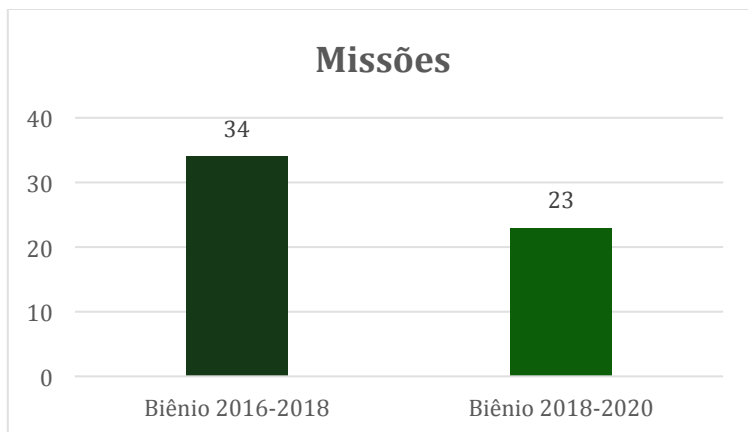
³ Os dados do Biênio 2018-2020 referem-se ao período de janeiro de 2019 a novembro de 2020.



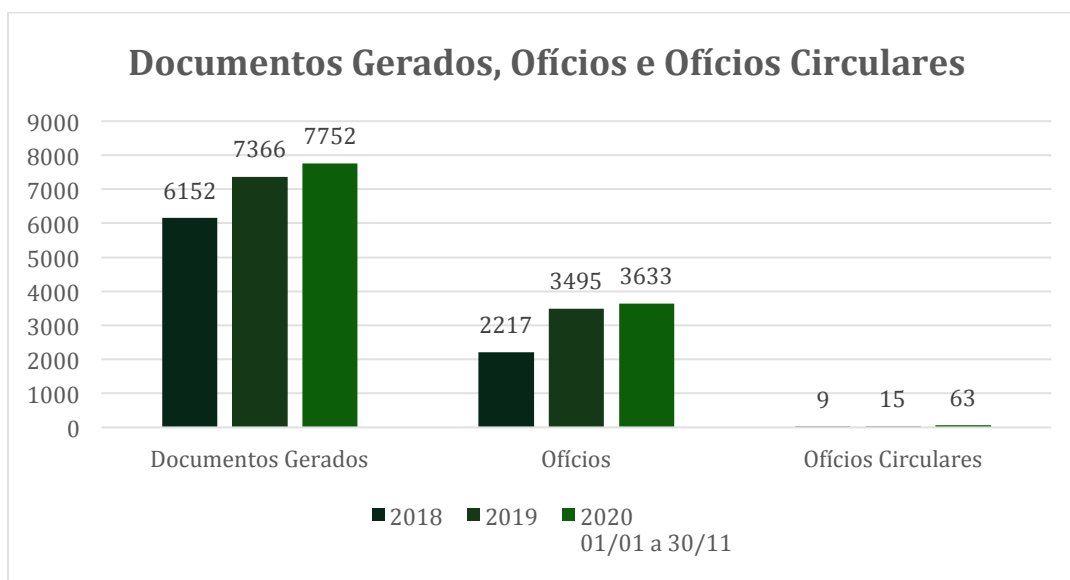
O número de notas públicas, por meio das quais o CNDH manifesta publicamente um posicionamento sobre determinada temática de direitos humanos, cresceu 84% no comparativo dos Biênios 2016-2018 (37) e 2018-2020 (68).



Com objetivo de acompanhar *in loco* as situações de condutas de violações de direitos humanos, o CNDH realiza missões a estados e municípios. Considerando o contexto atípico de 2020 devido à pandemia de covid-19, houve uma redução de 32% na quantidade de missões realizada comparando os Biênios 2016-2018 (34) e 2018-2020 (23). Ressalta-se que as/os integrantes das seis missões do conselho realizadas durante o contexto de pandemia – Manaus/AM; Nova Olinda do Norte/AM, Seringueiras/RO, Porto Alegre/RS, Paraty/RJ e São Paulo/SP – adotaram todas as orientações preconizadas por órgãos oficiais de saúde.



O Sistema Eletrônico de Informação - SEI passou a ser utilizado pelo CNDH em outubro de 2017, possibilitando agilidade, segurança e transparência para as documentações tramitadas no conselho. Nesse sentido, houve um aumento progressivo na geração de documentos, expedição de ofícios e de ofícios circulares, demonstrado no gráfico a seguir:



Por fim, apresenta-se quadro com os dados sobre o número de missões, relatórios, documentos gerados no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, resoluções, recomendações e notas públicas nos dois últimos biênios:

	2017	2018	Biênio 2016-2018	2019	2020 01/01 a 30/11	Biênio 2018-2020
Missões	20	14	34	16	7	23
Relatórios de Missões	7	3	10	6	4	10
Outros Relatórios	1	1	2	3	2	5

Documentos Gerados/Relatórios	495 out a dez 2017	6152	6647		7366	7752	15118
Ofícios	282 out a dez 2017	2217	2499		3495	3633	7128
Ofícios Circulares	01 out a dez 2017	9	10		15	63	78
Resoluções	8	15	23		14	43	57
Recomendações	10	8	18		27	16	43
Notas públicas	21	16	37		39	29	68

a) Reuniões da Mesa Diretora

Foram realizadas 11 reuniões da Mesa Diretora em 2019 e 11 em 2020, com previsão de um encontro de transição dem dezembro de 2020.

1ª Reunião da Mesa Diretora – 24 de janeiro de 2019

2ª Reunião da Mesa Diretora – 7 de março de 2019

3ª Reunião da Mesa Diretora – 2 de abril de 2019

4ª Reunião da Mesa Diretora – 23 de abril de 2019

5ª Reunião da Mesa Diretora – 21 de maio de 2019

6ª Reunião da Mesa Diretora – 2 de julho de 2019

7ª Reunião da Mesa Diretora – 23 de julho de 2019

8ª Reunião da Mesa Diretora – 27 de agosto de 2019

9ª Reunião da Mesa Diretora – 24 de setembro de 2019

10ª Reunião da Mesa Diretora – 22 de outubro de 2019

11ª Reunião da Mesa Diretora – 27 de novembro de 2019

12ª Reunião da Mesa Diretora – 30 de janeiro de 2020

13ª Reunião da Mesa Diretora – 3 de março de 2020

14ª Reunião da Mesa Diretora – 20 de abril de 2020

15ª Reunião da Mesa Diretora – 22 de maio de 2020

16ª Reunião da Mesa Diretora – 26 de junho de 2020

17ª Reunião da Mesa Diretora – 30 de junho de 2020

18ª Reunião da Mesa Diretora – 21 de julho de 2020

19ª Reunião da Mesa Diretora – 28 de agosto de 2020

20ª Reunião da Mesa Diretora – 25 de setembro de 2020

21ª Reunião da Mesa Diretora – 4 de novembro de 2020

22ª Reunião da Mesa Diretora – 27 de novembro de 2020

23ª Reunião de Transição da Mesa Diretora – 17 de dezembro de 2020 (prevista)

b) Reuniões Plenárias Ordinárias

Foram realizadas 11 Reuniões Plenárias Ordinárias do CNDH em 2019 e duas em 2020, ocorridas presencialmente:

- 44ª Reunião Plenária do CNDH – 6 e 7 de fevereiro de 2019
- 45ª Reunião Plenária do CNDH – 13 e 14 de março de 2019
- 46ª Reunião Plenária do CNDH – 10 e 11 de abril de 2019
- 47ª Reunião Plenária do CNDH – 8 e 9 de maio de 2019
- 48ª Reunião Plenária do CNDH – 12 e 13 de junho de 2019
- 49ª Reunião Plenária do CNDH – 10 e 11 de julho de 2019
- 50ª Reunião Plenária do CNDH – 14 e 15 de agosto de 2019
- 51ª Reunião Plenária do CNDH – 11 e 12 de setembro de 2019
- 52ª Reunião Plenária do CNDH – 9 e 10 de outubro de 2019
- 53ª Reunião Plenária do CNDH – 13 e 14 de novembro de 2019
- 54ª Reunião Plenária do CNDH – 10 e 11 de dezembro de 2019
- 55ª Reunião Plenária do CNDH – 12 e 13 de fevereiro de 2020
- 56ª Reunião Plenária do CNDH – 12 e 13 de março de 2020

c) Reuniões Plenárias Extraordinárias

Durante o período de pandemia, foram realizadas 14 Reuniões Plenárias Extraordinárias, ocorridas remotamente:

- 1ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 15 e 16 de abril de 2020
- 2ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 5 e 6 de maio de 2020
- 3ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 15 e 16 de junho de 2020
- 4ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 9 e 10 de julho de 2020
- 5ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 7 de agosto de 2020
- 6ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 13 e 14 de agosto de 2020
- 7ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 17 e 18 de setembro de 2020
- 8ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 29 de setembro de 2020
- 9ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 13 de outubro de 2020
- 10ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 16 e 19 de outubro de 2020
- 11ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 27 de outubro de 2020
- 12ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 12 e 13 de novembro de 2020
- 13ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 4 de dezembro de 2020
- 14ª Reunião Extraordinária (covid-19) – 10 e 11 de dezembro de 2020

d) Reuniões das Comissões

Para desenvolver suas atribuições, o CNDH organiza-se em comissões que realizam estudos, análises e missões em pontos específicos do território nacional para orientar políticas de promoção, respeito e garantia de direitos, assim como para verificação de situações de violações de direitos humanos.

No Biênio 2018-2020, destaca-se a criação de duas comissões no âmbito do CNDH: a Comissão Especial sobre Participação Social e a Comissão de Litigância Estratégica, esta por meio da Resolução nº 36 de 18 de setembro de 2020; e dos seguintes Grupos de Trabalho: i) GT sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, Resolução nº 03, de 13 de março de 2019; ii) GT Direitos Humanos e Empresas, Resolução nº 04, de 13 de março de 2019; GT sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - Resolução nº 33, de 17 de setembro de 2020.

Ao longo do biênio, foram realizadas 137 reuniões de comissões, subcomissões e grupos de trabalhos do CNDH, sendo 51 em 2019 e 86 em 2020 – um aumento de cerca de 70%. Esse aumento no número de reuniões pode ser contextualizado, entre outros fatores, diante do cenário de pandemia de covid-19. Historicamente, as comissões do CNDH reúnem-se presencialmente com a periodicidade bimestral, correndo as despesas decorrentes do funcionamento do conselho à conta de dotação própria no orçamento da União. Contudo, considerando as medidas sanitárias de prevenção do coronavírus, as reuniões passaram a acontecer por meio de plataforma virtual e agendadas com regularidades distintas de acordo com as demandas de cada comissão, subcomissão e/ou grupo de trabalho.

Entre abril e meados de setembro, a disponibilização de salas para reuniões virtuais das comissões foi custeada por trabalhadoras da Secretaria-Executiva do CNDH. Pondera-se ainda que a realização de reuniões exclusivamente no formato virtual durante esse período inviabilizou a participação de algumas/alguns integrantes de comissão, devido às condições de qualidade de conexão de internet, como foi o caso de lideranças indígenas e quilombolas. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de disponibilidade orçamentária para viabilização de reuniões presenciais no término da pandemia.

O aumento do quantitativo de reuniões realizadas pode ser interpretado como incremento progressivo das violações de direitos humanos ao redor do país e uma consequência da redução de outros espaços de participação social, após a publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Reuniões realizadas em 2019:

- 7 reuniões (4 ordinárias e 3 extraordinárias) da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua;

- 4 reuniões da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade;
- 4 reuniões da Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- 3 reunião da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais;
- 2 reuniões da Comissão Permanente Direito à Cidade;
- 4 reuniões da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada;
- 4 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários;
- 4 reuniões do GT sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos;
- 3 reuniões da Comissão Permanente Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social;
- 4 reuniões da Subcomissão sobre Política de Drogas e Saúde Mental;
- 4 reuniões do GT Direitos Humanos e Empresas;
- 2 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos;
- 4 reuniões da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo;
- 2 reuniões da Comissão Especial sobre Participação Social.

Reuniões realizadas em 2020:

- 19 reuniões (6 ordinárias e 13 extraordinárias) da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua;
- 4 reuniões da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade;
- 9 reuniões da Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- 4 reunião da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais;
- 3 reuniões da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada;
- 9 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários;
- 4 reuniões do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM;
- 2 reuniões da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Forçados;
- 2 reuniões do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos;
- 2 reuniões da Comissão Permanente Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social;

- 5 reuniões da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental;
 - 5 reuniões do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei - EAP;
 - 6 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos;
 - 5 reuniões da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo;
 - 2 Reuniões da Comissão Especial sobre Participação Social;
 - 7 Reuniões do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos.
- **Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua**

Criada pela Resolução nº 06, de 06 de outubro de 2015, a Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua tem o objetivo de receber, apurar e monitorar as denúncias de violações de direitos desse segmento social, além de propor recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas ao setor. No Biênio 2018-2020, a comissão foi composta por oito conselheiras/os do CNDH, representantes dos seguintes órgãos e entidades: a) Conselho Federal de Psicologia - CFP; b) Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União - CNPG; c) Defensoria Pública da União; d) Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP; e) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, que a coordenou; f) Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR; g) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF; h) Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG/MMFDH; e um/a representante de cada órgão e entidade indicado a seguir: a) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda; b) Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde; c) Fórum da População de Rua do Paraná; d) Grupo Ruas e Praças; e) Ministério da Cidadania; f) Ministério do Desenvolvimento Regional; g) Pastoral Nacional dos Povos de Rua; h) Rede Rio Criança; i) Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR/MMFDH, conforme Resolução nº 07, de 14 de agosto de 2019.

Em 2019, foram realizadas as 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões da comissão. Na 15ª Reunião, ocorrida no dia 22 de maio de 2019, foram discutidas as seguintes questões: a) análise de conjuntura nacional na perspectiva da população em situação de rua); b) desdobramentos do Seminário sobre Letalidade da População em Situação de Rua, evento realizado no segundo semestre de 2018; c) planejamento da Comissão Permanente para o Biênio 2018-2020. A comissão analisou o difícil cenário vivenciado pela população em situação de rua, diante do visível aumento dessa população em todo o país, por conta da desigualdade social e desemprego, bem como da cultura da violência que passou a ser pregada no país, por intermédio da facilitação do acesso a armas e

dos discursos de legitimação das violências, em especial da violência institucional das polícias. Houve também a constatação de que a população que vive em situação de rua aumentou e o número de serviços para atendimento a essa população diminuiu. Além disso, o IBGE não inseriu a população no Censo 2020, e os boletins de ocorrência e hospitalares também não incluem essa especificação. Sendo assim, não é possível ter dados sobre essa população.

A partir da recuperação do relatório do Seminário Sobre Letalidade da População em Situação de Rua e da Recomendação trabalhada na última reunião da Comissão realizada em 2018, destacam-se como principais resultados da 15ª Reunião as seguintes propostas: a) redação para apresentação ao Plenário de uma Recomendação sobre letalidade da população em situação de rua; b) redação de uma Nota Pública do CNDH sobre o impacto na população em situação de rua das novas diretrizes políticas de saúde mental e segurança pública; c) redação para apresentação ao Plenário de uma Resolução para enfrentamento da violência letal sobre a população em situação de rua e acesso à justiça; d) sugestão de criação de um Fundo que seja voltado para população em situação de rua; e) realização de um Seminário sobre a população de rua e a violência institucional. Além disso, a 15ª Reunião também deliberou pelo envio de ofício do CNDH para o presidente do IBGE solicitando a inclusão da população em situação de rua no Censo 2020, conforme sentença da Defensoria Pública da União - DPU, bem como pelo envio de ofícios aos governadores solicitando a adesão dos estados à Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Em junho foi publicada a Recomendação nº 09, de 12 de junho de 2019 sobre segurança e moradia da população em situação de rua.

Em agosto aconteceu a 16ª reunião, em que houve um relato de diversos casos de violação de direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba/PR. Nessa reunião, foi deliberada a realização de uma missão na cidade, além da proposição da participação do CNDH no II Seminário de Políticas Públicas da População em Situação de Rua da Tríplíce Fronteira, em Foz do Iguaçu, em outubro. Em relação ao PNDH-3, houve um debate sobre quais ações são mais estratégicas para realizar o monitoramento das ações. Ainda nessa reunião, foi produzida coletivamente uma Nota Pública de Repúdio ao Decreto Municipal do Rio de Janeiro nº 46.314/2019, que institui a internação como estratégia de atendimento às(aos) “dependentes de drogas” e à população em situação de rua.

Na 17ª reunião da comissão, foi discutido sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) e o acompanhamento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, considerada um avanço e mudança do paradigma assistencialista para políticas intersetoriais voltadas para a população em situação de rua. Além disso, houve debate sobre diversas violações de direitos humanos da população e sobre a importância de haver a

formulação de diretrizes nacionais e, portanto, a construção de uma proposta de resolução para apreciação no Plenário. A comissão sugeriu que ocorra uma reunião para debater o esboço do texto na reunião seguinte, em novembro, além da realização de um seminário para realizar uma escuta sobre os pontos da Resolução em março de 2020. Nessa reunião, houve a participação de Marlúcia Carmo, assessora do gabinete da deputada federal Erika Kokay, que relatou sobre o processo de mobilização para formação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, e da atual necessidade de formação de um estatuto, consolidação da direção colegiada da frente e uma agenda de trabalho. A assessora colocou o gabinete à disposição para escutar as demandas da comissão. Como último ponto de pauta, o conselheiro Leonildo fez um informe sobre a missão do CNDH em Curitiba/PR sobre violação de direitos humanos da população em situação de rua, que foi realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2019, após a reunião da comissão desse mesmo mês.

O relatório da missão do CNDH referente às violações dos direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba/PR, que ocorreu entre os dias 17 e 18 de outubro de 2019, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, foi aprovado por meio da Resolução nº 03, de 11 de março de 2020.

Os debates para construção de resolução sobre direitos humanos da população em situação de rua, iniciados na 17ª reunião da comissão, realizada em 18/10/2019, foram seguidos por 23 reuniões da comissão exclusivamente para elaborar e consolidar os capítulos e artigos que compuseram a minuta de resolução apresentado ao Plenário do CNDH - 7 reuniões ordinárias (17ª: 18/10/2019, 18ª: 11/11/2019, 19ª: 11/03/2020, 20ª: 08/06/2020, 21ª: 19/06/2020, 22ª: 08/07/2020 e 23ª: 14/09/2020) e 16 reuniões extraordinárias (12/12/2019, 17/12/2019, 18/12/2019, 08/01/2020, 28/01/2020, 10/02/2020, 15/07/2020, 21/07/2020, 30/07/2020, 05/08/202, 19/08/2020, 26/08/2020, 02/09/2020, duas reuniões em 04/09/2020 e 14/09/2020).

Dessas reuniões participaram pela sociedade civil: 1. Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP: Rosana Monteiro; 2. Campanha Criança Não é de Rua - Manoel Torquato; 3. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol Brasil - Leonardo Penafiel Pinho; 4. Conselho Federal de Psicologia - Alessandra Santos de Almeida e Rodrigo Accioli; 5. Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União - CNPG: Luisa de Marillac Xavier dos Passos (conselheira CNDH); 6. Fórum da População de Rua do Paraná: Eliane Silvério Betiati; 7. Fórum da Rua de Fortaleza: Fernanda Gonçalves de Souza; 8. Grupo Ruas e Praças: João Batista do Espírito Santo Júnior; 9. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR: Marco Antônio da Silva Souza - Markhinhus (conselheiro CNDH e coordenador da Comissão); 10. Movimento Nacional da População de Rua - MNPR: Leonildo José Monteiro Filho (conselheiro CNDH), Samuel Rodrigues e Vanilson Torres; 11. Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH: Robson Anselmo Santos; 12. Pastoral Nacional do Povo da Rua: Jessica Gabriella de Souza Isabel e Maria Cristina Bove Roletti; 13. Rede Rio Criança: Márcia Gatto.

Pelo Poder Público, participaram: 14. Defensoria Pública da União - Antônio de Maia e Pádua, Renan Sotto Mayor (Presidente CNDH) e Thales A. Treiger; 15. Ministério da Cidadania: Barbara Cesar Cavalcante (Analista Técnica de Políticas Sociais do Secretaria Nacional de Assistência Social); 16. Ministério da Economia: Rafael Lopes de Castro (Auditor-Fiscal do Trabalho, lotado na Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo) e Roberto Padilha Guimarães (Auditor-Fiscal do Trabalho, Coordenador Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, em exercício na Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil e Igualdade de Oportunidades); 17. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos: Carlos Alberto Ricardo Júnior e Francisco Nascimento (Coordenador-Geral e Coordenador da Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco, SNPG/MMFDH); Naiony Saludori e Nathalia (Seppir/MMFDH); 18. Ministério da Saúde: Diego Rovaris (Coordenador de Garantia da Equidade, substituto/MS).

Como colaboradoras com atuação em direitos da população em situação de rua, participaram: 19. Ana Luisa Coelho Moreira – psicóloga; 20. Marcia Caldas - psicóloga e pela Secretaria-Executiva do CNDH: Ana Cláudia Beserra Macedo. O texto proposto também foi analisado e revisado por meio de consultoria *ad hoc*, com colaboração acadêmica das/os seguintes doutores/as: Irene Rizzini, Tomás Melo e Maria Lúcia Lopes, conforme os Termos de Designação de Consultoria do CNDH nº 01/2019, nº 02/2020 e nº 03/2020, respectivamente.

Ademais, foi realizada Consulta Pública para coletar contribuições para a Resolução, inicialmente entre os dias 31/07/2020 e 31/08/2020, sendo prorrogada e finalizada no dia 07/09/2020. Houve colaboração advindas das cinco regiões brasileiras, por meio das seguintes unidades federativas: Acre, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Houve na Consulta, 119 propostas de alteração e 23 propostas de inclusão de novos artigos, todas devidamente analisadas pela Comissão.

Ao final do amplo processo de cerca de um ano de construção, na 9ª Reunião Extraordinária, o CNDH aprovou a Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Ademais do processo de construção da referida resolução, destacam-se algumas atuações do CNDH na defesa dos direitos da população em situação de rua a participação na mesa de diálogo sobre políticas públicas para garantia dos direitos da população em situação de rua durante e pós-pandemia de covid-19 e a incidência contra internação compulsória de pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

Na 24ª reunião, ocorrida em novembro, foram debatidas formas de fomentar a divulgação e publicização da Resolução nº40/2020 para a sociedade civil, governos estaduais e municipais, conselhos de direitos, entidades de classe, como psicologia e serviço social, sistema de justiça,

entre outros. Para tanto, definiu-se como estratégias a serem sugeridas para o próximo biênio: a realização de seminários virtuais (lives) com temáticas por capítulos da Resolução; tradução para inglês e espanhol do documento, em parceria OAB; elaboração de *cards* e textos para divulgação nas redes sociais; elaboração de cartilha com a linguagem mais popular, com o texto integral da resolução em anexo; realização de curso EAD; elaboração de Vídeos para divulgação da Resolução, e elaboração de Ebook – com introdução, versões português, inglês. No dia 16 de novembro de 2020, foi realizado o primeiro webnário sobre a Resolução nº 40/2020.

Por ser a última reunião neste biênio, a pauta da 24ª Reunião incluiu uma avaliação da participação da comissão e apontou os desafios para o Biênio 2020 -2022, entre eles: diálogo e maior incidência junto ao MMFDH para orçamento para Moradia Primeiro e Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua; monitoramento da efetividade da Resolução CNDH nº 40/2020; estabelecimento de um protocolo para o recebimento, apuração e monitoramento das denúncias de violação de direitos humanos da população em situação de rua, e; participação de representante do Parlamento na comissão.

A partir de denúncia recebida e conforme deliberação na 11ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada em 27 de outubro de 2020, está prevista a realização de uma missão a São Paulo, entre os dias 30 de novembro e 04 de dezembro, com objetivo de acompanhar e posterior adoção das medidas cabíveis diante da situação de violação de direitos humanos da população em situação de rua no município de São Paulo.

- **Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade**

Em 2019, foram realizadas a 13ª, 14ª, 15ª e 16ª reunião da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade. Em sua 13ª Reunião da Comissão Permanente Direitos da População em situação de privação de liberdade, ocorrida no dia 12 de março de 2019, foi anunciada a iniciativa do CNDH de realizar um seminário a para discutir os desafios da segurança pública no Brasil, previsto para o mês de junho. Na ocasião estiveram presentes a presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Ceará, Beatriz Xavier, o deputado estadual do Ceará Renato Roseno e a representante do Conselho Regional de Serviço Social do Ceará Márcia Lustosa. Os três expuseram a situação de violência generalizada dirigida à população em situação de privação de liberdade no Estado desde a chegada da nova administração da Secretaria de Administração Penitenciária no governo, o que ocasionou em diversos ataques fora dos presídios, trazendo insegurança e medo para a população, especialmente nos territórios mais pobres. Peritos do Mecanismo Nacional e Prevenção à Tortura relataram a missão realizada para os presídios do Ceará no início do mês, reportando vários casos de violações e ações ilegais cometidas pelos agentes nos presídios. Foi apresentado quadro das

respostas dos estados à Recomendação CNDH nº 6 de 7 de novembro de 2018 que dispõe sobre o posicionamento do CNDH contra a privatização de unidades prisionais. Até aquele momento cinco estados não haviam respondido ao CNDH. A respeito do pacote anticrime lançado pelo Ministro da Justiça, foram propostas três ações: (i) nota do CNDH se posicionando contrariamente ao Pacote de alteração na legislação (ii) Criação de Grupo de Trabalho para aprofundar a análise sobre o referido Pacote (iii) Seminário em junho para tratar sobre Segurança Pública.

A 14ª reunião da comissão foi realizada no dia 6 de maio de 2019, criando uma comissão com o objetivo específico de apresentar ao Plenário do CNDH um posicionamento a respeito do pacote anticrime que tramita no Congresso Nacional apresentado pelo Ministro da Justiça. Foi também instituída uma comissão para organizar o seminário do CNDH para tratar sobre segurança pública. Como encaminhamentos, foi deliberado por ofício ao Ministério da Justiça solicitando esclarecimentos a respeito da portaria nº 157, de 12 de fevereiro de 2019 e também ofício ao Ministério Público do Ceará a respeito das informações acertadas em reunião na missão ocorrida em abril e ainda não enviadas para o CNDH até a data da reunião.

Na 15ª reunião da comissão, ocorrida em 9 de julho de 2019, foram discutidos o Massacre de Manaus, onde foram mortos 55 custodiados em maio do corrente ano, bem como o Decreto nº 9.831/2019, que altera o funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Foi também discutida a formalização da adesão do CNDH ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à tortura. Na ocasião foi também discutido o documento produzido pela comissão sobre o pacote anticrime do Ministro da Justiça, sobre o Seminário de Segurança Pública do CNDH e deliberados encaminhamentos para cinco denúncias recebidas.

No dia 10 de setembro de 2019, foi realizada a 16ª Reunião da comissão. Na ocasião, o coordenador Everaldo Patriota fez o relato da reunião ocorrida com o diretor do Depen em agosto daquele ano. Como encaminhamento da reunião, foi proposto que o seminário sobre segurança pública fosse realizado no Rio de Janeiro, juntamente a reunião ordinária de novembro, devido à grave crise vivida pelo Estado com relação ao tema. Foi proposto também que o presidente do CNDH solicite uma reunião com presidente do CNJ para reforçar a importância da participação nas reuniões do CNDH, em especial nas reuniões da comissão, e também para conhecer as iniciativas que estão sendo feitas com relação ao prisional. Além disso, foi criada comissão para construção de recomendação do CNDH para prevenção de novos massacres em presídios. Houve também a proposta de que MPF, DPU, CNMP, CNJ e CNDH trabalhem num documento de protocolo com critérios para transferência de presos de penitenciárias estaduais para penitenciárias federais. Por fim, foi programada a realização de audiência pública envolvendo OAB, 7ª CC MPF, DPU, CNJ, CNDH, CNPCT, MNPCT para discutir portaria 157/19.

Em 2020, foram realizadas a 17^a, 18^a, 19^a e 20^a reunião da comissão. Na 17^a reunião, ocorrida em dez de março de 2020, foram discutidos: o planejamento dos trabalhos da Comissão em 2020, a crise no sistema penitenciário em Roraima, o protocolo de critérios para transferência de presos de penitenciárias estaduais para penitenciárias federais a ser elaborado em parceria por MPF, DPU, CNMP, CNJ e CNDH e a construção de recomendação do CNDH para prevenção de novos massacres em presídios. Além disso, foi feita a apresentação da nova plataforma do Infopen com dados do sistema prisional atualizados e também foi apresentado o ofício enviado pelo Ministro da Justiça em resposta a questionamentos feitos pelo CNDH a respeito do SUSP e PNSPDS. Como encaminhamentos da reunião, foi criada comissão para construção de recomendação do CNDH para prevenção de novos massacres em presídios e ficou como sugestão que MPF, DPU, CNMP, CNJ e CNDH trabalhem numa proposta de protocolo com critérios para transferência de presos de penitenciárias estaduais para penitenciárias federais.

A 18^a reunião ocorreu em 4 de agosto de 2020 e, por ser a primeira reunião após o início da pandemia do novo coronavírus, foi discutida como estava a situação das pessoas em privação de liberdade no novo contexto. A situação de contaminação de internos e de trabalhadores do sistema prisional varia muito de estado para estado, assim como as regras para visitação, que seguem suspensas em grande parte dos estados. Em relação a isso, foi encaminhado que Alexandre participará da reunião do MJ e MS sobre protocolo de biossegurança para retomada das visitas e fará um resumo para a comissão. O segundo ponto de pauta é sobre a efetividade da Recomendação no 62, do CNJ, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O coordenador da comissão, o conselheiro Everaldo Patriota, afirmou que a efetividade está se mostrando muito baixa, o que demonstra que a cultura de encarceramento em massa está muito consolidada no sistema de justiça. Em relação a isso, foi decidido que será encaminhado ao pleno uma proposta de recomendação de prorrogação das medidas de prisões domiciliares até o fim da pandemia do coronavírus para todos os Estados e também que será solicitado ao CNJ uma recomendação de prorrogação das medidas de prisões domiciliares até o fim da pandemia. Ainda sobre a questão da pandemia, será enviado ofício dirigido à Presidência do CNJ, a fim de que o CNJ, via DMF, dê publicidade ativa no painel de monitoramento da covid-19 no sistema prisional, da implementação das decisões que implementaram as providências da Resolução CNJ 62, a fim de que: (i) seja detalhado o número de pessoas que, em regime fechado, se encontram com autorização de saída temporária estendida, ou seja, estão fora do sistema prisional; (ii) seja detalhado o número de pessoas que, em regime semiaberto, se encontra fora do estabelecimento prisional; (iii) seja detalhado o número de presos provisórios que tiveram a prisão preventiva convertida em prisão domiciliar (atenção para que não haja confusão com a imposição da medida cautelar de recolhimento domiciliar); (iv) sejam detalhados os números e casos de antecipação de benefícios no curso da execução penal, que asseguraram a restituição da liberdade a internos em cumprimento de pena privativa de liberdade. Um terceiro ponto discutido foi a apresentação do sistema da Ouvidoria

do MMDH sobre o novo sistema relativo ao Disque 100 e Disque 180. Sobre esse tema, foi encaminhado que o colegiado dos Secretários de Administração Prisional (CONSEJ) seria oficiado, questionando a instalação das Ouvidorias de Serviços Penais em todos os estados. O quarto ponto de pauta discutido foi o emprego de armas menos letais, que surgiu em virtude do uso excessivo da força e de possíveis atos de tortura nas atuações de Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP). Esse ponto e a questão relativa à saúde mental das pessoas privadas de liberdade seriam discutidos com mais atenção na próxima reunião.

A 19ª reunião ocorreu em 02 de setembro de 2020 e se iniciou com a apresentação do novo Sistema “Direitos Humanos Brasil” pela Ouvidoria de Direitos Humanos do MMFDH, que teve como encaminhamento a proposição ao Plenário do CNDH de constituição de um grupo de trabalho para contribuir com eventuais melhorias no tocante aos dados da Ouvidoria, tão logo o novo portal/sistema esteja em pleno funcionamento. Em seguida, foram discutidas as denúncias da COPEN-RR, relativas à falta de vestimentas PAMC e inviabilidade de visitas virtuais na PAMC e CPP masculina. Em relação a isso, foi decidido enviar as informações noticiadas sobre a PAMC e visitas virtuais, incluindo o Relatório elaborado pela OAB ao Alexandre, para providências pela DPU, e aos demais integrantes da comissão e recomendar ao Pleno do CNDH oficiar o governador do estado, procurador-geral de justiça e sugerir à DPU e MPF que adote as ações cabíveis. O terceiro ponto de pauta foi a priorização do sistema de custódia na distribuição da vacina em desenvolvimento pelo Brasil em parceria com a China, abrangendo a totalidade das pessoas custodiadas e dos trabalhadores no primeiro grupo a ser vacinado, tendo sido decidido fazer proposição de uma recomendação ao Pleno do CNDH que indique a população do sistema de custódia como prioritária na distribuição da referida vacina. O próximo assunto discutido foi a decisão da 2ª Turma do STF sobre a capacidade de lotação das unidades do socioeducativo, no HC Coletivo nº 143.988/ES, limitada a 100% das vagas instaladas, sobre o qual foi decidido expedir ofício ao STF, sugerindo medidas no sentido do que foi julgado em relação ao socioeducativo. Em seguida, foi apresentada proposta de recomendação do CNDH sobre a adoção de medidas para regulamentação do uso de armamentos menos letais no sistema penitenciário nacional, cuja minuta será encaminhada à plenária do CNDH para apreciação na 7ª Reunião Extraordinária. O sétimo e último ponto de pauta foi o relatório sobre a tortura no Brasil, enviado pelo governo ao CAT sem prévia consulta pública, sobre o qual ficou decidido oficiar o governo federal solicitando a tradução do relatório enviado ao CAT para a língua pátria e esclarecimentos dos motivos pelos quais não houve consulta pública ampla, e não foram também consultados os órgãos colegiados de participação social nacional e MNPCT.

A 20ª reunião da comissão, realizada em 02 de outubro de 2020, teve como pauta uma avaliação do quadro geral atual da pandemia da covid-19 no sistema de custódia e privação de liberdade, a proposta de resolução sobre o emprego de armas menos letais, o Relatório da OAB sobre o Complexo Regional Feminino de Ananindeua/PA e a Nota crítica do Consej à Minuta de Recomendação do CNDH.

- **Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão**

Em 2019 foram realizadas a 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões da Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão. Na 15ª reunião, ocorrida em abril de 2019, foi realizada uma reestruturação da comissão após posse das/os novas/os conselheiras/os e mudança de coordenação da comissão. Foram retomadas discussões acerca da comunicação pública e sobre a situação da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC. A comissão deliberou por propor uma reunião com as principais plataformas digitais para discutir a transparência da gestão de conteúdo, liberdade de expressão, discurso de ódio, direitos das crianças e violações de direitos humanos na internet. Ainda na reunião, foram analisados os ofícios de resposta à Recomendação nº 04 do CNDH, de 11 de junho de 2018, que recomenda sobre medidas de combate às fake news (notícias falsas) e a garantia do direito à liberdade de expressão.

A 16ª reunião, ocorrida em junho de 2019, contou com a presença de representantes do Google, Twitter, Facebook e Safernet para um debate em relação a discurso de ódio e conteúdos violadores de direitos humanos na internet. Na parte da manhã, as plataformas apresentaram sua atuação e ações para combate à desinformação. Na parte da tarde, as/os integrantes avaliaram o diálogo e deliberaram a sistematização de tópicos para aprofundamento por parte da comissão e posterior retomada de diálogo com as plataformas acerca de temas mais específicos. Foi discutido, também, o reenvio do Relatório Final – violações de direitos humanos na mídia brasileira, produzido em 2016, aos estados e a retomada do monitoramento dos retornos referentes aos ofícios enviados pelo CNDH acerca da temática.

Na 17ª reunião, ocorrida em agosto de 2019, iniciou a discussão acerca do PNDH-3, para definição de quais diretrizes e objetivos estratégicos serão monitorados pela comissão, conforme solicitado pela Mesa Diretora do CNDH. Foi analisado ainda o projeto da DPU sobre denúncias de violações de direitos humanos na internet e foi proposto um diálogo com a Defensoria em contraponto à proposta apresentada e a perspectiva de criminalização de discurso na internet. Na ocasião, foi retomada a pauta sobre a situação da EBC e ficou deliberado envio de convites para o Diretor-Presidente da EBC e representante do sindicato dos jornalistas profissionais do DF, trabalhador da empresa, para um diálogo sobre essa questão.

Na 18ª reunião, ocorrida em outubro de 2019, a comissão recebeu para oitiva Gésio Passos, representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e trabalhador da EBC, que relatou o histórico e atual cenário da empresa. A comissão discutiu sobre a criação de um GT sobre Comunicação Pública e o caso da EBC para a construção de um relatório a partir da oitiva de trabalhadoras/es e de um levantamento da evolução histórica do desmantelamento da empresa. O

segundo ponto de pauta foi uma discussão sobre a participação do Brasil na ONU, mas não houve um posicionamento definitivo sobre essa questão.

Após realização de um seminário sobre moderação de conteúdo em um debate sobre o papel da política de regulação para plataformas, houve um evento em que foram apresentados os diversos retrocessos, em diversas áreas, que atacam a liberdade de expressão. A partir daí, houve a sugestão de uma audiência pública para o próximo período de sessões que são organizadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como forma de estratégia para apresentar um documento com casos e episódios emblemáticos, com foco em construir uma narrativa forte para repercussão no âmbito internacional. A comissão deliberou pela produção de um pequeno documento sobre tópicos que consideram importante para contribuir com a fundamentação das denúncias apresentadas. Ainda na reunião foram definidos pontos prioritários do PNDH-3 para ação da comissão: violações de direitos humanos na mídia (fusão dos objetivos estratégicos 1 ‘a’ e 1 ‘b’ e do objetivo estratégico 2 ‘b’); e incentivo à produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em direitos humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e resistência (objetivo estratégico 2 ‘c’).

Por fim, foram apresentados alguns retornos do questionário sobre violação de direitos humanos na internet que foi elaborado e disponibilizado pela comissão, com o intuito de ouvir ativistas, comunicadores/jornalistas, defensores de direitos humanos. Foram trazidos para o debate, também, pontos relacionados à transparência para serem tratados em nova reunião com as plataformas.

Como principais resultados da comissão no ano de 2019 podemos citar a realização de reunião com as plataformas digitais Google, Facebook, Twitter e Safernet sobre violações de direitos humanos na mídia; a proposta de nota pública do CNDH em defesa da liberdade de imprensa e do tratamento digno aos comunicadores; a proposta de recomendação para que o tratamento dado a comunicadores por parte dos agentes públicos siga diretrizes estabelecidas em normas internacionais e nacionais que visem garantir o respeito ao exercício profissional, a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e o direito à informação; a realização de oitiva de um representante dos trabalhadores da EBC para um relato sobre o histórico e atual cenário da empresa.

Em 2020 foram realizadas nove reuniões da comissão, sendo que apenas a 19ª reunião ocorreu em formato presencial, no mês de março. Por conta da pandemia de covid-19, as reuniões 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª foram realizadas por meio de plataforma virtual.

No início do mês de maio ocorreu a 20ª reunião, cuja pauta abordou o tema das violações no campo jornalístico e da comunicação, a intensificação de fake news e desinformação

relacionadas às notícias sobre a pandemia, compilação de pontos da carta compromisso aos candidatos a ser elaborada ante o contexto das eleições municipais e a situação da EBC.

Na 21ª reunião foi apresentado do Relatório Colegiados Nacionais e a Covid -19, no qual ficou evidenciada uma redução da participação social em função da pandemia do novo coronavírus. A agenda tratou ainda sobre a proposta de contratação de uma consultoria para a área de comunicação do CNDH. Ademais, na reunião virtual foi debatida proposta de manifestação pública do CNDH sobre ataques à jornalistas.

Em julho de 2020, por meio de plataforma virtual, a pauta da 22ª reunião destacou a votação e aprovação no Senado do PL 2630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, e que, na ocasião, foi encaminhada para a Câmara dos Deputados, para análise. O CNDH enviou ofício para o Senado, alertando sobre a votação de um ponto tão complexo em um momento de pandemia, que reduziria a participação popular. Outro ponto abordado se referia à proposta de solicitação de algumas agendas, a saber: agenda com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE para tratar sobre o Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020; solicitação de agenda com Ministro das Comunicações, tendo como pauta a EBC; e ainda, agenda com a Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH, para tratar do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos – PPDDH. Ainda neste encontro se discutiu sobre a elaboração e divulgação de questionário sobre violações de direitos humanos e remoção indevida de conteúdo online, bem como sobre o acompanhamento dos PLs que visam classificar movimentos sociais como terroristas.

A 23ª reunião foi realizada em agosto e deliberou sobre a solicitação de agendas com a deputada Tabata Lorena, deputada Natália Bonavides e deputado Felipe Rigoni, para tratar sobre o PL das Fake News e sobre a Recomendação no 09/2020 do CNDH, que versa sobre a garantia do direito à liberdade de expressão, acesso à informação, à liberdade de imprensa e outros direitos na Internet. Sobre o tema discurso de ódio na internet, a comissão definiu por envio de ofício-convite ao Ministro do MJSP, André Mendonça, para participar da 6ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2020, para tratar de dossiê sigiloso contra servidores que teriam sido identificados como “antifascistas”.

Já em setembro, a 24ª reunião da comissão trouxe como primeiro ponto de pauta os relatos sobre as reuniões realizadas com o TSE, com deputado Felipe Rigoni, com a deputada Tabata Amaral, com o deputado Alexandre Frota e com o ministro das Comunicações, Fabio Faria. O texto de proposta de Carta Compromisso aos/às candidatos/às foi finalizado para envio e análise na plenária da 7ª Reunião Extraordinária. Na agenda abordou-se, ainda, sobre a audiência pública solicitada pela comissão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH da Organização dos Estados Americanos - OEA, a fim de analisar retrocessos na garantia dos

direitos humanos no Brasil, como também os impactos das violações ao direito à informação e à participação social de grupos historicamente vulnerabilizados e marginalizados no Brasil. A audiência ocorreu no dia 06 de outubro por meio de plataforma virtual. Na reunião tratou-se, também, sobre proposta de realização do Webinar sobre Desinformação, Discurso de Ódio e Violência Política na Internet, programada para final do mês de outubro, com duração de dois encontros em dois dias, com a participação de especialistas renomados sobre tais temas. Por fim, com a participação de representantes do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH do MMFDH nesta reunião, a comissão tratou sobre a temática de violações e ataques à jornalistas e profissionais da área de comunicação.

A 25ª reunião, ocorrida no início do mês de outubro, teve como único ponto de discussão a organização e planejamento do Webinar sobre Desinformação, Discurso de Ódio e Violência Política na Internet, que aconteceu nos dias 28 e 29 de outubro. O evento online teve como objetivos contribuir com o debate público sobre o tema, em destaque na agenda de direitos humanos no país; aprofundar o acúmulo sobre a questão dentro do CNDH, ao reunir especialistas no campo, representantes da sociedade civil e de instituições públicas; e avaliar a criação de uma frente de trabalho especializada no âmbito da Comissão para a Liberdade de Expressão na perspectiva de elaborar uma estratégia de monitoramento e incidência nesse campo. Esta atividade online contou com a participação de Pedro Vaca (Relator para Liberdade de Expressão da CIDH/OEA), Paulina Gutierrez (Direitos Digitais Artigo 19 México e América Central), Aline Osório (Coordenadora do Grupo de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral - TSE), Gabriela de Almeida (Redes Cordiais), Evorah Cardoso (MeRepresenta), Maria Luiza Freire (Articuladora do Tretaqui.org).

No mês de novembro, a 26ª reunião a comissão fez breve avaliação sobre o webinar ocorrido no mês anterior e discutiu formas de propiciar maior divulgação dos vídeos do evento e assim ampliar o alcance dos debates das questões nele abordadas. Dessa discussão, os participantes da reunião considerou que o principal resultado desse seminário online seria a criação de um grupo de trabalho sobre desinformação, discurso de ódio, liberdade de expressão, por meio de uma resolução a ser apresentada na plenária da 14ª Reunião Extraordinária. A proposta de texto da resolução foi, então, o tema principal debatido na 27ª e última reunião do biênio 2018-2020, ocorrida no início do mês de dezembro.

- **Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais**

Em 2019 foram realizadas a 13ª, 14ª e 15ª reunião da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais. Na 13ª reunião, ocorrida em maio de 2019, foi apresentado o cenário da criminalização de defensores e movimentos sociais e retrocessos no campo dos direitos, bem como a situação geral

do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH/MMFDH. Houve também o acompanhamento dos casos da Osvailinda (Pará) e do Marcelino Chiarello, além da análise de outras denúncias recebidas em 2019.

Na 14ª reunião, ocorrida em agosto de 2019, houve a discussão com os gestores do PPDDH sobre a importância de seu fortalecimento, suas limitações e sugestões de melhorias. Além disso, foi iniciada a discussão sobre o PNDH-3. Decidiu-se que a Diretriz 15 “Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção de pessoas ameaçadas” é a principal diretriz que diz respeito à temática da comissão e que todas as suas ações serão monitoradas de forma integral. Ocorreu ainda discussão sobre o retorno da defensora Osvailinda, já que o local onde ela reside tornou-se mais arriscado. Foi levantando que é necessário pensar sobre a política de segurança levando em consideração o contexto e acirramento das ameaças. Por fim, houve a discussão sobre o caso do Cajueiro, em São Luís do Maranhão, que trata de um despejo com graves violações de direitos.

Na 15ª reunião, realizada em outubro de 2015, a comissão recebeu Camila Asano, representante do Intervozes, para uma apresentação sobre os projetos de lei que envolvem terrorismo. Ela apresentou um quadro em que, a partir de 2013, iniciou-se o movimento de pautas no Congresso que visam à criminalização dos movimentos sociais. Atualmente há mais de 80 projetos de lei para modificar ou criar novos crimes. Em seguida, o coordenador do PPDDH informou sobre a tentativa de formalização de quatro convênios em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rondônia. Seguiu-se pela discussão sobre o caso Osvailinda, tratando do debate sobre o retorno da defensora, ainda sem data definida.

Como os principais resultados que saíram da comissão em 2019, destaca-se a proposta de nota de homenagem a Margarida Alves, a realização da reunião com o PPDDH para maior aproximação do diálogo com o Programa e sugestões de melhorias, a oitiva da Camila Asano, representante do Intervozes, sobre os projetos de lei que envolvem terrorismo e movimento de pautas no Congresso que visam à criminalização dos movimentos sociais.

Na 16ª reunião, em maio de 2020, foi apresentado um panorama sobre o orçamento disponibilizado para o programa de proteção aos defensores, em plano orçamentário específico, assim como o estado da arte das parcerias e convênios assumidos pelo CNDH com órgãos nacionais e também dos estados, com vistas a assegurar um trabalho conjunto com órgãos envolvidos nas atividades desse programa. Foram elencadas tratativas para estabelecimento de novos convênios também. Os participantes discutiram sobre os desafios a serem enfrentados em período de pandemia e identificaram iniciativas importantes para manter os trabalhos, como a elaboração, pela equipe federal do programa, de cartilha de orientações diversas para os defensores, considerando o contexto de covid-19. Também foram compartilhados informes atualizados sobre ações de investigação de atos violentos e assassinatos contra defensores de direitos humanos – casos acompanhados pelo CNDH, incluindo missões *in loco*.

As 17ª, 18ª e 19ª reuniões, em 8 de julho, 7 de agosto e 24 de agosto de 2020, foram dedicada à construção da Agenda de Direitos Humanos para as Eleições Municipais de 2020 nos itens correspondentes à proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos. Também foram analisadas denúncias afetas aos trabalhos da comissão e os trabalhos em conjunto com os programas de proteção aos defensores de direitos humanos nos estados do Rio de Janeiro, do Maranhão e da Bahia.

Em sua 19ª reunião, em 5 de outubro de 2020, a comissão recapitulou vários casos de violações envolvendo defensoras e defensores de direitos humanos em todo o Brasil, iniciando os trabalhos com informes sobre convites dos programas de proteção aos defensores de direitos humanos do Maranhão e do Ceará para realização de oitivas por parte do CNDH. Também foram atualizados informes sobre o caso de Osvailinda Pereira, defensora de direitos humanos ameaçada de morte no Pará e para quem o CNDH solicitou escolta permanente ao Secretário de Segurança Pública do estado, solicitando também informações sobre a investigação a respeito das ameaças. A comissão também deliberou oficiar sobre o caso de ameaças à deputada Talíria Petrone, pedindo rigor nas investigações.

- **Comissão Permanente Direito à Cidade**

Em 2019 foram realizadas a 6ª e a 7ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade nos dias 11 de junho e 13 de agosto, após um período de quase dois anos sem encontros – o último foi em agosto de 2017. Na 6ª Reunião, foi resgatado o histórico sobre o funcionamento da comissão e iniciado o debate sobre seu planejamento estratégico para o Biênio 2018-2020. Foi discutido qual o escopo de atuação da comissão, bem como sua composição. Houve o entendimento de que prioritariamente seriam abordadas questões urbanas, a partir dos impactos nas regiões periféricas, as grandes periferias metropolitanas (incluindo favelas, vilas e bairros empobrecidos), tendo em vista que tais periferias concentram as maiorias populacionais vitimadas por sucessivas violações de direitos humanos.

Na 7ª reunião, foi iniciado debate acerca das prioridades do PNDH-3 a serem monitoradas pelo CNDH, conforme solicitado pelo Pleno do conselho. Além disso, foi levantada preocupação acerca da escassez de opções de culturais para as populações residentes em bairros distantes dos centros, nas vilas e nas periferias, preocupação com violações de direitos sofridas por pessoas que frequentam templos das religiões de matriz africana ou afro-brasileiras, preocupação com as dificuldades e violações de direitos sofridas por mulheres residentes nas periferias das cidades, em especial as trabalhadoras domésticas, tendo em vista os desafios de mobilidade urbana, os perigos nos territórios, o tempo necessário para deslocamento. Na reunião também se tratou sobre a prisão das lideranças do Movimento dos Sem Teto de São Paulo e sobre a Resolução nº

10 do CNDH, que trata das soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos.

Não foram realizadas reuniões em 2020.

- **Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada**

Em 2019 foram realizadas a 14ª, 15ª e 16ª reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada. Além disso, no início do ano, foi realizada uma reunião extraordinária, motivada pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no primeiro ato administrativo editado pelo novo governo federal, por meio da Medida Provisória nº 870 de 1 de janeiro de 2019. Entendido com órgão essencial para a estrutura organizativa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e para as diretrizes e controle social no tocante à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sua extinção sem nenhum tipo de justificativa foi entendida pelos que trabalham com o tema como atitude desarrazoada e que impactaria negativamente na execução e monitoramento de tal Política. Na reunião, ocorrida em 05 de fevereiro de 2019, foi abordada também a tragédia ocorrida após o rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale no município de Brumadinho em Minas Gerais, que tinha acontecido muito recentemente. Como resultado da reunião, foi elaborada uma proposta de Recomendação do CNDH recomendando a recomposição do Consea para garantia de participação social e efetivo funcionamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa recomendação foi aprovada na 44ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2019.

No dia 6 de maio de 2019 foi realizada a 14ª reunião da comissão, em que se discutiu o planejamento para o novo Biênio. Com relação ao Consea, a partir da constatação de que o conselho não foi restabelecido, foram traçadas novas estratégias de atuação no sentido de tentar sua restauração. Como encaminhamentos, foram oficiados o Ministério da Cidadania (com relação ao tema da alimentação de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento), o Ministério da Agricultura (a respeito do funcionamento da Ceporg – de produção orgânica) e reiteração dos ofícios contendo recomendações a respeito do Relatório da Missão à Penitenciária Feminina do DF, ocorrida em março de 2018.

A 15ª reunião da comissão foi realizada no dia 12 de agosto de 2019. Na pauta da reunião constaram novamente a situação do Consea, o monitoramento das Recomendações do Relatório da Missão à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, bem como a questão dos agrotóxicos. Na ocasião foram compostos dois grupos com objetivos específicos (i) análise das do PNDH-3 e traçar propostas de ação para o monitoramento do Plano no âmbito da Comissão Alimentação adequada e para o CNDH e (ii) aprofundar a análise das respostas enviadas até o momento às Recomendações do Relatório da Missão à Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF,

realizada em 2018. A comissão trabalhou nas minutas de duas recomendações para ser levadas para apreciação do Plenário do CNDH: Recomendação a respeito do processo de liberação dos agrotóxicos e recomendação a respeito da recomposição do Consea. Ambas foram aprovadas na 50ª Reunião Ordinária do CNDH, ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto.

No dia 8 de outubro de 2019, ocorreu a 16ª reunião da comissão. Como principais encaminhamentos, houve a decisão de denunciar ao CNMP, CNJ, Poder Legislativo, MNPCT, UNICEF, ONU, OMS, OEA, SNPCT, ONU Mulheres as respostas insuficientes às recomendações do Relatório da Missão à Penitenciária Feminina do Distrito Federal realizada pelo CNDH em 2018, pois as respostas enviadas não resolvem as violações de direitos encontradas na ocasião. Outro do encaminhamento advindo da reunião foi oficial o Fórum Nacional de Combate ao Agrotóxico, encaminhando Recomendação CNDH nº 15, de 15 de agosto de 2019, e solicitando informações a respeito do tema sobre iniciativas e se colocando à disposição para atuação conjunta com CNDH. Também foi proposta a organização de uma atividade do CNDH preparatória para a Conferência Popular de segurança alimentar (indicativo para 10 ou 11 de fevereiro 2020), bem como repassar aos integrantes da Comissão a Carta sobre a Convocação da Conferência Nacional Popular e Autônoma por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2020 foram realizadas a 17ª, 18ª e 19ª reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada.

A 17ª reunião ocorreu em 02 de julho de 2020 e teve como pauta o cenário do direito humano à alimentação adequada no atual contexto, a resolução do CNDH sobre a garantia do direito à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade e a Lei 14.016, que aprova doação de sobras de alimentos. Na ocasião, foi decidido enviar Resolução nº 27, sobre garantia do direito humano à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade para gestoras/es federais e estaduais e sistema de justiça, além de oficial a Anvisa solicitando informações sobre protocolos de orientação para a aplicabilidade da Lei 14.016.

Em 09 de setembro de 2020 ocorreu a 18ª reunião da comissão, que retomou a pauta sobre a Lei 14.016, além de tratar sobre Prodocs e sobre a agenda de direitos humanos para as eleições 2020. Sobre a referida lei, foi decidido oficial a Anvisa. Em relação aos Prodocs para integrantes da comissão, o encaminhamento foi estruturar mais informações sobre contratação, quantas horas, como funciona, se é pelo produto, quanto tempo, a possibilidade de servidoras/es públicas/os da academia participarem. Sobre o último ponto de pauta, a decisão foi por recuperar memória de planejamento estratégico da comissão realizado em 2019, as memórias de 2019 e socializar com integrantes, sistematizando o documento para discussão da comissão sobre a agenda. Além disso, foi decidido também organizar uma live sobre impacto do covid-19 na segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, enviar aos integrantes da comissão o monitoramento de ofícios

da Recomendação nº 27 e encaminhar à Mesa Diretora a sugestão de homenagem para Edelcio Vigna em próxima Reunião Extraordinária.

A 19ª reunião, ocorrida em 30 de setembro de 2020, teve como único ponto de pauta o planejamento estratégico da comissão, especificamente a missão de recuperar planejamento realizado em 2019. Foi encaminhado que seria necessário identificar ações passadas das comissões e sistematizar um quadro de planejamento. Além disso, decidiram por realizar moção pública de apoio ao Guia Alimentar, recomendar retirada dos vetos da Lei 14048/202 e organizar detalhes do seminário do dia 29/10.

- **Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários (Comissão Terra e Água)**

Criada pela Resolução nº 13, de 03 de dezembro de 2015, a Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários – também chamada de Comissão Terra e Água) – tem o objetivo de receber e examinar representações e denúncias de violações dos direitos humanos dessas populações. No Biênio 2018-2020, a comissão foi composta por seis conselheiras/os do CNDH, representantes dos seguintes órgãos e entidades: a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; b) Associação Nacional dos Atingidos Por Barragens - ANAB, que a coordenou; c) Conselho Federal de Psicologia - CFP; d) Fundação Luterana de Diaconia - FLD; e) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF; f) Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Sem Terra - MST; g) União Brasileira de Mulheres - UBM; ; e um/a representante de cada órgão e entidade indicado a seguir: a) Comissão Pastoral da Terra - CPT; b) Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais - CONAQ; c) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; d) Centro Popular de Formação da Juventude - CPFJ; e) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag; f) Conselho Indigenista Missionário - CIMI; g) Movimento de Mulheres Camponesas - MMC; h) Terra de Direitos - TD, conforme Resolução nº 07, de 14 de agosto de 2019.

Ao longo do Biênio 2018-2020, a comissão realizou 13 reuniões. Em 2019, foram realizadas as 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões.

Na 15ª reunião, ocorrida no dia 11 de março de 2019, foram discutidas questões como a votação do Marco Temporal, Mineração em Terras Indígenas, violações de direitos humanos nas Terras Indígenas do Sul da Bahia, violação de direitos humanos na Terra Indígena Waimiri-Atroari, Caso de Carazinho no Rio Grande do Sul, Caso Taunay-Ipegue, violações de direitos humanos das comunidades quilombolas que vivem em torno da BR 135 no Maranhão, violações de direitos humanos decorrentes do rompimento das barragens de Brumandinho e Mariana, violações de direitos humanos na Área do Xingu, caso de violação no Acampamento Paulo Kageyama de Mogi Guaçu (SP), entre outros conflitos fundiários relatados pela CPT e CIMI.

Além disso, foi discutida necessidade de incidência junto ao INCRA após o órgão informar publicamente que não receberia mais o MST para diálogo. Por fim, discutiu-se a forma de incidência do conselho com relação à Recomendação nº 02/2019 do CNDH, que recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e o licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio - Funai.

Como principais resultados da reunião, saiu a proposta de criação do GT sobre Segurança de Barragens por Rejeitos; atuação do CNDH no Recurso Extraordinário nº 1.017.365, que trata do caso dos Xokleng; proposta de nota pública a respeito da votação no dia 25 de abril sobre o caso dos Guarani-Kaiowá; proposta de missão aos Waimiri-Atroari; solicitação de incidência do CNDH no acampamento Terra Livre em abril; proposta de criação de audiência pública junto à 6ª Câmara em torno da ADI aberta pelo PSB sobre a Recomendação nº 02/2019.

Na 16ª reunião, ocorrida no dia 07 de maio de 2019, foi discutida a extinção dos conselhos e comitês pelo governo federal por meio do Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019, a situação da defesa de direitos humanos em conflitos agrários, a incidência do CNDH por meio da Resolução nº 10 de 2018, que dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos. Além disso foram dados informes sobre a missão realizada ao Sul da Bahia para verificar a situação das terras indígenas dos Povos Tupinambás, sobre a atuação do CNDH nos casos de despejos, sobre o Acampamento Terra Livre e sobre o Abril Vermelho. Como principais resultados da reunião, saiu a proposta de realizar divulgação e sensibilização sobre a aplicação da Resolução nº 10 junto aos tribunais nos estados (por meio dos parceiros locais: defensorias, procuradorias, comissões da OAB etc.), de o CNDH entrar como *amicus curiae* no Recurso Extraordinário do caso dos Xokleng, Oficiar o GDF elogiando atuação no Acampamento Terra Livre e indicando necessidade de mesmo tratamento à Marcha das Margaridas.

Na 17ª reunião, ocorrida em 12 de agosto de 2019, foram discutidas situação de despejos no Pará, a regulamentação do inciso “XIV - dar especial atenção às áreas de maior ocorrência de violações de direitos humanos, podendo nelas promover a instalação de representações do

CNDH pelo tempo que for necessário”, do Regimento Interno do CNDH, a homologação de terras indígenas, a política nacional dos/as atingidos/as por barragens, dificuldade do andamento das investigações dos assassinatos de quilombolas, fundo Amazônia e as denúncias recebidas pelo conselho. Além disso, a comissão iniciou a discussão sobre as prioridades de PNDH-3 a serem monitoradas pelo CNDH. Foram dados informes acerca do fluxo grande de garimpeiros (25 mil) na região da terra indígena Yanomami, Roraima; do sucateamento e problemas no que se refere aos sistemas de saúde e o enfraquecimento da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério das Saúde); o contexto histórico e atual da comunidade xavante Marãiwatsédé, no Mato Grosso, que é cortada pela BR 158 e que sofrendo ameaças de perda territorial; sobre o povo indígena Warao, da região Roraima e Maranhão; sobre a situação das comunidades quilombolas de Alcântara; sobre os pedidos que a Fundação Palmares está recebendo para retirada de reconhecimento/certificação quilombola. Como principais resultados da reunião, saiu para a proposta de recomendação sobre a tramitação com urgência e a aprovação do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB; e a recomendação sobre a capacitação de agentes da Polícia Federal para o atendimento das requisições do CNDH.

Na 18ª reunião, que ocorreu no dia 08 de outubro de 2019, foram dados informes acerca das missões realizadas na região do Vale do Rio Preto/BA, Barragem do Quati/BA, Cajueiro/MA e Geraizeiros/BA. Além disso, foram feitos relatos acerca do acompanhamento dos casos de despejos recebidos pelo CNDH. Foi discutida a paralisação da demarcação de terras indígenas, a questão dos indígenas Warao, a possibilidade de realização de missão ao Mato Grosso. Outros pontos importantes discutidos foram o impacto do vazamento de óleo nas praias do Nordeste nas comunidades tradicionais e a PEC 80 de 2019 proposta pelo senador Flávio Bolsonaro, do Partido Social Liberal – PSL/RJ, assinada por mais vinte e seis senadores, cujo objetivo é alterar os artigos 182 e 186 da Constituição Federal, que dispõem sobre a função social da propriedade urbana e rural. Análise de Nota Técnica elaborada pela Terra de Direitos. Como principais resultados da reunião, tem-se a proposta de manifestação e recomendação do CNDH a respeito das derrubadas, desmatamentos e queimadas na Amazônia e gestão do Fundo Amazônia; proposta de manifestação e recomendação a respeito da mudança de critérios para a caracterização da função social da propriedade; proposta de recomendação para a abstenção da adoção de procedimentos que gerem a perda do poder familiar, como o acolhimento institucional e o acolhimento familiar, no que tange a crianças venezuelanas em situação de rua, especialmente as de etnia Warao, sem antes serem observadas todas as medidas previstas no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 2020, foram realizadas as seguintes reuniões da comissão: 19ª, em 10/03/2020; 20ª, em 24/04/2020; 21ª, em 03/06/2020; 22ª, em 02/07/2020; Reunião Extraordinária, em 22/07/2020; 23ª, em 11/08/2020; 24ª, em 09/09/2020; 25ª, em 01/10/2020; e 26ª, em 06/11/2020. Com

exceção da 19ª reunião, realizada presencialmente, todas as demais ocorreram por meio de plataforma virtual.

Na 19ª reunião, realizada em 10 de março de 2020, foram debatidas estratégias para aprofundar as ações já desenvolvidas do relação à Resolução CNDH nº 10/2018; foi apresentada consultoria *ad hoc* para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para políticas públicas para povos indígenas isolados e de recente contato, por meio de Termo de Designação; houve um relato da missão realizada em Dourados para acompanhar *in loco* a situação violadora de direitos humanos no caso dos indígenas Guarani e Kaiowá em Dourados, Mato Grosso do Sul, envolvendo prisões arbitrárias, bem como ações violentas por parte de agentes de segurança privada contratada por fazendeiros. Após o relato, deliberou-se por oficializar o ministro da Justiça e Segurança Pública, solicitando informações sobre as medidas adotadas em face da Medida Cautelar nº 458-19, cujas pessoas beneficiárias são os membros da comunidade Guyaroká do Povo Indígena Guarani Kaiowá, conforme Resolução nº 47/2019 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH/OEA. Ainda nessa reunião, foi debatida a realização da missão de monitoramento em Cajueiro/MA, junto à Plataforma Dhesca, com participação da DPU, e denúncias referentes às violações de direitos do povo Kayapó, no Pará; e às ameaças sofridas por mulheres lideranças quilombolas 13 comunidades quilombolas localizadas no município de Moju/PA, áreas atingidas pelo empreendimento Mineração Paragominas S/A, o qual explora o minério de bauxita em Paragominas/PA e realiza o beneficiamento em Barcarena/PA desde 2010 (ativos adquiridos da Mineradora Vale S/A).

A 20ª reunião, realizada em 24 de abril de 2020, teve como pauta central o debate sobre a atuação das organizações integrantes da comissão no contexto da pandemia de covid-19. Informou-se do cancelamento das missões já agendadas devido à adoção dos protocolos sanitários da OMS e Ministério da Saúde pelo CNDH. Destacou-se a participação do CNDH na elaboração da Recomendação Conjunta nº 01/2020 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que dispõe sobre recomendações de medidas a respeito da pandemia covid-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. Debateu-se os termos da Resolução nº 11, de 19 de março de 2020, que pede providências ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais que indiquem a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse coletivos em áreas urbanas e rurais como medida preventiva à propagação da infecção pelo novo coronavírus.

Houve consenso sobre a necessidade de alteração nas diretrizes do Boletim Epidemiológico nos estados, de modo a contemplar raça/cor, orientação sexual, entre outros. Foram acordados os seguintes encaminhamentos: a) protocolar os memoriais do CNDH junto ao STF no Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 - caso Xokleng - até setembro de 2020; b) elaborar recomendação ao Ministério da Saúde sobre boletim epidemiológico, com inclusão de

informações sobre raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero, atividade profissional; e c) reiterar por meio de ofícios a Resolução nº 02, de 11 de março de 2020, que opina pela rejeição da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, para líderes de partidos e presidentes Câmara e Senado. De acordo com a referida resolução, a Medida Provisória amplia o escopo espacial da aplicação da lei para todo o território nacional, como o Cerrado e o Pantanal, além de significar um incentivo para a grilagem de terras no Brasil, com a ampliação de prazo para regularização fundiária. Além disso, a decisão reitera que uma legal e justa regularização fundiária “precede de respeito aos direitos de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, de proteção ao meio ambiente e do efetivo cumprimento da função social da propriedade”.

No início da 21ª reunião, realizada em 03 de junho de 2020, foi externada a preocupação com a implementação de políticas neoliberais e seus impactos nos conflitos no campo. Mencionou-se a abordagem do MMFDH em atuar na direção de uma visão dos direitos humanos baseados na premissa da família, da propriedade privada e no armamento individual, em posicionamento distante do PNDH-3. Mencionou-se também que, durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020, diante das falas do então ministro da Educação Abraham Weintraub, especialmente sobre a retirada de garantias ambientais que protegem direitos de atingidos(as) por barragem, povos indígenas e outros povos tradicionais, a ministra Damares Alves calou-se, aquiescendo com o que foi dito. Avaliou-se que essa conjuntura tem afetado as atividades do CNDH, considerando que, em agosto de 2019, o MMFDH destituiu uma coordenadora-geral eleita pelo pleno do conselho, usando de uma prerrogativa que acreditam ser sua e, neste mês de maio, foi nomeada pela segunda vez uma nova coordenação-geral, além de tentativas do governo de incidir sobre a presidência do conselho, quando da impossibilidade de impedir o afastamento de Deborah Duprat, visto ser essa uma prerrogativa do MPF e da articulação da sociedade civil para que a presidência ficasse a cargo da DPU. Tratou-se também, do desfalque no quadro de servidoras(es) da Secretaria-Executiva – licenças, saídas –, prejudicando o trabalho do conselho - sem a reposição do quadro pelo Ministério, além da não publicação dos documentos aprovados pelo CNDH, sob o pretexto que seria criado um site novo, com o argumento da necessidade de evitar que o ministério fosse vinculado às deliberações do Conselho.

Como encaminhamentos da 21ª reunião, deliberou-se pela: a) elaboração de Minuta de recomendação sobre cestas básicas para povos e comunidades tradicionais; b) atuação no caso de reintegração de posse envolvendo comunidade cigana da etnia Calon em Paim Filho/RS, a partir de denúncia enviada pelo CEDH do Rio Grande do Sul; c) atuação a partir da denúncia de ausência de medidas de prevenção e atendimento a população nos territórios quilombolas do Amapá em face da pandemia de covid-19, estado onde existem 258 comunidades quilombolas, que somam juntas mais de 3 mil famílias; d) petição de Medida Cautelar do CNDH junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre violação de direitos que atinge os povos Yanomami, em conjunto com a organização Hutukara Associação Yanomami - HAY, e posterior

petição junto à Comissão de Direitos Humanos na ONU; e) elaboração de minuta de resolução referente à contaminação em ambiente de trabalho pela covid-19; f) atuação diante da violação de direito humano à saúde do povo Munduruku em Jacareacanga/PA e Itaituba/PA; g) atuação em relação ao Projeto de Lei nº 2.633/2020 que prevê legalização de terras públicas irregulares e é acusada de favorecer grilagem de terras; h) incidência junto à Câmara dos Deputados para urgência na votação do Projeto de Lei nº 1975/2020, que trata da suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejos, desocupações ou remoções forçadas, em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais durante a pandemia de covid-19.

Na 3ª Reunião Extraordinária do CNDH, a partir das propostas apresentadas pela comissão, foram aprovadas a Resolução nº 24, de 15 de junho de 2020, que dispõe sobre a necessidade de adoção de medidas pelo Ministério Público para fins de investigação de eventuais crimes decorrentes da contaminação de trabalhadores pela covid-19 por empresas; e a Recomendação nº 06, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre o acesso a cestas básicas aos povos e comunidades tradicionais.

Em sua 22ª reunião, realizada em 02 de julho de 2020, foi debatida a ADI 5623 em face da Lei nº 13.178/2015, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; a aprovação do Projeto de Lei nº 4162/2019, que traz uma série de consequências para a privatização dos serviços de fornecimento de água e saneamento nas cidades, conflitos regulatórios em relação ao uso do potencial hídrico, com a consequente conversão da água em mercadoria; e o Projeto de Lei Complementar nº 17/2020, de Mato Grosso, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais; bem como dispositivo da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado, sendo correlato à Instrução Normativa nº 09 da Funai, em relação à qual o CNDH já se manifestou por meio da Recomendação nº 2, de 28 de abril de 2020, que recomenda a revogação da IN n 9/2020 da Funai, tendo em vista sua inconstitucionalidade, inconveniência e ilegalidade, em especial com relação ao direito originário dos povos indígenas sobre suas terras. O CNDH manifestou-se junto à Assembleia Legislativa do Mato Grosso sobre a PLC nº 17/2020.

Como encaminhamentos adotados a partir da 22ª reunião, foram adotadas as seguintes medidas: a) atuação em relação à sobreposição de Área Verde Urbana de Barcarena/PA ao Território Quilombola Sítio Conceição com construção de muro sobre o território; b) reiteração da Resolução nº 11, de 19 de março de 2020, que pede providências ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais que indiquem a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse coletivos em áreas urbanas e rurais como

medida preventiva à propagação da infecção pelo novo coronavírus - covid-19; c) atuação diante da denúncia recebida referente à violação de direitos humanos e segurança da Comunidade Quilombola Barra do Parateca - Carinhanha /BA, no que tange à prisão de cinco quilombolas em 16 de junho de 2020; d) atuação diante da denúncia de emprego de violência contra cerca de 150 pessoas moradoras da área denominada Fazenda Lagoa, situada no perímetro urbano da cidade de Parauapebas/PA, por funcionários da empresa Prosegur contratada pela Mineradora Vale S.A. para a segurança patrimonial, durante assembleia de moradoras/es no domingo, 21 de junho de 2020; e) atuação diante da denúncia de violações de direitos humanos de quilombolas na Comunidade Quilombola de Vila Formosa, na região do Alto e do Baixo Acará/PA, por meio de ameaças, intimidações, prisões e execuções. .

Foi realizada uma Reunião Extraordinária da comissão, em 22 de julho de 2020, para apresentação de propostas ao Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, no âmbito do CNDH, em virtude da ADPF 709, instituído conforme, posteriormente regulamentado por meio da Resolução nº 28, de 07 de agosto de 2020. Nessa mesma data, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que seja concluído, em até dois anos, o processo de demarcação da Terra Indígena dos Tupinambás de Belmonte, no sul da Bahia, atendendo a pedido do Ministério Público Federal, caso no qual o CNDH tem atuado intensamente ao longo do Biênio 2018-2020.

Realizada em 11 de agosto de 2020, a 23ª reunião da comissão foi iniciada com uma homenagem a Dom Pedro Casaldáliga, seguida por um debate sobre atividades de articulação junto ao conselho de ouvidores externos das Defensorias Públicas Estaduais, para debater a situação prisional de indígenas e discutir uma estratégia de divulgação da Resolução nº 287 do CNJ no Sistema de Justiça. Debateu-se também a situação Quilombo Campo Grande, situado na Fazenda Ariadnópolis, no município de Campo do Meio, Minas Gerais, e a atuação do CNDH em conjunto com parlamentares diante do grave descumprimento, pelas tropas da Polícia Militar, durante execução da ordem de reintegração de posse contra os trabalhadores rurais sem-terra. Deliberou-se pela: a) elaboração de nota sobre criminalização de defensores/as que atuam na defesa de direitos dos povos isolados no sistema de justiça; b) solicitação de informações ao INCRA sobre andamento dos processos de estado a estado dos territórios quilombolas; c) atuação referente à denúncia relativa à violação de direitos humanos e segurança da Comunidade Quilombola do Quilombo Filipino Queixo Dantas, Município de Mimoso de Goiás (GO).

A nota pública do CNDH sobre intimidação de procuradores/as do MPF em decorrência de sua atuação na defesa dos povos indígenas foi aprovada na 6ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2020.

Em sua 24ª reunião, realizada em 9 de setembro de 2020, foi apresentada a proposta de monitoramento e acompanhamento das atividades da comissão elaborada pela Secretaria-

Executiva do CNDH; houve longo debate sobre a violação de direitos humanos do povo Chiquitano, em Mato Grosso, na fronteira Brasil-Bolívia; sobre a articulação do CNDH com a Campanha Despejo Zero, que realizou um levantamento de cerca de 16 mil remoções e despejos em áreas urbanas e rurais, no contexto de pandemia; e sobre os impactos do Memorando Circular nº 01/2019/SEDE/INCRA, de 27 de março de 2019, que orienta a “suspensão das atividades de vistoria de imóveis rurais para fins de obtenção, bem como os processos administrativos em fase de instrução.” Foi também realizado um informe sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM, criado por meio da Resolução Nº 31, de 14 de Agosto de 2020, que realizou uma missão ao local entre os dias 21 e 25 de agosto de 2020, com participação de representantes do CIMI e CPT/AM.

Durante a 7ª Reunião Extraordinária do CNDH, realizada nos dias 17 e 18 de setembro, foram aprovados a Resolução nº 35, de 18 de setembro de 2020, que recomenda emergencialmente em vista da chacina ocorrida contra o povo indígena Chiquitano, e o Termo de Designação nº 03, de 18 de setembro de 2020, para relatoria especial *ad hoc* para acompanhamento do caso.

Durante a 25ª reunião da comissão, realizada em 01º de outubro de 2020, foi debatida a proposta de criação de uma relatoria especial do CNDH para situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos, por meio de alteração da Resolução nº 10/2018, com seleção pública e tendo como um de seus objetivos a mediação para garantia de direitos humanos nos conflitos agrários. Considerou-se que, diante do final do Biênio, seria mais oportuno prosseguir no diálogo e estudo sobre essa ferramenta. Fez-se um informe sobre as atuações da comissão ao longo de setembro diante de denúncia de violações de direitos humanos em: a) Acampamento Sebastião Bezerra - Palmas/TO; b) Terra Indígena Ponta Grande/BA; c) mandado de reintegração de posse que atingiu 150 famílias em São Leopoldo/RS - destaca-se que a decisão judicial que suspendeu o despejo menciona os ofícios enviados pelo CNDH e pela Campanha Despejo Zero; d) mandado de reintegração de posse que atingiu 180 famílias na Ocupação Nelson Mandela, em Campinas/SP; e) possibilidade de despejo da comunidade KA'UBANOCO, em Boa Vista/RR; f) Acampamento Terra Cabana, MST, em Benevides/PA.

Houve informe, ademais, sobre solicitação de informações à Funai em relação às BAPES e povos isolados e acesso à Informação Técnica nº 7/2018/COPLAF/CGIIRC/DPT-FUNAI. Também houve informes sobre a situação de violação de direitos humanos dos Chiquitanos, no Mato Grosso, sobre as atividades do Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo e sobre o acionamento da Força Nacional de Segurança Pública para resolução de conflitos em estados, se não tiver sido instado pelo/a governador/a do estado, contestada por liminar do ministro do STF Edson Fachin. Em sua 56ª Reunião Ordinária, o CNDH manifestou-se sobre o tema ao aprovar Nota de Repúdio pelo uso da Força Nacional contra lideranças na sede da Funai. Na 25ª Reunião da Comissão, houve ainda um debate sobre a MP nº 1.005, de 30 de setembro de 2020, que dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas, com a

manifestação das seguintes preocupações: *i)* a presença de policiais militares, na atual conjuntura, podem gerar dinâmica de abertura dos territórios para invasores e contenção do movimento e mobilização indígena; *ii)* a MP não aborda a retirada de invasores dos territórios – madeireiros, garimpeiros –, o que tem sido motivo de conflito; *iii)* a MP desconsidera a participação dos indígenas nesse processo, mesmo eles tendo atuado na mobilização de barreiras desde o início da pandemia – podendo dificultar a efetivação devido à previsão de diárias no orçamento da Funai para manutenção das barreiras. Houve um longo debate sobre as queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia. Deliberou-se o tempo de apresentação da comissão durante o Plenário seja cedido ao CIMI para apresentação do Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil”.

A Resolução nº 42, de 27 de outubro de 2020, que recomenda ao Estado brasileiro a tomada de providência no enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia, foi aprovada pelo Plenário do CNDH em sua 11ª Reunião Extraordinária.

• **Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos**

A criação do Grupo de Trabalho - GT sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos foi sugerida pela Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários. Ele foi instituído pela Resolução nº 03 de 13 de março de 2019 com a finalidade de acompanhar denúncias, encaminhadas ao CNDH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes do rompimento, esvaziamento e descomissionamento de barragens relacionadas a atividade minerária e de produção de energia no país; realizar um levantamento empírico desses casos e apresentar sugestões e propostas no que concerne à segurança, prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais dessas barragens, e a garantia e reparação dos direitos das populações atingidas.

O GT se reuniu quatro vezes ao longo de 2019, em maio, agosto, setembro e novembro. A primeira reunião foi realizada no dia 10 de maio de 2019, com a participação do coordenador do GT, Leandro Scalabrin (ANAB), Carlos Vainer (UFRJ), Daniel Lima (MME), Renan Sotto Mayor (DPU), Felício Pontes (MPF) e Sara Oliveira (MAB), para discussão sobre atribuições, elaboração do plano de trabalho e a definição de cronogramas e prazos. Nessa reunião, foi construída a resolução de criação do GT para deliberação do Plenário do CNDH e foram definidos quatro eixos de atuação: a abertura de um edital para o recebimento de denúncias de violações com o intuito de ouvir as/os principais atrizes/atores do campo e realizar uma revisão dos casos que o CNDH já tratou; sistematizar o acúmulo que existe no Brasil sobre o assunto (CNBB, MPF, MME, Comissão Externa de Brumadinho da Câmara, Comissão de Segurança de

Barragens); sistematização de experiências internacionais sobre mineração e realizar uma análise de Projetos de Lei que a Comissão do Congresso sobre Brumadinho aprovou e verificar em que aspectos este grupo de trabalho pode fazer incidência, além de definir missões para casos emblemáticos para análise de situações de violações de direitos humanos.

Na segunda reunião, em 16 de agosto de 2019, o GT se reuniu novamente e recebeu, além das pessoas citadas acima, as representantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM Jucilene Paz e Eulina Marques. O GT fez uma análise dos casos coletados pelo formulário de denúncias online disponibilizado pelo CNDH e daqueles trazidos pelo Ministério Público Federal, além dos projetos de lei da comissão externa da câmara. Nessa reunião, duas representantes do MAM fizeram uma exposição com apresentação do movimento e sua atuação.

A terceira reunião do GT ocorreu em 25 de setembro de 2019, com a participação de novas/os integrantes: Marcelo Mosmann (UFSC), Emília Botelho (PDFC/MPF), Régis Fonatana e Heliton Fernandes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Nela o representante do Ibama apresentou as atribuições do órgão com relação a fiscalização da segurança das barragens específicas para queimar resíduos industriais, que afetam mais de um estado, e destacou o papel como órgão responsável pelo licenciamento ambiental para todas as obras de construção de barragens. O GT recebeu os representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM) Luis Paniago e Eduardo Leão. Foi apresentado o papel da agência relacionada à segurança de barragens e o modo que a agência realizou a implementação, as ações e alguns resultados de trabalhos fiscalizatórios. Destacando pontos considerados problemas para os representantes: um processo mineral muito fragmentado, sem conexão dos processos, banco de dados único, o que acarreta em problemas de comunicação e transparência e déficit de pessoal responsável pela área, que consideraram um problema ainda maior do que a questão do capital financeiro.

A 4ª reunião do GT aconteceu em 28 de novembro de 2019 e nela Patrick Thomas, superintendente adjunto da Agência Nacional de Águas - ANA, apresentou em detalhes a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 e os desafios da agência com relação à segurança das barragens, detalhou o papel dos órgãos fiscalizados da segurança das barragens e dos empreendedores. Destacou que, por serem mais de 44 órgãos responsáveis por essa fiscalização no Brasil, há desafios sobre a harmonização dos procedimentos e regulamentos para autorização, funcionamento e manutenção das barragens. Apresentou em detalhes seu papel em relação à política destacando: fiscalização das barragens para armazenamento de água para usos múltiplos, em rios federais, gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB; promover a articulação entre os fiscalizadores e elaborar o relatório anual de segurança de barragens. Destacou ainda a importância da Defesa Civil, uma vez que é o órgão responsável pelas situações críticas, com relação a segurança das pessoas potencialmente afetadas.

Em 2020, o GT reuniu-se três vezes. Em fevereiro de 2020, recebeu o representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e planejou as missões que seriam realizadas em março e abril do mesmo ano. Na primeira parte da reunião, o representante apresentou um panorama dos empreendimentos de geração em construção, seus riscos inerentes e lacunas sobre a competência fiscalizatória, o que torna a população mais vulnerável. Na segunda parte da reunião, o GT deliberou a realização de duas missões *in loco* para audiência pública com a sociedade civil, reuniões com as Defensorias Públicas Federal e Estadual e Ministérios Públicos Federal e estaduais em Minas Gerais, nas cidades de Brumadinho, Mariana, Barão de Cocais e Belo Horizonte, e no Pará, em Barcarena e Belém. Foi necessário cancelar as missões pois as datas definidas coincidiram com o início da pandemia da covid-19 - motivo pelo qual não houve reagendamento.

Em outubro e novembro de 2020, o GT voltou a se reunir para discussão da organização e construção do Relatório de Atividades e sobre a possibilidade de encaminhar ao CNDH solicitação de extensão de mandato do GT para que as atividades planejadas possam ser realizadas.

- **Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios**

A Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios possui a responsabilidade de elaborar relatório e propostas sobre deslocamentos compulsórios e direitos humanos no Brasil, tendo a conselheira Eneida dos Santos como representante do CNDH, conforme o Termo de Designação nº 01, de 13 de agosto de 2020. Seus principais objetivos são o fortalecimento da agenda de direitos dos atingidos por grandes projetos bem como a construção de instrumentos normativos para proteção de direitos e reparação integral de danos.

A Frente é resultado da parceria entre o CNDH, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), formalizada em 22 de janeiro de 2020, em Belém. Embora tenha sido formalizada em janeiro, a articulação para os trabalhos se iniciaram em setembro de 2019, a partir de desdobramento de deliberação tomada em Grupo de Trabalho (GT) sobre Deslocamentos Compulsórios, conduzido pelo FGVces. O CNDH integra o Grupo de trabalho desde 2017, tendo contribuído para a construção dos resultados dos trabalhos do GT, cujo objetivo foi debater aspectos associados à remoção de moradores em razão da implementação de grandes empreendimentos e elaborar recomendações para a efetividade e garantia de direitos da população atingida durante o processo de instalação e operação desses projetos.

Como estratégia da Frente, empregou-se a realização de quatro seminários sobre reparação integral de danos e para discussão de normativas para proteção de direitos de populações deslocadas por grandes projetos na Amazônia em quatro municípios do estado do Pará: Altamira (12/2/2020), Santarém (14/2/2020), Marabá (4/3/2020), e Barcarena (6/3/2020), englobando

municípios atingidos por emblemáticos empreendimentos no Estado, como a UHE Belo Monte, Hidrovia Tapajós, complexo de mineração Carajás e complexo Hydro Alunorte, respectivamente, cuja complexidade dos contextos territoriais e conflitos instalados em decorrência da chegada dos mencionados empreendimentos os colocam em destaque no Estado.

Havia, ainda, um quinto seminário previsto, a ser realizado em Belém no dia 24 de março de 2020, mas a atividade precisou ser adiada devido à pandemia. Sendo assim, como forma de manter a discussão ativa, a Frente de Trabalho organizou um calendário de atividades virtuais, com quatro encontros públicos, que discutiram desafios enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios, esforços em curso para proteção do direito à permanência em tempos de crise sanitária e também um debate sobre instrumentos normativos para a proteção de direitos de atingidas/os.

As ações realizadas pela Frente estão consolidadas no Relatório Preliminar de Atividades e Recomendações para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios, de setembro de 2020 (leia aqui). O relatório está organizado em quatro seções: a primeira contextualiza o problema dos deslocamentos forçados no Brasil e desenha as premissas para proteção de direitos em contextos de deslocamentos forçados; a segunda descreve um breve histórico sobre formação, objetivos, composição e agenda da Frente de Trabalho, demonstrando a importância do debate sobre a proteção de direitos humanos na visão de cada uma das instituições parceiras; a terceira seção descreve os seminários promovidos nos quatro municípios, debates e demandas emergentes, destacando as características de cada uma das Mesorregiões e evidenciando os principais projetos instalados nas localidades enfocadas (Sudoeste Paraense, o Baixo Amazonas, o Sudeste Paraense e a Mesorregião Metropolitana de Belém), e ainda relata os webinários realizados; a quarta seção traz propostas de recomendações de incidência para o tema, focando a defesa dos direitos humanos.

Para a construção desse relatório foi construído um grupo de trabalho composto por: CNDH (Eneida Cãnedo Guimarães dos Santos, Leonardo Pinho, Ismael José César, Paulo Mariante); Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGVCES (Bruno Neri Basto, Juliana Gomes Miranda, Kena Azevedo Chaves, Luís Pedro Silva Moreira, Samir Luna de Almeida, Samir Eid Pessanha, Samuel Medeiros); Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (Prof(a). Dulce Maria Pereira); Comissão Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da ALEPA (Filippe Bastos, Carlos Alberto Marques, Priscila Erondina Souza, Édila Lima Rose); Defensoria Pública da União - DPU (Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Tiago Cantalice Trindade); Comissão Relações Internacionais da OAB Seção Pará (Anne Vitória Nascimento).

- **Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social**

Em 2019 foi realizada a 9ª, 10ª e 11ª reunião da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social. A 9ª reunião, ocorrida em março de 2019, discutiu proposta de nota pública do CNDH acerca da MP nº 873 de 2019, que dispõe sobre a contribuição sindical. Além disso, foi feito relato sobre a situação da General Motors e sobre o desastre de Brumadinho. Foi deliberado apresentar proposta de criação de um grupo de trabalho para tratar

da temática sobre Direitos Humanos e Empresas, a fim de tratar as violações dos direitos humanos nas empresas. Discutiram também sobre a reforma da previdência. Sobre isso, propuseram a realização de uma audiência pública, em parceria com o Congresso Nacional para debater com qualidade a questão.

Na 10ª reunião, ocorrida em maio de 2019, a comissão discutiu o plano de trabalho do Grupo de Trabalho - GT sobre direitos humanos e empresas e também sobre a proposta de minuta de recomendação acerca do contingenciamento orçamentário do Ministério da Educação.

Na 11ª reunião, ocorrida em novembro de 2019, foi discutida a proposta de resolução sobre direitos humanos e empresas elaborada pelo GT. A resolução foi aprovada pelo Plenário do conselho.

Como resultados principais da comissão no ano, podemos citar as propostas de manifestação do CNDH sobre a MP nº 873, a reforma da previdência, a audiência pública realizada no Senado sobre a referida reforma e o Seminário sobre Direitos Humanos realizado em agosto de 2019.

A 12ª reunião ocorreu em março de 2020, em modo presencial, e retomou temas tratados nas reuniões anteriores, como Brumadinho e o texto da resolução sobre direitos humanos e empresas. Discutiu-se ainda sobre o envio de texto de recomendação sobre o projeto de lei sobre trabalhadoras/es catadoras/es de materiais reciclados; a PEC nº 309/2013; situação dos contratos de terceirização do MMFDH; elaboração da recomendação sobre direito à educação no campo e recomendação pela não aprovação do Plano Mais Brasil.

Na 13ª reunião, a comissão debruçou-se sobre a elaboração e finalização de texto de proposta de recomendação a órgãos do sistema de educação e autoridades sanitárias de não retorno às aulas presenciais durante a pandemia de covid-19. Foi discutido o texto de recomendação ao Congresso Nacional para regulamentação, em rito de urgência, do trabalho das/os condutoras/es e entregadoras/es por aplicativos de entregas ou de logística. Ambas as resoluções foram aprovadas na 7ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2020.

- **Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental**

Ao longo de 2019, foram realizadas quatro reuniões da Subcomissão Permanente de Política de Drogas e Saúde Mental, criada por meio da Resolução nº 05/2017: a 5ª Reunião, em 09 de abril, descentralizada no Ceará; a 6ª Reunião, em 11 de junho; a 7ª Reunião, em 22 de junho, descentralizada em Salvador; a 8ª Reunião, em 09 de setembro; e a 9ª Reunião, em 11 de novembro.

Como uma das principais atividades decorrentes dos trabalhos da subcomissão ocorreu a aprovação, por consenso do Plenário, da Resolução CNDH nº 08/2019, que apresenta soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. A resolução é uma importante ferramenta de afirmação de princípios e diretrizes para uma política nacional de saúde mental que promova os direitos humanos. Também está disponível, a partir de uma parceria com a Ordem de Advogados do Brasil - OAB, a Resolução nº 08/2019 na versão em espanhol.

Destaca-se também que, na 45ª Reunião Ordinária, em março de 2019, foi aprovada a Recomendação nº 03/2019, que recomenda que todas as normativas incompatíveis com a estabelecida pela Política Nacional de Saúde Mental, que subsidiam a Nova Política Nacional de Saúde Mental, elaborada e em execução sem ser legitimamente formulada, sejam suspensas e submetidas ao debate público; e que convoque audiências públicas, com antecedência e ampla convocação, garantindo a plena e efetiva participação dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.

Durante o ato organizado pelo movimento #OcupeAlesp e pela Frente Estadual Antimanicomial, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o presidente do CNDH, Leonardo Pinho participou das mobilizações do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em 17 de maio, pronunciando-se contra o Projeto de Lei da Câmara nº 37/2013, aprovado no Senado Federal.

Em reforço ao mês da luta antimanicomial, o CNDH prestou homenagem à memória de Marcus Vinícius de Oliveira, o Marcus Matraga, durante a 47ª Reunião Plenária, realizada de 6 a 10 de maio. O psicólogo e professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi um dos principais expoentes da luta antimanicomial brasileira e defensor incansável dos direitos humanos, tendo sido brutalmente assassinado na comunidade de Pirajuía, distrito de Jaquaripe, na Bahia, em 4 de fevereiro de 2016. O crime segue sem solução.

Em junho, dos dias 20 a 22, o CNDH participou do 4º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, em Salvador, cujas temáticas principais estavam relacionadas às repercussões do racismo, da violência de gênero e dos conflitos de classe que estão na gênese do sofrimento social e psíquico de pessoas e coletivos.

Durante a 16ª Conferência Nacional de Saúde, o CNDH promoveu atividade autogestionada sobre direitos humanos e saúde mental. O evento debateu a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, com ampla participação de usuárias/os e representantes da sociedade civil; a necessidade de manutenção do processo de desinstitucionalização; o desmonte do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT e impacto na fiscalização das comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e hospitais de custódia; saúde mental e pessoas em conflito com a lei, com especial atenção aos hospitais de custódia; a retirada e acolhimento

institucional compulsório de bebês, filhos de mulheres em situação de rua e de usuárias de drogas; e a curatela (art. 1.767 do Código Civil) em contexto da lógica manicomial de lucro.

As violações de direitos humanos associados à saúde pública no Rio de Janeiro foi tema de reunião realizada durante missão do CNDH realizada ao estado entre os dias 02 e 04 de setembro. Em 10 de setembro, o conselho participou da audiência pública com o tema “Diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no Brasil” na Câmara dos Deputados. O CNDH também esteve presente no seminário “30 anos da política de redução de danos no Brasil”, realizado em 07 de novembro. Na ocasião, o CNDH propôs o Dia Nacional da Redução de Danos no Brasil.

Em 11 de novembro, o CNDH realizou o seminário “Direitos humanos e saúde mental: a Resolução nº 08/2019 e o contexto no Rio de Janeiro”. Além da apresentação dos eixos da resolução, o debate resultou na construção coletiva de propostas de ação para a promoção de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas. Na ocasião, o conselho recebeu denúncia da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ sobre violações de direitos no Hospital Federal de Bonsucesso. Em decorrência dessa denúncia, foi realizada diligência no Hospital no dia 03 de dezembro.

O CNDH também participou da audiência pública “A nova política de drogas e suas repercussões”, realizada em 03 de dezembro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sobre nova política de drogas no Rio, representado pela integrante da Comissão de Privação de Liberdade do CNDH, Ana Paula Guljor.

Em sua 9ª reunião, em 10 de março de 2020, a subcomissão comprometeu-se, em nome do CNDH, a colaborar na divulgação do Relatório de Inspeção Nacional Hospitais Psiquiátricos no Brasil, produzido pelo MNPCT em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, Ministério Público do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público. Foi definida a participação do CNDH no V Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos em Saúde Mental, sobre reforma psiquiátrica antimanicomial, em Mariana/MG, nos dias 02, 03 e 04 de abril de 2020 – adiado em virtude da pandemia. Também foram discutidas soluções para a falta de fiscalização do procedimento da eletroconvulsoterapia (ECT) pela Anvisa. A subcomissão programou, ainda, uma homenagem ao defensor de direitos humanos Rogélio Casado, durante a 58ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada em 13 e 14 de maio, mês de Luta Antimanicomial. Também ficou encaminhada a realização de seminário sobre pesquisas sobre a Política de Álcool e Outras Drogas e Ações de Redução de Danos em Festas, com previsão para setembro de 2020. Em virtude da pandemia o seminário foi convertido em webinar (assista aqui).

A 10ª reunião da subcomissão, já virtual em virtude da pandemia, foi realizada em 13 de maio de 2020, teve como principal destaque o esforço conjunto para impulsionar ações de comunicação

pela internet, agregando em um repositório único conteúdos produzidos por vários movimentos, entidades e referências do campo da defesa dos direitos humanos na área da saúde mental. Também foi incluído documentário de Rogério Casado nas redes sociais do CNDH. Foram definidas ações de fiscalização e denúncia envolvendo o tratamento dispensado por instituições asilares durante a pandemia e medidas destinadas à população em situação de rua e as pessoas em privação de liberdade. A subcomissão deu início a uma proposta de resolução sobre hospitais psiquiátricos e realização de uma live sobre esse assunto.

Em 22 de julho de 2020, na 11ª reunião, foi avaliado o resultado positivo da grande mobilização de entidades e movimentos no campo da saúde mental no sentido de reverter a revogação da Portaria GM/MS nº 1325/2020 que extinguiu as Equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP).

Após um intenso processo de articulação política que contou com a participação do CNDH, entre outras entidades e instituições, o Ministério da Saúde revogou a portaria que extinguiu as EAP, em julho de 2020. Com o intuito de ampliar o debate sobre a temática, a subcomissão organizou um webnário denominado “Desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei: experiências e potencialidades”, realizado em 13 de outubro, para discutir a importância da expansão das EAP em todo território nacional, as experiências bem sucedidas em estados que contam com equipes em funcionamento, bem como dimensões legais e interinstitucionais que impactam diretamente na desinstitucionalização das pessoas com transtorno mental em cumprimento de medida de segurança ou privadas de liberdade em unidades prisionais (assista aqui). Na ocasião da 11ª reunião abordou-se, também, a perspectiva de aprofundamento e interlocução da subcomissão com organismos internacionais relacionados à agenda do Plano Internacional sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2021, a fim de ampliar o debate e agregar novos atores para maior incidência.

Na 12ª reunião, realizada em 11 de setembro de 2020, deu-se continuidade à organização do webnário sobre as EAPs, pactuou-se a produção de vídeos para a comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental, bem como encaminhamentos relativos à denúncia sobre irregularidades no contrato de locação de diversos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Distrito Federal, incluindo notícias da possibilidade de não renovação da locação do CAPS ad situado próximo à rodoviária de Brasília, local acessível e estratégico, também para o atendimento de pessoas em situação de rua e em situação de maior vulnerabilidade. Ainda no âmbito das denúncias, apresentou-se a proposta de criação de uma missão local na região metropolitana de Porto Alegre, uma vez noticiados surtos de covid-19 nos Hospitais Psiquiátricos São Pedro e Hospital Colônia Itapuã, contabilizando mais de 50 casos confirmados da doença entre pessoas internadas e funcionárias(os), além de óbitos por covid-19 no interior do hospital.

Em 28 de setembro foi realizada a 13ª reunião, destacando-se a aprovação em plenário da missão relativa aos surtos de covid-19 em hospitais psiquiátricos e outras instituições de características asilares na região de Porto Alegre/RS, por meio da designação de dois consultores *ad hoc* (Termo de Designação nº 2/2020), bem como a criação do Grupo de Trabalho - GT sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), por meio da Resolução nº 33, de 17 de setembro de 2020. Discutiu-se, também, a alteração da política de formação no campo de álcool e outras drogas e os efeitos da Portaria GM/MC nº 437/2020, marcados pela instituição do Centro de Referência em Dependência Química (CEREDEQ) em sobreposição aos Centros Regionais de Referência (CRR) e às condições atuais de funcionamento dos CRR. Foi deliberada a elaboração de resolução do CNDH, prevista para até o início de 2021, no sentido de desaprovar essa iniciativa e indicar um desenho de ações que garanta o princípio das políticas formativas pautada nos direitos humanos no campo de álcool e outras drogas, em que se preserve a autonomia da rede pública e de cuidado.

Em 10 de outubro de 2020, Dia Mundial da Saúde Mental, a subcomissão lançou uma série de seis vídeos com depoimentos protagonizados por usuárias, usuários e familiares dos serviços de saúde mental e de militantes do movimento antimanicomial pela página do facebook do CNDH, sob o tema: “Saúde Mental é um direito humano. Quem defende direitos humanos defende saúde mental antimanicomial” (assista aqui). No mesmo mês, foi realizado o Curso de Extensão on-line "Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira", promovido pelo CNDH conjuntamente com o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01/DF) e com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). A edição homenageou a psicóloga Juliana Pacheco e fomentou o debate acerca da luta antimanicomial e a interface com as relações de gênero, raça e classe, por meio da estratégia da educação popular. As 200 vagas ofertadas foram preenchidas por psicólogas/os do Distrito Federal, integrantes das comissões do CNDH, além de integrantes de movimentos sociais do DF, sendo priorizadas mulheres, pessoas negras, indígenas e outras etnias, como pessoas trans, não binárias e residentes de áreas de risco.

- **Grupo de Trabalho sobre EAPs**

No ano de 2020, foi criado o Grupo de Trabalho - GT sobre os serviços de acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP). O coordenador do GT, o conselheiro Rogério Giannini, explicou que o grupo possui caráter operativo, focado na manutenção e garantia de funcionamento das EAPs existentes e no fortalecimento e ampliação de uma rede que efetivamente abranja todo o território nacional. A exposição de motivos e os objetivos gerais do GT estão detalhados na Resolução nº 33/2020 do CNDH. Em 2020, o grupo se reuniu cinco vezes, com indicativo de outras duas reuniões a serem realizadas durante o mês de dezembro.

A primeira reunião, ocorrida em 05 de outubro de 2020, começou com informe sobre reunião de representantes das EAPs com o Ministério da Saúde, seguida por uma discussão sobre perspectivas de orçamento para a expansão das EAPs em 2021. Como encaminhamentos, ficaram dois agendamentos de reunião: uma entre a área técnica do Ministério da Saúde (COPRIS/MS) com as equipes EAP, para continuidade das ações de revisão do manual e instrumentos de registro de informações, e a outra com o gabinete do MS para avaliar a possibilidade de uso de emendas parlamentares para expansão de EAP e para ações de fortalecimento das equipes atuais e também para discutir meios para assegurar o orçamento para expansão de EAP para 2021. Além disso, ficou decidido buscar a oficialização da representação do Gabinete do Ministro da Saúde no GT e realizar o mapeamento das demandas expansão das EAP nos estados e compartilhamento das informações pelo grupo de Whatsapp.

A segunda reunião do grupo foi realizada em 13 de outubro de 2020, tendo como pauta a apresentação, pelo Ministério da Saúde, dos principais desafios e dimensões técnicas relativas ao funcionamento das EAPs e a construção do cronograma de ações do GT. Foi encaminhado agendamento de nova reunião de representantes das EAPs com Ministério da Saúde para organizar a apresentação da revisão do manual. Além disso, ficou pendente pautar em reunião futura o desafio da articulação intersetorial entre saúde, administração penitenciária e sistema de justiça.

Em 27 de outubro de 2020 foi realizada a 3ª reunião do GT, na qual foi apresentada, por representantes das EAPs e Condege, a proposta de revisão do manual sobre EAPs e foi discutida a organização da pauta para 4ª Reunião GT: Articulação intersetorial entre saúde, administração penitenciária e sistema de justiça. O grupo decidiu elaborar uma nota técnica com esclarecimentos e orientações sobre os indicadores e agendar duas reuniões: a primeira entre MS, DEPEN e representante EAP, para tratar sobre informações sobre essa população e a importância de dados nacionais para qualificação, e a segunda entre CNJ, representante EAP, e MS, para abordar as lacunas dessa política mais estratégica e conversar sobre a articulação mais fina sobre a compreensão do trabalho das EAPs e as estratégias para o desencarceramento.

A 4ª reunião do GT ocorreu em 10 de novembro de 2020, tendo como pautas os desdobramentos da reunião de representantes do GT realizada com Depen e a organização da pauta para 5ª reunião do GT. Foi deliberado o envio da proposta de nota técnica do Depen com proposta de levantamento de dados sobre saúde mental no sistema prisional junto aos estados.

A 5ª reunião do GT ocorreu em 24 de novembro de 2020, tendo como pautas os desdobramentos da reunião de representantes do GT realizada com CNJ, a apresentação da Estratégia Judiciária para Fortalecimento da PNAISP e da base de dados do CNJ, com mapeamento de seus principais gargalos. Além disso, foram discutidas estratégias para construção conjunta de material

informativo destinado ao Judiciário e a organização da pauta para 6ª Reunião, na qual será feito um balanço dos trabalhos do GT. Foi encaminhado que, na próxima reunião, o Ministério da Saúde apresentará ao GT uma devolutiva acerca das razões pelas quais cada uma das doze EAPs não está recebendo financiamento. Sobre o material informativo voltado ao Judiciário, ficou acordado que alguns membros do GT irão acompanhar a contratação de consultoria para elaboração desse material.

• **Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Empresas**

A criação do grupo de trabalho sobre direitos humanos e empresas foi proposto pela Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social e ocorreu por meio da Resolução nº 4 de 13 de março de 2019. Seu objetivo é promover a interlocução com órgãos e entidades que acompanham a implementação de padrões internacionais de respeito aos direitos humanos na atividade empresarial brasileira; produzir material destinados à educação e à informação dos sujeitos de direitos humanos em face de atividades empresariais no país; e propor a edição de atos pelo Plenário do CNDH atinente à garantia de respeito aos direitos humanos das pessoas afetadas por atividades empresariais no Brasil.

O GT se reuniu quatro vezes ao longo do ano. Na 1ª reunião, ocorrida em abril, o grupo definiu o escopo de trabalho, a proposta de trabalho, o cronograma das atividades e os produtos a serem produzidos. Definiu-se que o foco seriam trabalhadoras/es e atingidas/os pelas ações das empresas. Como produto, previu-se a elaboração de um seminário, a construção de uma resolução do CNDH sobre o tema e de uma cartilha com as principais informações da temática.

A 2ª reunião, realizada em maio de 2019, em São Paulo, contou com a exposição da Fundação Friedrich Ebert, do Instituto Observatório Social, do Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC/CUT), da Conectas Direitos Humanos, da Fundação Rosa Luxemburgo, da Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira, da Defensoria Pública da União e da Secretaria Nacional de Proteção Global sobre a temática.

A 3ª reunião, realizada em junho de 2019, organizou o seminário realizado em agosto do mesmo ano sobre o tema. O seminário ocorreu no dia 13 de agosto e foi importante para dar subsídios para a elaboração da proposta de resolução sobre a temática de direitos humanos e empresas.

A 4ª reunião foi realizada em setembro de 2019 para discutir a elaboração da resolução que foi apresentada à Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social e ao Pleno do CNDH em novembro de 2019.

- **Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos**

Criada pela Resolução nº 06, de 22 de junho de 2017, a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos tem como competência: i) encorajar a aprovação e a ratificação, ou a adesão, de instrumentos internacionais de direitos humanos, bem como acompanhar o desempenho das obrigações decorrentes de acordos internacionais dos quais o Brasil é parte; ii) colaborar na elaboração dos relatórios que o Brasil deva apresentar aos organismos e comitês das Nações Unidas e Sistema Interamericano de Direitos Humanos, e às instituições regionais, em conformidade com as obrigações assumidas ao abrigo dos tratados e, sempre que necessário, manifestar opinião sobre o assunto, com o devido respeito pela sua independência; iii) cooperar, como Instituição Nacional de Direitos Humanos, com as Nações Unidas e com qualquer outra organização ou mecanismo do sistema das Nações Unidas, com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e demais instituições regionais, e com as instituições nacionais de outros países com competência no domínio da promoção e proteção dos direitos humanos, podendo, entre outros: a) colaborar com a visita de procedimentos especiais dos mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos, como relatores especiais da ONU, resguardada a autonomia e independência desses mecanismos b) cooperar no que for necessário no processo de Revisão Periódica Universal das Nações Unidas, seja na elaboração de relatórios, no processo de definição das recomendações que serão aceitas e, posteriormente, na implementação e monitoramento das recomendações recebidas durante os ciclos de revisão do país; c) articular a participação do CNDH nas sessões e audiências promovidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos; d) enviar contribuições, notas públicas e relatórios aos órgãos e mecanismos de direitos humanos da ONU e do Sistema Interamericano. A Comissão também deverá propor ao Plenário do CNDH as medidas necessárias, junto aos órgãos competentes das Nações Unidas (ONU), para que se alcance o reconhecimento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos credenciada; medidas e iniciativas visando a promover maior transparência e debate democrático sobre o monitoramento da implementação pelo Brasil das obrigações internacionais em matéria de direitos humanos.

No Biênio 2018-2020, a comissão foi composta por 12 conselheiras/os do CNDH, representantes dos seguintes órgãos e entidades: a) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; b) Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Brasil; c) Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB; d) Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil – Unisol Brasil, que a coordena; e) Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União - CNPG; f) Defensoria Pública da União - DPU; g) Setor de Direitos Humanos do Movimento Sem Terra - MST/ Via Campesina; h) Ministério das Relações Exteriores - MRE; i) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR; j) Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil; l) Procuradoria Federal dos

Direitos do Cidadão - PFDC/MPF m) Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG/MMFDH; e um/a representante de cada órgão e entidade indicado a seguir: a) Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil; b) Conselho Indigenista Missionário - CIMI; c) Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH; d) União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - Unicopas, conforme Resolução nº 07, de 14 de agosto de 2019. No ano de 2020, a Clínica Interamericana de Direitos Humanos da UFRJ passou a integrar a comissão, tendo um papel de destaque no monitoramento das decisões na matéria de direitos humanos no âmbito interamericano.

Ao longo do Biênio, até novembro de 2020, foram realizadas oito reuniões da comissão. Em 2019, foram realizadas a 7ª e 8ª reuniões. Na 7ª reunião, ocorrida no 16 de maio de 2019, foram discutidas as questões: a) ida de membros da sociedade civil a Genebra; b) convite da União Europeia para o presidente do CNDH ir a Genebra (de 24 a 29 de junho de 2019); c) necessidade de discutir com autoridades europeias sobre a realidade brasileira e a participação social; d) acordo de cooperação técnica entre o Parlamento do Mercosul (Parlasul) e o CNDH; e) realização de um evento para tratar sobre a possibilidade de o CNDH se transformar em uma INDH; f) realização de uma reunião virtual com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUD) para dialogar sobre os caminhos para fortalecer o CNDH rumo à acreditação como INDH; g) retomada dos pontos que levaram à negativa de acreditação no final do primeiro mandato do CNDH; h) preparativos para a apresentação dos relatórios do Brasil para a Revisão Periódica Universal – RPU, tendo em vista que a cada quatro anos, todos os 193 países do mundo que fazem parte da ONU passam por uma avaliação internacional sobre a situação dos direitos humanos.

Além disso, foi discutida a necessidade de passar o documento acerca da atuação do CNDH em foros internacionais para o formato de resolução e apresentar essa proposta para aprovação do Plenário, bem como a necessidade de o CNDH entrar em contato com a Assessoria Internacional do MMFDH, tendo em vista a obtenção dos seguintes documentos: a) metodologia adotada para construção do Relatório de Meio Período; b) lista de todos os relatórios devidos/entregues pelo Brasil e o status de cada um deles.

Destacam-se como principais resultados da 7ª reunião, as seguintes propostas: a) formação de um grupo de trabalho para debater o documento da consulta pública e a formatação da audiência pública a ser realizada para a construção do Relatório de Meio Período; b) construção de uma recomendação para pautar a posição do Brasil na ONU quanto à questão LGBT; c) agendamento de uma reunião para saber qual é o apoio que a ONU pode dar ao CNDH para concretizar o credenciamento como INDH.

Na 8ª reunião, ocorrida em 12 de agosto de 2019, foram discutidas as questões: a) construção de comissão para contribuições para a metodologia do Relatório de Meio Período da RPU; b)

reunião com a União Europeia; c) Parlasul; d) candidatura do Brasil para a Comissão de Direitos Humanos da ONU (CIDH/ONU); e) vinda do Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Lixo Tóxico - visita oficial em dezembro; f) Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3. Além disso, foi discutida a necessidade de articular com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) as questões: a) reunião entre a ONU Brasil e a sociedade civil do CNDH, antes do dia 26/08/19; b) reunião do CNDH com representante permanente do Brasil para a União Europeia, em Bruxelas, entre os dias 27/09 a 05/10; c) reunião para tratar de seminário do CNDH de boas experiências de INDH; d) reunião do CNDH para tratar sobre as questões ausentes no documento de compromissos da candidatura do Brasil para a CIDH/ONU; e) estipulação de um prazo para a tradução oficial de Declaração sobre Direitos de Camponesas e Camponeses; f) construção de uma agenda do CNDH com a representação do Alto Comissariado durante visita do Brasil, entre os dias 09 e 15 de setembro de 2019.

Destacam-se como principais resultados da 8ª Reunião as seguintes propostas: a) mobilização do CNDH para divulgação nas redes de organizações da sociedade civil, bem como entre e integrantes do Pacto Estadual de Direitos Humanos, da consulta pública sobre Relatório de Meio Período da RPU; b) apresentação no Plenário do CNDH de uma proposta para manter o diálogo aberto com o MRE sobre a candidatura do Brasil para a CIDH/ONU; c) formalização ao MRE da solicitação de tradução oficial de Declaração dos Direitos das/os Camponesas/es; d) formalização de solicitação de informações sobre site do MRE; e) articulação de uma reunião do CNDH com representação do Brasil no Parlasul; f) construção de minuta de proposta de metodologia para o monitoramento do PNDH-3.

Em 2020, foram realizadas, até novembro, as 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª reuniões, além de uma reunião extraordinária da comissão. A 9ª reunião debateu a entrada da consulta em Genebra sobre documentos do CNDH para INDH; o tratado entre União Europeia e Mercosul; a apresentação do relatório do CNDH; e o resultado das eleições para a União Europeia.

Na 10ª reunião, realizada em 07 de julho de 2020, foram debatidas as perspectivas e os desafios para o CNDH no processo de reconhecimento como INDH, a partir da aprovação da Resolução CNDH nº 22, de 15 de junho de 2020, que opina por um conjunto de medidas para garantir a efetivação do CNDH como uma INDH; e da Resolução CNDH nº 23, de 15 de junho de 2020, que designa relator e consultoras/es para elaboração de subsídios técnicos e proposta de credenciamento do CNDH como INDH. Também foi debatido PSL 220 de 2016, que dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Foi realizada reunião com o senador Sérgio Petecão, em 04 de agosto de 2020, para debater a matéria, da qual participou também a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB. Ainda na 10ª reunião, foram debatidas estratégias para avançar na incidência do CNDH junto a organismos internacionais vinculados à pauta dos direitos humanos, a exemplo da construção de um fluxo entre as comissões do

conselho para levantar as pautas avaliadas como mais relevantes e assim definir a incidência no Sistema Internacional de Direitos Humanos.

Foi realizada uma Reunião Extraordinária, em 14 de julho de 2020, com informes e articulações para a realização da 1ª Consulta Nacional sobre o Tratado de Direitos Humanos e Empresas, realizada nos dias 25 e 26 de agosto de 2020, resultado de uma organização conjunta das seguintes entidades/órgãos: Homa/UFJF, MAB, Amigos da Terra Brasil, FES (Fundação Friedrich Ebert), Justiça Global e CNDH. Na programação, no primeiro dia da Consulta, foi realizado apanhado histórico da agenda de direitos humanos e empresas e processo do tratado; e apresentados elementos essenciais para o instrumento juridicamente vinculante; no segundo dia da Consulta, foi debatido o posicionamento do Estado brasileiro nas sessões de negociação e o paralelo com a Resolução nº 5, de 12 de março de 2020, do CNDH, que dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política Pública sobre Direitos Humanos e Empresas, e o papel dos parlamentares pelo tratado: a agenda do instrumento na Câmara. Ademais, ocorreu um debate sobre os termos para a solicitação de audiência pública na CIDH, em pleito a ser realizado em articulação com diversas organizações da sociedade civil e com a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão e a Comissão Especial sobre Participação Social. No 177º período de sessões virtuais da CIDH, ocorrida entre 25 de setembro e 06 de outubro de 2020, foi realizada a audiência “Liberdade de expressão no Brasil”.

A 11ª reunião, realizada em 04 de agosto de 2020, foi dedicada à apresentação de um panorama do cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos por parte do Estado brasileiro, realizada pela Clínica Interamericana de Direitos Humanos da UFRJ. Houve, ainda, um informe do agendamento de reunião com o presidente da CIDH, Joel Hernandez, para apresentação das principais temáticas no âmbito do CNDH, realizada em 05 de agosto de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foi realizada a 12ª reunião da comissão, na qual alguns pontos receberam destaque: a) posicionamento do governo brasileiro sobre desvinculação do Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas durante o diálogo Interativo com o Mecanismo de Experts sobre os Direitos dos Povos Indígena, na 45ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos, realizado em 24 de setembro de 2020; b) a prioridade a alguns casos para a realização do monitoramento das decisões da Corte, entre eles o Caso Damião Ximenes Lopes, sendo esta a primeira condenação do Brasil, em 2006, com alguns pontos da sentença que estão pendentes de cumprimento; c) destituição do secretário-executivo da CIDH, após ser reeleito por unanimidade, que, guardadas as devidas proporções, foi semelhante ao que tange à intervenção na autonomia do CNDH.

Na 13ª reunião da comissão, realizada em 04 de novembro de 2020, os pontos de destaque foram a) a consulta realizada junto à organização das INDHs sobre a possibilidade de credenciamento do CNDH e os próximos passos a serem adotados; b) o Tratado Mercosul e União Europeia,

considerando as manifestações sobre a necessidade de cláusulas do cumprimento do acordo de Paris, inclusive por meio de posicionamento de líderes europeus, a importância de realização de um debate mais amplo sobre comércio; agronegócio x agricultura familiar; c) o Acordo de Escazú - Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, à Participação Pública e o Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais, assinado, mas ainda não ratificado pelo Brasil, portanto ainda não vigente no país. Deliberou-se sobre as propostas a serem apresentados ao plenário de CNDH de homenagem a juristas com reconhecimento internacional recente no âmbito dos direitos humanos, a apresentação dos relatórios sobre a RPU e o PNDH-3.

Durante a 12ª Reunião Extraordinária do CNDH, integrantes do Coletivo RPU Brasil apresentaram relatório sobre a Revisão Periódica Universal – RPU dos direitos humanos no contexto da covid-19; a Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil apresentou o relatório “PNDH-3 10 anos depois: Balanço Prospectivo”; e foram aprovadas as notas públicas em homenagem a Antônio Augusto Cançado Trindade e a Sheila de Carvalho.

Ao longo de 2020, destacam-se ainda algumas atividades do CNDH vinculadas à temática da comissão, entre elas: i) reunião realizada com a Embaixada do Reino Unido; ii) participação na reunião entre organizações de catadores de materiais recicláveis e União Europeia; iii) participação na reunião com representantes da seção para assuntos comerciais da delegação da União Europeia no Brasil. Como encerramento das atividades da comissão durante a gestão, está prevista para ocorrer em 02 de dezembro de 2020 a 13ª reunião, cuja pauta principal é o balanço do Biênio 2018-2020 e as perspectivas para o Biênio 2020-2022.

- **Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo**

Em 2019 foram realizadas a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo.

Na 5ª reunião, ocorrida em março de 2019, foi realizado o planejamento de atuação da comissão, redigida nota sobre o Projeto Anticrime, apresentada a necessidade de interseção com outras comissões do conselho e apresentada proposta de flexibilização do posse de armas e a luta pela vida das mulheres.

Na 6ª reunião, ocorrida em maio de 2019, houve a apresentação das atividades realizadas na missão e reunião descentralizada do conselho no Ceará. A missão foi realizada para verificar a segurança pública no estado e contou com a oitiva de parentes de vítimas da violência estatal no

Ceará. Além disso, a comissão discutiu a extinção dos conselhos, da situação da violência no Rio de Janeiro, abordando questões como o “caveirão aéreo” e ações e declarações do governador Wilson Witzel. Discutiu também desdobramentos do caso da execução pelo exército brasileiro do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de material reciclável Luciano Macedo; desdobramentos do caso do professor da rede estadual de ensino, um homem negro e gay, que estava correndo risco de vida; o impacto da PEC 29 de 2015 na vida da mulher; violência contra o público LGBTI, decisão do Ministério da Saúde de abolir o termo violência obstétrica das políticas e programas de saúde. Por fim, foi deliberada proposta de nota sobre o Decreto Presidencial que facilitou o porte de armas de fogo. Como resultados principais dessa reunião saiu proposta de nota pública sobre a situação do Rio de Janeiro e a proposta de recomendação sobre violência obstétrica.

Na 7ª reunião, em junho de 2019, foi discutida a orientação do MRE de reconhecimento do gênero somente na perspectiva do sexo biológico (mulher ou homem); a visão do governo brasileiro sobre a palavra “gênero” e a ofensiva contra conquistas institucionais da mulher em uma tentativa de desconstrução do seu papel transformador como força motriz de resistência democrática. Foi ressaltado o dia 25 de julho como data para comemorar a Luta das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. Como resultado principal da referida reunião, podemos citar a proposta de nota sobre a extinção Conselho Nacional LGBT.

Na 8ª reunião, em setembro de 2019, foi discutida a candidatura do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos da ONU; o relatório da Comissão Especial sobre Participação Social do CNDH sobre a extinção de conselhos; o Presídio Feminino de Ananindeua – Pará; casos de violência contra crianças e adolescentes negros em estabelecimentos comerciais, bem como contra pessoas negras de modo geral; proposta de campanha midiática que focalize defesa dos direitos das mulheres; caso Preta Ferreira; estratégias para tratar sobre as questões de gênero e educação na atual conjuntura; estratégias para tratar sobre a atuação dos movimentos sociais diante das violações de direitos por parte dos governos atuais; atividade do CNDH sobre o dia da Consciência Negra; censuras realizadas pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, e pelo governador de São Paulo, João Dória. Além disso, foi relatada a missão realizada pelo CNDH ao estado do Rio de Janeiro.

Na 9ª reunião, em 9 de março de 2020, foi discutido o novo contexto do CNDH com composição de nova Mesa Diretora, nova Secretaria-Executiva e novo presidente eleito. Também foi realizada roda de conversa sobre a importância de garantir a presença de mulheres e LGBTQI nos espaços de poder nos municípios, considerando que 2020 é um ano eleitoral. Entre os encaminhamentos, foi proposta a criação de uma plataforma de direitos humanos, com indicação de construção nas comissões e com as redes de conselheiras e conselheiros nos estados. A comissão também decidiu convidar presidentes dos partidos alinhados com a pauta de direitos humanos para discutir sobre o tema. Na ocasião de dois anos completados após o assassinato de

Marielle e Anderson, a comissão aprovou divulgação de uma nota e também oficiou o Ministério da Justiça, as comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, o Governo do Rio de Janeiro e a Comissão de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro sobre acompanhamento do caso.

A Nota do CNDH em apoio à decisão do STF e ao papel da educação no combate à violência de gênero foi um dos resultados da 10ª reunião, em 19 de maio de 2020. Foi deliberada ampla divulgação das ações de combate à violência contra mulheres agravada pelo contexto da pandemia, em que o isolamento social torna mais velada a situação de agressão. Ainda sobre o contexto da pandemia, a comissão providenciou retificação de ofício enviado pelo CNDH para órgãos do governo federal tratando dos atrasos na concessão de auxílio emergencial previsto em lei.

Foi dado, nas reuniões subsequentes em 26 de maio e 13 de julho, seguimento aos trabalhos da Agenda Eleitoral de Direitos Humanos divulgada para sensibilizar partidos, parlamentares e o TSE sobre o respeito aos direitos humanos na pauta das Eleições Municipais de 2020 (Leia aqui o documento).

Além de dar seguimento aos trabalhos já em curso, a reunião de 17 de julho de 2020 teve como encaminhamento uma análise do material criticando movimentos sociais divulgado pelo Itamaraty e a deliberação de oficiar a Procuradoria Geral da República, a Presidência da Câmara dos Deputados e Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Itamaraty para retirada imediata do material do site do Ministério das Relações Exteriores. A comissão também analisou uma denúncia de prisão considerada arbitrária.

A reunião de 3 de agosto de 2020 foi dedicada a encaminhamentos relativos a análises de denúncias, bem como de questões relativas à pandemia, como o veto do presidente da República ao auxílio emergencial às mães solteiras e os impactos da volta às aulas para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Também foram deliberadas solicitações aos órgãos competentes de providências diante de atos de homofobia, intolerância religiosa, racismo e evasão escolar da população trans.

Em 30 de setembro de 2020 a comissão se dedicou à construção da Plataforma de Direitos Humanos, um repositório virtual de documentos para consulta sobre os trabalhos desenvolvidos por movimentos sociais, entidades e instituições voltadas para a defesa dos direitos humanos, de modo a subsidiar os trabalhos do CNDH.

- **Comissão Especial sobre Participação Social**

A Comissão Especial sobre Participação Social foi criada a partir de deliberação da 48ª Reunião Plenária do CNDH, no dia 12 de junho de 2019, conforme Resumo Executivo. Foram convidados a participar da 1ª reunião da comissão representantes da sociedade civil de 15 colegiados de promoção de direitos no dia 13 de agosto de 2019. Como resultado da reunião foi elaborado o Relatório “Colegiados e Participação Social: Impactos do Decreto nº 9.579/2019”.

Além da criação e antes mesmo da 1ª reunião da comissão especial, o CNDH já vinha se manifestando sobre o cerceamento à participação social no atual governo federal. Durante sua 44ª Reunião Plenária, o colegiado recebeu o presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, Fernando Pigatto, e Vanja Andréia, membra da Mesa Diretora do CNS, para discutir a participação social no Poder Executivo federal. Na mesma Plenária, foi aprovada a Recomendação nº 01/2019, que pede a recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para garantia de participação social e efetivo funcionamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em abril, logo após a publicação do Decreto nº 9.759/2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, manifestou-se publicamente sobre o tema. Na 47ª Reunião Plenária, o CNDH aprovou a nota pública em defesa da permanência e do funcionamento de conselhos, comitês, comissões, grupos e mecanismos relacionados à promoção e a defesa dos direitos humanos, e realizou consulta pública para subsidiar ações do conselho visando à defesa, à permanência e à recriação desses espaços de participação social.

Em 27 de maio de 2019, Pinho também participou da audiência pública intitulada “Participação social e fortalecimento dos órgãos colegiados”, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, em defesa da atuação plena dos conselhos.

Durante a 48ª Reunião Plenária do CNDH, realizada em junho, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda apresentou nota pública que alerta para a inviabilização de seu funcionamento, com corte de cargos técnicos, morosidade de procedimentos logísticos para a XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contingenciamento de recursos, entre outras ações e omissões do governo federal. Na mesma Reunião Plenária, CNDH aprovou a Recomendação nº 06/2019 acerca da manutenção e importância do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, tal como previsto na Lei nº 12.847/2018.

Durante a 49ª Reunião Plenária, em julho, representantes da antiga composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), Lucia Secoti e Michelline Visconde, relataram a situação do conselho após a publicação do Decreto nº 9.812 de 30 de maio de 2019, e posteriormente, do Decreto nº 9.893 de 27 de junho, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, e que alterou substancialmente sua composição e funcionamento. Na

mesma reunião, foi aprovada nota pública contra a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT – CNCD/LGBT(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Em 06 de agosto de 2019, o CNDH reuniu-se com o vice-procurador-geral da República para tratar dos entraves do atual governo federal ao funcionamento dos órgãos de participação social. Também estiveram representados o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, o CNCD/LGBT e o Conanda.

Durante a 50ª Reunião Plenária do CNDH, também realizada em agosto, foi aprovada nota pública que repudia o Decreto nº 9.926/2019 do governo federal, que excluiu vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad.

A Mesa Diretora do CNDH, reunida em 27 de agosto de 2019, publicou nota pública que denuncia intervenção na Secretaria-Executiva do CNDH, com desrespeito à sua autonomia e independência. A nota foi aprovada pelo Plenário do conselho durante a 51ª Reunião Ordinária, realizada em setembro.

Em incidência internacional, o CNDH, representado pelo conselheiro Eduardo Queiroz, participou, em 26 de setembro de 2019, de encontro com membros da CIDH/OEA, em Washington, nos Estados Unidos, em que alertou sobre ameaça à participação social no Brasil e realizou entrega oficial do relatório produzido no âmbito da comissão.

A partir da reunião de 9 de dezembro de 2019, o colegiado produziu comunicado a ser encaminhado à CIDH/OEA sobre o processo seletivo pelo governo sem rearticulação de conselhos que foram extintos. O documento foi encaminhado à organização do Seminário sobre Democracia Participativa do Sistema Nacional de Participação, em articulação com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e com a participação da Comissão do Senado. Foi deliberada a participação do CNDH no Fórum Nacional das Resistências, em Porto Alegre (RS), em janeiro, em encontro sobre empresa, trabalho e direitos humanos. Na reunião também foi discutida a Campanha do Movimento Nacional pela Democracia Participativa. A campanha, que contou com a colaboração do Conselho Nacional de Saúde, também deu visibilidade aos impactos do Decreto 9757/2019 no funcionamento dos conselhos nacionais.

Foi finalizado em 25 de maio de 2020 o Relatório Colegiados Nacionais e Covid-19. O grupo se dedicou ainda à elaboração de comunicado sobre participação social no contexto de pandemia, a ser apresentado para CIDH/OEA, Comitê de Direitos Humanos da ONU e Comissões de Direitos Humanos do Congresso Nacional, para contribuições. O grupo também deu início à elaboração de campanha pela participação social em tempos de pandemia de covid-19, pautando: contribuição da sociedade para elaboração de políticas públicas, monitoramento e transparência da implementação das políticas, avaliação das políticas implementadas e mobilização social. Também foi criado grupo técnico-jurídico para elaboração de estratégias de judicialização de restrições na participação social e apresentação dessas propostas à comissão.

O colegiado pactuou, na reunião de 6 de outubro de 2020, novos instrumentos (como moções, recomendações e resoluções, entre outros) a serem criados em conjunto com fóruns interconselhos). Entre elas destaca-se Recomendação Conjunta sobre Retrocessos na Política Ambiental e documento sobre as diversas dimensões de atos governamentais relacionados à retirada de direitos e ameaças de retrocessos. Também foi discutida proposta de projeto de lei estabelecendo o Dia Nacional de Participação Social.

- **Comissão Permanente de Litigância Estratégica**

A Comissão de Litigância Estratégica foi criada pela Resolução nº 38, de 18 de setembro de 2020, com aprovação unânime na Plenária da 7ª Reunião Extraordinária. Sua finalidade é assessorar o Plenário do conselho quanto à possibilidade jurídica e a pertinência da participação do colegiado em demandas judiciais que embatem, *latu sensu*, sobre questões de direitos humanos, seja nos tribunais brasileiros ou tribunais internacionais.

Para cumprir o seu papel, a Comissão de Litigância Estratégica poderá emitir pareceres, elaborar peças processuais, memoriais, devendo ser seus trabalhos submetidos ao Plenário do CNDH para deliberação. Ela será composta por advogadas/os, defensoras/es públicos, professoras/es da área acadêmica, especialistas em relações internacionais, tradutoras/es e outras/os profissionais notórios, convidadas/os pelo CNDH.

- **Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos**

Em 13 de março de 2019, a partir da publicação da nota sobre os princípios de autonomia e a independência do CNDH que devem ser respeitados e foram descumpridos (leia aqui), o Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos aprovou a iniciativa de avaliar a autonomia dos conselhos estaduais e municipais mapeados em escala nacional. Também foi definida a apresentação de proposta de plano de ação para que os conselhos estaduais e municipais atuem em conjunto com o CNDH em uma plataforma unificada de defesa de direitos humanos.

A proposta de construção coletiva do plano foi apresentada no 5o Encontro da Rede Nacional de Direitos Humanos. O grupo previu ainda a elaboração e divulgação da Agenda Eleitoral de Direitos Humanos, que foi amplamente divulgada, inclusive para todos os partidos inscritos no Tribunal Superior Eleitoral, além do próprio TSE, das representações de direitos humanos da Câmara e do Senado e nas presidências das respectivas instituições parlamentares.

Em sua segunda reunião, de 06 de maio de 2019, o grupo decidiu enviar ofício aos governos estaduais para mapear os conselhos e sistematizar os marcos legais estaduais relacionados à criação desses conselhos. Foi apresentada primeira versão da Resolução do Pacto para

publicação na semana dos direitos humanos e analisado documento sobre os Princípios de Paris com vistas a subsidiar Resolução nº 11 de 2019. O grupo deliberou ainda sobre elaboração de termo de referência sobre o Repositório do Pacto Nacional.

Os encaminhamentos da reunião de 12 de maio de 2020 se concentraram nas ferramentas de articulação entre integrantes e de monitoramento das ações do grupo, assim como de contato com os conselhos estaduais que não responderam ao formulário de mapeamento de conselhos de direitos humanos nos estados. A partir dessa reunião, foi enviada devolutiva aos conselhos sobre o mapeamento nacional, tendo sido aprovado Plano de Ação para o grupo.

Em 2 de junho de 2020, em reunião conjunta com a Mesa Diretora do CNDH, foram definidas manifestações da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos sobre democracia e participação social, violência contra as mulheres e de gênero, retrocessos na garantia de direitos e racismo estrutural, assim como diretrizes para fortalecer conselhos. Também foi definida periodicidade de reuniões entre a Mesa Diretora do CNDH e a Rede: a cada dois meses.

Além de dar seguimento aos trabalhos em curso, o grupo criou, no encontro de 16 de julho de 2020, uma plataforma para reunir e sistematizar informações de reuniões dos conselhos estaduais, acompanhando também as eleições em escala estadual. As trocas sobre métodos para assegurar a transparência, a lisura e a eficiência no processo eleitoral resultaram na sugestão de seguir o exemplo do Conselho Estadual de Direitos Humanos de São Paulo, que contou com a colaboração do Ministério Público Federal, sistema adotado também pelo CNDH em novembro de 2020, garantindo agilidade, isenção e segurança na votação e apuração.

Na reunião de 20 de agosto de 2020 o grupo dedicou-se à preparação do Encontro Nacional de Conselhos, a ser realizado para apresentar um panorama sobre a atuação da rede de conselhos nas iniciativas de participação e controle social nos direitos humanos no Brasil e subsidiar debate sobre o fortalecimento da independência dos conselhos e instituições com foco nos direitos humanos, na adequação dos conselhos aos Princípios de Paris e nos desafios de reestruturação dos conselhos. Também foi definida estratégia de mobilização a partir da divulgação da Nota de Posicionamento Nacional sobre Direitos Humanos, Manifestação Conjunta nº 1/2020 dos Conselhos Estaduais e do CNDH sobre os retrocessos na participação democrática.

A reunião de 16 de setembro de 2020 com a Mesa Diretora do CNDH foi especialmente dedicada à organização do 3º Encontro da rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos e 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos. Após a realização do encontro, o grupo não conseguiu mais organizar reuniões, pois está em processo de definição da nova representação das regiões do Brasil conforme preconiza o Documento Base do Pacto.

e) Missões do CNDH

As missões do CNDH consistem em visitas *in loco* a estados e municípios brasileiros para verificar a ocorrência de situações violadoras de direitos humanos. Durante as missões, além da escuta das pessoas e organizações que compõem os grupos atingidos pelas violações para elaboração do diagnóstico da situação, são realizadas reuniões institucionais com os órgãos públicos locais e nacionais com responsabilidade no objeto da missão, no sentido de encaminhar soluções emergenciais.

Em 2019, considerando os desafios enfrentados com o contingenciamento orçamentário inicialmente imposto, o CNDH deliberou pela realização de missões com relatores designados pelo plenário (uma pessoa), a qual ficava com o compromisso de participar das atividades e preparar o relatório para ser apresentado ao Pleno. Em 2020, diante da grave crise causada pela pandemia de covid-19, o CNDH apenas realizou missões em casos de extrema gravidade e urgência, por meio de designação de um grupo de trabalho ou representante, para o acompanhamento presencial.

Assim, no Biênio 2018-2020, foram realizadas 23 missões para acompanhar violações de direitos humanos em 13 estados brasileiros – Amazonas (02), Bahia (05), Ceará (01), Maranhão (02), Minas Gerais (01), Mato Grosso do Sul (01), Pará (03), Paraná (01), Rio de Janeiro (02), Rondônia (01), Rio Grande do Sul (01), São Paulo (03) e Sergipe (02), abrangendo todas as regiões brasileiras – Centro Oeste (01), Norte (06), Nordeste (08), Sul (02) e Sudeste (06).

A partir da perspectiva de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, cada missão tinha um enfoque em uma situação de violação de direitos relacionada às comissões e subcomissões permanentes do CNDH: Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais (02), Direitos da População em Situação de Rua (02), População em Situação de Privação de Liberdade (02), Políticas de Drogas e Saúde Mental, Políticas de Drogas e Saúde Mental (01), Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários (13) e Trabalho, à Educação e à Seguridade Social (01); articulação intercomissões (02).

Mapa de missões realizadas no Biênio 2018-2020

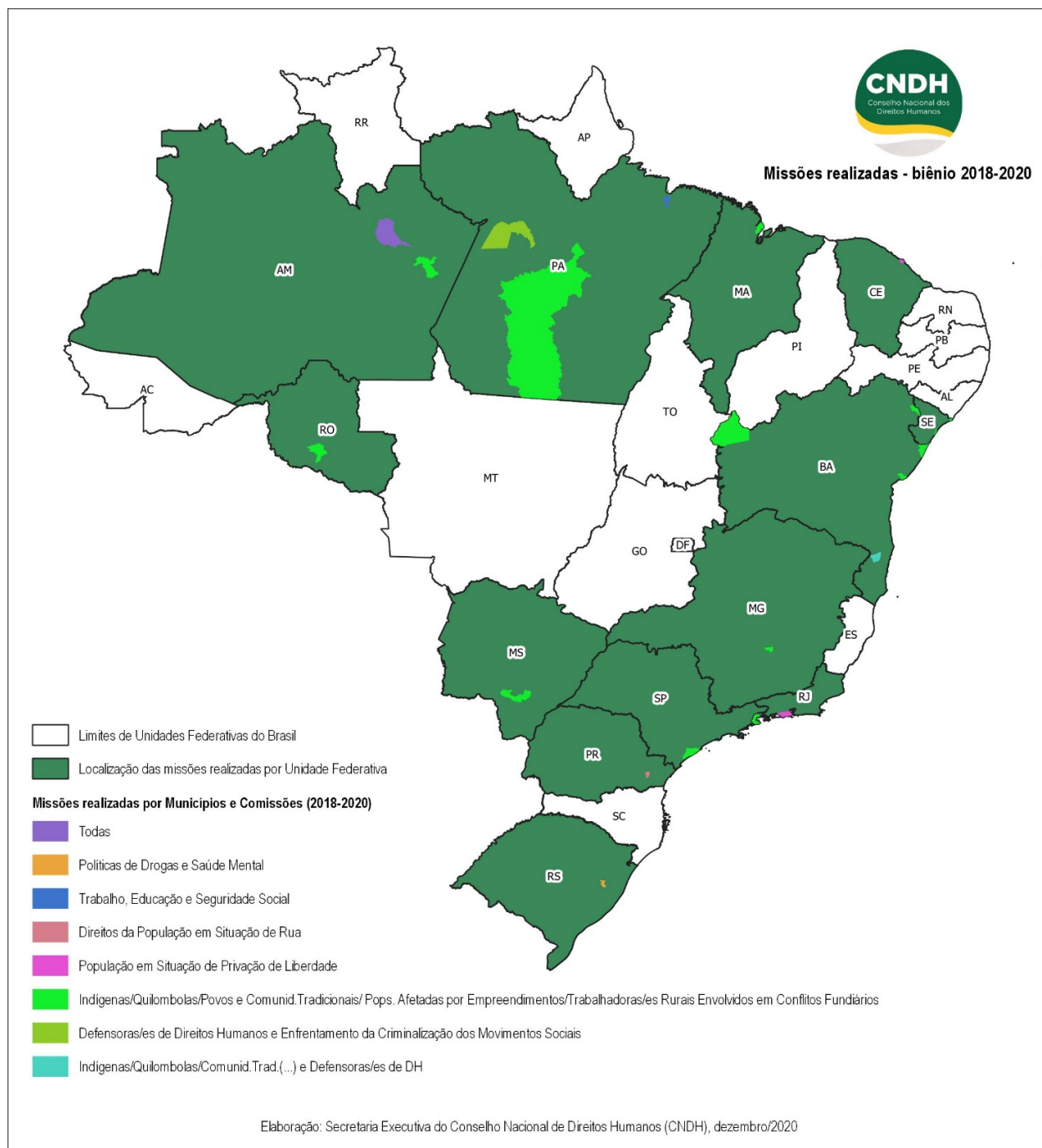


Tabela de missões realizadas no Biênio 2018-2020

Ano	Mês	Objeto da Missão	Local	Comissão	Relatório
2019	Janeiro	Rompimento da barragem de rejeitos	Brumadinho - MG	Terra e Água	Sim

2019	Fevereiro	Preservação da vida das comunidades em Xingu	Altamira - PA	Terra e Água	Sim
2019	Abril	Crise da segurança pública	Fortaleza - CE	Privação de Liberdade	Sim
2019	Abril	Ações possessórias e cíveis públicas que envolvem a Terra Indígena Tupinambá de Belmonte	Eunápolis - BA	Terra e Água e Defensores/as	Sim
2019	Julho	Juréia (região do Vale do Ribeira)	Iguape - SP	Terra e Água	Sim
2019	Julho	Criminalização de lideranças do movimento por moradia em São Paulo	São Paulo - SP	Cidade	Não
2019	Julho	Comunidades	Alcântara- MA	Terra e Água	Não
2019	Setembro	Acompanhar denúncias de violações de direitos humanos relativos à segurança pública	Rio de Janeiro - RJ	Privação de Liberdade	Sim
2019	Setembro	Rompimento da Barragem do Quati	Pedro Alexandre e Coronel João Sá - BA	Terra e Água	Sim
2019	Setembro	Caso dos Gerazeiros do Vale do Rio Preto na Bahia	Formosa do Rio Preto - BA	Terra e Água	Sim
2019		Fechamento de escolas no campo no Estado do Pará	Belém - PA	Trabalho	Não
2019	Outubro	Comunidade do Cajueiro e Alcântara	São Luís e Alcântara - MA	Terra e Água	Sim
2019	Outubro	Violações e violências sofridas pela população em situação de rua	Curitiba - PR	PopRua	Sim
2019	Outubro	Comunidades Rio dos Macacos, Ilha da Maré, na Bahia e Barra dos Coqueiros e Brejo Grande em Sergipe.	Simões Filho e Salvador - BA Aracaju e Brejo Grande - SE	Terra e Água	Não
2019	Outubro	Vazamento de óleo no mar da Região Nordeste do Brasil	Brejo Grande, Aracaju, Conde, Jandaíra - SE	Terra e Água	Sim
2019	Dezembro	Prisão arbitrária da brigada de Alter do Chão no Pará	Santarém - PA	Defensores/as	Sim
2020	Março	Indígenas Guarani e Kaiowá em Dourados, Mato Grosso do Sul	Dourados - MS	Terra e Água	Não

2020	Junho	Pandemia de covid-19 e violações de direitos humanos no estado do Amazonas	Manaus - AM	Todas	Sim
2020	Agosto	Nova Olinda do Norte - AM	Nova Olinda do Norte - AM	Terra e Água	Sim
2020	Setembro	Óbitos por covid-19 em hospitais psiquiátricos em Porto Alegre/RS	Porto Alegre - RS	Saúde Mental	Sim
2020	Outubro	Direitos humanos de indígenas Amondawa e Uru Eu Wau Wau	Seringueiras - RO	Terra e Água	Sim
2020	Novembro	Indígenas Guarany na Aldeia Rio Pequeno em Paraty/RJ	Paraty - RJ	Terra e Água	Sim
2020	Dezembro	Violações de direitos humanos da população em situação de rua	São Paulo - SP	PopRua	Sim

f) Caso sobre Indígena no STF e na CIDH/OEA

Diante da pandemia de covid-19 e do risco de perda de direitos irreparáveis para os povos indígenas brasileiros, o CNDH atuou junto ao Sistema Interamericano e à Suprema Corte nacional para que os direitos humanos desses povos sejam garantidos. Em conjunto com a Associação Hutukara Yanomami, em 16 de junho de 2020, o CNDH ingressou, pela primeira vez na sua história, com um pedido de medida cautelar junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, após a participação do líder indígena Dário Vitório Kopenawa Yanomami, por meio de videoconferência, da 3ª Reunião Extraordinária do CNDH, na qual relatou inúmeras dificuldades vividas pelos povos Yanomami, como a invasão garimpeira e a ameaça da pandemia de covid-19. A CIDH atendeu à solicitação e emitiu a Resolução nº 35/2020, de 17 de julho de 2020, mediante a qual outorgou medidas cautelares de proteção a favor dos membros dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana.

Por meio da Resolução, a CIDH solicitou ao Estado brasileiro adote as medidas necessárias para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal dos membros dos Povos Indígenas Yanomami e Ye'kwana, implementando, de uma perspectiva culturalmente apropriada, medidas preventivas contra a disseminação da covid-19, assim como forneça assistência médica adequada em condições de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade, de acordo com os parâmetros internacionais aplicáveis. Ademais, solicitou-se que essas medidas sejam acordadas com as pessoas a serem beneficiadas e suas/seus representantes e que as ações adotadas sejam informadas à comissão, de modo de que seja possível o monitoramento.

No âmbito nacional, o CNDH criou um Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros em virtude da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 709, conforme Resolução nº 28, de 07 de agosto de 2020. A ação foi ajuizada no Supremo Tribunal Federal - STF pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com seis partidos políticos com representação no Congresso Nacional, com objetivo de garantir a proteção do direito à vida e à saúde dos povos indígenas, em razão da pandemia de covid-19.

Na ação, o ministro do STF Luís Roberto Barroso determinou que a União apresentasse um Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19, com a participação do CNDH e de representantes dos povos indígenas e apoio técnico por parte da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Grupo de Trabalho em Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A manifestação do CNDH, que destaca importância do retorno das demarcações das terras indígenas e a ampliação das barreiras sanitárias, foi aprovada por meio da Resolução nº 30, de 17 de agosto de 2020.

g) Eleições Para a Nova Composição do CNDH (Biênio 2020-2022)

A Comissão Eleitoral do CNDH foi instituída pela Resolução nº 29, de 07 de agosto de 2020, com a finalidade de coordenar a eleição de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o CNDH, no Biênio 2020-2022. Foram designados como membros titulares da comissão: a conselheira Luiza de Marillac Xavier dos Passos, representante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE); o conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CF/OAB); e o conselheiro Herbert Borges Paes de Barros, representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Em virtude do contexto de pandemia pelo novo coronavírus, todo processo eleitoral se deu em ambiente virtual. A etapa de inscrição, ocorrida entre 21 de setembro e 21 de outubro de 2020, contou com 192 organizações ou movimentos sociais inscritos, o que representou um aumento de 116% em relação às eleições do último biênio, apontando para um crescimento expressivo e permanente de participação social. Entre os inscritos, 136 organizações ou movimentos sociais foram habilitados para concorrerem à eleição, realizada durante o Encontro Nacional nos dias 19 e 20 de novembro de 2020.

O Encontro Nacional consistiu em breve contextualização sobre o funcionamento do CNDH, apresentação do regimento do processo eleitoral, apresentação das candidaturas pelas(os) representantes das entidades habilitadas, processo de votação eletrônica, apresentação do resultado preliminar da eleição e período para interposição de recursos relativos ao processo

eleitoral. A apuração da eleição registrou 116 votos válidos, 7 votos inválidos, 6 abstenções e ausência de votos brancos ou nulos.

Considerando o compromisso do CNDH com a efetivação de um processo transparente, democrático e independente, firmou-se cooperação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para realização da votação eletrônica e sua apuração.

Foram eleitas as seguintes entidades titulares e suplentes:

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais titulares
Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - UNISOL Brasil - UNISOL
Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
União Brasileira de Mulheres - UBM
Central Única dos Trabalhadores - CUT
Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC
Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB
Plataforma Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Plataforma Dhesca

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais suplentes

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR
Conselho Federal de Psicologia - CFP
Movimento Nacional População de Rua - MNPR
Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER
Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC
Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED
Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação - Casa Brasileira
Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM

h) Termos de Designação

Uma inovação do ano de 2019 foi a utilização do instrumento intitulado “Termo de Designação”, destinado tanto a consultor/ases *ad hoc*, quanto a conselheiras/os e colaboradoras/es para realizar o acompanhamento de atividades e missões com subseqüente relato nas Reuniões Plenárias do CNDH.

Ao longo do Biênio 2018-2020 foram publicados 29 Termos de Designação.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 1 - Designa o conselheiro Leonardo Pinho e a conselheira Fabiana Severo para acompanhar as violações de direitos humanos no caso da criminalização de lideranças do movimento por moradia em São Paulo.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 2 - Designa o conselheiro Leandro Scalabrin para acompanhar a situação violadora de direitos humanos no caso das famílias atingidas da barragem da usina Hidrelétrica de São Roque em Santa Catarina.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 3 - Designa a conselheira Deborah Duprat para acompanhar a situação de violações de direitos humanos de comunidades quilombolas da região de Alcântara no Maranhão.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 4 - Designa os conselheiros Leonardo Pinho, Sandra Carvalho, Ieda Leal, Eduardo Queiroz, Marcelo Chalreo e Camila Asano para realizar missão ao Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de acompanhar as violações de direitos humanos no temas relativos à segurança pública.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 5 - Designo o conselheiro Leandro Scalabrin para acompanhar possível situação violadora de direitos humanos no caso de seletividade, discriminação e violações de direitos humanos e princípios constitucionais pela Justiça Brasileira, contidas na reportagem “As mensagens secretas da Lava Jato”, publicada em 09 de junho de 2019, pelo Intercept Brasil.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 6 - Designa a conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira para acompanhar a situação violadora de direitos humanos no caso sobre o Rompimento da Barragem do Quati na Bahia.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 7 - Designa a conselheira Fabiana Severo, os conselheiro Marco Antônio da Silva, Paulo Mariante e Leonardo Pinho para realizarem missão em São Paulo no intuito de acompanhar situações de violações de direitos humanos pelas empresas de segurança privada de estabelecimentos comerciais.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 8 - Designa a conselheira Livia Ferreira da Silva para acompanhar situação violadora de direitos humanos no Caso dos Gerazeiros do Vale do Rio Preto na Bahia.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 9 - Designa a conselheira Eneida Guimarães para acompanhar situação violadora de direitos humanos no caso do fechamento de escolas no campo no Estado do Pará.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 10 - Designa o conselheiro Marcelo Chalréo para acompanhar situação violadora de direitos humanos nas comunidade do Cajueiro e Alcântara no Maranhão.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 11 - Designo o conselheiro Everaldo Patriota e as senhoras Marta Patriota e Iara Moura para acompanhar situação violadora de direitos humanos no caso do vazamento de óleo no mar da Região Nordeste do Brasil.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 12 - Designa a conselheira Eneida Guimarães e os senhores Eliana Bogéa, Rodrigo Dornelles e Ronaldo Neto para acompanhar situação violadora de direitos humanos no caso da prisão arbitrária da brigada de Alter do Chão no Pará.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 13 - Designa Daniele de Souza Osório para acompanhar situação violadora de direitos humanos no caso dos indígenas Guarani e Kaiowá em Dourados, Mato Grosso do Sul.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 14 - Designa a conselheira Livia Ferreira e Paula Nunes para acompanhar situação violadora de Direitos Humanos nas comunidades de Rio dos Macacos e Ilha da Maré na Bahia. Designação do Conselheiro Marcelo Chalreo para acompanhar situação violadora de Direitos Humanos nas comunidades Rio dos Macacos, Ilha da Maré, na Bahia e Barra dos Coqueiros e Brejo Grande em Sergipe.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 1 - Designa Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Maria de Nazaré Tavares para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação, sobre o Decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a luz do art. 206 da Constituição Federal, das Diretrizes Nacionais sobre Educação em Direitos Humanos, sobre o Plano Nacional de Educação e sobre o PNDH-3.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 3 - Designação de Irene Rizzini como consultora ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para políticas públicas para a população em situação de rua

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 01, de 13 de agosto de 2020 - Designação da conselheira Eneida dos Santos para representar o CNDH para acompanhar as ações da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Forçados, com o objetivo de fortalecer a agenda de direitos dos/as atingidos/as por grandes projetos bem e de construir instrumentos normativos para a proteção de direitos e reparação integral de danos; elaborar relatório e propostas sobre deslocamentos compulsórios e direitos humanos no Brasil; apresentar relato do acompanhamento em subsequente Reunião do Plenário do CNDH.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 2020 - Designa Fabrício Amorim como consultor ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para políticas públicas para povos indígenas isolados e de recente contato.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 02, DE 30 DE MARÇO DE 2020 - Designa Tomás Henrique Gomes Melo como consultor ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou

recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para políticas públicas para a população em situação de rua.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 03, DE 30 DE MARÇO DE 2020 - Designa Maria Lúcia Silva como consultora ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre diretrizes de direitos humanos para políticas públicas para a população em situação de rua.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 04, DE 15 DE JUNHO DE 2020 - Designa Valério Mazzuoli como consultor ad hoc para subsidiar tecnicamente o relator Leonardo Penafiel Pinho, elaborando um parecer jurídico abordando as principais características jurídicas e administrativas para que o Conselho Nacional de Direitos Humanos seja reconhecido enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos e um estudo comparado em relação às experiências de Instituições Nacionais de Direitos Humanos de outros países.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 05, DE 06 DE MAIO DE 2020 - Designa as relatoras especiais Luanna Marley de Oliveira e Silva, Luciana de Souza Ramos e Meirilane Pires Coelho para acompanhar, pelo CNDH, in loco as situações violadoras de direitos humanos em decorrência das contingências sociais e do estado de calamidade pública causados pela pandemia do Covid-19 em Manaus; II – Elaborar relatório a ser submetido ao Conselho com propostas de recomendações de medidas protetivas e reparadoras de situações de ameaça ou violação de direitos humanos.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 06, DE 27 DE JULHO DE 2020 - Designa Claton Coelho, Erik Simões, Juliana Rosalen e Mariana Ferron como consultores(as) ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo participar de reuniões a convite do Conselho, emitir parecer e apresentar propostas para elaboração e monitoramento de plano para o enfrentamento da covid-19 para os povos indígenas brasileiros.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 07, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 - Designa Marcelo Azambuja como consultor ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates e estudos temáticos do CNDH para elaborar proposta de Resolução do CNDH sobre a realização de audiências temáticas e audiências públicas no âmbito do Conselho.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE CONSULTORIA Nº 08 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 - Designa o conselheiro Marcelo Chalréo para representar o CNDH para acompanhar situação violadora de direitos humanos no monitoramento e apuração in loco de denúncias e solicitações da Comunidade Indígena Guarani do Rio Pequeno, localizada na cidade de Paraty, sul do estado do Rio de Janeiro; subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação de medidas protetivas e reparadoras de situações de ameaça ou violação de direitos humanos; e apresentar relato do acompanhamento em subsequentes Reuniões do Plenário do CNDH.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 02, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020 - Designa Paulo César Carbonari e Rafael de Oliveira consultores ad hoc para: I - Subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre a situação violadora de direitos humanos no caso de adoecimento e óbitos por covid-19 nos envolvendo funcionários e pessoas internadas nas dependências do Hospital Psiquiátrico São Pedro e Hospital Colônia Itapuã.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 03, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020 - Designa Inácio José Werner como relator especial ad hoc para representar o CNDH, in loco, no acompanhamento das situações violadoras direitos humanos do povo indígena Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia; subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação de medidas protetivas e reparadoras de situações de ameaça ou violação de direitos humanos; apresentar relato do acompanhamento em subsequentes Reuniões do Plenário do CNDH.

TERMO DE DESIGNAÇÃO Nº 04, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 - Designação de Deborah Duprat e Carlos Frederico Souza Filho como consultora e consultor ad hoc para subsidiar tecnicamente os debates do CNDH, podendo emitir parecer e apresentar proposta de manifestação, resolução ou recomendação sobre a situação violadora de direitos humanos na Bacia do Rio Doce.

i) Resoluções

Foram aprovadas 14 resoluções do CNDH em 2019 e 43 em 2020, totalizando 57 no biênio.

2019

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial a Brumadinho (MG) após o rompimento da Barragem da Vale S/A, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - <https://bit.ly/39kAnp1>

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, Dispõe sobre a prorrogação de prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração do Processo Apuratório nº 01/2017, do CNDH - <https://bit.ly/3o0n698>

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MARÇO DE 2019, Dispões sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/39udNu6>

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE MARÇO DE 2019, Dispões sobre a criação de Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/3mnwT8F>

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE JUNHO DE 2019, Dispõe sobre a prorrogação de prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração do Processo Apuratório nº 01/2017, do CNDH - <https://bit.ly/39pip4N>

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, Dispõe sobre a composição das Comissões e Subcomissões Permanentes, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/3lnPxfi>

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, Dispõe sobre a composição das Comissões e Subcomissões Permanentes para o Biênio 2019-2020, no âmbito do CNDH - <https://bit.ly/3obO8dY>

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, Dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas - <https://bit.ly/33wWhl0>

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH realizada em 25 de julho de 2019 após a demolição de casas da Comunidade Caiçara do Rio Verde/Grajaúna/Praia do Una, localizada na Jureia, Município de Iguape, Vale do Ribeira/SP - <https://bit.ly/33tTERa>

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, Dispõe sobre a aplicação de sanção de Censura Pública em face de Ronaldo Nogueira de Oliveira, em decorrência de prática de condutas contrárias aos direitos humanos, pela resistência à divulgação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e pela edição da Portaria nº 1.129/2017, enquanto Ministro de Estado do Trabalho - <https://bit.ly/2KKwQpA>

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, Dispõe sobre a criação do Grupo Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH - <https://bit.ly/36kaK5E>

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH sobre os impactos do derramamento de petróleo na vida de povos e comunidades tradicionais de Sergipe e Bahia. - <https://bit.ly/37oKiav>

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, Aprova o Relatório da Missão Emergencial aos Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá/BA após o rompimento da Barragem do Quati, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - <https://bit.ly/3qcSLGg>

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, Dispõe sobre a caracterização de crimes ocorridos em Mariana/MG e na Bacia do Rio Doce, após o rompimento da barragem do Fundão, como violações a direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processo e julgamento. <https://bit.ly/3erQTnu>

2020

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020, Aprova o Relatório da Missão Emergencial do CNDH a Alter do Chão, no Estado do Pará, ocorrida em dezembro de 2019 - <https://bit.ly/3mrVycr>

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Opina pela rejeição da Medida Provisória nº19, de 10 de dezembro de 2019 - <https://bit.ly/3qhcdSm>

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Aprova o Relatório da Missão a Curitiba, no Estado do Paraná, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH - <https://bit.ly/3ocZ3UG>

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 11 DE MARÇO DE 2020, Aprova da Missão ao Estado do Rio de Janeiro, realizada entre os dias 2 e 4 de setembro de 2019 - CNDH – <https://bit.ly/3qc70v7>

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política sobre Direitos Humanos e Empresas - CNDH - <https://bit.ly/3oaCJuM>

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda a aprovação da PEC 309/2013, “altera o § 8º do Art.195 da Constituição Federal, para dispor sobre a contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar” e sua aprovação. - <https://bit.ly/3qivrHm>

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda a não aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Mais Brasil com as PECs 186, 187 e 188. - <https://bit.ly/3lp4HRD>

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 12 DE MARÇO DE 2020, Recomenda que seja revogado o Decreto nº 10.252 de 20 de fevereiro de 2020 que muda significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que como consequência extinguiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas. - <https://bit.ly/36teMce>

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 18 DE MARÇO DE 2020, Recomenda à Funai a revogação do art. 4º da Portaria no 419/PRES, de 17 de Março de 2020 e o cumprimento da Portaria Conjunta do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional do Índio no 4.094, de 20 de dezembro de 2018. <https://bit.ly/36pdZbZ>

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2020, Aprova a Recomendação Conjunta nº 01/2020 da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que dispõe sobre recomendações de medidas a respeito da pandemia Covid-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. <https://bit.ly/3mt5pid>

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 19 DE MARÇO DE 2020, Pede providências ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais que indiquem a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse coletivos em áreas urbanas e rurais como medida preventiva à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19. - <https://bit.ly/3fWhYQw>

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 23 DE MARÇO DE 2020, dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário do CNDH, em caráter excepcional, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). - <https://bit.ly/2JnBwBq>

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Estabelece recomendações quanto aos cuidados de saúde e garantias de direitos de grupos especialmente vulneráveis no contexto da pandemia de Covid-19. - <https://bit.ly/3lqcT47>

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas diante da situação da pandemia de Covid-19 no tocante ao direito à água, esgoto e energia elétrica. - <https://bit.ly/2VuedIx>

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Opina por um conjunto de medidas visando a garantir o direito ao trabalho e à renda e os direitos sociais, econômicos e ambientais na situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2HXduMZ>

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Recomenda um conjunto de medidas visando a garantir o atendimento do direito humano à alimentação adequada e combate à fome em relação à situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2VI3W1x>

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 15 DE ABRIL DE 2020, Recomenda um conjunto de medidas visando a garantir os direitos humanos das pessoas em restrição/privação de liberdade diante da situação atual da crise sanitária e social de Covid-19. <https://bit.ly/2Jty73Q>

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 06 DE MAIO DE 2020, Estabelece recomendações para o pleno respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais no contexto da pandemia do Covid-19. <https://bit.ly/3lluBpu>

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 06 DE MAIO DE 2020, Recomenda a edição de nova Portaria Interministerial para alteração de dispositivos das Interministeriais nº 201/2020, 203/2020 e 204/2020. <https://bit.ly/3fX6hJf>

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 20 DE MAIO DE 2020, Recomendação nº 026, de 22 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Saúde, recomenda ao Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde, às Secretarias Municipais de Saúde que, no âmbito de suas competências, requisitem leitos privados, quando necessário, e procedam à sua regulação única a fim de garantir atendimento igualitário durante a pandemia. <https://bit.ly/2HVCiF5>

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 06 DE MAIO DE 2020, Dispõe sobre a situação atual da crise sanitária e social do Covid-19 no país e recomenda medidas garantidoras ao direito à renda básica cidadã. <https://bit.ly/37EwBV9>

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Opina por um conjunto de medidas para garantir a efetivação do CNDH como uma instituição nacional de direitos humanos.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Designa relator e consultores para elaboração de subsídios técnicos e proposta de credenciamento do CNDH como instituição nacional de direitos humanos.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre a necessidade de adoção de medidas pelo Ministério Público para fins de investigação de eventuais crimes decorrentes da contaminação de trabalhadores pela COVID-19 por empresas.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Aprova o Relatório da missão ao Estado do Amazonas, realizada entre os dias 06 de maio e 12 de Junho de 2020, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 15 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, que extingue o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei.

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 09 DE JULHO DE 2020, Dispõe sobre a garantia do direito à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade, em especial em regime fechado no

sistema prisional e internos(as) do sistema socioeducativo em todo território nacional.
<https://bit.ly/33ztHQa>

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 07 DE AGOSTO DE 2020, Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para elaborar e monitorar um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em virtude da ADPF 709. <https://bit.ly/3lthXF1>

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 07 DE AGOSTO DE 2020, Institui a Comissão Eleitoral de que tratam o §5º do art. 7º, da Resolução nº 01, de 09 de junho de 2015 (Regimento Interno do CNDH).
<https://bit.ly/2JB9fXL>

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 17 DE AGOSTO DE 2020, Aprova a Manifestação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre a ADPF 709. <https://bit.ly/39vWetD>

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 14 DE AGOSTO DE 2020,Dispõe sobre Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos na região de Nova Olinda do Norte/AM. <https://bit.ly/2JCTq3a>

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 31 DE AGOSTO DE 2020,Aprova Manifestação Pública Conjunta nº 01/2020: RETROCESSOS NA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, que dispõe sobre sobre retrocessos na participação democrática.
<https://bit.ly/36oAWfB>

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.
<https://bit.ly/3g37iji>

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Aprova o Relatório Preliminar de Atividades, da Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. <https://bit.ly/3fXPG88>

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar emergencialmente em vista da chacina ocorrida contra o povo indígena Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia.
<https://bit.ly/3qfD1C1>

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020,Dispõe sobre a criação da Comissão de Litigância Estratégica no âmbito no Conselho Nacional dos Direitos Humanos.
<https://bit.ly/3ocXQwp>

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar às autoridades públicas e solicita às autoridades sanitárias a não autorização do retorno às atividades pedagógicas/acadêmicas presenciais e recomenda aos sistemas de ensino que as avaliações pedagógicas/acadêmicas sejam exclusivamente diagnósticas no ano letivo/acadêmico de 2020. <https://bit.ly/3qgLQvR>

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar a regulamentação, em rito de urgência, do trabalho das/os condutoras/es e entregadoras/es por aplicativos de entregas ou de logística. <https://bit.ly/37nU64C>

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020, Resolve recomendar a adoção de Carta Compromisso às/aos candidatas/os do processo eleitoral 2020 adoção das práticas compromisso sobre Agenda de Direitos Humanos. <https://bit.ly/39uVSTY>

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020, Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. <https://bit.ly/37d6ZQe>

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Dispõe sobre o processo de nomeação da Coordenação Geral/ Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos. <https://bit.ly/3jh0bn7>

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020, Resolve recomendar ao Estado Brasileiro tomada de providência no enfrentamento aos incêndios florestais agravados pelas queimadas no Pantanal, Cerrado e Amazônia. <https://bit.ly/2HVSnr>

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020, Dispõe sobre a realização de audiências no âmbito no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/3nuGryZ>

j) Recomendações

Foram aprovadas 27 recomendações em 2019 e 16 em 2020, totalizando 43 no biênio.

2019

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019, recomenda a recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - <https://bit.ly/36lyoi6>

RECOMENDAÇÃO Nº 02, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019, recomenda que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e o licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - <https://bit.ly/39sDlb9>

RECOMENDAÇÃO Nº 03, DE 14 DE MARÇO DE 2019, recomenda que todas as normativas incompatíveis com a estabelecida Política Nacional de Saúde Mental, que subsidiam a Nova Política Nacional de Saúde Mental, elaborada e em execução sem ser legitimamente formulada, sejam suspensas e submetidas ao debate público; e que convoque audiências públicas, com antecedência e ampla convocação, garantindo a plena e efetiva participação dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. - <https://bit.ly/33ujOTY>

RECOMENDAÇÃO Nº 04, DE 09 DE MAIO DE 2019, recomenda a revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação, ciência e tecnologia; e a não ingerência à autonomia universitária, liberdade de cátedra, expressão e pensamento, bem como a livre investigação científica; - <https://bit.ly/2JnfLBv>

RECOMENDAÇÃO Nº 05, DE 09 DE MAIO DE 2019, recomenda ao Ministro da Saúde a desconsideração do despacho SEI SEI/MS – 9087621, por representar um retrocesso nas políticas públicas de saúde da mulher e saúde materna; a garantia da participação social na formulação da Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS e no Programa Humanização do Parto e Nascimento, especificamente, mas não apenas, quanto à tipificação das condutas que representam violência obstétrica. - <https://bit.ly/37gD6Nw>

RECOMENDAÇÃO Nº 06, DE 12 DE JUNHO DE 2019, recomenda acerca da manutenção e importância do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, tal como previsto na lei 12847/2013 - <https://bit.ly/33vYrkV>

RECOMENDAÇÃO Nº 07, DE 13 DE JUNHO DE 2019, recomenda que o tratamento dado a comunicadores por parte dos agentes públicos siga diretrizes estabelecidas em normas internacionais e nacionais que visem garantir o respeito ao exercício profissional, a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e o direito à informação - <https://bit.ly/3mmZTxx>

RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 13 DE JUNHO DE 2019, acerca das violações de direitos humanos na região de Volta Grande do Xingu/Pará. - <https://bit.ly/2KSprVs>

RECOMENDAÇÃO Nº 09, DE 12 DE JUNHO DE 2019, sobre segurança e moradia da população em situação de rua - <https://bit.ly/36II8ZI>

RECOMENDAÇÃO Nº 10, DE 11 DE JULHO DE 2019, sobre a manutenção da Ação Orçamentária 2019O destinada ao funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos no âmbito da Unidade Orçamentária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://bit.ly/39tJ9RK>

RECOMENDAÇÃO Nº 11, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda ao Senado Federal a rejeição da proposta da Reforma da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados - <https://bit.ly/37nPtqX>

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Pará e ao Conselho Seccional da OAB do Pará que ajuíze Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei nº. 8.887, de 08 de julho de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária de ocupação rurais e não rurais em terras públicas do Estado do Pará - <https://bit.ly/2JlyqOu>

RECOMENDAÇÃO Nº 13, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda a tramitação com urgência e a aprovação do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). <https://bit.ly/36k0U3I>

RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 14 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda a derrubada do veto ao art. 24, inciso XVI, da Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 que trata da recomposição do CONSEA na estrutura básica do Ministério da Cidadania. <https://bit.ly/36k0U3I>

RECOMENDAÇÃO Nº 15, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda a adoção de medidas relacionadas à liberação e ao monitoramento do uso de agrotóxicos. <https://bit.ly/3llgSyT>

RECOMENDAÇÃO Nº 16, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, que recomenda a suspensão imediata dos efeitos da Portaria nº 666 de 25 de julho de 2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública. - <https://bit.ly/3qe70KX>

RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 03 DE SETEMBRO DE 2019, que Recomenda que não seja pautado para deliberação ou aprovação o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), até que haja conclusão da Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-Fé das Comunidades Quilombolas, conforme previsto na Convenção nº 169 da OIT e segundo recomendação constante do Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. - <https://bit.ly/3fOCxyc>

RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019, que recomenda a aprovação do Plano de Ação 2019-2021 para o cumprimento do PNDH-3 e do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3. <https://bit.ly/37lcKKj>

RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, que recomenda a revogação do § 2º do art. 5º da Resolução 2232 do Conselho Federal de Medicina de 17/07/2019, que considera abuso de direito a recusa terapêutica manifestada por gestante. <https://bit.ly/3fRIMm4>

RECOMENDAÇÃO Nº 20, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, que recomenda a abstenção da adoção de procedimentos que gerem a perda do poder familiar, como o acolhimento institucional e o acolhimento familiar, no que tange a crianças venezuelanas em situação de rua, especialmente as de etnia Warao, sem antes serem observadas todas as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). <https://bit.ly/33pDYhN>

RECOMENDAÇÃO Nº 21, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019 - Manifestação e recomendação a respeito da liberação de atividades exploratórias em terras indígenas e flexibilização do garimpo. <https://bit.ly/2VmkIgs>

RECOMENDAÇÃO Nº 22, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019 - Manifestação e recomendação a respeito da mudança de critérios para a caracterização função social da propriedade. <https://bit.ly/3od20Vh>

RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, que recomenda ao Governo do Estado do Maranhão, ao Ministério Público do Estado do Maranhão, à Defensoria Pública do Estado do Maranhão, à Defensoria Pública da União e ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, ações que façam cessar imediatamente as violações aos Direitos Humanos da Comunidade Tradicional do Cajueiro, em São Luís do Maranhão, e garantam o respeito a partir de agora aos seus direitos como povos tradicionais. <https://bit.ly/33wQ4We>

RECOMENDAÇÃO Nº 24, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019, que recomenda medidas de proteção à integridade física e territorial do povo indígena Tupinambá de Olivença do sul do Estado da Bahia. <https://bit.ly/3mmFGaZ>

RECOMENDAÇÃO Nº 25, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre a situação da sociedade civil organizada no Estado do Pará, no Município de Santarém, no contexto da "Operação Fogo do Sairé" da Polícia Civil. <https://bit.ly/2Viiy1x>

RECOMENDAÇÃO Nº 26, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que recomenda à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM a anulação da Licença Prévia LPER nº 0035/2019 concedida no curso do licenciamento ambiental de lavra de fosfato a céu aberto requerido pela empresa Águia Fertilizantes S/A. <https://bit.ly/2JkO90c>

RECOMENDAÇÃO Nº 27, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, que recomenda o respeito e cumprimento imediato do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3. <https://bit.ly/3o6W4go>

2020

RECOMENDAÇÃO Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, que dispõe sobre a relativa à necessidade de se preservar o direito à saúde e a isonomia de pessoas não brasileiras, independentemente de sua condição migratória no Município de Boa Vista/RR - <https://bit.ly/2JznIU8>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01, DE 19 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre recomendações de medidas a respeito da pandemia COVID-19 para várias autoridades dos diversos poderes e à população em geral. <https://bit.ly/3ocev3d>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 02, DE 28 DE ABRIL DE 2020, Recomenda a revogação da IN n 9/2020 da Funai, tendo em vista sua inconstitucionalidade, inconveniência e ilegalidade, em especial com relação ao direito originário dos povos indígenas sobre suas terras. <https://bit.ly/3mtFWFp>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03, DE 30 DE ABRIL DE 2020, O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4º, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos. <https://bit.ly/2JqE6Xl>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 04, DE 10 DE JUNHO DE 2020, No dia 08 de junho de 2020, em meio à pandemia, e o contexto de isolamento social, em que as atividades sociais e econômicas contam com um conjunto de restrições a Prefeitura de São Caetano do Sul expediu o Ofício da Divisão Técnica 46/2020 rescindindo o contrato de prestação de serviço da Cooperava de Catadores e Recicladores de São Caetano do Sul – COOPTRESC. <https://bit.ly/37vkhGG>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 05, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda que, durante a pandemia causada pela COVID-19, não sejam emitidas qualquer autorização ou licença para construção da Linha de Transmissão 230 kV Oriziminá – Juruti – Parintins devido à inobservância do procedimento de consulta e consentimento prévio, livre e informado às comunidades quilombolas afetadas, impactadas ou atingidas, conforme determinação da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário. <https://bit.ly/3fTw5WV>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 06, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Dispõe sobre o acesso a cestas básicas aos povos e comunidades tradicionais. <https://bit.ly/2JCIXVq>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 07, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda a adoção de medidas para manutenção do direito à alimentação adequada dos alunos da rede pública municipal de ensino (rede pública ESTADUAL de ensino) durante a emergência sanitária decorrente do novo coronavírus, dentre outras providências. <https://bit.ly/33xHk2k>

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 08, DE 16 DE JUNHO DE 2020, Recomenda ao Ministério da Saúde a manutenção da Nota Técnica nº 16/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. <https://bit.ly/3ocj2CL>

RECOMENDAÇÃO Nº 09, de 10 de julho de 2020 - Recomenda sobre medidas legislativas de combate às *fake news* (notícias falsas) e sobre a garantia do direito à liberdade de expressão, acesso à informação, à liberdade de imprensa e outros direitos na Internet. <https://bit.ly/303W5Yb>

RECOMENDAÇÃO Nº 10, de 10 de julho de 2020 - Recomenda ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a garantia da autonomia do CNDH quanto à veiculação de releases, notas, notícias assim como a publicização dos relatórios, recomendações e outros instrumentos do órgão como garantia aos Princípios de Paris e aos princípios da transparência e liberdade de imprensa. <https://bit.ly/2ZpBcaH>

RECOMENDAÇÃO Nº 11, de 15 de julho de 2020 - Recomenda ao Incra que receba a posse das áreas reavidas por meio das ações reivindicatórias propostas pela União na Justiça Federal e que dê às terras públicas a destinação prevista na CRFB/88; ao MPF/MT que tome as medidas jurídicas cabíveis para apurar se ocorreu ato de improbidade administrativa nos casos concretos; à DPU/MT que tome as medidas jurídicas cabíveis para garantir a promoção de direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade que vivem nos acampamentos às margens das estradas do estado, garantindo o acesso à terra.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA CNS/CONANDA/CNDH Nº 01, DE 04 DE AGOSTO DE 2020, O CNS, CONANDA e CNDH recomendam medidas em sentido contrário à regulamentação do acolhimento de adolescentes em Comunidades Terapêuticas (CTs), entre outras providências. <https://bit.ly/2JnJIHi>

RECOMENDAÇÃO Nº 12, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda a adoção de medidas para regulamentação do uso de armamentos menos letais no âmbito do sistema penitenciário nacional. <https://bit.ly/2KXScjy>

RECOMENDAÇÃO Nº 13, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Opina que sejam rejeitados os vetos presidenciais à Lei Nº 14.048, de 24 de agosto de 2020. <https://bit.ly/3dSkTsr>

RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda sejam reforçadas as estratégias de implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira. <https://bit.ly/2ILjVTI>

RECOMENDAÇÃO Nº 15, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, Recomenda a revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. <https://bit.ly/2ISc6LH>

RECOMENDAÇÃO Nº 16, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020, Recomenda a retomada da execução da Política Nacional de Reforma Agrária, dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas e dos processos de regularização fundiária de áreas públicas federais. <https://bit.ly/3pMkf5p>

k) Notas Públicas

Foram aprovadas 39 notas públicas pelo Plenário do CNDH em 2019 e 29 em 2020, totalizando 69 no biênio.

2019

Nota Pública sobre o Rompimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho (MG) - <https://bit.ly/3og4AKb>

Nota Pública do CNDH em Repúdio ao Cerceamento da Liberdade de Associação Imposto pela MP 870 - <https://bit.ly/2V1w5FN>

Nota Pública de Homenagem, em memória, a Manoel Mattos - <https://bit.ly/3fTI0ny>

Nota Pública do CNDH em Defesa da Lei de Acesso à Informação - <https://bit.ly/2JoF3Q6>

Nota Pública de Pesar do CNDH pelos Mortos e Feridos em Suzano - <https://bit.ly/3fWmtuE>

Nota Pública do CNDH que propõe revogação ou rejeição da MP 873, em defesa da liberdade de organização sindical - <https://bit.ly/2HZkN6Y>

Nota Pública sobre os riscos do "Pacote de Projetos Anticrime" apresentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - <https://bit.ly/3lrbhaf>

Nota Pública de homenagem a Marielle Franco e Anderson Gomes - <https://bit.ly/3qhjcdV>

Nota Pública de homenagem a Mário Miranda de Albuquerque – <https://bit.ly/3op7KeL>

Nota Pública do CNDH em solidariedade à família de Evaldo dos Santos Rosa - <https://bit.ly/37rT6My>

Nota Pública do CNDH sobre a extinção de Conselhos, Comitês, Comissões através do Decreto Federal nº 9.759/2019 - <https://bit.ly/3mws7G8>

Nota Pública em homenagem a Marcus Vinícius de Oliveira (Marcus Matruga) - <https://bit.ly/36ossoz>

Nota Pública do CNDH de reprovação à condução do governador do Rio de Janeiro da política de segurança pública no Estado - <https://bit.ly/3o61Tuq>

Nota Pública em homenagem aos defensores de direitos humanos Maria do Espírito Santo Silva e José Cláudio Ribeiro - <https://bit.ly/3qiZUEY>

Nota Pública de reprovação do Decreto Presidencial das Armas nº 9.797/2019 que agrava a violência letal contra a População em Situação de Rua - <https://bit.ly/2JuK7SO>

Nota Pública em homenagem a Janaína Romão - <https://bit.ly/2VquApu>

Nota Pública contra a extinção do Conselho Nacional LGBT - <https://bit.ly/39ssNZz>

Nota Pública de reconhecimento à Justiça Global - <https://bit.ly/2Vmuzmv>

Nota Pública em saudação ao Congresso da UNE - <https://bit.ly/36sEM7z>

Nota Pública em Homenagem a Margarida Alves - <https://bit.ly/39J0cPV>

Nota Pública em Homenagem a Maria Lucia Santos Pereira - <https://bit.ly/2Jn23Pi>

Nota Pública em Repúdio ao Decreto nº 9.926/2019 do Governo Federal, que excluiu as vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) - <https://bit.ly/37nmsMd>

Nota Pública em Repúdio ao Decreto Municipal do Rio de Janeiro nº 46.314/2019 que Institui a Internação como Estratégia de Atendimento às Pessoas que Denomina "Dependentes de Drogas" e à População em Situação de Rua - <https://bit.ly/39C6KzL>

Nota Pública em Defesa da Autonomia e Independência do CNDH - <https://bit.ly/3o9CJes>

Nota Pública em Homenagem a Antonio da Costa Santos - <https://bit.ly/3oqKHQL>

Nota em defesa das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil - <https://bit.ly/36sE8a3>

Nota Pública sobre Material Didático Recolhido em São Paulo pelo Governo Dória - <https://bit.ly/33u753h>

Nota Pública de Repúdio a Censura de Materiais de Diversidade Sexual da Prefeitura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro - <https://bit.ly/3oawZ4a>

Nota Pública em Homenagem à memória de Paulo Reglus Neves Freire - <https://bit.ly/3fRk2ta>

Nota Pública em Repúdio ao quadro "Miss Infantil" realizado e veiculado pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) - <https://bit.ly/2Jy5D9f>

Nota Pública sobre derrubadas, desmatamentos e queimadas na Amazônia e gestão do Fundo Amazônia - <https://bit.ly/36tX3B6>

Nota Pública que lamenta aprovação da Reforma da Previdência - <https://bit.ly/2VqXbLq>

Nota Pública em homenagem à memória de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento - <https://bit.ly/3ly2L9K>

Nota do CNDH Contrária à Posição do Governo Brasileiro sobre o Bloqueio Econômico a Cuba - <https://bit.ly/3ls0Zqg>

Nota Pública do CNDH condenando violência contra protestos sociais na Bolívia - <https://bit.ly/2VjyX5Y>

Nota Pública em homenagem a Vladimir Herzog - <https://bit.ly/39vvCc7>

Nota do CNDH a respeito do Projeto de Lei nº 6.125/2019, que estabelece normas aplicáveis aos militares e agentes de segurança pública em operações de garantia da lei e da ordem e manifestações acerca de um "novo AI-5" - <https://bit.ly/37E2EEH>

2020

Nota Pública sobre censura a Porta dos Fundos - <https://bit.ly/2JH7EzG>

Nota Pública homenagem à Irmã Dorothy - <https://bit.ly/3qktA4L>

Nota Pública contrária à posição do Governo Brasileiro sobre o Plano de Paz anunciado pelo governo dos Estados Unidos para o conflito Israelense-Palestino - <https://bit.ly/3lykAW7>

Nota Pública em homenagem a Janaína Dutra e Fernanda Benvenutty - <https://bit.ly/33Dj4Me>

Nota Pública de 2 anos de impunidade Marielle Franco - <https://bit.ly/3oc0keo>

Nota Pública de repúdio ao uso da força nacional de segurança pública para garantia da “ordem pública” na Funai - <https://bit.ly/30f0h8e>

Nota Pública contra transfobia - <https://bit.ly/39AMrCI>

Nota Pública pela defesa dos direitos humanos da população em situação de rua em tempos de Coronacrise - <https://bit.ly/2VuFsmA>

Nota Pública conjunta do CNPCT/MNPCT/CNDH nº 1 sobre a COVID-19, de 30 de março de 2020 - <https://bit.ly/2Vtce7w>

Nota Pública PEC orçamento de guerra - A absurda priorização do mercado financeiro no contexto da pandemia - <https://bit.ly/3g0MdfV>

Nota Pública do CNDH por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa - <https://bit.ly/3onasBr>

Nota Pública do CNDH sobre a morte do menino João Pedro e o aprofundamento da violência de estado no Rio de Janeiro durante a Pandemia - <https://bit.ly/39I1LNE>

Nota Pública em homenagem a Rogélio Casado - <https://bit.ly/2JuzzTN>

Nota de Agradecimento a DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA -
<https://bit.ly/36w0h7c>

Nota Pública sobre segurança alimentar dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira -
<https://bit.ly/3mxijvB>

Nota de solidariedade às mães Yanomami no cuidar da alma de seus bebês -
<https://bit.ly/2OeqSMk>

Nota do CNDH contra norma da CGU que prevê vigilância a servidoras/es nas redes sociais -
<https://bit.ly/3fYTYw4>

Nota Pública do CNDH sobre intimidação de procuradores/as do MPF em decorrência de sua atuação na defesa dos povos indígenas - <https://bit.ly/33yg6Zi>

CNDH manifesta apoio à vida de meninas e mulheres que se encontram em situação de violência - <https://bit.ly/33DQwC9>

Manifestação pública conjunta nº 01/2020: Retrocessos na participação democrática - Os Conselhos de Direitos Humanos por meio da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos se manifestam sobre retrocessos na participação democrática - <https://bit.ly/2VsCgaX>

Nota Pública em Homenagem a Edécio Vigna - <https://bit.ly/3oeHX8Q>

Nota Pública por Ocasão do Dia Mundial da Alimentação - <https://bit.ly/3mgGopJ>

Nota Conjunta em Defesa da Liberdade de Expressão e Opinião e da Reforma Psiquiátrica Brasileira - <https://bit.ly/3kGUKPU>

Agenda de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Direitos humanos para as eleições municipais 2020 -

Nota em Homenagem a Sheila de Carvalho - <https://bit.ly/38H0Pc2>

Nota Pública em Homenagem a Antônio Cançado Trindade - <https://bit.ly/3krixCr>

Nota Pública em Homenagem a Zumbi dos Palmares - <https://bit.ly/3kvaC7a>

Nota sobre os 5 anos do rompimento da barragem do fundão e seus impactos na bacia do Rio Doce - <https://bit.ly/3fehLI7>

l) Relatórios

Foram oito relatórios aprovados pelo Plenário do CNDH em 2019 e seis em 2020.

Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da barragem da Vale S/A - <https://bit.ly/3oacXH2>

Relatório Colegiados e Participação Social: Impactos do Decreto nº 9.759/2019 – <https://bit.ly/2Jpv6BV>

Relatório Colegiados e Participação Social: Impactos do Decreto nº 9.759/2019 (Versão Resumida) – <https://bit.ly/37k1HRA>

Relatório da missão emergencial do CNDH realizada em 25 de julho de 2019 após demolição de casas da comunidade Caiçara do Rio Verde / Grajaúna / Praia do Una, localizada na Jureia, Município de Iguape, Vale do Ribeira/SP - <https://bit.ly/36sRSBL>

Relatório Missão Emergencial à região de Formosa do Rio Preto - <https://bit.ly/2Jsyko9>

Relatório da missão emergencial do CNDH sobre os impactos do derramamento de petróleo na vida de povos e comunidades tradicionais de Sergipe e Bahia - <https://bit.ly/3qjaID2>

Relatório da Missão Emergencial nos Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá / BA após rompimento da Barragem do Quati - <https://bit.ly/3llxDdi>

Relatório de Atividades 2019 - <https://bit.ly/3mwUzYA>

Relatório da Missão ao Rio de Janeiro 2019 - <https://bit.ly/3qoiPhV>

Relatório da Missão a Curitiba - População em situação de rua 2019 - <https://bit.ly/3onqhrP>

Relatório da Missão a Alter do Chão/PA em 2019 - <https://bit.ly/3ltvGf3>

Relatório emergencial pandemia covid-19 e violações de direitos humanos no estado do Amazonas - <https://bit.ly/37q9BZS>

Panorama de funcionamento dos Colegiados Nacionais no contexto da pandemia da Covid-19 - <https://bit.ly/33EtZfv>

Relatório - Frente de Trabalho para Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios
Relatório Preliminar de Atividades e Recomendações - <https://bit.ly/2VpHLY2>

m) Representações

Foram apresentadas três representações em 2019: uma contra o governador Wilson Witzel; e duas contra o deputado Eduardo Bolsonaro.

n) Pareceres

O CNDH aprovou o parecer sobre Pacote Anticrime, disponível em <https://bit.ly/2rkscp1>.

o) Documentação

A partir da análise disponível no SEI, foram gerados 7.366 relatórios em 2019 e 7.776 em 2020 (dados até 3o de novembro). Ao considerar apenas ofícios, foram gerados 3.510 em 2019 e 3.709 em 2020.

p) Denúncias

Em 2019 foram recebidas e apreciadas pelo Plenário do CNDH 166 denúncias. Até novembro de 2020, o CNDH recebeu e apreciou 147 denúncias.

q) Processo Apuratório

Diante da publicação, no dia 16 de outubro de 2017, da Portaria nº 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, que altera os conceitos que definem o trabalho escravo no Brasil, reduzindo as situações que caracterizam o crime e dificultando a sua fiscalização, o Plenário do CNDH, reunido em Brasília na sua 31ª Reunião Ordinária, repudiou a medida e decidiu, na manhã do dia 25 de outubro de 2017, por unanimidade, instaurar uma Comissão de Apuração de Condutas e Situações Contrárias aos Direitos Humanos do Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Essa foi a primeira vez que o colegiado instaurou um procedimento apuratório, recurso previsto na lei que cria o conselho (Lei nº 12.986/2014). A justificativa para abertura do procedimento foram as ações reiteradas adotadas pelo ministro, desde o início de sua gestão, que criam dificuldades ao processo de erradicação do trabalho escravo no país, como a ação voltada à não publicação da lista suja e, mais recentemente, a publicação da Portaria MTB nº1129/2017.

O processo se desenrolou ao longo de 2018 e foi concluído em outubro de 2019, durante a realização da 52ª Reunião Ordinária do conselho. O Plenário decidiu aplicar a censura pública como sanção, pois avaliou que o então ministro foi responsável por condutas contrárias aos direitos humanos. A decisão considerou os retrocessos na política pública de enfrentamento ao trabalho escravo enquanto Ronaldo Nogueira de Oliveira esteve à frente da Pasta do Trabalho, especialmente pelo significativo lapso temporal sem divulgação da lista suja do trabalho escravo e por ter editado a Portaria 1.129/2017.

A lista suja do trabalho escravo é um cadastro público de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição de escravidão, constatada em ações de fiscalização do então Ministério do Trabalho. O objetivo é denunciar e cortar investimentos públicos de bancos estatais a esses empregadores. Já a Portaria 1.129/2017 pretendeu limitar a fiscalização do trabalho e reduzir o conceito de trabalho escravo já sedimentado no ordenamento jurídico brasileiro, esvaziando as hipóteses de configuração do crime como na submissão de trabalhador a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho, as quais estariam condicionadas a uma situação de restrição de liberdade de ir e vir, segundo a portaria.

O CNDH atuou diante de sua competência para aplicar sanções estabelecidas em lei ao constatar condutas contrárias aos direitos humanos. Assim, após processo instaurado em 2017, oitivas de testemunhas e do investigado – a quem foi garantida ampla defesa e contraditório - decidiu-se pela censura pública, prevista no art. 6º, II, da Lei 12.986/2014, uma vez que as condutas praticadas e constatadas atentaram gravemente à política pública de erradicação do trabalho escravo no Brasil.

“As condutas foram praticadas de forma persistente, com descumprimento e desprezo de recomendações expedidas por diversas instituições deste Estado Democrático de Direito, inclusive deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Houve, ainda, tentativa de usurpar da competência do Congresso nacional para reduzir o conceito de trabalho escravo; afronta ao Supremo Tribunal Federal, tanto na resistência à divulgação da lista suja, quanto na declaração pública de não cumprimento à decisão de suspensão da Portaria 1.129. E tudo isso fitando retrocesso na política civilizatória de combate ao trabalho escravo”, afirma o relatório da Comissão Apuratória que conduziu a investigação, nos termos do art. 4º, XV, da Lei 12.986/2014, e da Resolução nº 08, de 25 de outubro de 2017.

r) Cursos, Seminários e Webnários Realizados

Em agosto de 2019, por iniciativa do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas, foi realizado o Seminário Interativo de Formação em Direitos Humanos e Empresas no âmbito da Semana de Ativismo em Direitos Humanos. Ocorrido no dia 13 de agosto de 2019, o seminário teve por objetivo discutir as violações sofridas por trabalhadoras/es, atingidas/os por grandes

empreendimentos ou atividades empresariais. Na ocasião estiveram presentes especialistas no tema, pessoas atingidas pela instalação de empresas em suas comunidades. Como continuidade dos trabalhos do GT, seria elaborada uma resolução do CNDH no sentido de traçar parâmetros em relação ao tema.

No dia 11 de novembro de 2019, ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Direitos Humanos e Saúde Mental, por iniciativa da Subcomissão Drogas e Saúde Mental do CNDH. O objetivo do evento foi apresentar a Resolução nº 08 do CNDH, que trata de soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas, bem como debater a conjuntura dos direitos humanos atualmente no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro.

Em 12 de novembro do mesmo ano, foi realizado o Seminário Desafios da Segurança Pública no Brasil, organizado pela Comissão dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH. O evento integrou a 53ª Reunião Ordinária do conselho, em edição extraordinária no Rio de Janeiro e teve por objetivo debater a política de segurança pública e a garantia dos direitos humanos no Brasil no atual contexto; produzir uma carta com diagnóstico e recomendações sobre a Política Nacional de Segurança Pública e um relatório para gestores públicos, parlamentares e sistema de justiça, bem como divulgar e visibilizar os princípios constitucionais e de direitos humanos que devem nortear toda a política de segurança.

Carta do Rio de Janeiro - Seminário desafios da segurança pública - <https://bit.ly/2ZrJzB5>

O ano de 2020 foi marcado por uma série de eventos realizados de forma remota, devido às exigências sanitárias para evitar o contágio por covid-19. Listamos a seguir os principais eventos organizados pelo colegiado:

15/06/20 - Live: "Pessoa Idosa, direitos humanos e o que a pandemia nos alerta"

Local: Facebook do CNDH facebook.com/conselhodedireitos

17/06/20 - Webinar sobre desafios impostos pela pandemia do coronavírus, enfrentados por territórios e comunidades atingidas por processos de deslocamentos compulsórios. Local: youtu.be/NaGXWc7qMX4

25/06/20 - Live: Defensores de direitos humanos debatem tortura, trabalho infantil e orgulho LGBTI

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

03/08/20 - Live: Adolescente em comunidade terapêutica: acolhimento ou internação? Um diálogo à luz do ECA e da Constituição

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

10/08/20 - Live: Por que NÃO acolher crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas? Impedimentos convencionais, constitucionais, estatutários e legais

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

10/20 - Curso de extensão "Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira"

29/10/20 - Webnário Impacto do Covid na Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

29 e 30/10/20 - Seminário sobre Violência Política na Internet em Contextos Eleitorais

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

13/10/20 - Webnário sobre desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei

Local: <https://facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

s) Encontro de Conselhos de Direitos Humanos

- 4º Encontro dos Conselhos de Direitos Humanos e 2º Encontro da Rede de Conselhos de Direitos Humanos

No dia 26 de novembro de 2019 foram realizados o 4º Encontro dos Conselhos de Direitos Humanos e o 2º Encontro da Rede de Conselhos de Direitos Humanos no Auditório da Defensoria Pública da União – DPU, em Brasília/DF. Na ocasião houve análise da situação dos direitos humanos no Brasil, com a participação de Cynthia Maria Pinto da Luz (SC), e um enfoque sobre o controle e a participação social, com o conselheiro do CNDH, Leandro Scalabrin. Em seguida, foi aberto o debate entre os integrantes do grupo para identificação de prioridades comuns.

Na parte da tarde houve a exposição dos elementos principais do pacto e memória dos processos realizados em 2019, com a presença de Paulo César Carbonari (RS); organização de uma Agenda Comum de Direitos Humanos, com objetivo de definir temas e ações conjuntas em cada região, ações nacionais e propostas de organização da Rede Nacional de Conselhos.

No dia 27 de novembro, os integrantes participaram do Seminário Nacional dos 10 Anos do PNDH-3, organizado pela Instituição Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil em parceria com CNDH.

- 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos e 3º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos

Conforme prevê o Documento Base do Pacto Nacional da Rede de Conselhos de Direitos Humanos, esta deve realizar ao menos duas vezes ao ano o encontro de todos os conselhos membros do pacto. Entretanto, em razão da pandemia do novo coronavírus no ano de 2020 foi realizado apenas um encontro por meio virtual.

Assim, em 06 de outubro de 2020 foi realizado a 5ª Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos e 3º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, através de plataforma virtual, com a participação de todos os conselhos estaduais de direitos em funcionamento⁴ e do CNDH. Por ter sido realizado em plataforma virtual, seu formato foi diferente dos encontros ocorridos até então, realizado apenas no turno da tarde.

O encontro teve como principal objetivo a discussão sobre a importância do fortalecimento da participação social para a defesa da democracia brasileira. Foram realizadas inicialmente duas mesas, com a finalidade de subsidiar as/os participantes de informações para o debate posterior. A primeira mesa apresentou um panorama nacional e estadual sobre a situação da participação social e controle social e o funcionamento dos conselhos de direitos humanos, tendo como motivador/a a conselheira do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba - CEDH/PB e representante da região Nordeste no Grupo de Referência do Pacto, Guiany Campos Coutinho e o presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor. A segunda mesa teve o objetivo de discutir o fortalecimento da independência e autonomia das instituições e conselhos de direitos humanos, motivada pelo conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul - CEDH-RS e representante da região Sul no Grupo de Referência do Pacto Paulo, César Carbonari, e pelo vice-presidente do CNDH, Leonardo Pinho.

Após a exposição das mesas foi aberto o debate para participação das/os representantes dos conselhos presente, trazendo informações sobre a situação atual de seus conselhos e os desafios para sua autonomia e independência, como infraestrutura para o funcionamento, atuação e divulgação de sua opinião. Ao final, o conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Mato Grosso - CDDPH/MT e representante da região Centro-Oeste no Grupo Referência do Pacto apresentou as informações para a reestruturação do grupo, que, conforme o Documento Base do Pacto, deve ser reestruturado a cada dois anos.

⁴ Estiveram presentes os conselhos estaduais de direitos humanos dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

t) Impacto na Imprensa - Clipping de Notícias

Janeiro/2019

21/01/19 - Tudo Rondônia

MPF, governo e especialistas debatem sobre perspectivas dos direitos constitucionais indígenas
<https://www.tudorondonia.com/noticias/mpf-governo-e-especialistas-debatem-sobre-perspectivas-dos-direitos-constitucionais-indigenas,26111.shtml>

22/01/19 - Brasil de Fato

PL que tenta proibir banho de sol nos presídios é inconstitucional, afirma jurista
<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/22/pl-que-tenta-proibir-banho-de-sol-nos-presidios-e-inconstitucional-afirma-jurista/>

23/01/19 - Destakjornal

Ministros e comunidades indígenas se encontram em Brasília
<https://www.destakjornal.com.br/brasil/detalhe/ministros-e-comunidades-indigenas-se-encontram-em-brasilia>

Fevereiro/2019

07/02/19 - TVT

Comissão Arns é criada para defender direitos humanos no Brasil
<http://bit.ly/2SLvMUX>

19/02/19 - Estadão

Comissão de juristas e ex-ministros critica pontos do projeto anticrime de Moro
<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-de-juristas-e-ex-ministros-critica-pontos-do-projeto,70002727033>

22/02/19 - O Regional

Presidente dos direitos humanos discute situação da Fazenda Campininha
<https://oregional.net/presidente-dos-direitos-humanos-discute-situacao-da-fazenda-campininha-92314>

23/02/19 - Gazeta Guaçuana

MST luta para conseguir área da Fazenda Campininha
<https://gazetaguacuana.com.br/mst-luta-para-conseguir-area-da-fazenda-campininha/>

27/02/19 - Portal MST

Em SP, CNDH e Defensoria Pública intervêm contra reintegração de posse de acampamento do MST

<http://www.mst.org.br/2019/02/27/em-sp-cndh-e-defensoria-publica-intervem-contrareintegracao-de-posse-de-acampamento-do-mst.html>

28/02/19 - O Estado de S.Paulo

Usina de Belo Monte está funcionando sem plano de emergência, diz MPF

<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,usina-de-belo-monte-esta-funcionando-sem-plano-de-emergencia-diz-mpf,70002739449>

28/02/19 - Portal do MPF

Volta Grande do Xingu (PA): vistoria revela abandono de comunidades que sofrem os danos mais graves da barragem de Belo Monte

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/depois-da-barragem-vistoria-na-volta-grande-do-xingu-revela-abandono-e-penuria-das-comunidades-que-sofrem-os-danos-mais-graves-de-belo-monte>

Março/2019

19/03/19 - Revista Forum

Nova Política de Saúde Mental é ilegal, diz presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos

<https://www.revistaforum.com.br/nova-politica-de-saude-mental-e-ilegal-diz-presidente-do-conselho-nacional-de-direitos-humanos/>

19/03/19 - Rede Brasil Atual

Conselho de Direitos Humanos repudia pacote de Moro para combate ao crime

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/03/pacote-anticrime-de-moro-vai-ampliar-violencia-avalia-conselho-de-direitos-humanos>

21/03/19 - CEE - Fiocruz

Um 'não' à internação e ao eletrochoque: CNDH recomenda suspensão da Nova Política de Saúde Mental

Replicada por:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Um-nao-a-internacao-e-ao-eletrochoque-CNDH-recomenda-suspensao-da-Nova-Politica-de-Saude-Mental/47/43634>

<https://racismoambiental.net.br/2019/03/24/um-nao-a-internacao-e-ao-eletrochoque-cndh-recomenda-suspensao-da-nova-politica-de-saude-mental/>

25/03/19 - Jornal GGN

Defendemos águas para a vida, não para a morte

<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/defendemos-aguas-para-a-vida-nao-para-a-morte/>

Abril/2019

04/04/19 - Site da DPU

DRDH/DF pede suspensão de normativos que alteram Política de Saúde Mental

<https://www.dpu.def.br/noticias-distrito-federal/49925-drdh-df-pede-suspensao-de-normativos-que-alteram-a-politica-de-saude-mental>

09/04/2019 - Site do MPCE

MPCE dialoga com Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre Sistema Prisional cearense

<http://www.mpce.mp.br/2019/04/09/mpce-dialoga-com-conselho-nacional-de-direitos-humanos-sobre-sistema-prisional-cearense/>

09/04/2019 - Portal do Governo do Ceará

Izolda Cela recebe presidente da CNDH para tratar sobre o sistema penitenciário

<https://www.vicegov.ce.gov.br/2019/04/09/izolda-cela-recebe-presidente-da-cndh-para-tratar-sobre-o-sistema-penitenciario/>

10/04/2019 - Diário do Nordeste

Quebrar vínculos fortalece facções, diz perito

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/quebrar-vinculos-fortalece-faccoes-diz-perito-1.2085981>

10/04/2019 - Globo - CETV

Relatório aponta maus tratos a presidiários no Ceará

<https://globoplay.globo.com/v/7532968/>

11/04/2019 - O Povo

Relatório denuncia tortura em presídios do Ceará

<https://opovo.com.br/jornal/cidades/2019/04/10/relatorio-denuncia-tortura-em-presidios-do-ceara.html>

11/04/2019 - Uol

CE: presos foram torturados em massa e "entregues" a facções, diz relatório

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/11/ce-presos-foram-torturados-em-massa-e-entregues-a-faccoes-diz-relatorio.htm>

11/04/2019 - OAB-CE

CNDH realiza audiência pública com familiares de presos e apresenta relatório

denunciando tortura dentro de presídios do Ceará

<http://oabce.org.br/2019/04/cndh-realiza-audiencia-publica-com-familiares-de-presos-e-apresenta-relatorio-denunciando-tortura-dentro-de-presidios-do-ceara/>

11/04/2019 - Carta Capital - Versão impressa

Muitos dedos no gatilho

13/04/19 - O Estado de S.Paulo

Decreto de Bolsonaro pode pôr fim a conselhos de participação civil

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-de-bolsonaro-pode-por-fim-a-conselhos-de-participacao-civil,70002789906?utm_source=facebook:newsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais:042019:e&utm_content=::&utm_term=

17/04/19 - A Pública

Governo Federal não sabe quantos conselhos foram extintos nem qual será a redução de custos

<http://bit.ly/2UISorL>

Carta Capital

Censura do STF desvela as íntimas reações entre mídia e Judiciário

<http://bit.ly/2Pkd4je>

18/04/19 - A Tribuna

Sem conselhos

<https://www.atribuna.com.br/opiniaio/editorialat/sem-conselhos-1.48789>

19/04/19 - G1

BA tem 53 líderes indígenas ameaçados de morte e outros 17 foram assassinados; terras não demarcadas acirram disputas

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/04/19/ba-tem-53-lideres-indigenas-em-programa-de-protecao-por-ameacas-de-morte-terras-nao-demarcadas-acirram-disputas.ghtml>

23/04/19 - Rede Brasil Atual

Comitê de cadastro dos atingidos por barragens pode ser extinto

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/com-decreto-de-bolsonaro-comite-dos-atingidos-por-barragens-pode-ser-extinto>

Maió/2019

08/05/19 - Revista Forum

Conselho Nacional de Direitos Humanos discute crise do sistema penitenciário e critica pacote Moro

<https://www.revistaforum.com.br/conselho-nacional-de-direitos-humanos-discute-crise-do-sistema-penitenciario-e-critica-pacote-moro/>

10/05/19 - Uol

Witzel entra na mira da PGR por defender 'abate' de suspeitos... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/10/por-defesa-de-abate-de-suspeitos-witzel-entra-na-mira-da-pgr.htm?cmpid=copiaecola>

13/05/19 - Hora do Povo

PGR apura declarações de Witzel sobre “abate” em comunidades do Rio

<https://horadopovo.org.br/pgr-apura-declaracoes-de-witzel-sobre-abate-em-comunidades-do-rio/>

13/05/19 - O documento

PRF MT inicia campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

<https://odocumento.com.br/prf-mt-inicia-campanha-de-combate-ao-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>

16/05/19 - O Estado de S.Paulo

Com foco em abstinência, governo quer financiar 20 mil vagas em comunidades terapêuticas <http://bit.ly/2w0PRtd>

24/05/19 - Senado Notícias

CDH vai debater a importância dos órgãos colegiados

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/24/cdh-vai-debater-a-importancia-dos-orgaos-colegiados>

30/05/19 - Sinprosasco

Conselho de direitos humanos pede revisão de cortes e defende autonomia universitária

<https://www.sinprosasco.org.br/tag/cndh/>

30/05/19 - G1

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda revisão de bloqueios na educação

<https://glo.bo/2HMzI1w>

30/05/19 - TVT

A vice-presidente do CNDH e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, é entrevistada pelo jornalista Juca Kfourir. <https://www.youtube.com/watch?v=5SoPp5i02A4>

30/05/19 - Exame

Conselho de Direitos Humanos recomenda revisão de bloqueios na educação

<http://bit.ly/2wC6hIQ>

30/05/19 - G1

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda revisão de bloqueios na educação

<https://glo.bo/2HMzI1w>

Junho/2019

03/06/19 - CBN

Conselho Nacional dos Direitos Humanos pede que seja revista decisão de abolir termo 'violência obstétrica'

<https://glo.bo/318tvEq>

03/06/19 - G1

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda volta do termo 'violência obstétrica' em políticas públicas

<https://glo.bo/2Wmf6FY>

03/06/19 - Bahia Notícias

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda volta do termo 'violência obstétrica'

<https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/22784-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-recomenda-volta-do-termo-violencia-obstetrica.html>

03/06/19 - Universa – Uol

Ministério pede revisão de decisão que abole o termo "violência obstétrica"

<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/03/ministerio-pede-revisao-de-decisao-que-abole-o-termo-violencia-obstetrica.htm>

03/06/19 - Paraná Portal

Procuradoria pede a Damares informações sobre conselhos participativos de direitos humanos

<https://paranaportal.uol.com.br/politica/procuradoria-pede-a-damares-informacoes-sobre-conselhos-participativos-de-direitos-humanos/>

04/06/19 - Metrópolis

Conselho dos Direitos Humanos quer termo violência obstétrica de volta

<https://www.metropoles.com/saude/conselho-dos-direitos-humanos-quer-termo-violencia-obstetrica-de-volta>

05/06/19 - Valor Econômico

Conselho Nacional de Direitos Humanos aponta caos no sistema prisional

<http://www.valor.com.br/politica/4827286/conselho-nacional-de-direitos-humanos-aponta-caos-no-sistema-prisional>

07/06/19 - Sul 21

Audiência pública na Assembleia Legislativa debateu situação das barragens no RS

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/06/audiencia-publica-na-assembleia-legislativa-debateu-situacao-das-barragens-no-rs/>

11/06/19 - Uol

Bolsonaro exonera equipe de combate à tortura; órgão diz que vai recorrer

<http://bit.ly/2Kc3qPY>

11/06/19 - Época

Conselho Nacional dos Direitos Humanos julgará Moro e Deltan

<https://glo.bo/31mfhA1>

11/06/19 - Jornal Opção

Bolsonaro exonera grupo de combate à tortura

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/bolsonaro-exonera-grupo-de-combate-a-tortura-189710/>

13/06/19 - CBN

Exoneração de servidores de órgão que combate a tortura será denunciada à ONU

<http://m.cbn.globoradio.globo.com/media/audio/263880/exoneracao-de-servidores-de-orgao-que-combate-tort.htm>

13/06/19 - Vio Mundo

Conselho Nacional dos Direitos Humanos julgará Moro e Dallagnol

<https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-julgara-moro-e-dallagnol.html>

13/06/19 - Valor

Estrutura de combate à tortura em sistema prisional é desmontada

<https://www.valor.com.br/politica/6302617/estrutura-de-combate-tortura-em-sistema-prisional-e-desmontada>

13/06/19 - Correio Braziliense

Decreto de Bolsonaro esvazia programa de combate à tortura

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/06/11/interna_politica,762086/derecreto-de-bolsonaro-esvazia-programa-de-combate-a-tortura.shtml

13/06/19 - Ponte

Favorável à tortura, Bolsonaro esvazia Mecanismo de Combate à Tortura

<https://ponte.org/favoravel-a-tortura-bolsonaro-esvazia-mecanismo-de-combate-a-tortura/>

18/06/19 - 180graus

Recomendação da CNDH prevê o não uso de litigância de má-fé para impor a censura e intimidar

<https://180graus.com/politica/recomendacao-da-cndh-preve-o-nao-uso-de-litigancia-de-ma-fe-para-impor-a-censura-e-intimidar>

26/06/19 - CIMI

CNDH solicita ao STF admissão como amicus curiae em defesa da demarcação de terras indígenas

<https://cimi.org.br/2019/06/cndh-solicita-ao-stf-admissao-como-amicus-curiae-em-defesa-da-demarcacao-de-terras-indigenas/>

Julho/2019

11/07 - Voz da Bahia

Sem menção a gênero e a tortura, Brasil apresenta documento de candidatura a conselho da ONU

<https://vozdabahia.com.br/sem-mencao-a-genero-e-a-tortura-brasil-apresenta-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu/>

11/07 - Blog do Esmael

Conselho Nacional dos Direitos Humanos investigará violação contra Lula

<https://www.esmaelmorais.com.br/2019/07/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-investigara-violacao-contralula/>

12/07 - G1

Órgão de direitos humanos brasileiro prepara 'resposta crítica' a documento de candidatura a conselho da ONU

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/12/orgao-de-direitos-humanos-brasileiro-prepara-resposta-critica-a-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu.ghtml>

12/07 - O Brazilianista

CNDH critica documento de candidatura do Brasil ao conselho da ONU

<https://obrasilianista.com.br/2019/07/12/cndh-critica-documento-de-candidatura-do-brasil-ao-conselho-da-onu/>

12/07 - Jornal da Fronteira

Órgão de direitos humanos brasileiro prepara resposta crítica a documento de candidatura a conselho da ONU

<https://www.jornaldafronteira.com.br/orgao-de-direitos-humanos-brasileiro-prepara-resposta-critica-a-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu/>

Agosto/2019

05/08 - UOL

Conselho de Direitos Humanos pede aos EUA documentos secretos da ditadura

<http://bit.ly/2MIy8AE>

15/08 - Revista Época

Conselho Nacional de Direitos Humanos ataca pacote anticrime de Moro: 'Regime de exceção'

<https://glo.bo/2H97jBN>

15/08 - SUS CONECTA

Conselhos e colegiados definem agenda em defesa do direito de participação e controle social

<http://www.susconecta.org.br/conselhos-e-colegiados-definem-agenda-em-defesa-do-direito-de-participacao-e-controle-social/>

16/08/19 - O Globo

Conselho nacional dos direitos humanos repudia decreto de Crivella

https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-repudia-decreto-de-crivella.html?fbclid=IwAR3f9eoSujUj-rAw580OLwJ_CwDQACVGf9dJSjFYoWWSitBZ7eDwdRbY-G4

16/08/19 - Manaus Alerta

Governo contra o povo: Wilson Lima quer proibir imprensa de divulgar imagens de presos nas delegacias de Manaus

<https://manusalerta.com.br/governo-contr-o-povo-wilson-lima-quer-proibir-imprensa-de-divulgar-imagens-de-presos-nas-delegacias-de-manaus/>

26/08/19 - Correio Braziliense

Órgão vinculado a Damares se posiciona contra reforma da Previdência

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/26/interna_politica,779259/orgao-vinculado-a-damares-se-posiciona-contr-a-reforma-da-previdencia.shtml

26/08/19 - Metr opolis

Reforma da Previdência: 52,7% dos brasileiros são contra, diz CNT

26/08/19 - Folha de S.Paulo

Damara exonerada coordenadora de conselho após órgão criticar reforma da Previdência

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/damara-exonera-coordenadora-de-conselho-apos-orgao-criticar-reforma-da-previdencia.shtml>

27/08/19 - SEDIHPOP

NOTA PÚBLICA – em repúdio ao desrespeito à autonomia e independência do CNDH

<http://www.sedihpop.ma.gov.br/2019/08/27/nota-publica-em-repudio-ao-desrespeito-a-autonomia-e-independencia-do-cndh/>

28/08/19 - Rede TVT

Presidente do CNDH denuncia ataque de Damara Alves

<http://www.tvt.org.br/presidente-do-cndh-denuncia-ataque-de-damara-alves/>

28/08/19 - Câmara dos Deputados

Sociedade civil critica afastamento de relatório sobre direitos humanos do governo para a ONU

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sociedade-civil-critica-afastamento-de-relatorio-sobre-direitos-humanos-do-governo-para-a-onu-e-denuncia-intervencao-no-cndh>

Setembro/2019

02/09/19 - SUS conecta

CNS e CNDH somam forças em defesa do controle social

<http://www.susconecta.org.br/cns-e-cndh-somam-forcas-em-defesa-do-controle-social/>

02/09/19 - TJ-RJ

Presidente do TJ recebe comitiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/6657145>

04/09/19 - Gaucha ZH

Witzel não vai a reunião com comissão de direitos humanos sobre mortes por policiais

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2019/09/witzel-nao-vai-a-reuniao-com-comissao-de-direitos-humanos-sobre-mortes-por-policiais-ck05wxuzx03fx01qt999563pn.html>

04/09/19 - Agência Nacional das Favelas

CNDH realiza missão ao RJ para acompanhar violações de direitos humanos na Maré
<http://www.anf.org.br/cndh-realiza-missao-ao-rj-para-acompanhar-violacoes-de-direitos-humanos-na-mare/>

05/09/19 - Folha de S. Paulo

Comissão de direitos humanos diz que não conseguiu reunião com Witzel sobre mortes por policiais
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/witzel-nao-vai-a-reuniao-com-comissao-de-direitos-humanos-sobre-mortes-por-policiais.shtml>

12/09 - CONSELHO.SAÚDE

CNS e CNDH reafirmam atuação conjunta durante entrega de orientações da 16ª Conferência Nacional de Saúde
<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/824-cns-e-cndh-reafirmam-atuacao-conjunta-durante-entrega-de-orientacoes-da-16-conferencia-nacional-de-saude>

12/09

SUS Conecta

CNS e CNDH reafirmam atuação conjunta durante entrega de orientações da 16ª Conferência Nacional de Saúde
<http://www.susconecta.org.br/cns-e-cndh-reafirmam-atuacao-conjunta-durante-entrega-de-orientacoes-da-16a-conferencia-nacional-de-saude/>

13/09 - Época

Conselho Nacional Dos Direitos Humanos Quer Ouvir Glenn Greenwald
<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-quer-ouvir-glenn-greenwald-23945348>

17/09/19 - Revista Forum

Conselho Nacional de Direitos Humanos visita Lula e pode pedir anulação do processo
<https://revistaforum.com.br/brasil/conselho-nacional-de-direitos-humanos-visita-lula-e-pode-pedir-anulacao-do-processo>

17/09/19 - Diário do centro do mundo

Conselho de Direitos Humanos ouve Lula em processo sobre a perseguição da Lava Jato
<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-conselho-de-direitos-humanos-ouve-lula-em-processo-sobre-a-perseguiacao-da-lava-jato/>

17/09/19 - Gazeta do Povo

Depois de Lula, Conselho de Direitos Humanos quer ouvir Greenwald, Moro e Deltan

<https://t.co/60OdRqITn7?amp=1>

17/09/19 - Brasil 247

Moro e Dallagnol terão de explicar perseguição política a Lula no CNDH

<https://www.brasil247.com/regionais/sul/moro-e-dallagnol-terao-de-explicar-perseguiacao-politica-a-lula-no-cndh>

17/09/19 - Folha de S.Paulo

Comissão visita Lula e diz que consultará Glenn, Moro e Deltan sobre mensagens

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/comissao-visita-lula-e-diz-que-consultara-glenn-moro-e-deltan-sobre-mensagens.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

17/09/19 - BandNews

Conselheiros do CNDH ouvem Lula e devem finalizar relatório do processo até o fim do ano

<https://bandnewsfmc Curitiba.com/conselheiros-do-cndh-ouvem-lula-e-devem-finalizar-relatorio-do-processo-ate-o-fim-do-ano/>

19/09/19 - Gazeta do Povo

Conselho de Direitos Humanos apura “violação de direitos” de Lula. O que pode acontecer?

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-conselho-direitos-humanos-violacao-direitos-denuncia/>

19/09/19 - Rede TVT

CNDH ouve Lula em Curitiba

<https://youtu.be/-VXYsinlvhU>

27/09/19 - Época

Conselho Nacional de Direitos Humanos critica Witzel e pede providências da OEA

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/conselho-nacional-de-direitos-humanos-critica-witzel-pede-providencias-da-oea-23979773>

Outubro/2019

10/10/19 - Portal do CNS

Entrevista com Léo Pinho

<https://www.youtube.com/watch?v=ngAExyoygg0&feature=youtu.be>

10/10/19 - UOL

Governo diz que já tem votos suficientes para eleição na ONU

<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/10/10/governo-da-como-garantida-eleicao-na-onu/>

11/10/19 - SUS Conecta

“Há uma afronta à Constituição”, diz Léo Pinho sobre decreto que extinguiu conselhos

http://www.susconecta.org.br/ha-uma-afronta-a-constituicao-diz-leo-pinho-sobre-decreto-que-extinguiu-conselhos/?fbclid=IwAR11Jr53OgdoSZk_wJPQZrrP6YAoRDfPiPq6bBZKFklgaHF1pZbng_1uDzS

22/10/19 - Racismo ambiental

Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos chega ao Maranhão para missão em Alcântara e no Cajueiro

https://racismoambiental.net.br/2019/10/22/representante-do-conselho-nacional-de-direitos-humanos-chega-ao-maranhao-para-missao-em-alcantara-e-no-cajueiro/?fbclid=IwAR1x13AILZcaPHoy7OL3AUw5_2bRoGExLaDKj9cEy5CoNBzXvLaH3POb_XI

25/10/19 - OAB-Sergipe

Comunidades e povos tradicionais ribeirinhas gritam por socorro em audiência pública promovida pela OAB e CNDH

<http://oabsergipe.org.br/blog/2019/10/25/comunidades-e-povos-tradicionais-ribeirinhas-gritam-por-socorro-em-audiencia-publica-promovida-pela-oab-e-cndh/?fbclid=IwAR2HBFCFQo8wVfLYiCL3aCOJcrrz-Rwx0mAhO0z91qh9DpJEK1DYjvSS1W4>

31/10/19 - CBN

Entidades reagem a fala de Eduardo Bolsonaro

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/280100/entidades-reagem-fala-de-eduardo-bolsonaro-fascism.htm>

Novembro/2019

06/11/19 - Sintapicut

SINTAPI-CUT apoia pedido do CNDH para que Senado rejeite Reforma da Previdência

<http://sintapicut.org.br/artigos/2019/sintapi-cut-apoia-pedido-do-cndh-para-que-senado-rejeite-reforma-da-previdencia>

08/11/19 - Época

A sociedade civil obstruída

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/a-sociedade-civil-obstruida-24069016>

11/1/19 - Isto É

Seminário discute problemas no tratamento da saúde mental

<https://istoe.com.br/seminario-discute-problemas-no-tratamento-da-saude-mental/>

12/11/19 - CUT Rio

"Excluir os conselhos de direitos é excluir a participação popular e a democracia" e tem como convidado o cientista político Leonardo Pinho, presidente do CNDH e da Unisol.

http://www.facebook.com/story.php?story_fbid=269723867297370&id=617925624964284

19/11/19 - Revista Forum

Grupo português desiste de construir resort de luxo em aldeia indígena na Bahia

<https://revistaforum.com.br/brasil/grupo-portugues-desiste-de-construir-resort-de-luxo-em-aldeia-indigena-na-bahia/>

21/11/19 - Prensa latina

Consejo Nacional DDHH de Brasil rechaza voto por bloqueo a Cuba

<https://www.prensa-latina.cu/index.php?o=rn&id=322285&SEO=consejo-nacional-ddhh-de-brasil-rechaza-voto-por-bloqueo-a-cuba>

29/11 - Portal R10

OAB PI participa de Reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos

<https://www.portalr10.com/noticia/37884/oab-pi-participa-de-reuniao-do-conselho-nacional-de-direitos-humanos>

Dezembro/2019

30/11/19 - Amazônia Real

Após liberdade, famílias querem provar a inocência de brigadistas de Alter do Chão

<https://amazoniareal.com.br/apos-liberdade-familias-querem-provar-a-inocencia-de-brigadistas-de-alter-do-chao/>

02/12/19 - Época

DAMARES ACIONA ARAS PARA RETOMAR CONTROLE DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/damares-aciona-aras-para-retomar-controle-do-conselho-de-direitos-humanos-1-24110699>

02/12/19 - Diário de Petrópolis

Estado pode criar protocolo para fiscalizar comunidades terapêuticas

<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/estado-pode-criar-protocolo-para-fiscalizar-comunidades-terapeuticas-174357>

02/12/19 - Jornal O Globo

Aras tira Duprat de conselho de direitos humanos; Aílton Benedito poderá ocupar o lugar

<https://oglobo.globo.com/brasil/aras-tira-duprat-de-conselho-de-direitos-humanos-ailton-benedito-podera-ocupar-lugar-24114162>

02/12/19 - G1

Comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos apura suspeita de violação na prisão de brigadistas

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/12/02/comissao-de-direitos-humanos-apura-suspeita-de-violacao-na-prisao-de-brigadistas-e-na-busca-e-apreensao-em-ong.ghtml>

02/12/19 - Revista Forum

Damares aciona Aras, passa por cima da lei e retoma controle do Conselho de Direitos Humanos

<https://revistaforum.com.br/politica/damares-aciona-aras-passa-por-cima-da-lei-e-retoma-controle-do-conselho-de-direitos-humanos/>

02/12/19 - Contee

Nota de repúdio ao ataque do Ministério da Mulher ao CNDH

<http://contee.org.br/nota-de-repudio-ao-ataque-do-ministerio-da-mulher-ao-cndh/>

03/12/19 - Uol

Aras tira procuradora crítica de Bolsonaro de conselho de direitos humanos... - Veja mais em

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/12/03/aras-destitui-procuradora-critica-de-bolsonaro-de-conselho-de-direitos-humanos.htm?cmpid=copiaecola>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/12/03/aras-destitui-procuradora-critica-de-bolsonaro-de-conselho-de-direitos-humanos.htm>

03/12/19 - RJTV

<https://globoplay.globo.com/v/8135949/programa/>

03/12/19 - Portal da Câmara

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/contaminacao-por-residuos-toxicos-no-brasil-um-crime-sem-data-para-terminar>

<https://www.camara.leg.br/noticias/621065-relator-da-comissao-externa-sobre-derramamento-de-oleo-denuncia-a-onu-demora-nas-acoes-do-governo/>

03/12/19 - Bom dia Tapajós

Brigadistas: Conselho Nacional de Direitos Humanos apura suspeita de violação na prisão

<https://globoplay.globo.com/v/8135471/>

03/12/19 - SUS Conecta

Presidente do CNS se reúne com procuradora federal para discutir medidas legais sobre portaria da Atenção Primária

<http://www.susconecta.org.br/presidente-do-cns-se-reune-com-procuradora-federal-para-discutir-medidas-legais-sobre-portaria-da-atencao-primaria/>

03/12/19 - GGN

Em nota, mais de 170 entidades rechaçam destituição de Duprat do Conselho de Direitos Humanos

<https://jornalgggn.com.br/direitos-humanos/em-nota-mais-de-170-entidades-rechacam-destituicao-de-duprat-do-conselho-de-direitos-humanos/>

04/12/19 - O Globo

A dobradinha de Aras e Damares

04/12/19 - Metrópolis

Presidente do CNDH critica “alinhamento e submissão” de Aras

<https://www.metropoles.com/brasil/justica/presidente-do-cndh-critica-alinhamento-e-submissao-de-aras>

10/12/19 - SUS Conecta

Dia Internacional dos Direitos Humanos reúne entidades contra censura e repressão

<http://www.susconecta.org.br/dia-internacional-dos-direitos-humanos-reune-entidades-contracensura-e-repressao/>

10/12/19 -TVT

Leonardo Pinho é entrevistado

<https://www.youtube.com/watch?v=K1LBK0BhMJU>

11/12/19 - Veja

Conselho homenageia procuradora afastada

<https://veja.abril.com.br/.../conselho-homenageia-procurador.../>

12/12/19 - Uol

Gestão Bolsonaro violou 36 vezes programa de direitos humanos, diz conselho

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/12/gestao-bolsonaro-violou-36-vezes-programa-de-direitos-humanos-diz-conselho.htm>

12/12/19 - G1

Após apuração sobre prisão de brigadistas de Alter do Chão, Conselho de Direitos Humanos recomenda controle externo da atividade policial

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/12/12/apos-apuracao-sobre-prisao-de-brigadistas-de-alter-do-chao-conselho-de-direitos-humanos-recomenda-controle-externo-da-atividade-policia.html>

16/12/19 - Uol

Mariana vira 1º crime ambiental apontado como violação de direitos humanos
<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/12/16/mariana-pela-1-vez-conselho-aponta-crime-ambiental-como-violacao-de-dh.htm>

Demais notícias sobre a Resolução nº14 do CNDH:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-12/conselho-diz-que-tragedia-de-mariana-e-crime-contrahumanidade>

<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/17/crime-ambiental-em-mariana-e-o-primeiro-apontado-como-violacao-de-direitos-humanos/>

<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/desastre-de-mariana-%C3%A9-reconhecido-como-primeiro-crime-ambiental-com-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-humanos-1.762521>

<https://www.otempo.com.br/cidades/mariana-torna-se-o-1-crime-ambiental-com-violacao-de-direitos-humanos-1.2274896>

<https://www.metrojornal.com.br/foco/2019/12/18/tragedia-mariana-violacao-direitos-humanos.html>

<http://conexaoplaneta.com.br/blog/o-crime-da-samarco-em-mariana-e-o-primeiro-crime-ambiental-classificado-como-violacao-dos-direitos-humanos/>

<https://www.ecodebate.com.br/2019/12/18/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh-reconhece-a-tragedia-de-mariana-como-crime-contrahumanidade/>

<https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/crime-ambiental-de-mariana-e-o-primeiro-definido-como-violacao-de-direitos-humanos>

<https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/24746-crime-ambiental-de-mariana-e-o-primeiro-definido-como-violacao-de-direitos-humanos>

<https://www.noticiasdemineracao.com/legisla%C3%A7%C3%A3o/news/1377968/justi%C3%A7a-analisa-n%C3%A3o-prescri%C3%A7%C3%A3o-do-desastre-de-mariana>

<https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/mariana-vira-1o-crime-ambiental-apontado-como-violacao-de-direitos-humanos-0253>

<http://www.zerouinforma.com.br/conselho-reconhece-que-tragedia-de-mariana-e-crime-contra-a-humanidade/>

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/12/conselho-nacional-de-direitos-humanos-diz-que-tragedia-de-mariana-e-crime-contra-humanidade.html>

<https://youtu.be/v4AOpfUHjYc>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/relatorio-criminalizacao-de-movimentos-de-moradia-apos-queda-de-predio-sp.htm>

<https://www.ecodebate.com.br/2019/12/18/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh-reconhece-a-tragedia-de-mariana-como-crime-contra-a-humanidade/>

<http://climainfo.org.br/2019/12/18/tragedia-de-mariana-violou-direitos-humanos-segundo-cndh/>

<https://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/marco-rossi/mariana-a-terra-do-sempre-2978536e.html>

<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/62253/cndh-classificacao-rompimento-de-barreira-em-mariana-como-crime-contra-humanidade>

Janeiro/2020

13/01/20 – Sejus/DF

<https://bit.ly/2tZwDGD>

13/01/20 –DF TV

<https://globoplay.globo.com/v/8230013/>

20/01/20 - TVT

Governo Bolsonaro prejudica combate a ilegalidades no campo

<https://bit.ly/32PQZRq>

21/01/20 – Uol

Surto misterioso em prisão causa feridas e sensação de ser 'devorado vivo'

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/20/surto-misterioso-em-prisao-causa-feridas-e-sensacao-de-ser-devorado-vivo.htm?fbclid=IwAR28n-3jpM0OdlvgRBghZTwpE2NzQcBTAbCk4J2ckAfI2FPpx91bsm8CgIw>

30/01/20 Metropoles

MP: pessoas em situação de rua podem usar banheiros no SCS

https://www.metropoles.com/distrito-federal/mp-pessoas-em-situacao-de-rua-podem-usar-banheiros-no-scs?fbclid=IwAR1GEkI1LT_2XM1OIdGkfZhTgfVEOvjFCu7THf5de-L-galPZUZe-uGC6Io&

Fevereiro/2020

19/02/2020 - Rede TVT

Câmara dos Deputados analisa direitos humanos no Brasil

<https://youtu.be/Zwaf56nsspw>

17/02/2020 - TVT

Junto com a ONU, Câmara dos Deputados analisa direitos humanos no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=Zwaf56nsspw&feature=youtu.be>

18/02/2020 - G1

Novo presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos defende atuação independente

<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/02/18/novo-presidente-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-defende-atuacao-independente.ghtml>

19/02/2020 - Rádio Globo e CBN

Ao pedir investigação sobre morte de miliciano, Bolsonaro dá tratamento diferente a casos de violência

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/291985/ao-pedir-investigacao-sobre-morte-de-miliciano-bol.htm>

21/02/2020 - CPTNacional

Novo despejo surpresa pode acontecer no Cajueiro

<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5101-novo-despejo-surpresa-pode-acontecer-no-cajueiro>

21/02/2020 - G1

Conselho pressiona Prefeitura de Boa Vista por assistência médica a venezuelanos
<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/02/21/conselho-de-direitos-humanos-pressiona-prefeitura-de-boa-vista-por-atendimento-medico-a-venezuelanos.ghtml>

22/02/2020 - Uol

Conselho de Direitos Humanos deve atuar para evitar motins de policiais
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/22/conselho-de-direitos-humanos-deve-atuar-para-evitar-motins-de-policiais.htm>

Março/2020

06/03/20 - Midiamax

Conselho Nacional de Direitos Humanos vistoria áreas de conflito fundiário em Dourados
<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/conselho-nacional-de-direitos-humanos-vistoria-areas-de-conflito-fundiario-em-dourados>

10/03/20 - CPT Nacional

CPT no Maranhão renuncia à Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade e denuncia ações autoritárias da Secretaria de Direitos Humanos
<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5116-carta-publica-de-renuncia?fbclid=IwAR3XqOHC8u-xroWB5ZjNYIxIesNzXe14uxEw0SW0cWGgDpVMTREBuh9ioeA>

12/03/20 - DPU

Indígenas do Sul da Bahia levam reivindicações à DPU em Brasília
<https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/55894-indigenas-do-sul-da-bahia-levam-reivindicacoes-a-dpu-em-brasilia>

13/03/20 - Época

Conselho de Direitos Humanos critica uso da força pela Funai
https://epoca.globo.com/guilherme-amado/conselho-de-direitos-humanos-critica-uso-da-forca-nacional-pela-funai-24301248?%3Futm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=post

13/03/20 - Uol

MPF recomenda que Moro retire Força Nacional de Segurança da sede da Funai

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/13/mpf-recomenda-que-moro- retire-forca-nacional-de-seguranca-da-sede-da-funai.htm?cmpid=copiaecola>

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/13/mpf-recomenda-que-moro- retire-forca-nacional-de-seguranca-da-sede-da-funai.htm>

18/03/20 - Portal MST

CNDH critica extinção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera

<https://mst.org.br/2020/03/18/cndh-critica-extincao-do-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronera/>

19/03/20 - G1

Conselho recomenda revogação de portaria da Funai que abre brecha para contato a índios isolados

<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/03/19/conselho-recomenda-revogacao-de-portaria-da-funai-que-abre-brecha-para-contato-a-indios-isolados.ghtml>

Abril/2020

03/04/20 - TVT

Índigena testa positivo para covid-19

<https://www.youtube.com/watch?v=8fPswf4DWQs&feature=youtu.be>

08/04/20 - Rede Brasil Atual

Defensoria paulista vai à Justiça por serviço de atendimento à população de rua

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/defensoria-vai-a-justica-por-servico-de-atendimento-a-populacao-de-rua/>

09/04/20 - Rede Brasil Atual

Prefeitura transfere população de rua da Cracolândia em ônibus lotado

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/prefeitura-fecha-atende-2-povo-de-rua-luz>

13/04/20 - O Globo

Comitê Nacional de Combate à Tortura manifesta preocupação

<https://oglobo.globo.com/brasil/comite-nacional-de-combate-tortura-manifesta-preocupacao-com-coronavirus-no-sistema-penitenciario-2-24362023>

13/04/20 - Rede Brasil Atual

Justiça ordena reabertura de serviço social na Cracolândia. Covas diz que vai recorrer
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/justica-ordena-reabertura-de-servico-social-na-cracolandia-e-prefeitura-recorre-decisao/>

14/04/20 - Agência Brasil

Covid -19 gera dificuldades para catadores de materiais recicláveis
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/covid-19-gera-dificuldades-para-catadores-de-materiais-reciclaveis>

17/04/20 - Rede Brasil Atual

Agricultores familiares doam toneladas de alimentos à prefeitura de São Paulo
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/agricultura-familiar-toneladas-alimentos-prefeitura-de-sao-paulo/>

23/04/20 - Uol

Contêiner para presos doentes vira risco de nova derrota para Moro
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/23/conteiner-para-presos-doentes-vira-risco-de-nova-derrota-para-moro.htm>

23/04/20 - Tribuna de Minas

Coletivo recebe doações para distribuir a famílias carentes de JF
<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/22-04-2020/coletivo-recebe-doacoes-para-distribuir-a-familias-carentes-de-jf.html#.XqCzr8lztPA.whatsapp>

Maió/2020

Junho/2020

16/06/20 - Uol

Yanomamis e CNDH vão à comissão da OEA para pedir expulsão de garimpeiros... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/06/16/yanomami-garimpeiros-comissao-direitos-humanos.htm?cmpid=copiaecola>

17/06/20 - Folha BV

Instituições pedem a retirada de garimpeiros de terra indígenas
<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Instituicoes-pedem-a-retirada-de-garimpeiros-de-terra-indigena/66500>

17/06/20 - Logevnews

Em videoconferência, especialistas defendem papel dos conselhos

<https://longevinews.com.br/2020/06/16/em-videoconferencia-especialistas-defendem-papel-dos-conselhos-de-idosos-no-contexto-da-pandemia/>

22/06/20 - Globonews e G1

Yanomamis pedem expulsão de garimpeiros de suas terras

<https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews/video/yanomamis-pedem-expulsao-de-garimpeiros-de-suas-terras-8640163.ghtml>

22/06/2020 - Brasil de Fato

"Eu me senti um lixo", relata catadora de comunidade removida no DF em plena pandemia

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/22/eu-me-senti-um-lixo-relata-catadora-de-comunidade-removida-no-df-em-plena-pandemia#.XvFURPp8cEI.whatsapp>

Julho/2020

01/07/20 - Portal da Câmara

Peritos da ONU ouvem denúncias sobre racismo estrutural no Brasil em reunião com sociedade civil e parlamentares; grupo relatou situação da Fundação Cultural Palmares e dados de violência do Estado

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/peritos-da-onu-ouvem-denuncias-sobre-racismo-estrutural-no-brasil-em-reuniao-com-sociedade-civil-e-parlamentares-grupo-relatou-situacao-da-fundacao-cultural-palmares-e-dados-de-violencia-do-estado>

01/07/20 - TVT

Órgão nacional de combate à tortura notifica Fundação Casa

<https://www.youtube.com/watch?v=jc72hrYgL74&feature=youtu.be>

03/07/20 - Época

Conselho dos Direitos Humanos cobra Ifood por supostas ameaças a entregadores

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/conselho-dos-direitos-humanos-cobra-ifood-por-supostas-ameacas-entregadores-24512771>

08/07/20 - G1

Barroso determina 5 medidas ao governo para proteger indígenas da covid-19

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/08/barroso-medidas-ao-governo-indigenas.htm?cmpid=copiaecola>

08/07/20 - Uol

Barroso determina 5 medidas ao governo para proteger indígenas da covid-19... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/08/barroso-medidas-ao-governo-indigenas.htm?cmpid=copiaecola>
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/08/barroso-medidas-ao-governo-indigenas.htm>

09/07/20 - A Gazeta

Tragédia do Rio Doce

<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/tragedia-no-rio-doce-renova-suspende-auxilio-e-defensorias-do-es-fazem-denuncia-0720>

12/07/20 - Contraf

Painel “O banco é dos brasileiros” abre debates do 31º CNFBB

<https://contrafcut.com.br/noticias/painel-o-banco-e-dos-brasileiros-abre-debates-do-31ocnfbb/>

16/07/20 - Agência Brasil

Revogada portaria que extinguiu serviço a presos com transtorno mental

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/revogada-portaria-que-extinguiu-servico-presos-com-transtorno-mental>

16/07/20 - Unicopas

Unicopas reafirma defesa do cooperativismo solidário em ato político virtual

<https://unicopas.org.br/noticias/cooperativismo-ecosol/unicopas-reafirma-defesa-do-cooperativismo-solidario-em-ato-politico-virtual>

20/07/20 - TVT

Jurista Deborah Duprat no EntreVista

https://www.youtube.com/watch?v=eu_YCoICUho&feature=youtu.be

22/07/20 - Instituto Socioambiental

Brasil sofre derrota internacional e deve apresentar plano para Covid-19 em Terra Indígena Yanomami

https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/brasil-sofre-derrota-internacional-e-deve-apresentar-plano-para-covid-19-em-terra-indigena-yanomami?utm_source=isa&utm_medium=manchetes&utm_campaign=

22/07/20 - Uol

Comissão da OEA notifica governo Bolsonaro a dar proteção aos ianomâmis

<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/20/coronavirus-amazonia-governo-bolsonaro.htm...>

22/07/20 - G1

Comissão da OEA pede que governo brasileiro assegure proteção de povos indígenas na pandemia

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/20/comissao-da-oea-pede-que-governo-brasileiro-assegure-protexao-de-povos-indigenas-na-pandemia.ghtml...>

22/07/20 - OEA

CIDH emite medidas cautelares a favor de miembros de los Pueblos Indígenas Yanomami y Ye'kwana

<http://oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/168.asp...>

22/07/20 - CNN

Comissão da OEA pede medidas ao governo para proteger Yanomamis da Covid-19

<https://cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/20/comissao-da-oea-pede-medidas-ao-governo-para-protexer-yanomamis-da-covid-19...>

22/07/20 - Isto É Dinheiro

CIDH concede medidas cautelares a indígenas yanomamis e ye'kwana

<https://istoedinheiro.com.br/cidh-concede-medidas-cautelares-a-indigenas-yanomamis-e-yekwana/>

22/07/20 - Portal do MPF

Justiça determina prazo de dois anos para a conclusão de demarcação de terra indígena na Bahia

<http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/justica-determina-prazo-de-2-anos-para-a-conclusao-de-demarcacao-de-terras-indigenas-na-bahia>

23/07/20 - Barão de Itararé

Pandemia e violação de direitos: entidades voltam à CIDH para denunciar governo Bolsonaro

<http://baraodeitarare.org.br/site/noticias/comunicacao/pandemia-e-violacao-de-direitos-entidades-voltam-a-cidh-para-denunciar-governo-bolsonaro>

25/07/20 - Brasil de Fato

Secretaria Estadual da Saúde confirma surto de covid-19 em hospitais psiquiátricos

<https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/25/secretaria-estadual-da-saude-confirma-surto-de-covid-19-em-hospitais-psiquiatricos>

28/07/20 - TVT

Organizações voltam à CIDH para denunciar governo Bolsonaro

https://www.youtube.com/watch?v=MoBG7mG_T2I&feature=youtu.be

29/07/20 - Brasil de Fato

Live denúncia traz mais informações sobre o surto nos hospitais psiquiátricos

<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/29/live-denuncia-traz-mais-informacoes-sobre-o-surto-nos-hospitais-psiquiatricos>

Agosto/2020

04/08/20 - O Globo

Justiça do Rio mantém medida que impede remoção compulsória de população de rua pela prefeitura

https://oglobo.globo.com/rio/justica-do-rio-mantem-medida-que-impede-remocao-compulsoria-da-populacao-de-rua-pela-prefeitura-24565571?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar

07/08/20 - VioMundo

Conselhos nacionais são contra internar jovens em clínicas terapêuticas: ‘Ilegal, viola direitos, retrocesso’; íntegra

<https://www.viomundo.com.br/blogdasaude/conselhos-nacionais-sao-contra-internacao-de-jovens-em-clinicas-terapeuticas-ilegal-viola-direitos-retrocesso-integra.html>

19/08/20 - Bom dia Brasil

Mesmo com pandemia, governo federal gastou menos com a saúde dos povos indígenas em 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8787973/>

24/08/20 - Jornal Nacional e G1

Barroso manda governo fazer nova versão de plano contra coronavírus entre indígenas

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/21/barroso-manda-governo-fazer-nova-versao-de-plano-contracoronavirus-entre-indigenas.ghtml>

26/08/20 - Época

Conselho dos Direitos Humanos diz temer enfraquecimento de comissão da OEA após brasileiro não ser reconduzido

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/conselho-dos-direitos-humanos-diz-temer-enfraquecimento-de-comissao-da-oea-apos-brasileiro-nao-ser-reconduzido-1-24605770>

27/08/20 - Jornal Tornado

Governo Bolsonaro apresenta plano faz-de-conta para proteger indígenas

<https://www.jornaltornado.pt/governo-bolsonaro-apresenta-plano-faz-de-conta-para-protoger-indigenas/>

27/08/20 - TVT

OEA veta permanência de brasileiro à frente da CIDH

[.youtu.be/x9wrRGD4xHU](https://youtu.be/x9wrRGD4xHU)

Setembro/2020

01/09/20 - Portal Câmara

Sociedade civil, ONU e parlamentares debatem em mesa de diálogo sobre a população em situação de rua; iniciativa resultou em propostas para durante e o pós-pandemia

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sociedade-civil-onu-e-parlamentares-debatem-em-mesa-de-dialogo-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-iniciativa-resultou-em-propostas-para-durante-e-o-pos-pandemia>

09/09/20 - G1

Entidades consideram que operação da polícia em Nova Olinda do Norte no AM foi massacre

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/09/09/entidades-consideram-que-operacao-da-policia-em-nova-olinda-do-norte-no-am-foi-massacre.ghtml>

18/09/20 - SUS Conecta

Enfrentamento a pandemia: Diálogo interconselhos articula ações comuns

<http://www.susconecta.org.br/enfrentamento-a-pandemia-dialogo-interconselhos-articula-acoes-comuns/>

Outubro/2020

02/10/20 - Portal DPU

DPU realiza audiência pública sobre Ouvidoria e participação social

<https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/59031-dpu-realiza-audiencia-publica-sobre-ouvidoria-e-participacao-social>

08/10/20 - Uol

Conselho de direitos humanos vê intervenção de Damares e cancela reunião

<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/10/08/conselho-direitos-humanos-damares-alves.htm?cmpid=copiaecola>

08/10/20 – Jornal Nacional

Presença de garimpeiros ameaça povos indígenas isolados

<https://globoplay.globo.com/v/8925174/>

16/10 - CBN

Denúncias de violações contra idosos quase dobram

<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/319196/denuncias-de-violacoes-contraidosos-quase-dobram-.htm>

27/10 – O Globo

<https://oglobo.globo.com/rio/especialistas-criticam-censo-da-prefeitura-com-populacao-de-ruaque-deve-embasar-novo-pedido-de-internacoes-compulsorias-24713739>

29/10 – SUS Conecta

NOTA DE REPÚDIO: CNS e CNDH defendem Liberdade de Expressão e Opinião de deputado Alexandre Padilha

<http://www.susconecta.org.br/nota-de-repudio-cns-e-cndh-defendem-liberdade-de-expressao-e-opinio-de-deputado-alexandre-padilha/>

29/10 – Portal CNS

NOTA DE REPÚDIO: CNS e CNDH defendem Liberdade de Expressão e Opinião de deputado Alexandre Padilha

<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1436-nota-de-repudio-cns-e-cndh-defendem-liberdade-de-expressao-e-opinio-de-deputado-alexandre-padilha>

29/10 – Carta Capital

Conselhos de Direitos Humanos e de Saúde manifestam-se contra censura do Cremesp a Padilha

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conselhos-de-direitos-humanos-e-de-saude-manifestam-se-contracensura-do-cremesp-a-padilha/>

Novembro/2020

05/11/20 Agência Brasil

CNDH garante direitos e serviços pessoas em situação de rua

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-11/cndh-garante-direitos-e-servicos-pessoas-em-situacao-de-rua>

05/11/20 O Dia

Resolução da CNDH garante direitos das pessoas em situação de rua

<https://odia.ig.com.br/brasil/2020/11/6021945-resolucao-da-cndh-garante-direitos-das-pessoas-em-situacao-de-rua.html>

06/11/20 – Dourados Agora

Resolução da CNDH garante direitos das pessoas em situação de rua

<https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/cndh-garante-direitos-e-servicos-a-pessoas-em-situacao-de-rua>

07/11/20 – DPU – 09/11

DPU vai representar familiares de indígenas mortos na fronteira com a Bolívia

<https://www.dpu.def.br/noticias-mato-grosso/59520-dpu-vai-representar-familiares-de-indigenas-mortos-na-fronteira-com-a-bolivia>

09/11/20 Portal DPU

cndh-publica-resolucao-sobre-direitos-das-pessoas-em-situacao-de-rua

<https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/59528-cndh-publica-resolucao-sobre-direitos-das-pessoas-em-situacao-de-rua>

<https://www.instagram.com/stories/dpunacional/2438850337399199442/>

<https://twitter.com/DPU nacional/status/1325898973547286532>

09/11/20 - Portal da UFMG

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/trabalhadores-terceirizados-sao-o-elo-mais-fragil-da-mineracao>

09/11/20 – Rádio Tucunaré

Resolução da CNDH garante direitos das pessoas em situação de rua

<https://www.radiotucunare.com.br/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-garante-direitos-e-servicos-a-pessoas-em-situacao-de-rua/>

10/11/20 – CRP23

CNDH recomenda que candidaturas às eleições municipais assumam compromisso com os Direitos Humanos

<http://crp23.org.br/cndh-recomenda-que-candidaturas-as-eleicoes-municipais-assumam-compromisso-com-os-direitos-humanos/>

Reprodução: <https://brunopsicologo.com.br/noticias/detalhes/CNDH-recomenda-que-candidaturas-%C3%A0s-elei%C3%A7%C3%B5es-municipais-assumam-compromisso-com-os-Direitos-Humanos>

11/11/20 VG Notícias

Defensoria Pública pede para CRAS/CREAS e conselho tutelar acompanharem reintegração de posse no Colinas

<https://www.vgnoticias.com.br/juridico/defensoria-pede-para-crascreas-e-conselho-tutelar-acompanharem-reintegracao-de-posse-no-colinas/72323>

21/11/20 Uol

Conselho Nacional de Direitos Humanos convoca Carrefour para explicar morte

https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/conselho-nacional-de-direitos-humanos-convoca-carrefour-para-explicar-morte.amp.htm?__twitter_impression=true

22/11/20 O Globo

Senador leva Carrefour ao Conselho Nacional de Direitos Humanos

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/senador-leva-carrefour-ao-conselho-nacional-de-direitos-humanos.html>

20/11/2020 – Portal CIMI

Caso de indígenas Chiquitano chacinados pela polícia brasileira segue impune

<https://cimi.org.br/2020/11/caso-de-indigenas-chiquitano-chacinados-pela-policia-brasileira-segue-impune/>

22/11/2020 – Época Negócios

Senador denuncia Carrefour a CNDH por assassinato de homem negro

<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/11/epoca-negocios-senador-denuncia-carrefour-a-cndh-por-assassinato-de-homem-negro-no-rs.html>

22/11/2020 – Isto É Dinheiro

Senador denuncia Carrefour a CNDH por assassinato de homem negro

<https://www.istoedinheiro.com.br/senador-denuncia-carrefour-a-cndh-por-assassinato-de-homem-negro-no-rs/>

(Posição até 30 de novembro de 2020.)

*